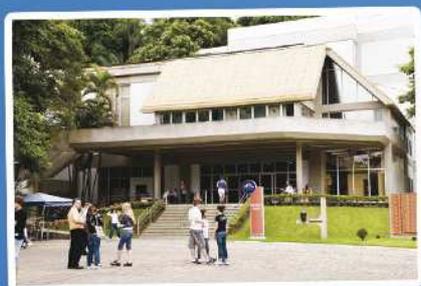


# Relatório de Autoavaliação Institucional da

Universidade Regional  
de Blumenau

Período  
2009/2011



[furb.br](http://furb.br)



**Reitor**

Prof. João Natel Pollonio Machado

**Vice-Reitora**

Prof<sup>ª</sup>. Griseldes Fredel Boos

**Pró-Reitor de Administração**

Prof. Udo Schroeder

**Pró-Reitor de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante**

Prof. Maurício Capobianco Lopes (nomeado em 2012)

**Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão**

Prof. Marcos Rivail da Silva

**Membros da CPA - Comissão Própria de Avaliação****Docentes:**

Prof. Mauro Rogério da Silva – Coordenador/CCEN

Prof. Hélio da Silva - CCSA

Prof. Nelson Afonso Garcia Santos - CCHC

Prof. Erwin Hugo Ressel Filho - CCT

Prof. George Ernesto da Silva - CCS

Prof. Maria José Ribeiro - CCE

Prof. Maria Aparecida Bernart Laux - CCJ

**Servidores Técnico-Administrativos:**

Flávia Keller Alves- Vice Coordenadora/COPLAN

Mauro Schramm/ COPLAN

**Diretório Central dos Estudantes:**

André Pasta

Kassiano Reis Guimarães

**Representantes da Comunidade Externa:**

Júlio Pablo da Rocha

Maurílio Schmitt

**Representantes do Sindicato dos Trabalhadores:**

Mariana Freitas

Rosângela Budag

**Organizadores:**

Prof. Mauro Rogério da Silva

Prof. Maria José Ribeiro

**Editoração**

Ariana Karine Brandt Knop – COPLAN - FURB

**Capa:**

Coordenadoria de Comunicação e Marketing – FURB

**Distribuição:**

CPA – Comissão Própria de Avaliação

Rua Antônio da Veiga, 140, Bloco M, Sala 106

CEP: 89012-900 - Blumenau – SC

E-mail: [cpa@furb.br](mailto:cpa@furb.br) - Fone: (47) 3321-0944.

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Tradução dos objetivos/finalidades em ações na realidade institucional na visão da comunidade universitária.....	27
Gráfico 2 – Tradução dos objetivos/finalidades em ações na realidade institucional na visão da comunidade universitária.....	27
Gráfico 3 – Conhecimento a respeito do PDI da FURB na visão da comunidade universitária.....	29
Gráfico 4 – Conhecimento a respeito do PDI da FURB na visão da comunidade universitária.....	30
Gráfico 5 – Percepção dos servidores técnico-administrativos e docentes sobre o comprometimento dos dirigentes em relação à implementação e revisão do PDI.....	31
Gráfico 6 – Percepção dos servidores técnico-administrativos e docentes sobre o comprometimento dos dirigentes em relação à implementação e revisão do PDI.....	31
Gráfico 7 – Retorno de egressos para cursos de formação continuada.....	35
Gráfico 8 - Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq por área.....	55
Gráfico 9 – Vínculo de trabalho dos técnicos-administrativos na FURB .....	126

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Organograma Geral da FURB 2006-2010.....	138
-----------------------------------------------------	-----

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Planilha Avaliativa - Dimensão 1 .....	37
Quadro 2 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 1 .....	38
Quadro 3 – Planilha Avaliativa – Dimensão 2.1 .....	46
Quadro 4 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 2.1.....	48
Quadro 5 – Destino dos alunos de intercâmbio .....	57
Quadro 6 – Planilha Avaliativa - Dimensão 2.2 .....	62
Quadro 7 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 2.2.....	64
Quadro 8 - Planilha Avaliativa – Dimensão 2.3 .....	74
Quadro 9 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 2.3.....	75
Quadro 10 – Curso de mestrado versus nota Capes .....	80
Quadro 11 – Doutorado versus conceito Capes. ....	81
Quadro 12 – Cota de bolsas para os cursos <i>stricto sensu</i> .....	82
Quadro 13 – Planilha Avaliativa – Dimensão 2.4 .....	83
Quadro 14 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 2.4.....	85
Quadro 15 – Exemplos de representações, em órgãos externos por servidores da FURB.....	89
Quadro 16 – Prestação de serviços realizados pela instituição .....	90
Quadro 17 – Atividades da FURB, na área de responsabilidade social e ambiental (Ambiente interno).....	93
Quadro 18 – Atendimento de demandas e necessidades dos PNE .....	94
Quadro 19 – Planilha Avaliativa - Dimensão 3 .....	96
Quadro 20 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 3.....	98
Quadro 21 – Objetivo estratégico e metas do PDI .....	101
Quadro 22 – Principais meios impressos utilizados pela FURB .....	102
Quadro 23 – Existência de informações em mídia eletrônica (rádio e televisão FURB).....	103
Quadro 24 – Planilha Avaliativa - Dimensão 4 .....	108
Quadro 25 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 4.....	109
Quadro 26 – Planilha Avaliativa - Dimensão 5 .....	128
Quadro 27 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 5.....	131
Quadro 28 – Planilha Avaliativa – Dimensão 6 .....	148
Quadro 29 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 6.....	149
Quadro 30 – Acessibilidade .....	166
Quadro 31 – Número máximo de alunos por laboratório no DCN.....	169
Quadro 32 – Planilha Avaliativa - Dimensão 7 .....	182
Quadro 33 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 7.....	187
Quadro 34 – Objetivos, metas e ações previstas no PDI.....	196
Quadro 35 – Composição da comissão de avaliação institucional .....	197
Quadro 36 – Conceitos da avaliação externa 2010. ....	199

---

Quadro 37 – Ações tomadas pela instituição em decorrência dos dados levantados pela CPA .....	201
Quadro 38 – Planilha Avaliativa - Dimensão 8 .....	203
Quadro 39 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 8.....	205
Quadro 40 – Número de bolsas de monitoria em 2011 .....	216
Quadro 41 – Centros acadêmicos existentes na FURB.....	226
Quadro 42 – Planilha Avaliativa – Dimensão 9 .....	229
Quadro 43 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 9.....	232
Quadro 44 – Planilha Avaliativa – Dimensão 10 .....	250
Quadro 45 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 10.....	253

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Respondentes da questão “As ações desenvolvidas na instituição são reflexo do que está proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?”.....	26
Tabela 2 - Respostas dos gestores referentes ao alcance das metas do PDI. ....	28
Tabela 3 – Respondentes da questão “Como você avalia seu conhecimento a respeito do PDI da FURB?”. ....	29
Tabela 4 – Respondentes da questão “Como você percebe o comprometimento dos gestores da FURB na implementação e revisão periódica do PDI?”.....	31
Tabela 5 - Percepção dos gestores sobre a meta do PDI que fala sobre intervenção proativa no ambiente externo. ....	33
Tabela 6 - Atuação profissional em atividades relacionadas com o curso .....	34
Tabela 7 - Número de artigos publicados pelos docentes da FURB segundo o Qualis CAPES .....	54
Tabela 8 - Intercâmbio científico e tecnológico de professores e alunos da FURB com outras IES .....	57
Tabela 9 - Programas de extensão e as respectivas áreas temáticas.....	68
Tabela 10- Reuniões e documentos produzidos e avaliados pela CAPEX – 2011. ....	68
Tabela 11 - Número de professores envolvidos com a extensão para cada ano do período avaliado. ....	70
Tabela 12 - Número de alunos de graduação envolvidos com a extensão no período.....	70
Tabela 13 - Técnico-Administrativos envolvidos em extensão .....	71
Tabela 14 - Participação, pela comunidade externa nas várias etapas de um projeto de extensão.....	71
Tabela 15 - Público atendido pelos programas e projetos de extensão.....	73
Tabela 16 - Impacto na melhoria da qualidade de vida da população na visão dos coordenadores de grupos de extensão. ....	73
Tabela 17 - Inovação nos conteúdos e metodologias de ensino na comunidade interna e externa decorrentes dos programas/projetos de extensão, na visão dos coordenadores de grupos de extensão. ....	73
Tabela 18 - Número de cursos de especialização e respectivo número de alunos no período de 2009 -2011.....	78
Tabela 19 - Número de cursos de mestrado e doutorado no período .....	80
Tabela 20 - Percepção dos coordenadores sobre responsabilidade ambiental e social nas práticas acadêmicas .....	88
Tabela 21 - Grau de conhecimento da comunidade das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento socioambiental .....	92
Tabela 22 - Números de processos e pareceres gerados no CEPE; CONSUNI. CONSAD no período 2009 -2011 .....	104
Tabela 23 - Ocorrências registradas pela ouvidoria .....	107

Tabela 24 - Participação de servidores TA na formação institucional .....	115
Tabela 25 - Percentual de Mestres e Doutores na FURB .....	116
Tabela 26 - Comparativo de Mestre e Doutores (percentual) da FURB em relação a outra IES - 2010 .....	116
Tabela 27 - Percentuais de docentes com Especialização, Mestres e Doutores.....	116
Tabela 28 - Número de docentes do quadro (TI e DE) e o número de docentes com cara horária de ensino acima de 20h/a. ....	122
Tabela 29 - Número de professores tempo parcial - 20 horas - e o número daqueles com mais de 25% das horas com outras atividades .....	122
Tabela 30 - Número de professores horistas com 40h e o número daqueles com mais de 25% das horas com outras atividades.....	123
Tabela 31 - Número de docentes envolvidos com a Pós- graduação.....	123
Tabela 32 - Docentes envolvidos em atividades de extensão (programas contínuos) .....	123
Tabela 33 - Docentes envolvidos em atividades de Pesquisa .....	124
Tabela 34 - Titulação de servidores técnico-administrativos (2007 – 2011).....	127
Tabela 35 - Atividades Realizadas pelos Conselhos Superiores em 2011 .....	141
Tabela 36 - Atos Normativos da Universidade (2009-2011).....	141
Tabela 37 - Número de representantes da FURB em outras instituições públicas e privadas. .....	141
Tabela 38 - Programas internos de formação e valorização dos docente e pessoal técnico- administrativo .....	142
Tabela 39 - Equipamentos e recursos de informática disponível para as atividades da instituição.....	157
Tabela 40 - Espaço físico para o ensino na opinião dos docentes .....	161
Tabela 41 - Espaço físico para o ensino na opinião dos Coordenadores de cursos.....	161
Tabela 42 - Espaço físico para o ensino na opinião dos Coordenadores de cursos .....	163
Tabela 43 - Área dos centros e departamentos .....	164
Tabela 44 - Áreas administrativas e de atendimento .....	165
Tabela 45 - Entrevista com os portadores de necessidades especiais (alunos e servidores).....	166
Tabela 46 - Área de convivência em todos os campi da Universidade .....	167
Tabela 47 - Número de banheiros por campus .....	169
Tabela 48 - Quantidade de equipamentos disponíveis por campus da Instituição .....	173
Tabela 49 - Percentual de computadores em todas as atividades .....	173
Tabela 50 - Serviços oferecidos e quantidade executada .....	175
Tabela 51 - Número de vagas de estacionamento na FURB .....	176
Tabela 52 - Instalações para estudos individuais na Biblioteca .....	178
Tabela 53 - Dados referentes a questionários aplicados aos alunos sobre a biblioteca .....	178
Tabela 54 - Quadro geral de Pessoal Biblioteca (2010 e 2011) .....	182
Tabela 55 - Programas de apoio financeiro gerenciados pela CAE no período 2009-2011..	209

Tabela 56 - Apoio ao estudante em números.....	209
Tabela 57 - Apoio ao estudante em números.....	213
Tabela 58 - Estudantes e alunos beneficiados nos programas de apoio.....	215
Tabela 59 - Bolsa de demanda Capes .....	217
Tabela 60 - Programas e número de alunos beneficiados nos anos de 2010 e 2011.....	217
Tabela 61 - Bolsas de extensão dentro dos programas institucionais no período avaliado.	218
Tabela 62 - Resultado do questionário aplicado pela CPA com alunos da FURB.....	219
Tabela 63 - Programas de mobilidade e intercâmbio nacionais e internacionais, a partir de convênios de cooperação.....	222
Tabela 64 - Relação candidato/vaga .....	223
Tabela 65 - Evolução das despesas orçada e realizada e da receita realizada .....	239
Tabela 66 - Evolução do quadro docente obtendo titulação .....	241
Tabela 67 - Evolução da participação dos servidores TA na Formação Institucional. ....	242
Tabela 68 - Evolução dos gastos com pessoal em relação à receita .....	243
Tabela 69 - Previsão orçamentária para as áreas de ensino, pesquisa e extensão.....	244
Tabela 70 - Previsão orçamentária para cultura.....	244
Tabela 71 - Previsão orçamentária para a gestão.....	245
Tabela 72 - Execução orçamentária para ensino, pesquisa e extensão .....	245
Tabela 73 - Avaliação pelos Coordenadores de Curso .....	246
Tabela 74 - Avaliação pelos Técnico-Administrativos.....	246
Tabela 75 - Avaliação pelos Docentes .....	246
Tabela 76 - Execução orçamentária para cultura .....	248
Tabela 77 - Avaliação pelos Coordenadores de Curso .....	248
Tabela 78 - Avaliação pelos Técnico-Administrativos.....	248
Tabela 79 - Avaliação pelos Docentes .....	248
Tabela 80 - Execução orçamentária para gestão .....	249
Tabela 81 - Avaliação pelos Coordenadores de Curso .....	249
Tabela 82 - Avaliação pelos Técnico-Administrativos .....	249
Tabela 83 - Avaliação pelos Docentes .....	249

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>A AUTOAVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU .....</b>	<b>18</b>
CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E METODOLOGIA .....	18
Indicadores e parâmetros para qualificação da Instituição.....	22
<b>CAPÍTULO 1 - MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>25</b>
1.1. MISSÃO, VISÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS.....	25
1.2. IMPLEMENTAÇÃO DO PDI .....	29
1.3. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO REGIONAL .....	32
1.4. PERFIL DO INGRESSANTE E DO EGRESSO.....	34
1.5. ARTICULAÇÃO ENTRE O PDI* E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - AUTOAVALIAÇÃO E AVALIAÇÕES EXTERNAS.....	35
<b>CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A EXTENSÃO E A PÓS- GRADUAÇÃO .....</b>	<b>40</b>
2.1. A POLÍTICA PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO E CURSOS SEQUENCIAIS.....	40
2.1.1. Coerência das políticas de ensino de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais com os documentos oficiais. ....	40
2.1.2. Políticas institucionais para cursos de graduação e sequenciais, na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização .....	42
2.2 A POLÍTICA PARA A PESQUISA .....	51
2.2.1. Mecanismos institucionalizados de estímulo à produção científica e tecnológica e sua divulgação .....	51
2.2.2. Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização .....	54
2.3. POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO .....	67
2.3.1. Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social. ....	67
2.4 POLÍTICAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO .....	77
2.4.1. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (lato sensu) e suas formas de operacionalização .....	78
2.4.2. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (stricto sensu) e suas formas de operacionalização .....	79
<b>CAPÍTULO 3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL .....</b>	<b>87</b>
3.1. COERÊNCIA DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL COM AS POLÍTICAS CONSTANTES DOS DOCUMENTOS OFICIAIS.....	87
3.2. RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE: SETOR PÚBLICO, SETOR PRIVADO E MERCADO DE TRABALHO .....	89

3.3. RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE: INCLUSÃO SOCIAL.....	93
3.4. RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE: DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	94
<b>CAPÍTULO 4 - COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>100</b>
4.1 AÇÕES DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE COM AS POLÍTICAS CONSTANTES DOS DOCUMENTOS OFICIAIS .....	101
4.2. COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA .....	104
4.3. OUVIDORIA .....	106
<b>CAPÍTULO 5 - POLÍTICAS DE PESSOAL, CARREIRA DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>111</b>
5.1. COERÊNCIA DAS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, SEU DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO COM AS POLÍTICAS FIRMADAS EM DOCUMENTOS OFICIAIS.....	111
5.2. FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	116
5.3. CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA OS DOCENTES. ....	117
5.4. CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO .....	124
<b>CAPÍTULO 6 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA FURB, FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS .....</b>	<b>136</b>
6.1. COERÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO DA INSTITUIÇÃO COM AS POLÍTICAS FIRMADAS EM DOCUMENTOS OFICIAIS .....	139
6.2. FUNCIONAMENTO, REPRESENTAÇÃO E AUTONOMIA DOS CONSELHOS SUPERIORES.....	145
6.3. FUNCIONAMENTO, REPRESENTAÇÃO E AUTONOMIA DOS COLEGIADOS DE CURSO .....	146
<b>CAPÍTULO 7 - INFRAESTRUTURA FÍSICA.....</b>	<b>152</b>
7.1. INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS .....	153
7.2. INSTALAÇÕES GERAIS: ESPAÇO FÍSICO .....	159
7.3. INSTALAÇÕES GERAIS: EQUIPAMENTOS .....	170
7.4. INSTALAÇÕES GERAIS: SERVIÇOS.....	174
7.5. BIBLIOTECA: ACERVO, SERVIÇOS E ESPAÇO FÍSICO .....	177
<b>CAPÍTULO 8 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO .....</b>	<b>194</b>
8.1. PLANEJAMENTO GERAL.....	195
8.2. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	196
<b>CAPÍTULO 9 - POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS .....</b>	<b>208</b>

---

9.1. COERÊNCIAS DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS .....	208
9.2. PROGRAMAS DE APOIO AO DISCENTE .....	212
9.3. PROGRAMAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO DOS DISCENTES REFERENTES À REALIZAÇÃO DE EVENTOS E MOBILIDADE.....	219
9.4. CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA OS DISCENTES.....	223
9.5. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS E CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA.....	227
<b>CAPÍTULO 10 - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA .....</b>	<b>237</b>
10.1. COERÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA APRESENTADA PELA IES COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS .....	237
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>255</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>257</b>

## APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação – CPA da FURB - disponibiliza a toda a comunidade acadêmica o Relatório do terceiro processo de Autoavaliação Institucional, relativo ao período 2009-2011.

O documento está sendo apresentado num momento em que, tanto a comissão de autoavaliação como a gestão da universidade, atingiram um entendimento com relação a todo o processo, seja de coleta, de desenvolvimento ou de consolidação das informações que foram geradas. A comprovação desta afirmação pode ser retratada em dois momentos. No primeiro deles, em nível de comissão, passou-se a ter a maturidade e a confiança necessárias para modificar grande parte dos indicadores que avaliavam a instituição. Indicadores que nada diziam sobre a realidade da instituição foram suprimidos e outros, acrescidos, não só pelas características atuais da universidade, como também pela necessidade de se ter indicadores que estivessem mais alinhados com os questionamentos das comissões externas de avaliação. É importante lembrar que, apesar das modificações terem sido feitas, a comunidade universitária continuou sendo a responsável pela geração de todos os dados e informações coletados pela CPA. Outro fato relevante é que neste terceiro processo de autoavaliação foram realizadas pesquisas com a comunidade externa. Com a colaboração do Projeto FOCUS, coordenado pela professora Cynthia Morgana Boos de Quadros, os alunos da turma da quarta fase do curso de Comunicação Social, em outubro de 2011, aplicaram questionários voltados à comunidade externa e permitiram, desta forma, que a comissão trabalhasse melhor vários indicadores.

O alinhamento dos indicadores antigos, com aqueles utilizados pelo MEC (comissão externa) permitirá uma visão mais detalhada da realidade da Universidade. Porém uma mudança desta envergadura também gera pontos negativos. Um deles é a perda de uma série histórica - dados correspondentes a três períodos avaliativos, ou seja, nove anos. Apesar disto, a comissão entendeu que esta perda será compensada pelo fato de se ter indicadores com uma visão mais apurada da instituição. O segundo momento a ser salientado diz respeito à gestão da universidade. Em todos os momentos deste terceiro processo de autoavaliação houve um cuidado para que os trabalhos da comissão não sofressem nenhum tipo de pressão ou interferência interna ou externa. Existe um entendimento, por parte da administração, de que o documento, por ter os seus indicadores mais próximos da realidade institucional, seja uma forte ferramenta para a revisão do PDI.

Utilizando-se das palavras encontradas no relatório de autoavaliação anterior, a comissão reforça que, se pudermos retratar a instituição que temos, teremos condições de trabalhar a universidade que queremos.

**Mauro Rogério da Silva**

Coordenador da CPA

Blumenau, março/2013.

## INTRODUÇÃO

Para permitir que o histórico da Universidade, as concepções, princípios e metodologia do seu processo de autoavaliação até aqui desenvolvido estejam claros no manuseio deste documento, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) resolveu manter, nesta parte introdutória, os mesmos textos encontrados nos relatórios anteriores, apenas atualizado as informações que se fizeram necessárias. Assim sendo, temos:

### A UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

A Universidade Regional de Blumenau, situada no Vale do Itajaí, em Blumenau, Estado de Santa Catarina, é fruto de um movimento comunitário iniciado em 1953 que resultou na criação, em 1964, através de lei municipal, da Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau.

Essa iniciativa, pioneira no Estado, além de contribuir para o desenvolvimento da região, romperia com a monopolização do ensino superior exercido pela Capital do Estado, criando mais uma alternativa para a formação do capital humano.

Com muito esforço coletivo, a FURB foi se consolidando na região como referência para a educação superior e assim, no dia 14 de fevereiro de 1985, ocorreu a publicação no Diário Oficial da União, da Portaria Ministerial que deferiu o seu reconhecimento como Universidade. Conforme o dizer do então Ministro da Educação, Dr. Marco Maciel, “isto aconteceu não por um querer do Governo, mas antes brotou de um querer coletivo, de uma tomada de consciência da comunidade”.

A partir de Março de 1995, pela Lei Complementar Municipal n. 80, de 21 de março de 1995, a Universidade Regional de Blumenau figura como Instituição de Ensino Superior criada e mantida pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, incluída como órgão autônomo na estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, uma instituição oficial de direito público.

Desde Março de 2010, por meio da Lei Complementar nº 743, a FURB é uma autarquia municipal de regime especial, possuindo plena autonomia didático-pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, conforme disciplina seu Estatuto, nos termos do art. 207 da Constitucional Federal.

A Universidade Regional de Blumenau é uma instituição de ensino superior que, fundamentada no princípio inalienável da liberdade de pensamento e de crítica, está integrada com a comunidade, como agente de transformações sociais, tendo por **missão** básica a “promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, com vistas ao bem estar e à valorização do homem”. Visando alcançar suas finalidades, a

Universidade se propõe a ministrar o ensino para a formação de pessoas; a promover e estimular a pesquisa científica e tecnológica e o desenvolvimento de atividades em todos os campos do saber; a estender à comunidade, sob a forma de cursos, serviços e outras atividades, a sabedoria, a ciência, a técnica, a cultura e o resultado de suas pesquisas; a estudar os problemas socioeconômicos regionais, nacionais e internacionais, com o propósito de servir e buscar soluções.

Sendo uma instituição pública comunitária, a FURB segue princípios democráticos de gestão. Está baseada em uma estrutura colegiada constituída por unidades organizadas de acordo com as diferentes áreas de conhecimento e tem como instâncias deliberativas, normativas e consultivas superiores o Conselho Universitário – CONSUNI e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE,

Passadas quatro décadas, a Universidade é atualmente um referencial na área de educação. É reconhecida por toda a sociedade, tendo graduado aproximadamente 45 mil profissionais em diversas áreas do saber. Oferece à comunidade mais de 40 Cursos de Graduação, 11 Mestrados, 1 doutorado e mais de uma dezena cursos Lato Sensu. Em termos de infraestrutura dispõe de uma área total de 812,9 mil m<sup>2</sup>, distribuídos em 5 campi e outras áreas anexadas a universidade através de convênios, doações e projetos. Possui 205 salas de aula e 236 laboratórios de ensino e pesquisa, totalizando 97.4 mil m<sup>2</sup> de área construída. Conta com uma ampla Biblioteca Central, com mais de 500 mil volumes, 5,4 mil m<sup>2</sup> de espaço físico e 1 milhão de empréstimos anuais em média, colocando a FURB em condições de igualdade com as melhores universidades do país. Tem oferecido à comunidade local vários eventos, como o Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau. Possui, ligados a sua Coordenadoria de Comunicação e Marketing, cinco grupos estáveis de produção artística: Orquestra, Coro, Grupo Folclórico, Grupo Teatral Phoenix e Camerata de Violões. Oferece aos seus estudantes programas de apoio psicológico, de reorientação e qualificação profissional, além da oferta de um Programa de Atualização Permanente – PROAP.

Mantém atendimento junto à comunidade nas áreas de Serviço Social e Saúde, Direito, Medicina, Odontologia, Fisioterapia e Psicologia. A assessoria judiciária é prestada através do Núcleo de Práticas Jurídicas e de convênios firmados junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, oferecendo assistência compartilhada de atendimentos nas áreas de Direito, Serviço Social e Psicologia. O ambulatório da FURB é uma unidade de referência de especialidade junto ao Sistema Municipal de Saúde de Blumenau. Esses serviços revelam a integração de Ensino e Extensão por meio da Graduação ou Pós-Graduação.

Os serviços de rádio e televisão também contribuem para a inserção da FURB na comunidade. São também desenvolvidas atividades relacionadas à investigação ambiental, social e tecnológica através do Instituto FURB de Serviços, pesquisa e inovação. A FURB abriga ainda uma Editora – EDIFURB, que trabalha com diversas linhas editoriais, facilitando a socialização dos conhecimentos produzidos na Universidade e na Comunidade.

Atendendo às novas orientações da CONAES/MEC sobre o processo avaliativo do SINAES, o Conselho Estadual de Educação – CEE/SC, no intuito de aperfeiçoar o processo de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) e de seus cursos do Sistema Estadual de Ensino, passou a adotar **novos Instrumentos de Avaliação** a partir do mês de novembro de 2009.

Os novos instrumentos de avaliação foram os mesmos adotados pelo MEC/INEP, e apresentavam diferenças significativas em relação ao instrumento que vinha sendo utilizado anteriormente. Foram instituídos 05 (cinco) instrumentos diferentes, aplicados de acordo com as seguintes especificidades: Cursos de Licenciaturas e Bacharelados; Curso de Direito; Curso de Medicina; Cursos Superiores de Tecnologia; e para a Avaliação Institucional Externa (para IES não credenciadas na modalidade EAD e para IES credenciadas na modalidade EAD).

Ainda em 2009, o CEE/SC convocou representantes das Instituições para uma reunião explicativa sobre os novos procedimentos e instrumentos de avaliação citados acima. Esta reunião aconteceu em 27/09/2009, na sede do CEE/SC, em Florianópolis. Foram reiteradas as orientações para que os processos, pleiteando a renovação do credenciamento de Instituições e a renovação de reconhecimento de cursos, fossem elaborados seguindo a ordem das informações constantes nos Instrumentos de Avaliação Externa.

Assim sendo, e considerando os Relatórios de Autoavaliação (Avaliação Institucional), foi iniciado o processo de **Avaliação Institucional Externa visando a renovação do credenciamento da FURB, seguindo as novas orientações**. A Portaria CEE/SC Nº 12, de 09 de março de 2010 constituiu a Comissão Verificadora para a Avaliação Institucional Externa, da Universidade Regional de Blumenau – FURB e a visita in loco ocorreu nos dias 04, 05 e 06 de agosto de 2010.

A avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios da autoavaliação. Foi atribuído um conceito de 1 a 5, em ordem crescente de excelência, a cada uma das dez dimensões avaliadas, resultando em um conceito final para a Instituição. O Conceito Institucional (CI) da FURB foi **3,92** (três vírgula noventa e dois).

As dez dimensões avaliadas e os respectivos conceitos são:

1. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – Conceito: 3,50.
2. A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades – Conceito: 4,00.
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento

econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural – Conceito: 4,75.

4. A comunicação com a sociedade – 4,00.
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho – Conceito: 3,33.
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios – Conceito: 4,50.
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação – Conceito: 4,20.
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional – Conceito: 4,33.
9. Políticas de atendimento aos discentes – Conceito: 4,00.
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior – Conceito: 3,67 e ainda os requisitos legais - itens essencialmente regulatórios.

O **Relatório Final da Avaliação Institucional Externa** foi aprovado pelo Parecer CES/CEE Nº 186, de 28/09/2010 e publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Nº 18.985, de 07/12/2010, p.4, com o seguinte texto: “Aprova o Relatório de Avaliação Institucional Externa, realizada na Universidade Regional de Blumenau – FURB; **pela continuidade do enquadramento da IES na categoria de Universidade, pelo prazo de 5 (cinco) anos**, findo o qual, deverá ser procedida nova Avaliação Externa, no município de Blumenau, Parecer nº 186, aprovado em 28/09/2010”.

Nova Avaliação Institucional Externa deverá ser solicitada conforme prazo determinado no Decreto. No entanto, considerando também o resultado do IGC – Índice Geral de Cursos, conforme ciclo avaliativo do SINAES para Instituições, **conceito insatisfatório requer nova avaliação in loco**. A Resolução 100/2011 do CEE/SC, art. 23, inciso I – determina: “as Instituições com índice geral de cursos – **IGC insatisfatório** (notas inferiores a 3) deverão requerer no prazo de 30 dias da publicação do índice em documento oficial, nova avaliação in loco por comissão nomeada pelo Conselho Estadual de Educação”.

## A AUTOAVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

### CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E METODOLOGIA

O processo formal de autoavaliação institucional da FURB, iniciado em 1995, gerou importantes substratos para o redimensionamento de várias ações na instituição. Em fevereiro de 2003, em decorrência da nova gestão que iniciava seus trabalhos na Instituição e em função das discussões sobre a avaliação da educação superior em âmbito nacional, foi promovido pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação um Seminário de Avaliação Institucional. O seminário teve por objetivo iniciar um debate sobre a necessidade e a importância de redimensionar o processo de Avaliação Institucional dentro da Universidade. Na ocasião, as comunidades, interna e externa, tiveram a oportunidade de analisar a caminhada e os resultados produzidos pelo processo de avaliação até então em vigor na Instituição, conduzido pela COMAVI, bem como acompanhar palestras de especialistas, tanto no tema quanto na nova proposta de avaliação da educação superior a ser implantada pelo MEC.

A partir dessas discussões, considerou-se que as experiências vividas até então na FURB foram importantes para a implantação da cultura da avaliação institucional e também serviram de base para repensar o programa, a fim de adequá-lo ao papel da Universidade na comunidade que, conforme aponta o cenário nacional, deverá voltar-se fortemente para o aspecto social. Dessa forma, entendeu-se que a busca da qualidade deve estar presente em todas as funções exercidas pela Universidade e, para tanto, julgou-se necessária a implantação de um processo de avaliação mais amplo e participativo.

Como resultado deste repensar provocado e promovido pelo Seminário e pelas políticas públicas de avaliação institucional, a plenária nomeou um Grupo de Estudos em Avaliação, a fim de dar continuidade à discussão do assunto. Esse grupo formado por alunos, funcionários e docentes de diversas áreas da Instituição, após vários encontros, definiu as concepções e princípios norteadores do Programa de Avaliação Institucional da FURB.

Assim a FURB assume, a partir de então, como Avaliação Institucional o processo de atribuição de significados, por toda a comunidade universitária e membros da comunidade externa, a um conjunto de dados/informações, coletados de forma sistemática e ampla, sobre os aspectos que determinam a finalidade de existência da instituição.

O processo de análise e compreensão de dados sobre a realidade da Instituição deverá ser de caráter contínuo e pretende fornecer uma visão global da mesma, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, facilitando o redimensionamento da política e dos projetos para a Universidade.

Os aspectos apontados aqui indicam, então, a necessidade da conjugação da autoavaliação com processos de avaliação externa, envolvendo tanto a sociedade civil quanto os órgãos governamentais, pois, como se sabe, a autoavaliação sozinha é vista como uma metodologia corporativa que limita o conhecimento da Instituição.

Essas decisões conduziram a Instituição a integrar-se ao SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação, proposto pelo Ministério da Educação e Cultura, conforme Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, pois se percebeu que há consonância quanto à concepção e objetivos do processo de autoavaliação desejado e o proposto em âmbito nacional.

Como a FURB é uma instituição vinculada ao Sistema Estadual de Educação, encontrou respaldo para esta sua decisão no acordo de cooperação técnica firmado entre a CONAES e o CEE/SC, em abril de 2005 (**ANEXO A**) e na Resolução N°. 088/CEE-SC/2005 (**ANEXO B**), que fixa normas para a avaliação das Instituições de Educação Superior no Sistema Estadual de Educação.

O processo de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau ora implantado tem como objetivos:

- Buscar informações que permitam uma visão global dos processos sociais, pedagógicos e científicos envolvidos nas atividades acadêmicas, de modo a identificar os problemas e suas causas, as possibilidades e as potencialidades da Instituição no cumprimento de sua missão social, melhorando suas condições de atuação e fortalecendo-a;
- Sensibilizar e mobilizar a Comunidade Universitária para a necessidade de criar uma cultura de busca da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão;
- Envolver a Comunidade Universitária, a sociedade e os ex-alunos em uma permanente reflexão, autocrítica e participação no desenvolvimento institucional e social.

Com vistas ao alcance dos referidos objetivos, as comunidades interna e externa foram mobilizadas, conforme cronograma através de várias estratégias, em três etapas distintas:

### **1ª. Etapa: Preparação**

Esta etapa envolveu principalmente a comunidade interna, inclusive os gestores. Dessa fase resultou a Constituição da CPA – Portaria N°. 415/2004, que teve como primeira tarefa a elaboração e o encaminhamento ao Conselho Universitário – CONSUNI, para análise e aprovação, do projeto de regulamento da condução da avaliação institucional da FURB, o qual resultou na Resolução 14/2005, alterada pela Resolução 20/2005. Outra ação de grande importância dessa etapa foi a sensibilização da comunidade interna quanto à nova

proposta de autoavaliação integrada aos princípios do SINAES. Tendo em vista a adesão da Instituição ao SINAES, partiu-se do princípio de que, para que se alcançasse pleno sucesso nessa iniciativa, toda a comunidade universitária deveria conhecer os pressupostos do referido sistema de avaliação. Inicialmente, todos os membros da CPA participaram de estudos internos e de eventos promovidos em âmbito regional e nacional. Os estudos internos, inclusive com toda a comunidade universitária, foram realizados em seminários específicos, nas palestras durante as semanas acadêmicas e nas reuniões dos conselhos, dos colegiados e dos departamentos. Após esta fase de estudos, a CPA coordenou a elaboração da proposta de autoavaliação.

A CPA, ao organizar a proposta de autoavaliação, com base nos pressupostos do SINAES, procurou envolver todas as pessoas que direta ou indiretamente integram a instituição, comunidade interna e externa. Esta participação ocorreu nos seminários organizados com tal finalidade e também nas reuniões dos órgãos e colegiados constituídos.

É oportuno destacar que a integração da FURB ao Sistema ACADEMIA foi fundamental neste momento, pois o desafio proposto pelo SINAES motivou a troca de experiências entre as IES do Sistema ACADEMIA com propósito de adotarem procedimentos comuns. Por conseguinte, a Câmara de Graduação instituiu um grupo de trabalho (GT) com o objetivo de sistematizar a metodologia de autoavaliação proposta pela legislação. Este GT, composto por especialistas e técnicos em Avaliação Institucional em atividade nas IES do Sistema ACADEMIA, realizou reuniões no período de abril a novembro de 2005, elaborando coletivamente as planilhas e os roteiros para a autoavaliação institucional. Em função disso, os procedimentos e alguns instrumentos adotados pela FURB são similares aos de outras IES do Sistema ACADEMIA, pois a FURB integrou este GT cujo trabalho final encontra-se publicado no documento: *Avaliação Institucional para as IES do Sistema ACADEMIA*.

A CPA utilizou nos processos de autoavaliação 2001-2005 e 2006-2008 os indicadores estabelecidos no instrumento de *Avaliação Institucional para as IES do Sistema ACADEMIA*, elaborados e definidos pelo GT Avaliação ACADEMIA em 2005, conforme citado anteriormente. Agora, nesse terceiro processo, referente a 2009-2011, a FURB estabelece um instrumento próprio de autoavaliação, cuja construção se deu a partir do sincronismo entre os indicadores já existentes e dos instrumentos de avaliação externa da MEC.

A Comissão, nos dois primeiros ciclos, concluía o levantamento de informações de todas as dimensões para posteriormente apresentar os resultados no momento dos debates nos seminários. Nesse momento, a CPA resolveu inovar e passou a realizar a análise das dimensões e tornar o diagnóstico público. Desta forma a CPA conferiu nota aos indicadores disponibilizou o diagnóstico a toda a comunidade universitária no site [www.furb.br](http://www.furb.br) com uma semana de antecedência em relação à data do evento presencial de autoavaliação. Isso possibilita que os convidados ao seminário tenham conhecimento do que será tratado, bem como dá condições aos mesmos de levantar materiais e informações para uma discussão mais produtiva em torno dos indicadores e suas notas. Além disso, a CPA

abriu a possibilidade de manifestação da comunidade em relação aos conceitos até 30 dias depois de publicados, através do e-mail [cpa@furb.br](mailto:cpa@furb.br). Por fim é bom ressaltar que a Coordenadoria de Planejamento da instituição, para este novo período avaliativo da CPA, resolveu também alinhar os dados contidos no seu Relatório de Atividades Institucionais, publicado anualmente, com os dados coletados pela CPA. Desta forma a Instituição passou a elaborar o seu relatório anual nos mesmos moldes do SINAES. Em colaboração com a comissão, muitos dados referentes aos indicadores levantados pela CPA passaram a ser agrupados em um único documento institucional, o que facilitou enormemente a coleta de dados, no momento do desenvolvimento do processo.

## **2ª. Etapa: Desenvolvimento**

Esta etapa consistiu na operacionalização da proposta conforme definida pela comunidade acadêmica no projeto inicial e aperfeiçoada pela atual comissão, com propósito de melhorar ainda mais a coleta dos dados. Foi o momento em que foram efetivadas as seguintes atividades:

1) Levantamento de dados e informações pela CPA, do período 2008 – 2011, mediante análise do relatório de Atividades Institucionais, de documentos oficiais (PDI, PPI, PPC), entrevista com os coordenadores dos setores administrativos e visita “*in loco*”.

2) A pesquisa através de questionários, foi realizada de duas formas. Internamente foi realizada *on-line*, envolvendo gestores, coordenadores de curso, docentes, técnico-administrativos e discentes. **(ANEXO C)** Externamente, conforme citado anteriormente, os alunos da turma da quarta fase do curso de Comunicação Social, sob a coordenação da professora Cynthia Morgana Boos de Quadros, aplicaram questionários voltados à comunidade externa, através do Projeto FOCUS **(ANEXO D)**.

3) De posse dos dados referentes a cada indicador, foram elaboradas apresentações de cada dimensão em Power Point, com as respectivas justificativas para cada o indicador. Numa série de reuniões, os componentes da CPA, após várias discussões, definiram as respectivas notas dos indicadores. De posse da nota e da explicação do porquê dessa nota, a CPA propôs seminários avaliativos com a participação de toda a comunidade universitária.

4) Os seminários avaliativos ocorreram durante várias semanas sendo, de uma forma geral, um por dimensão e foram convidadas toda a comunidade universitária e a comunidade externa. Nesse momento foi feita a mesma apresentação em Power Point, agora com o posicionamento da comissão e a respectiva explicação. Foi conferido se as informações sobre cada indicador eram pertinentes e se a posição da CPA havia sido imparcial. Por fim ocorreu o posicionamento dos presentes e o resultado passou a mostrar a realidade institucional em relação ao indicador.

### 3ª. Etapa: Consolidação

A consolidação de todo o processo até aqui descrito ocorre a partir da publicação dos resultados de forma ampla e participativa. Assim sendo, todos os espaços e meios disponíveis na Instituição serão utilizados, como: seminários, reuniões por departamentos e ou colegiados, e boletins impressos e eletrônicos. Por fim fica disponível na página da instituição [www.furb.br/avaliacaoinstitucional](http://www.furb.br/avaliacaoinstitucional) para acesso e consulta por toda a comunidade. Posteriormente, passado o primeiro ano da divulgação dos resultados deste relatório, será feita uma reflexão sobre o processo avaliativo desenvolvido, sobre as estratégias utilizadas e em torno das dificuldades e dos avanços que se apresentaram durante a caminhada em busca desse autoconhecimento institucional. Neste momento também serão levantadas informações, junto aos gestores da Instituição, sobre o andamento das recomendações feitas por esta comissão, referentes às dez dimensões definidas no relatório de autoavaliação. O documento, gerado a partir destas reflexões, é chamado pela CPA de “Balanço Crítico” e permite a consolidação de todo o processo.

### Indicadores e parâmetros para qualificação da Instituição

A proposta de autoavaliação da FURB concebeu como indicadores, as evidências concretas de uma determinada categoria que caracterizam a realidade de cada uma das dez dimensões institucionais. Tais indicadores devem possibilitar a apreciação do nível ou qualidade da ação desenvolvida, de acordo com os padrões avaliativos estabelecidos.

Durante a avaliação dos indicadores, a comunidade avaliadora e a CPA analisaram aspectos como articulação, coerência, consonância, adequação, integração, intensidade, consistência, congruência, pertinência, consolidação, direcionamento, difusão, compartilhamento, construção coletiva e institucionalização do conjunto de projetos e práticas constitutivas da identidade da Universidade Regional de Blumenau. Foi considerado também o nível de apropriação, pelas comunidades interna e externa, das políticas e de seus resultados.

Tendo em vista a estreita articulação que deverá ocorrer entre a avaliação interna e a externa e considerando que o relatório da autoavaliação servirá como principal fonte de informação para a avaliação externa, optou-se, no Sistema ACAFE, referendado pela comunidade interna, por estabelecer nas planilhas avaliativas a mesma escala numérica adotada pelos avaliadores externos e prevista no parágrafo 3º. do Art. 3º. da Lei 10.861/04. Esta escala compõe-se de cinco níveis, que nesta proposta da FURB seguiu o seguinte padrão avaliativo:

Níveis 1 e 2 – Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3 - Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Níveis 4 e 5 – Evidência completa: situação ou desempenho forte.

A escala contempla, também, a condição Não se Aplica. Ao assinalar esta condição, a CPA deverá justificar as razões da escolha, tendo como referência os documentos da instituição.

Ainda, para garantir a melhor articulação entre as avaliações interna e a externa, os seguintes critérios<sup>1</sup>, também estabelecidos para os avaliadores externos, serão observados para a identificação dos níveis nos indicadores a serem avaliados durante o autoconhecimento da instituição:

1) Indicador pouco perceptível, insuficiente ou em situação fragmentada; conexão/vínculo inexistente ou muito precário com as características da instituição e seu entorno; inadequado ou pouco pertinente às práticas institucionais; incoerente com objetivos enunciados nos documentos e/ou com as condições de funcionamento da instituição; não regulamentado.

2) Indicador com evidência eventual/acidental; quando aparece, não decorre de processo intencional/direcionado por políticas previamente formuladas e/ou por ações de gestores, nem resulta de práticas institucionais definidas e divulgadas; pouco frequente/pouco intenso; inconstante; baixa conexão/vínculo com atores acadêmicos e com o entorno; pouco adequado/pertinente com práticas institucionais; reflete apenas em parte objetivos enunciados nos documentos e/ou as condições de funcionamento da instituição; regulamentação precária ou em elaboração; poucos canais de difusão de informação.

3) Indicador que denota programas e ações adequados aos objetivos propostos pela IES; coerente com as normas e com algumas práticas institucionais; resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; práticas em via de institucionalização ou, então, políticas institucionais presentes em processo de implantação.

4) Indicador que revela coerência, pertinência e congruência entre objetivos/normas e a maioria das práticas institucionais; ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos; as normas e ou diretrizes são de conhecimento da comunidade interna; apresenta práticas institucionalizadas e difundidas.

5) Indicador que apresenta políticas/objetivos explícitos em documentos e traduzidos em práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visíveis para a comunidade externa, conferindo identidade à instituição.

Neste terceiro processo de Autoavaliação, a CPA passou também a considerar o entendimento das notas dadas aos indicadores a partir de um referencial mínimo, conforme

---

<sup>1</sup> Critérios: são os padrões que servem de base para comparação, julgamento ou apreciação de um indicador.

apresentado na avaliação das comissões externas de autoavaliação. Assim é realçado no relatório que, somente acima do nível 3, é considerado que a instituição atende ao referencial mínimo de qualidade; nível 4 está além do referencial mínimo de qualidade e nível 5, muito além do referencial mínimo.

É o resultado da avaliação das dez dimensões, com suas respectivas categorias e indicadores mostrados de forma contextualizada, que é apresentado ao longo dos dez capítulos deste relatório.

## CAPÍTULO 1 - MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Universidade Regional de Blumenau - FURB tem como documentos norteadores de suas metas e ações o Planejamento Estratégico 2007-2012 (**ANEXO E**), o Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2015 (**ANEXO F**), o Estatuto da Universidade (Resolução 35/2010) (**ANEXO G**) como dispositivo orientador de suas finalidades e estrutura organizacional e o PPP da graduação, atual PPI, (**ANEXO H**) como definidor das diretrizes pedagógicas. Aparentemente a forma fragmentada com que os documentos norteadores da Instituição aparecem não tem impedido a Universidade de se desenvolver. Os resultados obtidos no Balanço Crítico do período 2001 -2005 (**ANEXO I**) e no Balanço Crítico do período 2006 -2008 (**ANEXO J**) demonstram que a instituição ainda não tem num só documento todo esse universo. Em decorrência de recomendações feitas por esta comissão, a CPA, a elaboração do primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - da Universidade Regional de Blumenau foi iniciado no ano de 2008 e implementado em 2010. Entretanto, esse PDI não foi elaborado de forma participativa e comunitária e, por isso, em 2011 iniciou-se a revisão desse documento.

### 1.1. MISSÃO, VISÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS.

A FURB, atualmente, tem pautado suas atividades com base em dois documentos: o Planejamento Estratégico 2006-2010 e o Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2015. Nestes documentos são apresentadas a Visão e a Missão Institucional.

- Visão: “Ser universidade de referência em inovação e qualidade na Região Sul do Brasil.”
- Missão: “Promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável integrando o ensino, a pesquisa e a extensão, com intensa inserção comunitária”.

Analisando a Visão e a Missão institucional, a CPA entende que estão descritas de forma clara, porém muito abrangente. Mesmo que a Missão seja cumprida, de nenhuma forma ela “operacionaliza” ou garante que a Visão seja atingida. Ainda, pela descrição, não é possível mensurar o atendimento de seus propósitos no contexto no qual a FURB está inserida, e por isso a CPA aferiu a **nota 3** para o indicador “adequação da Missão e da Visão institucional ao contexto no qual está inserida”.

De acordo com Resolução nº 35/2010, que revoga a Resolução nº 17/2001, que homologa o Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau, o artigo 5º dispõe sobre as finalidades da instituição:

Art. 5º São finalidades da FURB:

*I - promover as atividades de ensino superior, médio e profissionalizante, de pesquisa, de extensão e de serviços, de forma permanente e abrangente;*

*II - propiciar o desenvolvimento da cidadania, incrementar propostas e realizações, pesquisa institucional, visando o desenvolvimento regional e global, científico, tecnológico, cultural, com vista ao bem-estar e à valorização do ser humano;*

*III - promover a divulgação científica, tecnológica e artístico-cultural, visando colocar o conhecimento sistematizado para o desenvolvimento e transformação da Sociedade.*

Comparando-se os objetivos/finalidades institucionais previstos no Estatuto da universidade com a Missão da instituição prevista no seu Planejamento Estratégico e em seu PDI, observa-se que existe “coerência entre a missão e os objetivos/finalidades institucionais” e a CPA considerou manter a **nota 5** para esse indicador.

No que diz respeito à “tradução dos/as objetivos/finalidades em ações na realidade institucional”, foram aplicados questionários aos gestores, coordenadores de cursos, técnico-administrativos e docentes, conforme

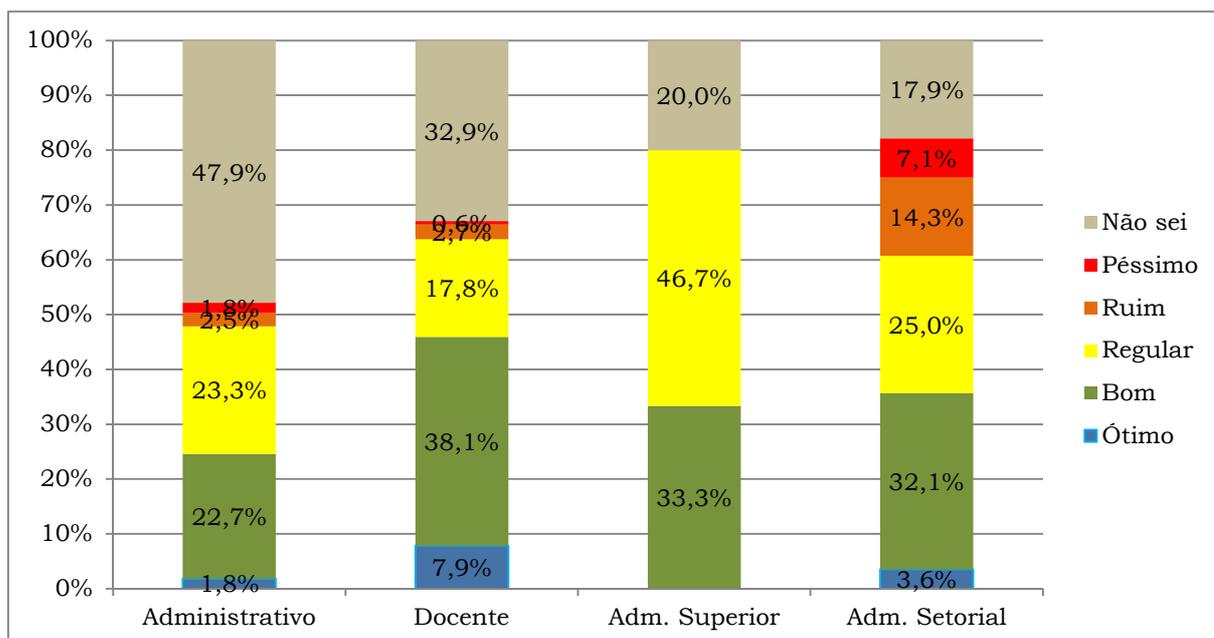
**Tabela 1 – Respondentes da questão “As ações desenvolvidas na instituição são reflexo do que está proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?”**

**Tabela 1**

**Tabela 1 – Respondentes da questão “As ações desenvolvidas na instituição são reflexo do que está proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?”**

<b>Categoria</b>	<b>Público total</b>	<b>Responderam</b>	<b>%</b>
Administrativo	573	163	<b>28,4</b>
Docente	803	331	<b>41,2</b>
Adm. Superior	33	15	<b>45,5</b>
Adm. Setorial	79	28	<b>35,4</b>
<b>Total</b>	<b>1.488</b>	<b>537</b>	<b>36,1</b>

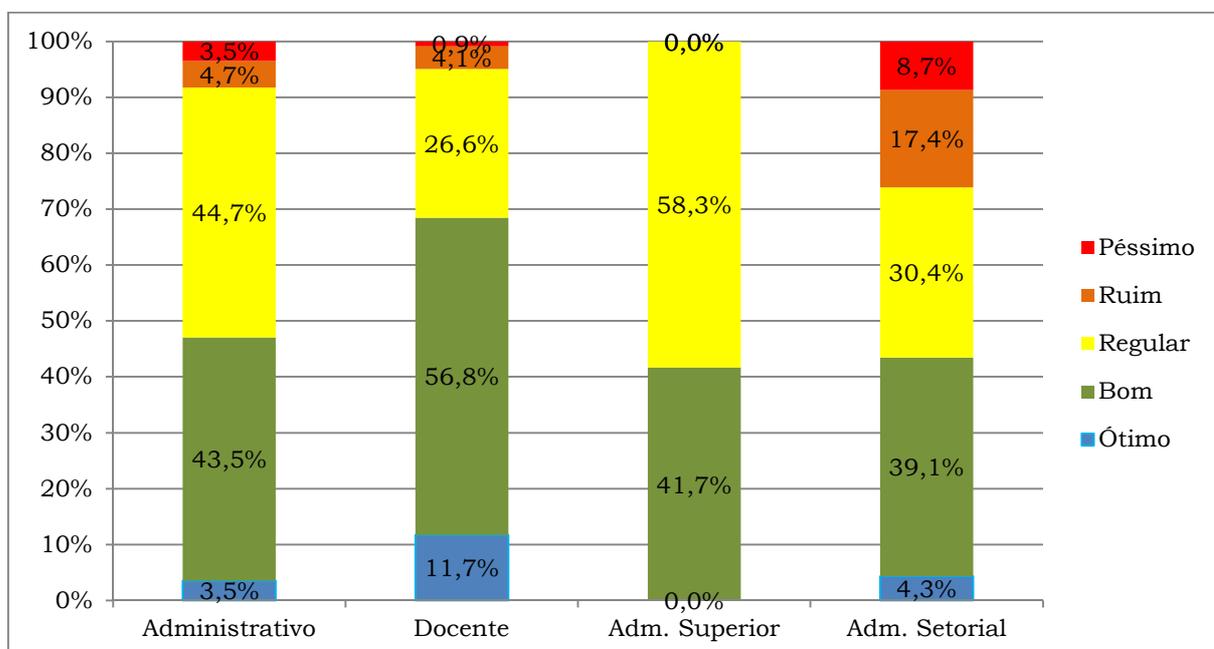
Para essa questão, as respostas da comunidade universitária podem ser observadas no gráfico 1, a seguir:



**Gráfico 1 - Tradução dos objetivos/finalidades em ações na realidade institucional na visão da comunidade universitária.**

Fonte: Questionários aplicados aos gestores, coordenadores de cursos, técnico-administrativos e docentes.

Se as respostas “Não Sei” forem desconsideradas, os resultados apontam que, em média, 52% dos respondentes consideram que as ações desenvolvidas na instituição são reflexo do que está proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (“bom”, nota 4), conforme Gráfico 2:



**Gráfico 2 - Tradução dos objetivos/finalidades em ações na realidade institucional na visão da comunidade universitária.**

Fonte: Questionários aplicados aos gestores, coordenadores de cursos, técnico-administrativos e docentes.

Percebe-se que uma parcela da comunidade interna afirma que as ações desenvolvidas na FURB refletem o que está proposto no PDI. Entretanto, cabe ressaltar que, no período em questão, o PDI estava recém-elaborado, tendo sido feito por uma parcela pequena da comunidade acadêmica, e que não houve um amplo processo de divulgação do documento. Desta forma, analisando-se isoladamente cada segmento da comunidade, o número de respostas “Não Sei” não foi desprezado nesta análise. Embora, estatisticamente, esse resultado não deva ser levado em consideração.

A CPA concluiu que esse indicador deve receber **nota 1**, pois a maior parte da comunidade (36,3%) sequer sabe responder à questão, o que significa que o PDI não está institucionalizado.

A CPA questionou aos gestores da instituição como avaliam o alcance das metas contidas no PDI, cujas respostas estão descritas na Tabela 2 a seguir:

**Tabela 2 - Respostas dos gestores referentes ao alcance das metas do PDI.**

Metas institucionais (PDI 2010-2015)	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
Atender demandas e intervir proativamente no ambiente externo por meio da ampliação do relacionamento, da representatividade e da inserção comunitária;			20,0%	13,3%	66,7%	
Atingir a autossustentabilidade financeira, através do crescimento da receita, da diversificação de suas fontes e da melhoria dos resultados operacionais;	6,7%	6,7%	20,0%	60,0%	6,7%	
Aumentar a visibilidade da Universidade junto à comunidade, indústrias e setor público Municipal, Estadual e Federal;		13,3%		46,7%	26,7%	13,3%
Implementar ações internas que valorizem as atividades de ensino, pesquisa e extensão, proporcionando aos discentes, crescimento profissional, experiência internacional e integração à vida acadêmica;			33,3%	26,7%	33,3%	6,7%
Aumentar o grau de comprometimento com a instituição, por meio da valorização e do desenvolvimento das pessoas.		13,3%	26,7%	40,0%	20,0%	

Fonte: Entrevistas feitas com os gestores

Considerando as respostas obtidas pelo questionário aplicado pela CPA, bem como observando que as metas, no PDI, não estão quantificadas e não possuem prazos, comprometendo a mensuração e a avaliação deste indicador, a CPA entende que para o indicador **alcance das metas definidas no PDI** a **nota** deve ser **3**, pois está atendendo apenas ao referencial mínimo de qualidade.

## 1.2. IMPLEMENTAÇÃO DO PDI

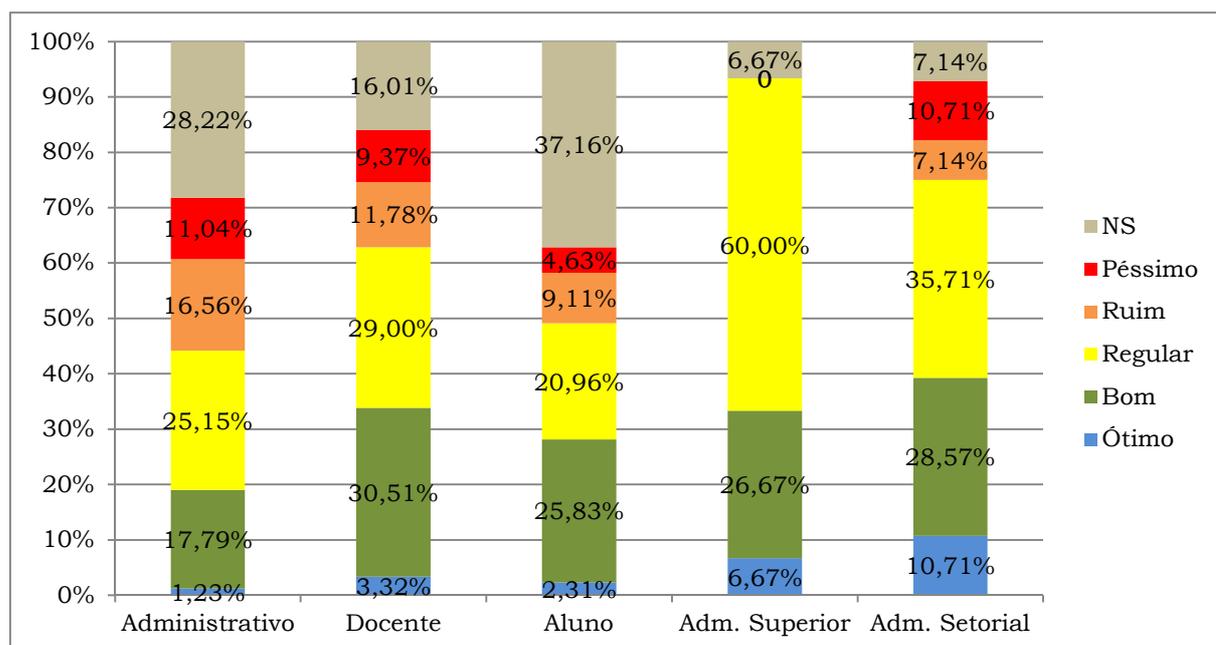
O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2015 foi elaborado por uma comissão composta por 4 docentes, nomeada através da Portaria nº 378/2009, de 27 de Julho de 2009, designada para sistematizar e elaborar o documento, cuja aprovação se deu *Ad Referendum* em 2010, em Sessão Extraordinária do Conselho Universitário – CONSUNI. Essa comissão, a partir dos documentos oficiais existentes na FURB (Planejamento Estratégico e Projeto Político Pedagógico da graduação), conseguiu, então, produzir tal documento, sem que o mesmo registrasse as demandas da comunidade na qual a FURB está inserida.

No que diz respeito ao “grau de apropriação do PDI pela comunidade interna”, foram aplicados questionários aos técnicos-administrativos, gestores, professores e alunos, conforme Tabela 3 a seguir:

**Tabela 3 – Respondentes da questão “Como você avalia seu conhecimento a respeito do PDI da FURB?”.**

<b>Categoria</b>	<b>Público total</b>	<b>Responderam</b>	<b>%</b>
Administrativo	573	163	<b>28,4</b>
Docente	803	331	<b>41,2</b>
Aluno	10.382	2.118	<b>20,4</b>
Adm. Superior	33	15	<b>45,5</b>
Adm. Setorial	79	28	<b>35,4</b>
<b>Total</b>	<b>11.870</b>	<b>2.655</b>	<b>22,4</b>

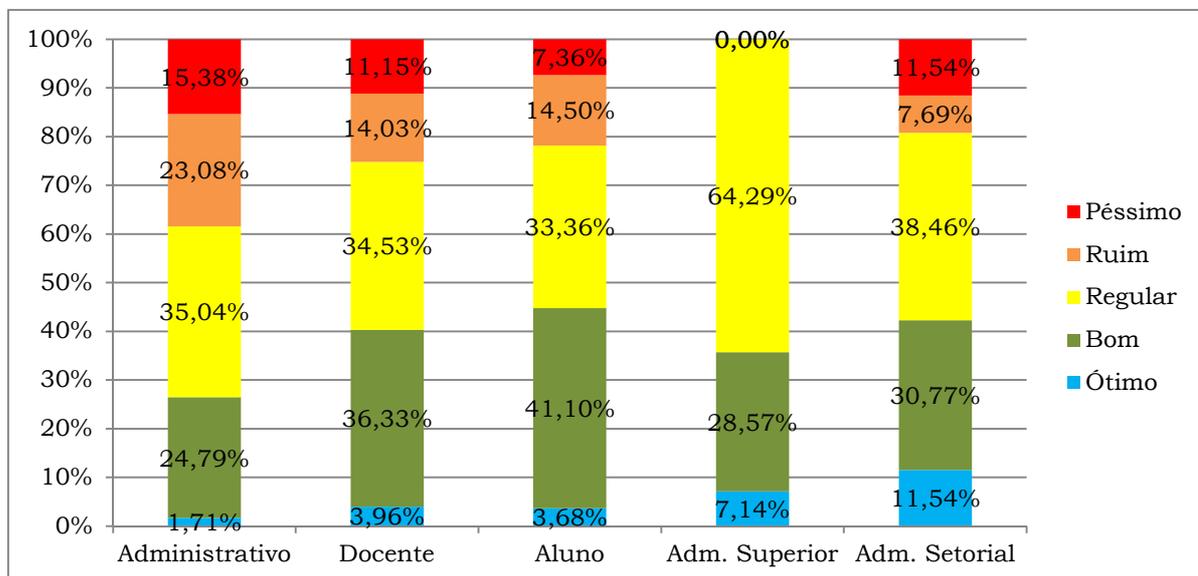
Assim, ao questionar essa comunidade sobre como avaliam seu conhecimento em relação ao PDI, tem-se o Gráfico 3 a seguir:



**Gráfico 3 – Conhecimento a respeito do PDI da FURB na visão da comunidade universitária.**

Fonte: Questionários aplicados aos técnico-administrativos, gestores, professores e alunos.

Se as respostas “Não Sei” forem desconsideradas, os resultados podem ser visualizados no Gráfico 3.



**Gráfico 4 – Conhecimento a respeito do PDI da FURB na visão da comunidade universitária.**

Fonte: Questionários aplicados aos técnico-administrativos, gestores, professores e alunos.

Se as respostas “Não Sei” forem desconsideradas, 39% dos respondentes consideram “bom” o seu conhecimento a respeito do PDI e 33,9% consideram “regular”.

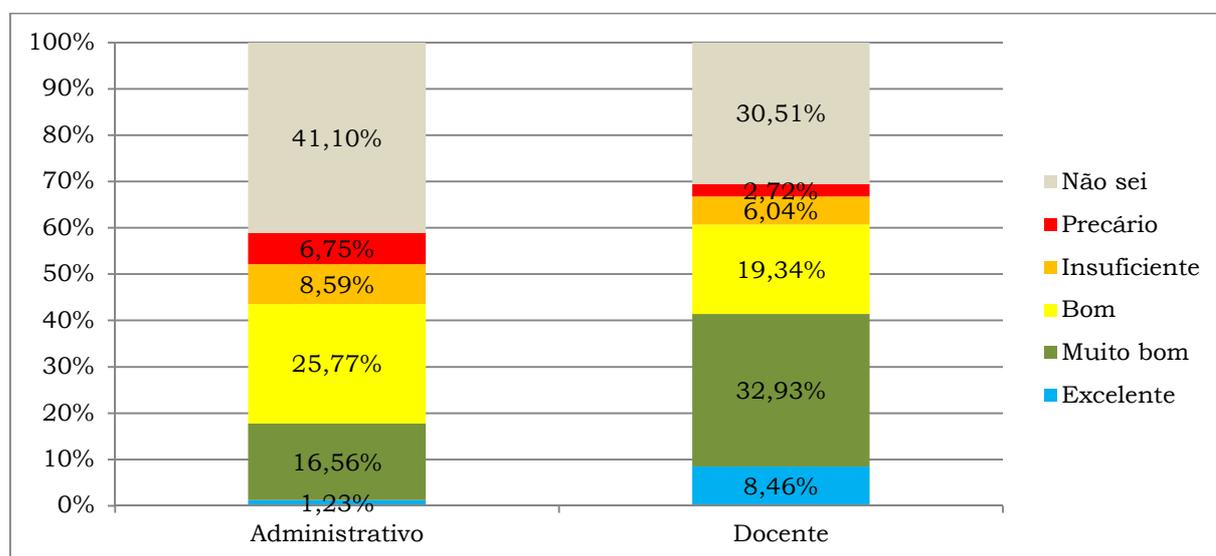
Entretanto, ressalta-se que, conforme já citado anteriormente, no período em questão, o PDI estava recém-elaborado, tendo sido feito por uma parcela pequena da comunidade acadêmica, e que não houve um amplo processo de divulgação do documento. Com base no Gráfico 3, a maioria (33,5%) sequer sabe responder à questão (o que corresponde à 889 respostas “Não Sei” de um total de 2.655 respondentes) e, ainda, 5,6% acham “péssimo”, o que significa que o PDI não está institucionalizado. Desta forma, a CPA entende que a **nota 1** para o indicador **grau de apropriação do PDI pela comunidade interna** é a mais adequada.

A mesma **nota 1** foi atribuída aos indicadores **participação dos dirigentes da Instituição na construção do PDI** e **participação da comunidade universitária na elaboração do PDI**, considerando que a participação não existiu, já que a comissão que elaborou o documento não era representativa, conforme já descrito anteriormente.

No que diz respeito à percepção dos servidores técnico-administrativos e docentes sobre o comprometimento dos dirigentes em relação à implementação e revisão do PDI, pode-se observar a Tabela 4 e o Gráfico 5 a seguir:

**Tabela 4 – Respondentes da questão “Como você percebe o comprometimento dos gestores da FURB na implementação e revisão periódica do PDI?”.**

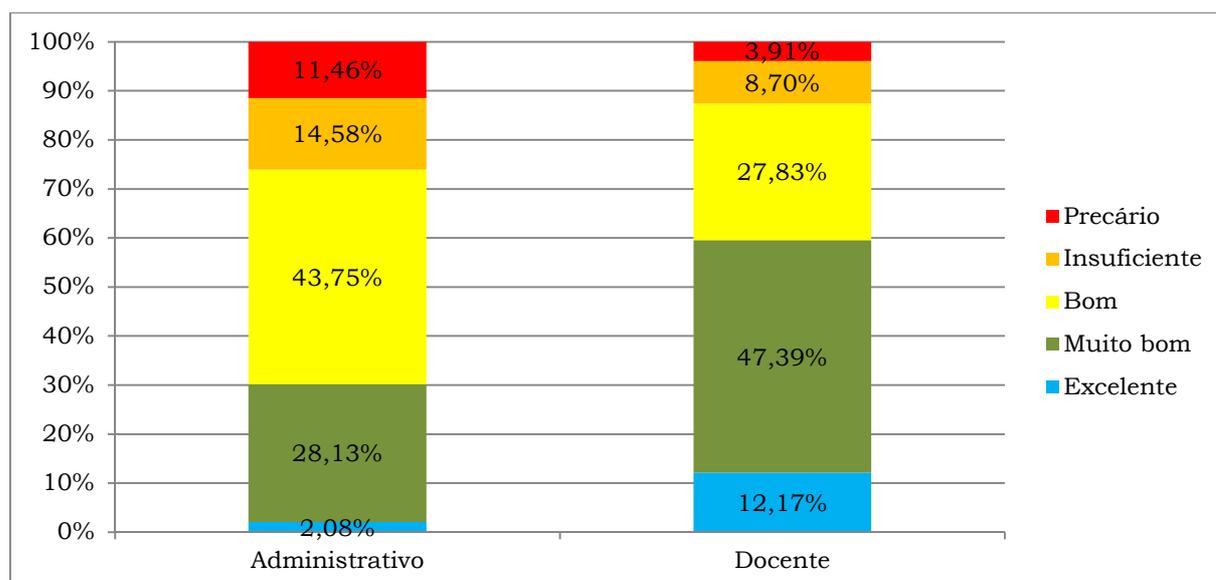
Categoria	Público total	Responderam	%
Administrativo	573	163	<b>28,45</b>
Docente	803	230	<b>28,64</b>
<b>Total</b>	<b>1.376</b>	<b>393</b>	<b>28,6</b>



**Gráfico 5 – Percepção dos servidores técnico-administrativos e docentes sobre o comprometimento dos dirigentes em relação à implementação e revisão do PDI.**

Fonte: Questionários aplicados aos servidores técnico-administrativos e docentes.

Se forem desconsideradas as respostas “Não Sei”, os resultados podem ser visualizados no Gráfico abaixo:



**Gráfico 6 – Percepção dos servidores técnico-administrativos e docentes sobre o comprometimento dos dirigentes em relação à implementação e revisão do PDI.**

Fonte: Questionários aplicados aos servidores técnico-administrativos e docentes.

Excluindo-se as resposta “Não Sei”, percebe-se que os respondentes consideram “bom” (nota 4) o comprometimento dos gestores da FURB na implementação e revisão periódica do PDI. No entendimento da CPA, o indicador **comprometimento dos dirigentes na implementação e revisão periódica do PDI** recebeu **nota 1**, pois o documento foi construído e aprovado *Ad Referendum*, sem ser institucionalizado de fato. Ainda, até o final de 2011, o mesmo não havia sido revisado.

As diretrizes institucionais estão inseridas no PDI, que trazem como valores: democracia; inovação; responsabilidade social; integração; pluralidade; ética; tradição; identidade; inserção comunitária. Já o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) apresenta como princípios filosóficos: justiça, equidade e respeito às diferenças; inclusão social; democratização e socialização do conhecimento; responsabilidade ambiental e social; valorização de todas as formas de vida; a formação de um aluno crítico, com independência intelectual; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Alinhando os valores institucionais e os princípios que norteiam o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Pós-Graduação da FURB, expressos em seu PPI, a CPA entende que existe **coerência das diretrizes institucionais do PDI com o PPI** e para esse indicador atribui **nota 5**.

### 1.3. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO REGIONAL

A FURB atua em seu contexto socioeconômico regional através de seus projetos de ensino, pesquisa, extensão e ações de cultura. A preocupação da instituição com o contexto regional é visível no documento Planejamento Estratégico 2007-2012, no qual se definem as políticas na área de desenvolvimento socioeconômico, como atender às demandas e intervir proativamente no ambiente externo por meio da ampliação do relacionamento, da representatividade e da inserção comunitária. Esse objetivo estratégico está contemplado em duas metas de resultados que são: aumentar a inserção comunitária e ampliar a representatividade e o relacionamento externo.

Essa relação com o contexto regional, também é perceptível nos projetos de ensino de graduação de todas as áreas, principalmente nos cursos que contemplam estágios e práticas, de forma mais intensa nas Licenciaturas, nos cursos da área da Saúde, Serviço Social, Direito, Engenharias e Administração. Nos projetos de pesquisa e extensão, cursos de pós-graduação e em serviços prestados, principalmente através do Instituto de Serviços e Pesquisas (nas áreas ambientais, sociais e tecnológicas) também está expressa a preocupação em atender às necessidades locais.

Nesse sentido, a **articulação entre as ações da FURB e as políticas públicas de desenvolvimento regional** pode ser percebida através de diferentes elementos.

- Quantidade de representantes da FURB em outras instituições, sob a forma de representação oficial em órgãos de classe, conselhos, comissões, nas

esferas municipal, regional, estadual e federal (em torno de 70 representações);

- 90 grupos de pesquisas cadastrados no CNPq, dos quais muitos envolvem problemas regionais;
- 80 projetos de extensão envolvidos com questões regionais;
- Mais de 40 cursos de graduação e 25 de Educação Permanente;
- 10 Mestrados e 1 Doutorado (até 2011);
- O Mestrado de Desenvolvimento Regional possuía, até este ano, 101 dissertações envolvendo problemas regionais.

Apesar de haver inserção da FURB no contexto socioeconômico regional, as ações não estão atreladas às políticas públicas de desenvolvimento regional. As ações existem, porém ocorrem de forma esporádica, geralmente quando solicitadas. Desta forma, a CPA entende que a melhor **nota** para esse indicador é **3**.

Em relação ao indicador **coerência entre as políticas definidas pela FURB e os programas e projetos em desenvolvimento no contexto socioeconômico regional**, pode-se observar que as políticas institucionais definidas pela FURB são encontradas no Planejamento Estratégico da Universidade 2007-2012. Esse plano contempla não apenas as políticas da FURB, agrupadas em seis grandes áreas, mas também as ações/planos/projetos de execução. No entanto, não se vislumbrou a efetividade do desenvolvimento dos projetos.

Por outro lado, os programas e projetos em desenvolvimento no contexto socioeconômico regional estão relacionados às áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho, cumprindo, inclusive, uma das metas previstas no PDI que é atender às demandas e intervir proativamente no ambiente externo por meio da ampliação do relacionamento, da representatividade e da inserção comunitária. A CPA, através de questionários, perguntou aos gestores como avaliam o atendimento dessa meta, e as respostas podem ser observadas na Tabela 5.

**Tabela 5 - Percepção dos gestores sobre a meta do PDI que fala sobre intervenção proativa no ambiente externo.**

Metas institucionais (PDI 2010-2015)	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
Atender demandas e intervir proativamente <b>no ambiente externo</b> por meio da ampliação do relacionamento, da representatividade e da inserção comunitária;			20,0%	13,3%	66,7%	

Fonte: Entrevista realizada com gestores

Assim, a CPA entende que a **nota** que se aplica a esse indicador é **4**, ou seja, está além do referencial mínimo de qualidade.

#### 1.4. PERFIL DO INGRESSANTE E DO EGRESSO

No tocante ao indicador **identificação do perfil dos ingressantes pela FURB**, a instituição, através da COPLAN (setor de Pesquisa institucional) realiza semestralmente uma Pesquisa Sócio-Econômico-Cultural com todos os alunos ingressantes (calouros) com a finalidade de conhecer o perfil dos ingressantes e assim adequar às atividades didático-pedagógicas aos mesmos. Fundamentado na existência deste levantamento, a CPA conclui que a FURB apresenta uma prática já consolidada na identificação do perfil dos ingressantes, atribuindo a esse indicador a **nota 5**.

A COPLAN também realiza uma pesquisa Sócio-Econômico-Cultural com os alunos formandos, com a finalidade de identificar, entre outras questões, se a atuação profissional dos mesmos tem relação com os cursos em que estão se graduando. Nesse sentido, a

Tabela 6 abaixo apresenta os resultados obtidos nesse levantamento para os anos 2009, 2010 e 2011.

**Tabela 6 - Atuação profissional em atividades relacionadas com o curso**

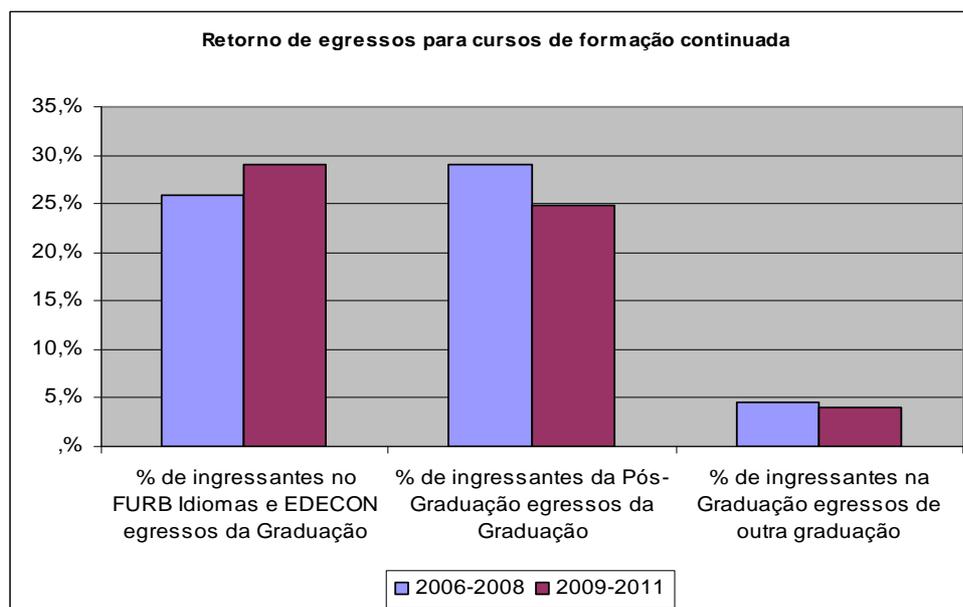
Resposta	2009 (%)		2010 (%)		2011 (%)	
	I	II	I	II	I	II
Sim	52,03	63,67	62,02	63,60	61,43	68,41

Fonte: Pesquisa realizada pela COPLAN.

A CPA, baseada nessa tabela, conclui que boa parte dos alunos já está trabalhando em atividades relacionadas com o curso no qual estão se formando e por isso atribui ao indicador **coerência entre formação recebida e atuação profissional (perfil do egresso)** a **nota 4**.

Já no que concerne ao indicador **relacionamento contínuo entre Instituição e egressos**, a Central de ex-alunos ([www.furb.br/exalunos](http://www.furb.br/exalunos)) tem como objetivo catalogar dados e informações atualizadas sobre o egresso, porém esta ação é de iniciativa do egresso, que se inscreve no site. Essa Central tem também a finalidade de relacionamento e prestação de serviços aos mesmos. Mediante pagamento de meio crédito financeiro por mês, o ex-aluno tem direito a algumas vantagens como utilização da Biblioteca com possibilidade do empréstimo de até 2 livros e comunicação de assuntos interessantes aos ex-alunos, via e-mail. As ações refletem em parte os objetivos enunciados nos documentos, e por isso, a CPA entende que o relacionamento da FURB com seus egressos é bastante incipiente. No ciclo autoavaliativo 2006-2008, a CPA fez recomendações para melhoria desse indicador, porém nenhuma ação foi implementada. Sendo assim, a CPA mantém a **nota 2** para esse indicador.

Quanto ao indicador **retorno do egresso da graduação para cursos de formação continuada**, apesar de apresentar uma pequena variação em relação ao período anterior, a CPA manteve a **nota 4**. Percebeu-se, através de pesquisa realizada pela COPLAN, que houve aumento na proporção de egressos da graduação, nos ingressantes da EDECON e do FURB Idiomas. Considerando a Pós-Graduação e 2ª graduação neste contexto, houve uma diminuição na proporção de egressos da graduação e no ingresso dessas duas modalidades. Esses resultados podem ser observados no Gráfico 7 a seguir:



**Gráfico 7 – Retorno de egressos para cursos de formação continuada.**

Fonte: Pesquisa realizada pela COPLAN

### 1.5. ARTICULAÇÃO ENTRE O PDI\* E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - AUTOAVALIAÇÃO E AVALIAÇÕES EXTERNAS

No tocante ao indicador **utilização dos resultados dos processos de avaliação (interna e externa) para revisão do PDI**, cabe destacar que nos ciclos autoavaliativos anteriores (2001-2005 e 2006-2008) a fragilidade era a inexistência de um PDI. Após esse período, em 2010, a FURB, a partir das recomendações dadas pela CPA, inicia o processo de revisão do PDI, indicando um “Coordenador para elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional” em uma sessão solene do CONSUNI. Embora se perceba que os processos de avaliação tenham influenciado nessa decisão institucional, na prática pouco foi concretizado em relação ao documento. Por essa razão, a CPA entende que a **nota** a ser dada para esse indicador é **2**.

O Balanço Crítico do processo de autoavaliação institucional 2006-2008 recomendou um total de 60 ações para pontos frágeis relacionados a questões

administrativas. A FURB planejou e/ou implementou 169 ações, com o seguinte status de andamento:

- 10 ações não foram iniciadas (apenas planejadas): 0%
- 44 ações oscilaram entre 10% e 70% de conclusão do que foi proposto;
- 115 ações foram concluídas: 100%

Já a avaliação externa (CEE/SC - Agosto/2010) recomendou a reestruturação do PDI, que, conforme dito anteriormente, iniciou em 16/06/2011. Considerando o exposto, a CPA entende que a **nota 4** é a que melhor cabe ao indicador **existência de ações administrativas decorrentes dos resultados da autoavaliação/ avaliação externa**.

O mesmo Balanço Crítico recomendou um total de 14 ações para pontos frágeis relacionados a questões acadêmicas. A FURB planejou e/ou implementou 14 ações, com o seguinte status de andamento:

- 02 ações não foram iniciadas (apenas planejadas): 0%
- 05 ações oscilaram entre 30% e 70% de conclusão do que foi proposto;
- 07 ações foram concluídas: 100%

Considerando o exposto, a CPA entende também que a **nota 4** é a que melhor cabe ao indicador **existência de ações acadêmicas decorrentes dos resultados da autoavaliação/ avaliação externa**.

A seguir temos o quadro com os indicadores e, logo depois, temos as considerações sobre os pontos fracos, pontos fortes e recomendações.

Quadro 1 - Planilha Avaliativa - Dimensão 1

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>1.1. Missão, Visão e Objetivos institucionais</b>						
1.1.1. Adequação da Missão e da Visão institucional ao contexto no qual está inserida.				x		
1.1.2. Coerência entre a missão e os objetivos/finalidades institucionais.						x
1.1.3. Tradução dos/as objetivos/finalidades em ações (projetos) na realidade institucional.		x				
1.1.4. Alcance das metas definidas no PDI.				x		
<b>1.2. Implementação do PDI</b>						
1.2.1. Grau de apropriação do PDI pela comunidade interna.		x				
1.2.2. Participação dos dirigentes da Instituição na construção do PDI.		x				
1.2.3. Participação da comunidade universitária na elaboração do PDI.		x				
1.2.4. Comprometimento dos dirigentes na implementação e revisão periódica do PDI		x				
1.2.5. Coerência das diretrizes institucionais do PDI com o PPI.						x
<b>1.3. Contexto socioeconômico regional</b>						
1.3.1. Articulação entre as ações da FURB e as políticas públicas de desenvolvimento regional.				x		
1.3.2. Coerência entre as políticas definidas pela FURB e os programas e projetos em desenvolvimento no contexto socioeconômico regional.					x	
<b>1.4. Perfil do ingressante e do egresso</b>						
1.4.1. Identificação do perfil dos ingressantes pela instituição.						x
1.4.2. Coerência entre formação recebida e atuação profissional (perfil do egresso).					x	
1.4.3. Relacionamento contínuo entre Instituição e egressos (base de dados de informações atualizadas).			x			
1.4.4. Retorno do egresso da graduação para cursos de formação continuada.					x	
<b>1.5. Articulação entre o PDI* e os processos de avaliação institucional (autoavaliação e avaliações externas)</b>						
1.5.1. Utilização dos resultados dos processos de avaliação (interna e externa) para revisão do PDI.			x			
1.5.2. Existência de ações administrativas decorrentes dos resultados da autoavaliação/ avaliação externa.					x	
1.5.3. Existência de ações acadêmicas decorrentes dos resultados da autoavaliação/ avaliação externa.					x	

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

**Quadro 2 – Pontos positivos, fragilidades e recomendações da Dimensão 1**

<b>Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 1</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coerência entre a missão e os objetivos/finalidades institucionais</li> <li>• Coerência das diretrizes institucionais do PDI com o PPI</li> <li>• Coerência entre as políticas definidas pela FURB e os programas e projetos em desenvolvimento no contexto socioeconômico regional.</li> <li>• Identificação do perfil dos ingressantes pela instituição.</li> <li>• Coerência entre formação recebida e atuação profissional (perfil do egresso).</li> <li>• Retorno do egresso da graduação para cursos de formação continuada</li> <li>• Existência de ações administrativas decorrentes dos resultados da autoavaliação/ avaliação externa.</li> <li>• Existência de ações acadêmicas decorrentes dos resultados da autoavaliação/ avaliação externa.</li> </ul>
<b>Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 1</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adequação da Missão e da Visão institucional ao contexto no qual está inserida.</li> <li>• Alcance das metas definidas no PDI.</li> <li>• Tradução dos objetivos/finalidades em ações (projetos) na realidade institucional.</li> <li>• Grau de apropriação do PDI pela comunidade interna.</li> <li>• Participação dos dirigentes da Instituição na construção do PDI.</li> <li>• Participação da comunidade universitária na elaboração do PDI.</li> <li>• Comprometimento dos dirigentes na implementação e revisão periódica do PDI</li> <li>• Articulação entre as ações da FURB e as políticas públicas de desenvolvimento regional.</li> <li>• Relacionamento contínuo entre Instituição e egressos (base de dados de informações atualizadas).</li> <li>• Utilização dos resultados dos processos de avaliação (interna e externa) para revisão do PDI.</li> </ul>
<b>Recomendações sobre a Dimensão 1</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisar a Missão, a Visão e os valores institucionais.</li> <li>• Estabelecer prazos para as metas definidas no PDI, quantificá-las.</li> <li>• Pautar as ações (projetos) institucionais nos objetivos e finalidades estabelecidos no PDI.</li> <li>• Promover a divulgação do PDI junto à comunidade universitária através de seminários.</li> <li>• Criar um sistema online de acesso ao PDI.</li> <li>• Sensibilizar a comunidade sobre a importância do PDI.</li> <li>• Considerar como horas de AACC a participação dos alunos, com declaração ou certificado de presença.</li> <li>• Pautar as ações institucionais nas metas e ações propostas no PDI.</li> <li>• Revisar periodicamente o PDI.</li> <li>• Utilizar a metodologia BSC (adequado aos SINAES) para analisar o desempenho do PDI.</li> </ul>

- Promover ações que busquem, nos egressos da FURB, informações que possam nortear o desenvolvimento de cursos de pós/graduação voltados para a realidade do ex-aluno.
- Utilizar os resultados dos processos de avaliação para revisão do PDI como forma de corrigir ou melhorar o PDI.

**Comentários da CPA:**

Analisando a Visão e a Missão institucional observou-se que a missão da universidade é de difícil operacionalização. Também não é possível mensurar seus propósitos. Com relação a esta operacionalização, ainda há mais uma carência, uma vez que a comunidade acadêmica desconhece o PDI e, portanto, não há uma tradução efetiva dos objetivos/finalidades em ações. Recomenda-se a divulgação efetiva do PDI junto a comunidade acadêmica, além da quantificação das metas e definição de prazos contidos neste documento.

O Plano de Desenvolvimento Institucional referente ao quinquênio 2010-2015 está em vigor, todavia percebe-se a falta de apropriação do mesmo pela comunidade acadêmica. Assim sendo, recomenda-se promover a divulgação do PDI junto à comunidade universitária através de seminários. Ainda sugere-se a criação de um sistema *on line* de acesso ao PDI que permita quantificar a apropriação de seu conteúdo por parte da comunidade acadêmica.

Apesar de haver ações que visam incluir a FURB no contexto socioeconômico regional, as mesmas não estão atreladas às políticas públicas de desenvolvimento regional ocorrendo em função da demanda. Além disso, o alcance destas ações está aquém do esperado. Recomenda-se um estreitamento das relações entre instituição e comunidade externa/poder público, para que em conjunto construam projetos de interesse regional buscando o desenvolvimento socioeconômico.

Com relação à comunicação que há entre a universidade e o egresso, verifica-se uma ação pouco efetiva, já apresentada no relatório de autoavaliação institucional (2006 – 2008). Desta forma, sugere-se que a central de ex-alunos ([www.furb.br/exalunos](http://www.furb.br/exalunos)) promova ações que busquem, nos egressos da FURB, informações que possam nortear o desenvolvimento de cursos de pós-graduação voltados para a realidade do ex-aluno. Por fim, os resultados dos processos de avaliação não estão sendo utilizados de maneira adequada na revisão do PDI. Sugere-se que essa prática passe a ser adotada como forma de corrigir, ou melhorar o Plano de Desenvolvimento Institucional da FURB.

## CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A EXTENSÃO E A PÓS-GRADUAÇÃO

### 2.1. A POLÍTICA PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO E CURSOS SEQUENCIAIS

As atividades de ensino de graduação e de cursos sequenciais da FURB estão sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEN, à qual compete elaborar e implementar, em conjunto com as coordenadorias de colegiados de cursos de graduação, as políticas de ensino de graduação, ensino médio e profissionalizante da Universidade, coordenando-as e supervisionando-as. Submetida a esta Pró-Reitoria estão as seguintes divisões:

- Divisão de Políticas Educacionais – DPE, à qual compete coordenar e avaliar a implementação das políticas de ensino de graduação, formação docente, estágios, licenciaturas, projeto político-pedagógico do ensino de graduação;
- Divisão de Modalidades de Ensino – DME, à qual compete prospectar e implementar projetos que promovam inovações no ensino em suas diversas formas e modalidades;
- Divisão de Registro Acadêmico – DRA, à qual compete organizar, coordenar e controlar as atividades relativas ao registro do Corpo Discente, compreendendo matrículas, controles acadêmicos, transferências, notas, certificados, históricos, certidões e outras pertinentes à sua área de atuação.

A avaliação da política para o ensino de graduação e de cursos sequenciais da FURB tem como base os dados obtidos nestes setores, os questionários aplicados à comunidade universitária, o seminário de autoavaliação e os documentos institucionais, tais como Projeto Político Pedagógico da Instituição (**ANEXO.H**), Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPCs) , os documentos que regulamentam os cursos sequenciais e as práticas institucionais de avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Com relação aos indicadores desta dimensão, são apresentadas as análises abaixo.

#### 2.1.1. Coerência das políticas de ensino de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais com os documentos oficiais.

Analisando os princípios filosóficos e teórico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas, bem como a organização didático-pedagógica prevista nos vários PPCs, observa-se que eles reproduzem o previsto no PDI, mostrando a existência de **coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos de graduação e o PDI**. Ainda, em questionário

aplicado junto aos Coordenadores de curso de graduação, dos **40%** que responderam a entrevista, **47,1%** avaliaram como **ADEQUADA** a coerência entre o PPC e o PDI e em entrevistas realizadas junto às assessoras pedagógicas, as mesmas também avaliaram como **ADEQUADA** esta coerência. Assim, no entender da comunidade presente ao seminário de autoavaliação, em relação aos cursos, pode-se afirmar que as políticas educacionais estão sendo atendidas e que a maioria dos PPC's está coerente com o PDI. Desta forma, a CPA atribuiu **nota 4** para este indicador.

Com relação aos cursos sequenciais da FURB, os mesmos não possuíam Projeto Pedagógico no período avaliado e o PDI não retratou a parte pedagógica dos cursos sequenciais, que apenas definem como uma de suas metas apoiar e promover a EAD, primando pela qualidade. Assim sendo, a CPA entende que o indicador **coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e o PDI** não está sendo atendido pela instituição, atribuindo ao mesmo a **nota 2**.

No que se refere à **coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos de graduação (PPCs) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI)**, a comunidade presente no seminário entendeu que o PPI da graduação não abordava os cursos sequenciais, bacharelados, licenciaturas, etc. Foi ressaltado também, no seminário, que os alguns princípios filosóficos previstos no PPI não estão presentes em alguns PPC's, embora não se tenha deixado claro quais eram estes pontos. Em entrevista realizada junto aos Coordenadores de curso de graduação, dos **40%** que responderam à mesma, **41,2%** avaliaram como **ADEQUADA** a coerência entre o PPC e o PPI. Em entrevista, as assessoras pedagógicas, avaliaram como BOA a coerência entre os PPCs e o PPI. Considerando que na grande maioria dos PPCs, os princípios filosóficos, as práticas acadêmicas, bem como a organização didático-pedagógico é coerente com o previsto no PPI, a CPA entende que a instituição atende ao referencial mínimo de qualidade e considerou **nota 3** para este indicador.

Ao indicador **coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI)**, atribuiu-se **nota 1**, pois, tanto a CPA quanto a comunidade presente no seminário, entenderam que este indicador não está sendo atendido pela instituição, uma vez que os cursos sequenciais da FURB não possuem Projeto Pedagógico (no período avaliado) e o PPI não retrata a parte pedagógica dos cursos sequenciais.

Ao analisar a missão da FURB, "Promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável integrando o ensino, a pesquisa e a extensão, com intensa inserção comunitária", a CPA entende que a organização curricular prevista nos PPCs foi feita de forma a permitir uma formação intelectual e profissional que promova o desenvolvimento socioeconômico. Na opinião dos Coordenadores de curso de graduação (entrevistas/questionários aplicados) tem-se o seguinte resultado: **40%** responderam à entrevista, e **52,9%** avaliaram como **ADEQUADA** e **35,3%** avaliaram como **MUITO ADEQUADA** a

coerência entre o PPC e a Missão Institucional. Assim, tanto a CPA quanto a comunidade universitária presente no seminário de autoavaliação, decidiram manter a **nota 4** do indicador **coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos de graduação e a missão da Instituição**.

No que tange à **coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e a missão da Instituição**, não existia Projeto Pedagógico dos Cursos Sequenciais no período avaliado, impossibilitando a análise da coerência com a missão Institucional. Assim sendo, a CPA e a comunidade presente no seminário de autoavaliação concluíram que este indicador não está sendo atendido pela instituição, atribuindo **nota 1** para ele.

Analisando os documentos oficiais (PPCs e PPI), a CPA constatou que existe uma organização curricular, na forma de eixos, que visa atender aos objetivos de formação intelectual e profissional dos egressos. Observa-se que há uma forte articulação entre a organização curricular e o perfil desejado do egresso dos cursos. Segundo dados obtidos através de entrevistas, **58,8%** dos Coordenadores de curso de graduação consideram **MUITO ADEQUADA** a organização curricular, os objetivos e o perfil do egresso. Desta forma, tanto a comunidade presente no seminário, quanto a CPA, entendem que a nota para o indicador **coerência entre a organização curricular, os objetivos e o perfil do egresso** deva **ser 4**, pois o mercado avalia o egresso da FURB como “muito bom”.

Para análise do indicador **coerência entre o Projeto Pedagógico dos Cursos e as diretrizes curriculares definidas pelo MEC**, foram aplicados questionários aos Coordenadores de curso de graduação, nos quais **47,1%** avaliaram como **MUITO ADEQUADA** o PPC e as diretrizes curriculares definidas pelo MEC e **41,2%** avaliaram como **ADEQUADA**. Ficou claro no seminário realizado que há currículos que não atendem às diretrizes do MEC. Há Termo de Ajuste de Conduta (TAC) em alguns cursos. Em 2011 havia cursos que tiveram que ser revisados por não atenderem às diretrizes curriculares. Diante do exposto, tanto a CPA quanto a comunidade presentes no seminário entendem que a **nota** ideal para este indicador seja **4**.

2.1.2. Políticas institucionais para cursos de graduação e sequenciais, na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização

Questionários aplicados pela CPA junto aos Coordenadores de curso de graduação mostram que **76,5%** consideram **ADEQUADA** ou **MUITO ADEQUADA** a “**participação dos professores na elaboração do Projeto Pedagógico do curso**”. Porém, segundo informações obtidas no seminário de autoavaliação, alguns coordenadores tem se queixado da falta de participação docente nas discussões dos PPCs. As representações dos departamentos nos colegiados também estão deixando a desejar. O seminário entendeu que deveriam ser questionados os docentes em geral e os Núcleos docentes estruturantes

(NDEs). Sugeriu-se, também, que atas e documentos institucionais dos colegiados e NDEs sejam incorporados na metodologia de coleta dessas informações, para constatar a participação efetiva do corpo docente nessas reuniões, especialmente naquelas que tratam das mudanças curriculares. As sugestões serão consideradas numa próxima avaliação. Levando em consideração os dados obtidos através dos questionários aplicados junto aos Coordenadores de cursos de graduação, a CPA entende que a **nota 4** deve ser mantida para esse indicador.

No caso da **apropriação do Projeto Pedagógico do curso pelos professores**, os dados obtidos através de questionário aplicado junto aos docentes dos cursos de graduação revelam que **46,6%** consideram **ADEQUADA** e **27,3%** como **MUITO ADEQUADA** a sua apropriação do PPC. Os presentes no seminário sugeriram que os PPC's deveriam estar publicados na INTERNET, na página de cada curso e entendem que a instituição faz o mínimo necessário, que é disponibilizar o PPC para consulta dos docentes interessados. A CPA concorda com a visão dos presentes no seminário de autoavaliação e com a maioria dos docentes que responderam ao questionário, definindo assim **nota 3** a este indicador.

No que se refere à **coerência entre as práticas implementadas na graduação com as políticas constantes nos PPC**, em pesquisa realizada **76,5%** dos Coordenadores de curso de graduação avaliaram como **ADEQUADA** esta coerência. Tanto a CPA, quanto a comunidade presente no seminário entendem que deve prevalecer a lógica do resultado do indicador anterior, pois refletem o conhecimento a respeito das políticas relacionadas a cada curso. A CPA entende que a **nota 3** deve ser mantida para esse indicador.

Com relação ao indicador **coerência entre as práticas implementadas nos cursos sequenciais com as políticas constantes nos PPC**, constatou-se que, no período avaliado, os cursos sequenciais da FURB não possuíam Projeto Pedagógico o que impossibilita uma análise comparativa entre as práticas implementadas e o PPC do curso. Assim, a comunidade presente no seminário e a CPA entendem que este indicador não está sendo atendido pela instituição, atribuindo assim **nota 1** ao mesmo.

As chefias das divisões vinculadas à PROEN, em entrevista, consideraram a existência de **mecanismos de atualização e revisão sistemática da matriz curricular dos cursos** como **MUITO ADEQUADO**. Pode-se destacar que os NDE (Núcleos Docentes Estruturantes) dos cursos de graduação da FURB, propostos a partir de 2010, constituem-se de docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. Assim, a CPA entende que existem mecanismos e que a nota para esse indicador deva **ser 4**.

Quanto à **existência de processos de flexibilidade curricular (seminários, atividades complementares, intercâmbios, percursos diferenciados na integralização curricular, etc.)**, verificou-se que, de acordo com o PDI, o PPI prevê a organização curricular por eixos (geral, de articulação e específico). “Uma organização por eixos permite mais flexibilização nos currículos, considerando a interatividade que esta propõe” (PPI, p.

29). O documento prevê também as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) que são componentes curriculares que envolvem ensino, pesquisa e extensão, objetivando ampliar as possibilidades de formação e contribuir para a autonomia do acadêmico na construção de seu percurso de formação. Discussões no seminário avaliativo mostram que os currículos estão muito fechados em disciplinas e com pouca flexibilidade curricular. A FURB precisa aprofundar essa discussão e ampliar a possibilidade de “transitar” entre as áreas do conhecimento. As equivalências das disciplinas, internacionalização, precisam ser revistas para proporcionar maior flexibilidade curricular. A CPA em concordância com os presentes no seminário de autoavaliação atribuiu **nota 3**, pois a FURB atende ao referencial mínimo nesse quesito.

A **existência de ambiente virtual de apoio ao ensino presencial** está evidenciada, uma vez que a FURB disponibiliza um ambiente virtual de apoio ao ensino presencial denominado AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA1 – Apoio ao ensino presencial e AVA2 – Apoio à EAD (pós-graduação)). Diante do exposto, a CPA mantém a **nota 5** por considerar que a instituição atende ao referencial máximo de qualidade para este indicador.

Quanto à **indicação de ações inovadoras futuras e/ou em desenvolvimento na área do ensino com uso de novas tecnologias**, as chefias da DME e DPE, juntamente com o Pesquisador Institucional, avaliaram que há existência de ações inovadoras futuras e/ou em desenvolvimento na área do ensino com uso de novas tecnologias. Visitas *in loco* mostraram que, na grande maioria das salas de aula, são encontrados projetores multimídia fixos, bem como acesso *wireless* e pontos de rede. A formação Institucional oferece cursos de Planejamento e Organização de Atividades a Distância ou Material Interativo Virtual - uso do AVA, pois algumas disciplinas são ofertadas em Ambientes Virtuais (semipresenciais). Os presentes no seminário de autoavaliação entendem que projetores multimídia e *wireless* em ambientes de ensino já se tornaram itens básicos nas IES e que, embora o AVA tenha sido uma evolução, a FURB precisa avançar muito em novas tecnologias no ensino. Desta forma a CPA entende que a instituição atende ao referencial mínimo de qualidade neste indicador e atribui, portanto, **nota 3**.

Na visão dos Coordenadores de curso de graduação (entrevistas/ questionários aplicados), **35,3%** avaliaram como **ADEQUADA** a **participação dos alunos na elaboração do Projeto Pedagógico do curso**. Porém, observa-se que **29,4%** responderam como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. As discussões no seminário de autoavaliação mostraram que, a partir de 2010, houve a implementação dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE's) e os discentes não participam (não há essa categoria na composição). O colegiado aprova o PPC e, nessa instância, os alunos participam. Percebe-se, ainda, que a participação efetiva é bastante restrita. A CPA considerou que a instituição não atende ao mínimo do referencial de qualidade, considerando adequada a **nota 2**.

Já no que se refere à **apropriação do Projeto Pedagógico do curso pelos alunos**, segundo dados obtidos através de questionários aplicados junto aos alunos de graduação, **57,2%** avaliaram como **ADEQUADA** a sua apropriação do PPC. Porém, observa-se que **15,4%** responderam como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Assim, a CPA entende que a **nota 3** deve ser mantida para esse indicador.

A FURB possui um **processo sistemático de avaliação do ensino (aspectos didático-pedagógicos, infraestrutura)**, que ocorre através de questionário aplicado semestralmente pelo setor de Avaliação vinculado à COPLAN. No ano de 2011 verificou-se que, com a não obrigatoriedade de responder à Avaliação (desbloqueio do AVA), o número de alunos respondentes caiu significativamente, o que gerou uma *amostra não representativa* e que não permitiu a utilização da informação. Em consideração ao que foi debatido no seminário, a FURB deveria desenvolver estratégias de motivação dos alunos para a avaliação do ensino e divulgar os resultados, bem como incrementar o trabalho com os coordenadores dos cursos. A CPA entende que o processo sistemático existe, porém o processo de avaliação do ensino ficou prejudicado no período do ciclo autoavaliativo, atribuindo a **nota 2** para esse indicador.

No que se refere ao **uso dos resultados das avaliações (internas) para o planejamento das atividades do ensino**, foi aplicado questionário junto aos Coordenadores de curso de graduação, dos quais **41,2%** avaliaram como **ADEQUADA** o uso da avaliação interna e **29,4%** entende que essa utilização não é tão evidente. Também aplicaram-se questionários aos docentes, nos quais **27%** avaliaram como **ADEQUADA** o uso da avaliação interna e **22,4%** entenderam que essa utilização é **MUITO ADEQUADA**. Diante das respostas apresentadas, a CPA avalia que a **nota 3** deve ser mantida.

Com relação ao **uso dos resultados das avaliações (externas) para o planejamento das atividades do ensino**, a pesquisa realizada com os Coordenadores de cursos de graduação aponta que **52,9%** avaliaram como **ADEQUADO** o uso da avaliação externa e **29,4%** consideraram **MUITO ADEQUADO**. A entrevista feita com as Chefias da DME, da DPE e o PI, aponta que as mesmas consideram **ADEQUADO** o uso da avaliação externa. Desta forma, a CPA entende que este indicador deva receber **nota 3**.

A FURB divulga em seu site ([www.furb.br](http://www.furb.br)) o conceito obtido do ENADE, bastando acessar cada um dos cursos e verificar como foram avaliados. Em [www.furb.br/proen](http://www.furb.br/proen) ficam publicados os resultados da Avaliação dos cursos e da Instituição. Desta forma a CPA entende que a **divulgação dos resultados de avaliação externa dos cursos para a comunidade acadêmica**, atende ao referencial máximo de qualidade, considerando para este indicador a **nota 5**.

O Planejamento estratégico 2007-2012 prevê metas e objetivos para o ensino de graduação e trata-se de uma prática institucionalizada. As metas existem, entretanto os prazos não foram determinados, nem no PE e nem no PDI. Assim, para o indicador **planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo no ensino de**

**graduação**, permanece a **nota 4**. No que tange ao **planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo em cursos sequenciais**, o Planejamento Estratégico 2007-2012 prevê metas apenas de quantidade de cursos. A CPA, em concordância com os presentes no referido seminário, atribuiu **nota 2** a este indicador por considerar que trata-se de uma política que não está atendendo ao referencial mínimo de qualidade.

A seguir tem-se o quadro com os indicadores e, logo depois, o destaque dos pontos fortes e fracos e as recomendações necessárias.

**Quadro 3 - Planilha Avaliativa – Dimensão 2.1**

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>2.1.1. Coerência das políticas de ensino de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais com os documentos oficiais</b>						
2.1.1.1 Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos de graduação e o PDI.					x	
2.1.1.2. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e o PDI.			x			
2.1.1.3. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos de graduação e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).				x		
2.1.1.4. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).		x				
2.1.1.5. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos de graduação e a missão da Instituição.					x	
2.1.1.6. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e a missão da Instituição.		x				
2.1.1.7. Coerência entre a organização curricular, os objetivos e o perfil do egresso.					x	
2.1.1.8. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos Cursos e as diretrizes curriculares definidas pelo MEC.					x	
<b>2.1.2. Políticas institucionais para cursos de graduação e sequenciais, na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização</b>						
2.1.2.1. Participação dos professores na elaboração do Projeto Pedagógico do curso.					x	
2.1.2.2. Apropriação do Projeto Pedagógico do curso pelos professores.				x		
2.1.2.3. Coerência entre as práticas implementadas na graduação com as políticas constantes nos PPC.				x		
2.1.2.4. Coerência entre as práticas implementadas nos cursos sequenciais com as políticas constantes nos PPC.		x				
2.1.2.5. Mecanismos de atualização e revisão sistemática da matriz curricular dos cursos.					x	
2.1.2.6. Existência de processos de flexibilidade curricular (seminários, atividades complementares, intercâmbios, percursos diferenciados na integralização curricular, etc.).				x		
2.1.2.7. Existência de ambiente virtual de apoio ao ensino presencial.						x

2.1.2.8. Indicação de ações inovadoras futuras e/ou em desenvolvimento na área do ensino com uso de novas tecnologias.				x		
2.1.2.9. Participação dos alunos na elaboração do Projeto Pedagógico do curso.			x			
2.1.2.10. Apropriação do Projeto Pedagógico do curso pelos alunos.				x		
2.1.2.11. Processo sistemático de avaliação do ensino (aspectos didático-pedagógicos, infraestrutura).			x			
2.1.2.12. Uso dos resultados das avaliações (interna) para o planejamento das atividades do ensino.				x		
2.1.2.13. Uso dos resultados das avaliações (externas) para o planejamento das atividades do ensino.				x		
2.1.2.14. Divulgação dos resultados de avaliação externa dos cursos para a comunidade acadêmica.						x
2.1.2.15. Planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo no ensino de graduação.					x	
2.1.2.16. Planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo em cursos sequenciais.			x			

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

**Quadro 4 – Pontos positivos, fragilidades e recomendações da Dimensão 2.1**

<b>Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 2.1</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos de graduação e o PDI.</li><li>• Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos de graduação e a missão da Instituição.</li><li>• Coerência entre a organização curricular, os objetivos e o perfil do egresso.</li><li>• Coerência entre o Projeto Pedagógico dos Cursos e as diretrizes curriculares definidas pelo MEC.</li><li>• Participação dos professores na elaboração do Projeto Pedagógico do curso.</li><li>• Apropriação do Projeto Pedagógico do curso pelos professores.</li><li>• Mecanismos de atualização e revisão sistemática da matriz curricular dos cursos.</li><li>• Existência de ambiente virtual de apoio ao ensino presencial.</li><li>• Divulgação dos resultados de avaliação externa dos cursos para a comunidade acadêmica.</li><li>• Planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo no ensino de graduação.</li></ul>
<b>Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.1</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e o PDI.</li><li>• Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos de graduação e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).</li><li>• Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).</li><li>• Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e a missão da Instituição.</li><li>• Coerência entre as práticas implementadas na graduação com as políticas constantes nos PPC.</li><li>• Existência de processos de flexibilidade curricular (seminários, atividades complementares, intercâmbios, percursos diferenciados na integralização curricular, etc.).</li><li>• Coerência entre as práticas implementadas nos cursos sequenciais com as políticas constantes nos PPC.</li><li>• Indicação de ações inovadoras futuras e/ou em desenvolvimento na área do ensino com uso de novas tecnologias.</li><li>• Participação dos alunos na elaboração do Projeto Pedagógico do curso.</li><li>• Apropriação do Projeto Pedagógico do curso pelos alunos.</li><li>• Processo sistemático de avaliação do ensino (aspectos didático-pedagógicos, infraestrutura.).</li><li>• Uso dos resultados das avaliações (interna) para o planejamento das atividades do ensino.</li><li>• Planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo em cursos sequenciais.</li></ul>

**Recomendações sobre a Dimensão 2.1**

- Elaborar PPC para os cursos sequenciais.
- Definir/quantificar metas e ações no PDI com prazos definidos para esta modalidade de ensino (cursos sequenciais).
- Discutir o PPP da graduação de forma que se torne de fato o PPI.
- Inserir questões que trate do PPC do curso para o qual está se candidatando na prova do concurso docente.
- Disponibilizar os PPCs para toda comunidade (acesso online).
- Possibilitar ao aluno optar por disciplinas em qualquer curso da universidade (mobilidade acadêmica) e que a mesma possa integrar o seu próprio currículo.
- Prever nos PPCS essa possibilidade de flexibilização.
- Avançar em novas tecnologias no ensino (quadro interativo, melhorar o AVA).
- Adequar os sistemas de rede (wireless e a rede de internet) as demanda da universidade.
- Criar mecanismos que permitam uma participação mais significativa (dos alunos) tanto na elaboração, quanto na adequação e revisão.
- Criar estratégias de motivação junto aos alunos, para uma maior participação dos mesmos;
- Mostrar e divulgar os resultados da avaliação aos alunos.
- Desenvolver trabalhos com os coordenadores dos cursos para incentivar um maior envolvimento dos acadêmicos neste processo (de avaliação).
- Informatizar os mecanismos de avaliação para a agilização dos processos.
- Reestruturar o modelo de avaliação do ensino (docente, infraestrutura) atualmente aplicada.
- Estabelecer a amostra ideal para que a avaliação do ensino possa ser considerada para planejamento.
- Envolver e comprometer os coordenadores de curso no processo de avaliação do ensino.
- Planejar e melhorar as atividades de ensino como base os resultados das avaliações externas.

**Comentários da CPA:**

Conforme já explicitado anteriormente, existe coerência entre as políticas de ensino de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia), com os documentos oficiais. Porém fragilidades encontradas, **pontos frágeis** levam a CPA a fazer as seguintes recomendações: a IES necessita elaborar PPC para os cursos sequenciais, bem como, definir\quantificar metas e ações no PDI com prazos definidos para esta modalidade de ensino.

Também em relação à participação dos alunos na elaboração do PPC dos cursos de graduação, recomenda-se a criação de mecanismos que permitam uma participação mais significativa tanto na elaboração, quanto na adequação e revisão.

Com relação ao processo sistemático de avaliação do ensino, detectaram-se algumas deficiências e sugere-se a necessidade de: criar estratégias de motivação junto aos alunos, para uma maior participação dos mesmos; mostrar e divulgar os resultados da

---

avaliação aos alunos e, desenvolver trabalhos com os coordenadores dos cursos para incentivar um maior envolvimento dos acadêmicos neste processo. Além disso, recomenda-se a informatização de todos os mecanismos de avaliação para a agilização deste processo.

## 2.2 A POLÍTICA PARA A PESQUISA

Atualmente as atividades de pesquisa na FURB estão sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – PROPEX. Submetida a esta Pró-Reitoria está a Divisão de Apoio a Pesquisa – DAP, que tem por função coordenar, acompanhar e orientar os pesquisadores nas suas atividades, conforme previsto na Resolução Nº. 22/2003, alterada pela Resolução Nº. 59/2006. Todos os projetos desta área são desenvolvidos nos 28 departamentos da Instituição, nos 3 Institutos de Pesquisa e nos 10 programas de mestrado e 1 programa de doutorado.

Conforme citado no relatório anterior, as atividades de pesquisa são cadastradas internamente no Sistema Integrado de Pesquisa e Extensão – SIPEX - que consiste num banco de dados sobre projetos de pesquisa. As informações do SIPEX, referentes a dados do projeto, carga horária e orçamento, são alimentadas pelos pesquisadores. Atualmente a manutenção do sistema é de responsabilidade da DAP. Os indicadores abaixo apresentados referem-se a importantes aspectos da política institucional para a pesquisa.

### 2.2.1. Mecanismos institucionalizados de estímulo à produção científica e tecnológica e sua divulgação

Ao indicador que avalia os **mecanismos implementados de estímulo à produção científica e tecnológica e sua divulgação na FURB**, a CPA considerou que a instituição apenas atende ao referencial mínimo de qualidade. Além da falta de dados quantitativos que provem a existência de mecanismo para estimular a produção científica e tecnológica da FURB no período, resultados de questionários aplicados aos docentes, alunos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* mostraram que: **35,1%** dos docentes avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL** os mecanismos de estímulo à produção científica e tecnológica. Entre os alunos de graduação, **46,3%** consideraram **ADEQUADA**, porém outros 25% avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Quanto aos alunos de pós-graduação *Stricto Sensu*, **33%** avaliaram como **ADEQUADA** e **33%** avaliaram como **MUITO ADEQUADA**. Cabe ressaltar que é condição para obter o diploma a publicação de produção científica - pelo menos o artigo da dissertação. Durante o seminário, foram destacados os seguintes mecanismos de apoio às pesquisas existentes: a redução da carga horária docente para publicar, o PIBIC, que conta com 1000 reais para projetos mais bolsa para aluno pesquisador, os editais internos existentes para apoio na ida a eventos e à publicação de livros, etc.; o apoio em estatística e idiomas (DAP); o plano de carreira que é vinculado à produção científica (PQ=salário). Desta forma a CPA e os presentes no seminário de autoavaliação consideraram a **nota 3** para o indicador.

Quanto aos **mecanismos de avaliação da produção científica e tecnológica da FURB**, a CPA destaca que, no caso dos doutores pesquisadores que não fazem parte dos programas de pós-graduação e que têm produção científica, as informações são coletadas na plataforma Lattes. Desde 2007 a DGDP, de forma sistemática, faz o registro da produção científica dos docentes, elaborando gráficos e tabelas com base na classificação QUALIS, e os disponibiliza no relatório de atividades da Instituição e no próprio mural da DGDP. As secretarias dos programas de Pós-Graduação fazem o levantamento da sua produção científica e o encaminham para a CAPES. Na entrevista com os docentes pesquisadores, **35,1%** avaliaram como **ADEQUADO** os mecanismos de avaliação da produção científica e tecnológica. Porém, **26,4%** consideraram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. A CPA e a comunidade presente ao seminário atribuíram ao indicador a **nota 3**.

Na análise do indicador **existência de eventos científicos para difusão da produção científica e tecnológica reconhecidos pela comunidade acadêmico-científica** assinala-se a existência da Mostra Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão (MIPE), das semanas acadêmicas dos Cursos e das defesas de dissertações de mestrados, que também podem ser consideradas como meios de difusão da produção científica. A partir de entrevistas, obteve-se que **56,5%** dos docentes extensionistas avaliaram como **ADEQUADA** a existência de eventos científicos. Porém **17,4%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Entre os docentes pesquisadores, **34,8%** avaliaram como **MUITO ADEQUADA** e **30,4%** como **ADEQUADA** e **25%** **MUITO ADEQUADA**. A CPA considerou que a instituição apenas atende ao referencial mínimo de qualidade e conferiu **nota 3** ao indicador.

Para considerar o aspecto **existência de formas de divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica** a CPA destaca que existem as seguintes revistas científicas eletrônicas no Portal de Periódicos da FURB: Atos da Pesquisa em Educação, Revista Dynamis, Linguagens: Revista de Letras, Artes e Comunicação; Modelagem na Educação Matemática; O Teatro Transcende; Revista de Estudos Ambientais; Revista de Negócios; Revista Jurídica e Revista Universo Contábil. As semanas acadêmicas e as defesas de dissertações de Mestrado também são canais de divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica. Nos questionários aplicados aos docentes, **38,2%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL** a existência de formas de divulgação da produção. Porém **33,2%** avaliaram como **ADEQUADA**. Em entrevista, os alunos extensionistas e pesquisadores **45%** consideraram **ADEQUADA** e **27,5%**, **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Considerando os dados acima apresentados e os comentários levantados no seminário de autoavaliação a CPA considerou **nota 3** ao indicador.

Quanto à **existência de formas de apoio à divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica**, o apoio institucional é considerado precário. Normalmente se dá pela cedência da estrutura física da universidade e do elemento humano, através da atribuição de horas aos docentes editores das revistas, não havendo

apoio financeiro para a divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica. Na visão dos docentes extensionistas e docentes pesquisadores (entrevistas) temos os seguintes resultados: **43,5%** dos docentes extensionistas avaliaram a existência de formas de apoio à divulgação como **ADEQUADA**. Porém **34,8%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**; entre os docentes pesquisadores, **41,7%** dos respondentes consideraram **ADEQUADA** e **27,1%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. No seminário destacou-se que o apoio financeiro é complicado. Porém a FURB disponibiliza dias de trabalho para que o docente se licencie. Foi destacado também que programas como o PIBIC podem-se prever recursos para saída a eventos. A CPA entende que a instituição está atendendo apenas o referencial mínimo de qualidade e sugere a **nota 3** para este indicador.

A **participação dos professores em eventos científicos** é uma prática consolidada entre os grupos de pesquisa, porém o apoio da instituição normalmente se dá pelo afastamento das funções docentes. Trata-se de um pedido de afastamento com previsão de recuperação de conteúdos, o que limita bastante a saída dos professores. Na opinião dos docentes (questionários aplicados) temos os seguintes resultados: **38,8%** avaliaram a participação de professores em eventos científicos como **ADEQUADA** e **28,6%** como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. No seminário observou-se ainda que, nas diversas áreas, os docentes saem para eventos independentes das práticas estabelecidas. Não existe um registro institucional da participação dos mesmos, sendo necessárias consultas no Lattes para que sejam obtidos dados confiáveis. A CPA entende que a **nota** deve ser **3**, para esse indicador, pois a instituição está atendendo ao mínimo padrão de qualidade necessária.

No indicador **existência de apoio institucionalizado para participação dos docentes em eventos científicos**, conforme citando anteriormente, o apoio da instituição normalmente se dá pelo afastamento das funções docentes (pedido de afastamento com previsão de recuperação de conteúdos) o que limita bastante a saída dos professores. Na opinião dos docentes (questionários aplicados) temos os seguintes resultados: **33,9%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**, **25,2%** como **ADEQUADA** e **24,2%** avaliaram como **PRECÁRIO/ INSATISFATÓRIO**. No seminário avaliativo os presentes ligados à pesquisa e à extensão salientaram que no Stricto Sensu existe mecanismo de apoio, pois há vinculação com a linha a grupos de pesquisa. Uma condição para ir a um evento é apresentar trabalho. Através do Edital interno podem-se prever recursos para isso. A CPA considerou que a instituição atende ao mínimo de qualidade e definiu a **nota 3** para esse indicador.

Em **existência de apoio institucionalizado para participação de discentes em eventos científicos**, assinala-se que os Editais de Iniciação Científica (PIBIC/FURB e PIBIC/CNPq) possibilitam a alocação de recursos (dentro do limite de R\$1.000,00) para custeio de passagens e hospedagem para apresentação de trabalho em evento científico ou saída a campo, que devem obrigatoriamente estar previstos no detalhamento do projeto. Da mesma forma, os projetos de extensão também permitem essa atividade, desde que

detalhado no projeto. Assim, a CPA entende que a **nota** para esse indicador deva ser também **3**.

Quanto à **publicação de resultados de pesquisa em periódicos indexados**, ressalta-se que ela existe, porém no seminário avaliativo foi considerado que a quantidade ainda não atende o universo dos pesquisadores que a FURB tem. A Tabela 7 mostra o número de artigos publicados pelos docentes da instituição segundo os registros no Qualis CAPES. Considerando que a instituição no período já possuía mais de 200 professores doutores e que nem todos estão envolvidos em programas de Pós-Graduação e que os artigos Qualis A representam apenas 10% de todas as publicações, a CPA entende que a instituição está apenas atendendo ao referencial mínimo de qualidade, aferindo a este indicador a **nota 3**.

**Tabela 7 - Número de artigos publicados pelos docentes da FURB segundo o Qualis CAPES**

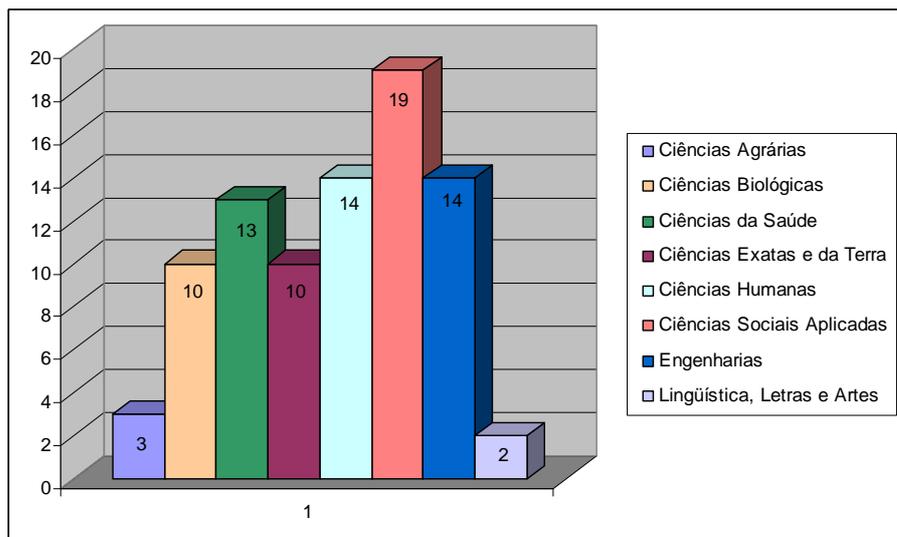
Produção Científica e Acadêmica								
Qualis CAPES	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C
Programas de Pós-Graduação	4	12	44	27	61	22	19	1
Doutores não associados aos programas	-	3	4	6	5	5	5	7
Total por Qualis	19		198				8	
Total	217							

Fonte: PPG: Coleta CAPES / DNA: consulta ao Lattes em Abril 2011

Obs.: Há 9 artigos publicados entre professores de dois programas diferentes.

### 2.2.2. Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização

Quanto ao **cadastramento dos Grupos de pesquisa no CNPq**, o Gráfico 8 abaixo, mostra os grupos existentes, de acordo com as diferentes áreas do conhecimento. A CPA e os presentes no seminário de autoavaliação consideraram que há um bom número de grupos na FURB, mas nem todos estão ativos e alguns estão desatualizados. Desta forma, a CPA considerou que a instituição está além do referencial mínimo de qualidade e definiu nota **4** para o indicador.



**Gráfico 8 - Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq por área.**

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Sobre a **existência de eixos/ linhas de pesquisa institucionalmente definidos, de acordo com as exigências legais**, tem-se a seguinte realidade na instituição: a criação de um grupo de pesquisa na FURB passa pela aprovação da PROPEX através do envio de um e-mail para [dap@furb.br](mailto:dap@furb.br), manifestando a intenção de criar e liderar um grupo novo de pesquisa. A Pró-Reitora analisa o pedido, confere se a mesma está de acordo com os eixos/linhas de pesquisa daquela unidade inclusive se está previsto no PPC dos cursos envolvidos, e se manifesta. Após a liberação pela PROPEX, o docente poderá ter acesso ao diretório e cadastrar o novo Grupo. A CPA entende que é uma prática institucionalizada e dá ao indicador a **nota 4**.

Quanto à **compatibilidade da produção científica com os objetivos e linhas de pesquisa dos cursos (PPC)**, a partir de entrevistas feitas com os segmentos relacionados à gestão e à pesquisa tem-se que, na visão dos Coordenadores de Curso, **35,3%** consideraram esta questão **ADEQUADA** e **35,3%** responderam como **EVIDENCIA ACIDENTAL**. Entre os professores pesquisadores, **40,4%** avaliaram como **ADEQUADA**, enquanto que **27,7%** avaliaram como **MUITO ADEQUADA**. No seminário recomendou-se a **nota 2** pelo fato de os PPCs nem sempre apresentarem os eixos e as linhas de pesquisa.

No indicador **promoção de intercâmbio científico e tecnológico de professores e alunos da FURB com outras IES e instituições de pesquisa reconhecidas nacional e/ou internacionalmente**, parte-se das considerações da

---

Tabela 8 e do Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Quadro 5 abaixo.

**Tabela 8 - Intercâmbio científico e tecnológico de professores e alunos da FURB com outras IES**

Atividades	2008	2009	2010	2011
Convênios assinados	13	15	13	8
Estudantes estrangeiros acolhidos	16	60	32	55
Professores estrangeiros acolhidos			3	7
Estudantes encaminhados ao exterior	25	22	63	65
Professores encaminhados ao exterior			4	5
Projetos realizados	8	2	-	2
Eventos organizados	2	8	5	8
Participação em eventos	5	2	3	3
Visitas recebidas	11	7	15	22
Assessoria a viagens	1	1	-	1

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

**Quadro 5 - Destino dos alunos de intercâmbio**

País	Instituição de Destino	Vinculação com a FURB	Atividade	Nº estudantes	Período	
Alemanha	Hochschule Offenburg	Engenharia Elétrica	Estudo	1	1 semestre	
		Engenharia de Produção		2	1 semestre	
		Engenharia Química		1	1 semestre	
Engenharia Química		1		1 ano		
Engenharia de Telecomunicações		2		1 semestre		
Mestrado em Engenharia Elétrica		1		1 semestre		
Alemanha	HWR Berlin	Tecnologia em Marketing	Estudo	1	1 ano	
		Direito		1	1 ano	
Alemanha	Universität Greifswald	Letras Alemão	Estudo	1	1 ano	
	Chile	Universidad del Pacífico		Moda	1	1 semestre
		Psicologia		1	1 semestre	
Chile	Universidad de Valparaíso	Turismo e Lazer	Estudo	2	1 semestre	
China	Universidade de Macau	Administração	Estudo	1	1 ano	
		Engenharia Elétrica		1	1 ano	
		Engenharia de Telecomunicações		1	1 semestre	
		Sistemas de Informação		1	1 ano	
Espanha	Universidad Cardenal Herrera	Administração	Estudo	1	1 semestre	
		Arquitetura e Urbanismo		1	1 semestre	
		Direito		1	1 semestre	
		Enfermagem		1	1 semestre	
	Universitat de València	Doutorado em Administração e Contábeis	Estudo	1	1 semestre	

Itália	Università di Trento	Direito	Estudo	1	1 semestre
Portugal	Universidade da Beira Interior	Arquitetura e Urbanismo	Estudo	4	1 semestre
	Universidade do Minho	Direito	Estudo	2	1 semestre
		Direito		1	1 ano
	Moda	1	1 ano		
	Universidade do Porto	Direito Ciência da Computação Educação Física Educação Física Engenharia Civil Engenharia Elétrica Engenharia de Telecomunicações Secretariado Executivo Bilingüe	Estudo	2	1 semestre
3				1 semestre	
3				1 semestre	
1				1 ano	
4				1 semestre	
1				1 semestre	
1				1 ano	
2	1 semestre				
Universidade Técnica de Lisboa	Arquitetura e Urbanismo Engenharia Civil Engenharia Florestal	Estudo	5	1 semestre	
			1	1 semestre	
			1	1 semestre	

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Considerando os resultados nos documentos oficiais, a CPA conferiu a este indicador a **nota 4**.

Quanto ao indicador **apoio a professores qualificados para a Pesquisa Científica**, destaca-se que a instituição procura dar o apoio de infraestrutura previsto nos projetos contemplados (contrapartida institucional). Este apoio é quase sempre caracterizado por ambiente de trabalho e alocação de horas dedicadas à pesquisa ou extensão. Na visão dos docentes pesquisadores, através de entrevistas, tem-se os seguintes resultados: **31,9%** considerou esta questão **ADEQUADA**, **27,7%** como **MUITO ADEQUADA** e **25,5%** como **EVIDENCIA ACIDENTAL**. A CPA entende que deve ser mantida a **nota 3** para esse indicador, ou seja, a instituição atende apenas ao referencial mínimo de qualidade.

Na questão da **dimensão ética nas práticas de pesquisa (seres humanos, animais e meio ambiente)**, destaca-se que a instituição possui um Comitê de Ética na Pesquisa, constituído por um docente pesquisador representante de cada centro, um representante indicado pelo DCE, um especialista em teologia (no caso de experimentos com humanos) e um representante da comunidade. Na visão dos docentes pesquisadores e Coordenadores de curso (entrevistas/ questionários aplicados) são os seguintes os resultados obtidos: coordenadores de curso: **52,9%** avaliaram como **MUITO ADEQUADA**, enquanto que **23,5%**, **ADEQUADA** e **23,5%** como **EXCELENTE**, professores pesquisadores **36,2%** como **EXCELENTE**, e **23,4%** como **MUITO ADEQUADA**. No seminário destacou-se que a legislação é cumprida, atendendo-se às necessidades do Comitê, mas que ainda há questões a serem melhoradas, recomendando-se a **nota 4**.

No indicador **captação de recursos pelos professores para viabilizar a execução de seus projetos de pesquisa** tem-se que em 2009, na rubrica “projetos especiais”, foram registrados R\$6.120.485 como captação de recursos. Em 2010, o valor total foi de R\$4.637.224 e, em 2011, R\$6.704.018. Quanto aos projetos com o CNPq, ou outros órgãos com repasse ao pesquisador, não se tem registro do montante de recursos. Na opinião dos coordenadores de curso e dos docentes pesquisadores (entrevistas/questionários aplicados) temos os seguintes resultados: Coordenadores de curso: **35,3%** avaliaram como **MUITO ADEQUADA** a captação de recursos pelos pesquisadores, enquanto que 23,5% considerou **ADEQUADA** e 23,5% assinalou como **EVIDENCIA ACIDENTAL**; Docentes pesquisadores: **41,2%** como **ADEQUADA**, e 33,3% como **MUITO ADEQUADA**. O Pró-Reitor da PROPEX avaliou como **ADEQUADA**, destacando que “a quantidade de projetos apresentados e aprovados já coloca a FURB como uma instituição que se enquadra no **mínimo necessário** de uma Universidade”. No seminário sugeriu-se considerar o número de pesquisadores e a captação per capita, para avaliar o indicador. Sugeriu-se também que as perguntas não fossem direcionadas aos coordenadores de curso e sim, aos chefes de departamento. A CPA entende que a **nota** para esse indicador deve ser **3**.

Quanto à **apresentação pelos professores de projetos para as agências de fomento, de natureza pública ou privada**, na visão dos Docentes Pesquisadores (entrevistas / questionários aplicados) tem-se os seguintes resultados: **41,2%** avaliaram como **ADEQUADA** e **25%** como **MUITO ADEQUADA**. O Pró-Reitor de PROPEX avaliou como **ADEQUADA**, destacando que “embora o contingente de professores qualificados para captar recursos em projetos fora da FURB seja maior, temos ainda algumas dificuldades relacionadas à formação e dificuldades quanto ao perfil, porém, a quantidade de projetos apresentados e aprovados já coloca a FURB como uma instituição que se enquadra no mínimo necessário de uma Universidade”.

No seminário, destacou-se que a FURB não tem registros sobre projetos apresentados, somente quanto aos aprovados. Destacou-se que seria interessante promover esse registro, para sabermos nosso desempenho como proponentes de projetos. A CPA entende que deve ser mantida a **nota 3** para esse indicador.

No indicador **bolsas para alunos de projetos de pesquisa financiados por entidade de natureza diversa (empresas, fundações)**, a CPA identificou alunos que participam de projetos de pesquisa financiados (bolsa) por empresas. Entretanto, não ficou claro que existam vínculos (empresa/Instituição) que caracterizem uma prática institucionalizada, pois, em alguns casos, não fica nenhum registro na FURB. Na visão dos docentes pesquisadores (entrevistas/questionários aplicados), os resultados são os seguintes: **30,4%** avaliaram como **ADEQUADA** e **26,1%** como **MUITO ADEQUADA**. O seminário sugere que seja detalhado no indicador quais seriam as entidades de natureza diversa - aquelas bolsas cujos órgãos não são de fomento, como CNPq, FAPESC. A CPA entende que a **nota** para esse indicador deve ser **3**.

Quanto à **participação voluntária de alunos em projetos de pesquisa**, destaca-se que dentro do programa de Bolsas de Pesquisa (site/FURB/Inovação e Pesquisa/Bolsas de Pesquisa) a instituição oferece a possibilidade de Atividade de pesquisa voluntária (Iniciação Científica Voluntária) onde mediante um cadastramento o aluno realiza atividades de pesquisa não remunerada. A CPA entende tratar-se de prática já institucionalizada, porém não teve acesso ao número de alunos nesta modalidade de bolsa. Na visão dos Docentes Pesquisadores (entrevistas/ questionários aplicados) têm-se os seguintes resultados: **34,8%** avaliaram como **ADEQUADA**, porém outros **23,9%** como **PRECÁRIA/INSUFICIENTE** e outros **21,7%** como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**.

No seminário destacou-se que atualmente a FURB vem desestimulando a prática voluntária dos alunos na pesquisa. Muitos alunos não têm registro. Em caso de acidente, fica prejudicado o aluno que não tem registro como voluntário. O termo de compromisso é assinado e garante “segurança” ao voluntário na pesquisa. A CPA entende que este indicador esteja abaixo do referencial mínimo de qualidade, pois a instituição pode melhorar e define a **nota 2** como a mais adequada.

Quanto ao indicador **recursos da entidade mantenedora para a pesquisa, através de rubrica específica**, na visão dos Docentes Pesquisadores (entrevistas) tem-se os seguintes resultados: **40%** avaliaram como **ADEQUADA** e **26,7%** como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**.

A chefia da Divisão de Apoio à Pesquisa considerou os recursos disponibilizados pela instituição como **ADEQUADOS**, pois a FURB disponibiliza bolsas de iniciação científica, taxas de bancada para os projetos do PIBIC, edital interno anual no valor de R\$ 100.000,00, assessoria em estatística e em língua inglesa, etc.. A formação dos 200 doutores que a FURB tem em seu quadro de professores permite aos mesmos aprovarem recursos para seus projetos em editais de fomento à pesquisa. A CPA entende que a instituição está atendendo ao referencial mínimo de qualidade e que a **nota** para esse indicador deve ser mantida como **3**.

No indicador **apoio e gestão da FURB em relação à divulgação e motivação para captação de recursos nas agências de fomento** tem-se que a PROPEX faz a divulgação dos Editais das agências de fomento para os docentes pesquisadores. Entretanto, não existe um processo de motivação e apoio institucionalizado para a captação de recursos, desde a elaboração do projeto (grupo técnico) até o acompanhamento de sua execução e gestão. A ideia do “Escritório de Projetos” não saiu do papel, no período avaliado. Os participantes do seminário e CPA entendem que, para esse indicador, a nota deva ser **3**.

Na visão da Chefia do DAP, **os mecanismos de incentivo à participação dos alunos na elaboração e execução de projetos de pesquisa (Bolsas: PIBIC/CNPq, PIBIC/FURB, PIPE /Art. 170 e outros, estão ADEQUADOS**, pois a DAP executa, atualmente, quatro programas de Iniciação Científica (IC) que distribuem,

aproximadamente, 210 bolsas anuais. Além disso, para os programas PIBIC/CNPq e PIBIC/FURB disponibiliza uma taxa de bancada de R\$ 1.000,00 para utilização nas atividades do projeto. Como os alunos são iniciantes em pesquisa, o projeto é sempre de autoria do orientador, aquele que já possui maturidade científica para escrever projetos. A CPA entende que a participação discente na execução dos projetos ocorre de forma muito adequada, entretanto na elaboração dos mesmos há pouca atuação do aluno. A **nota** do indicador deve ser mantida: **3**.

Nos **critérios definidos para seleção de alunos e concessão de bolsas para a iniciação científica** destaca-se que os **editais** de Iniciação Científica determinam os critérios para a seleção de alunos e a concessão de bolsas. Mantém-se a nota do processo de autoavaliação anterior: **5**.

Quanto ao indicador **coerência das linhas/eixos dos projetos de Iniciação Científica com as políticas definidas nos Departamentos**, na visão dos Docentes Pesquisadores IC (entrevistas) temos os seguintes resultados: **48,6%** avaliaram como **ADEQUADA** e **31,4%** como **MUITO ADEQUADA**. No seminário, questionou-se a atualização das linhas e eixos de pesquisa nos departamentos e se considerou que a instituição, neste indicado, atende apenas ao referencial mínimo de qualidade, conferindo a **nota 3**.

Quanto ao **apoio a professores qualificados para a Iniciação Científica**, na opinião dos docentes pesquisadores orientadores de Iniciação Científica e docentes pesquisadores (entrevistas) obtiveram-se os seguintes resultados: Docentes pesquisadores IC: **54,3%** avaliaram como **ADEQUADA** e **28,6%** como **MUITO ADEQUADA**; Docentes pesquisadores: **40%** avaliaram como **ADEQUADA** e **24,4%** como **MUITO ADEQUADA**. Observa-se que a FURB atribui carga horária aos docentes e também recursos (para os programas PIBIC/CNPq e PIBIC/FURB, disponibiliza uma taxa de bancada de R\$1.000,00 para utilização nas atividades do projeto). No seminário houve críticas com relação ao tempo de uma hora para os docentes para orientação de Iniciação científica. Optou-se pela **nota 3** para o indicador.

No indicador **apresentação pelos professores de resultados de Iniciação Científica em eventos científicos**, destaca-se que os trabalhos de Iniciação Científica realizados na FURB são apresentados na MIPE. Esses trabalhos podem também ser apresentados pelos docentes em outros eventos científicos, porém a instituição não tem como prática registrar essa informação. A CPA entende que a nota para esse indicador deve ser **3**.

A seguir tem-se o quadro com os indicadores e, logo depois, o destaque dos pontos fortes e fracos, bem como as recomendações necessárias.

Quadro 6 - Planilha Avaliativa - Dimensão 2.2

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>2.2.1. Mecanismos institucionalizados de estímulo à produção científica e tecnológica e sua divulgação.</b>						
2.2.1.1 Mecanismos implementados de estímulo à produção científica e tecnológica na FURB.				x		
2.2.1.2. Mecanismos de avaliação da produção científica e tecnológica da FURB.				x		
2.2.1.3. Existência de eventos científicos para difusão da produção científica e tecnológica reconhecidos pela comunidade acadêmico-científica.				x		
2.2.1.4. Existência de formas de divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica				x		
2.2.1.5. Existência de formas de apoio à divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica.				x		
2.2.1.6. Participação dos professores em eventos científicos				x		
2.2.1.7. Apresentação pelos alunos de resultados em eventos da comunidade científica.					x	
2.2.1.8. Existência de apoio institucionalizado para participação dos docentes em eventos científicos.				x		
2.2.1.9. Existência de apoio institucionalizado para participação de discentes em eventos científicos.				x		
2.2.1.10. Publicação de resultados de pesquisa em periódicos indexados.				x		
<b>2.2.2. Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização.</b>						
2.2.2.1. Cadastramento dos Grupos de pesquisa no CNPq.					x	
2.2.2.2. Eixos/linhas de pesquisa institucionalmente definidos, de acordo com as exigências legais.					x	
2.2.2.3. Produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos cursos (PPC).					x	
2.2.2.4. Promoção de intercâmbio científico e tecnológico de professores e alunos da FURB com outras IES e instituições de pesquisa reconhecidas nacional e/ou internacionalmente.					x	
2.2.2.5. Apoio a professores qualificados para a Pesquisa Científica.				x		
2.2.2.6. Dimensão ética nas práticas de pesquisa (seres humanos, animais e meio ambiente).					x	
2.2.2.7. Captação de recursos pelos professores para viabilizar a execução de seus projetos de pesquisa.				x		
2.2.2.8. Apresentação pelos professores de projetos para as agências de fomento, de natureza pública ou privada.				x		
2.2.2.9. Bolsas para alunos de projetos de pesquisa financiados por entidade de natureza diversa (empresas, fundações).				x		
2.2.2.10. Participação voluntária de alunos em projetos de pesquisa.			x			

2.2.2.11. Recursos da entidade mantenedora para a pesquisa, através de rubrica específica.				x		
2.2.2.12. Apoio e gestão da FURB em relação à divulgação e motivação para captação de recursos nas agências de fomento.				x		
2.2.2.13. Mecanismos de incentivo à participação dos alunos na elaboração e execução de projetos de pesquisa (Bolsas: PIBIC/CNPq, PIBIC/FURB, PIPE/Art. 170 e outros).				x		
2.2.2.14. Critérios definidos para seleção de alunos e concessão de bolsas para a iniciação científica.						x
2.2.2.15. Coerência das linhas/eixos dos projetos de Iniciação Científica com as políticas definidas nos Departamentos.				x		
2.2.2.16. Apoio a professores qualificados para a Iniciação Científica.				x		
2.2.2.17. Apresentação pelos professores de resultados de Iniciação Científica em eventos científicos.				x		

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

**Quadro 7 – Pontos positivos, fragilidades e recomendações da Dimensão 2.2**

<b>Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 2.2</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Apresentação pelos alunos de resultados em eventos da comunidade científica.</li><li>• Cadastramento dos Grupos de pesquisa no CNPq.</li><li>• Eixos/linhas de pesquisa institucionalmente definidos, de acordo com as exigências legais.</li><li>• Produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos cursos (PPC).</li><li>• Promoção de intercâmbio científico e tecnológico de professores e alunos da FURB com outras IES e instituições de pesquisa reconhecidas nacional e/ou internacionalmente.</li><li>• Dimensão ética nas práticas de pesquisa (seres humanos, animais e meio ambiente).</li><li>• Critérios definidos para seleção de alunos e concessão de bolsas para a iniciação científica.</li><li>• Coerência das linhas/eixos dos projetos de Iniciação Científica com as políticas definidas nos Departamentos.</li><li>• Apoio a professores qualificados para a Iniciação Científica.</li></ul>
<b>Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.2</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Mecanismos implementados de estímulo à produção científica e tecnológica na FURB.</li><li>• Mecanismos de avaliação da produção científica e tecnológica da FURB.</li><li>• Existência de eventos científicos para difusão da produção científica e tecnológica reconhecidos pela comunidade acadêmico-científica.</li><li>• Existência de formas de divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica.</li><li>• Existência de formas de apoio à divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica.</li><li>• Participação dos professores em eventos científicos.</li><li>• Existência de apoio institucionalizado para participação dos docentes em eventos científicos.</li><li>• Existência de apoio institucionalizado para participação de discentes em eventos científicos</li><li>• Publicação de resultados de pesquisa em periódicos indexados.</li><li>• Apoio a professores qualificados para a Pesquisa Científica.</li><li>• Captação de recursos pelos professores para viabilizar a execução de seus projetos de pesquisa.</li><li>• Apresentação pelos professores de projetos para as agências de fomento, de natureza pública ou privada.</li><li>• Bolsas para alunos de projetos de pesquisa financiados por entidade de natureza diversa (empresas, fundações...).</li><li>• Participação voluntária de alunos em projetos de pesquisa.</li><li>• Recursos da entidade mantenedora para a pesquisa, através de rubrica específica.</li><li>• Apoio e gestão da FURB em relação à divulgação e motivação para captação de recursos nas agências de fomento.</li><li>• Mecanismos de incentivo à participação dos alunos na elaboração e execução de projetos</li></ul>

de pesquisa (Bolsas: PIBIC/CNPq, PIBIC/FURB, PIPE/Art. 170 e outros).

- Coerência das linhas/eixos dos projetos de Iniciação Científica com as políticas definidas nos Departamentos.
- Apoio a professores qualificados para a Iniciação Científica.
- Apresentação pelos professores de resultados de Iniciação Científica em eventos científicos.

#### Recomendações da CPA sobre a Dimensão 2.2

- Aprimorar suas práticas através do apoio permanente à pesquisa.
- Desenvolver uma sistemática de registro e avaliação da produção científica.
- Qualificar a MIPE para dar mais visibilidade dos nossos resultados da produção científica e tecnológica com vista a transformar a mostra num congresso.
- Auxiliar no custeio de taxas de inscrições e ou envio de trabalhos para publicação em revistas científicas.
- Criar mecanismos que quantifique melhor o número de pesquisadores, captação *per capita*.
- Registrar os projetos apresentados (não somente os aprovados), para a instituição saber o seu desempenho como proponente de projetos.
- Criar uma sistemática de acompanhamento e registro da existência dos vínculos de bolsas.
- Assegurar que todos os alunos que executam atividades de pesquisa voluntária (Iniciação Científica Voluntária) tenham registro.
- Tornar mais transparentes as formas com que os recursos são disponibilizados em cada rubrica.
- Alinhar a produção científica da IES e os objetivos e linhas de pesquisa dos cursos (PPC).
- Auxiliar no custeio de taxas de inscrições e ou envio de trabalhos para publicação em revistas científicas.

#### Comentários da CPA:

A IES possui mecanismos de estímulo à produção científica e tecnológica e sua divulgação, bem como, políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização. Contudo, deve constantemente aprimorar suas práticas, através do apoio permanente à pesquisa. Porém fragilidades encontradas, **pontos frágeis**, levam a CPA a fazer as seguintes recomendações: que seja mais alinhada a produção científica da IES e os objetivos e linhas de pesquisa dos cursos (PPC); criar mecanismos que quantifiquem melhor o número de pesquisadores, captação *per capita*. A FURB não tem registros sobre projetos apresentados, somente quanto aos aprovados. Seria interessante promover esse registro para a instituição saber o seu desempenho como proponentes de projetos; assegurar que todos os alunos que executam atividades de pesquisa voluntária (Iniciação Científica Voluntária) tenham registro. Em caso de acidente fica prejudicado o aluno que não tem registro como voluntário; garantir em editais a necessidade de um

vinculo maior com o ensino e a pesquisa. Os planos departamentais deveriam sugerir maior integração entre essas atividades. Definir como uma política institucional a formação institucional que ensine a integrar as três atividades fins da IES. Outros pontos importantes também podem ser observados nas descrições de cada indicador.

### 2.3. POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO

Conforme descrito no relatório anterior, a Política de Extensão é reconhecida como atividade acadêmica, sendo um processo de interação entre Universidade e Sociedade, indissociável do ensino e da pesquisa, visando o sustentável desenvolvimento social, econômico e ambiental, por meio do intercâmbio científico, cultural e tecnológico, com uma perspectiva crítica e transformadora.

Voltada para essas premissas a extensão da FURB se consolidou a partir da Resolução N°. 24/2004, que definiu como grandes Áreas Temáticas para os programas e projetos, a comunicação, a cultura, os direitos humanos, a educação, o meio ambiente, a saúde, a tecnologia e o trabalho. Atualmente estas políticas estão sob a responsabilidade da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (PROPEX).

O tratamento dado aos indicadores desta dimensão é apresentado a seguir.

#### 2.3.1. Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social.

Para fundamentar a análise dos indicadores **atividades de extensão coerentes com as políticas do PDI, e do PPI**, foram aplicados questionários e entrevistas aos órgãos competentes, Coordenadores de Programas e Projetos de Extensão e Chefia da DAEX. Na visão dos Coordenadores de programas e projetos de extensão, **34,8%** avaliaram como **ADEQUADA** e **34,8%**, como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. A Chefia da DAEX considerou **EXCELENTE** a coerência, pois o PDI da FURB incorpora a Política de Extensão - que o precede - e as práticas orientadas por esta. No seminário de autoavaliação, alguns aspectos foram destacados, como o trabalho da ITCP com catadores, artesãos, etc. e, em especial, a captação de recursos com projetos, que é considerada boa. A FURB ofereceu cursos de elaboração de projetos de extensão e considerou-se que a Feira de Economia solidária na FURB dá bastante visibilidade à Instituição. Os presentes destacaram que, comparado com as outras IES, a FURB está bem avançada em relação às demais. Desta forma a CPA considerou que a Universidade, nestes indicadores, esta além do referencial mínimo de qualidade considerando **nota 4** para os mesmos.

A Tabela 9 mostra que existem, na FURB, programas de extensão sendo executados, agrupados em suas respectivas áreas temáticas.

**Tabela 9 - Programas de extensão e as respectivas áreas temáticas**

Área Temática	2009	2010	2011
Comunicação	01	01	01
Cultura	-	-	-
Direitos Humanos	04	04	07
Educação	10	10	07
Meio Ambiente	05	05	04
Saúde	06	06	06
Tecnologia	01	01	-
Trabalho	00	00	01
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>26</b>

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Além da comprovação dos programas e projetos de extensão, a CPA e os presentes no seminário destacam que existem editais internos, bolsas de extensão para os discentes e também produção científica. Porém verificou-se que se trata de uma evidência parcial, pois poderia haver ainda um maior incremento e esforço por parte da IES. O principal mecanismo de apoio continua sendo a atribuição de carga horária aos docentes. Destacou-se também que os cursos sequenciais não são registrados como extensão. Desta forma, em relação aos indicadores **mecanismos de estímulo à realização de programas e projetos de extensão, bem como, de estímulo à realização de cursos, prestação de serviços, eventos, produção e publicação prioritariamente nas áreas temáticas da Comunicação, Cultura, Educação, Saúde, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Tecnologia e Trabalho**, foi considerada ideal a **nota 3**, ou seja, a Instituição atende apenas ao referencial mínimo de qualidade.

Por outro lado, se destaca como um ponto forte, a **existência dos mecanismos de avaliação das ações de extensão nas diferentes áreas, que permitam verificar se estão alcançando o impacto proporcional ao apoio da FURB**. O principal mecanismo de avaliação das ações de extensão é a Comissão de Avaliação dos Projetos de Extensão (CAPEX), regulamentada pela Resolução 24/2004, cujas competências estão previstas no artigo 17 e que prevê também a avaliação das atividades de extensão no artigo 29. A Tabela 10 abaixo demonstra os trabalhos executados pelo setor responsável.

**Tabela 10- Reuniões e documentos produzidos e avaliados pela CAPEX – 2011.**

Atividade	Quantidade
Reunião	07
Ata	07
Projetos avaliados (qualquer tempo)	04
Projetos avaliados (edital)	107
Relatórios avaliados	188
Total de documentos avaliados	299

Fonte: Capex

Assim, a CPA entende que a nota para esse indicador deve ser **4**.

Nos programas de extensão executados, foram atendidas, em 2011, mais de 496 mil pessoas. Em relação aos eventos de extensão (cursos, conferências, congressos, oficinas, entre outros) foram realizados 160 eventos em 2011, com 14.211 pessoas atendidas.

Já as atividades culturais somaram 230 eventos com um público de 121.577 pessoas, no ano de 2011, com exposições, apresentações musicais, teatrais, etc. Os dados mostram que a instituição destaca-se também quanto à **realização de eventos, como a prestação de serviços que são desenvolvidos, nas atividades de extensão, e que estão coerentes com as necessidades e demandas da área de abrangência da FURB**. Os presentes no seminário de autoavaliação sugeriram incluir quadros mostrando os atendimentos e serviços prestados pela instituição. A CPA teve acesso a estes documentos e achou pertinente a sugestão para uma próxima coleta de dados. Assim, entendeu-se que a **nota** aferida para esse indicador seria **4**.

Quanto aos indicadores que tratam da **integração das atividades de extensão com as de ensino e da pesquisa, envolvimento de professores de graduação com as atividades de extensão e envolvimento de alunos de graduação nas atividades de extensão** foram apontados como um aspecto a ser melhorado. Entrevistas feitas com discentes extensionistas, Chefias do DME e questionários aplicados aos docentes pesquisadores mostram os seguintes resultados:

- Extensionistas: **47,8%** avaliaram como **ADEQUADA** e 26,1% como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**.
- Chefia da DME/DPE e o Pesquisador Institucional: Avaliaram como uma **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**.
- Docentes Pesquisadores: **33,3%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL** e outros 26,7% como **ADEQUADA**.

Em entrevista realizada também com o Pró-Reitor de pesquisa e extensão o mesmo avaliou como **ADEQUADA**, a integração, destacando que “a FURB possui diversos programas de extensão em desenvolvimento e se observa uma maior procura de professores buscando informações para poder se adequar as políticas empregadas na universidade. Os presentes no seminário de autoavaliação consideram que, integrar as três atividades significa mudança na atuação didática em sala de aula e na inserção dos alunos no processo educacional. O atual Edital (2012) prevê a necessidade deste vínculo entre o ensino e a pesquisa, porém na prática não fica muito claro como efetivá-lo. Assim, a CPA entende que a **nota** para esses indicadores deve ser **3**, pois da forma como a Instituição atua, ela atende apenas ao referencial mínimo de qualidade.

Do total de docentes de graduação do período analisado, aproximadamente 22% participaram das atividades de extensão. A Tabela 11 mostra em termos quantitativos o número de professores envolvidos com a extensão para cada ano do período avaliado.

**Tabela 11 - Número de professores envolvidos com a extensão para cada ano do período avaliado.**

<b>Pessoas envolvidas na execução</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Professores	135	121	150

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Dados levantados no seminário de autoavaliação mostram que da carga horária total dos docentes que aparece na alocação de horas (ALOC), apenas 5% entram como “envolvimento” com a extensão. Se a FURB quer trabalhar na perspectiva de integração entre ensino, pesquisa e extensão, é preciso melhorar essa atividade. O número de docentes é expressivo, mas a dedicação da carga horária (dedicação efetiva) é muito baixa. A alocação de horas com atividades administrativas é quatro vezes maior. Desta forma considerou-se que neste indicador a instituição está atendendo apenas ao referencial mínimo de qualidade e definiu a **nota 3** ao indicador **envolvimento de professores de graduação com as atividades de extensão**.

Quanto ao **envolvimento de alunos de graduação nas atividades de extensão**, a Tabela 12 mostra o número de alunos envolvidos com a extensão no período.

**Tabela 12 - Número de alunos de graduação envolvidos com a extensão no período.**

<b>Pessoas envolvidas na execução</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Estudantes de graduação remunerados	114	87	122
Estudantes de graduação não remunerados	569	219	338

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Questões levantadas no seminário de autoavaliação mostram que existe uma incompatibilidade entre os períodos das atividades de extensão e os de aulas, o que compromete o envolvimento dos alunos. O valor da bolsa também compromete a permanência do aluno no projeto. Alunos do turno noturno geralmente trabalham diuturnamente. Os presentes no seminário concluíram que o envolvimento do aluno deve ir além da remuneração e das tarefas do projeto, gerando mais aprendizado e produção científica. A conclusão se deve ao fato de a extensão oferecer 40 bolsas e os números de alunos apresentados no quadro acima serem altos, mostrando uma “rotatividade” de alunos nas bolsas. A CPA entende que a Instituição está apenas atendendo ao referencial mínimo de qualidade, definindo **nota 3**.

Por outro lado, verificou-se que o **envolvimento dos professores pesquisadores nas atividades de extensão** é quase completo. Dos 305 professores envolvidos em projetos de pesquisa, 183 também se envolveram com atividades de extensão no período, ou seja, 60%, o que justifica a **nota 4**, neste indicador.

Já o **envolvimento por parte dos profissionais técnico-administrativos nas atividades de extensão** apresenta uma participação ainda frágil. A Tabela 13 mostra a evolução da participação deste segmento nas atividades de extensão.

**Tabela 13 - Técnico-Administrativos envolvidos em extensão**

<b>Pessoas envolvidas na execução</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Técnico-administrativos	19	4	1

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Conforme se destacou no seminário presencial, a participação de técnico-administrativos não é uma prática institucionalizada, sendo necessário criar formas de envolvê-los nestas atividades. Os valores da Tabela 13 levam a entender que a FURB não deseja essa participação. Porém foi observado que a participação depende da atividade inerente à função do técnico. Entende-se que, criando-se a atividade de extensão em algum setor/departamento, acaba-se tendo a participação dos mesmos. O que está faltando é registrar esta participação.

A CPA entende que a Instituição está atendendo ao referencial mínimo de qualidade e definiu **nota 3** para o indicador.

A **participação e o envolvimento da comunidade externa no processo de construção, execução e avaliação das ações de extensão** são bastante significativos, conforme demonstram os dados da Tabela 14. Os representantes (funcionários) da Propex, presentes no seminário de autoavaliação mostraram que todo o processo que envolve um projeto de extensão tem um início em que a FURB constrói e aplica a atividade junto à comunidade. Posteriormente o envolvimento na construção se amplia (a comunidade realimenta o projeto).

**Tabela 14 - Participação, pela comunidade externa nas várias etapas de um projeto de extensão.**

<b>A comunidade externa efetivamente se envolve(u):</b>	<b>Nº de Projetos</b>	<b>%</b>
No processo de construção do projeto de extensão	17	25,00
Na execução do projeto de extensão	55	80,88
Na avaliação das ações do projeto de extensão	33	48,53
Nenhuma das alternativas	6	8,82

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Percebeu-se também que são relevantes os **mecanismos de prestação de serviços para professores e alunos simularem vivências profissionais e transmitir conhecimentos aos setores da comunidade**. Essas vivências profissionais se dão através das atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas (em 2011 foram realizadas 17.636 atendimentos), Atendimentos da Saúde (ambulatorio, odontologia, farmácia e psicologia, fisioterapia, com mais de 40 mil atendimentos), atendimentos de serviço social no Fórum. Assim, a CPA entende que a **nota** para esse indicador deve ser **4**.

A IES ainda não permite amplamente o **acesso e a utilização de laboratórios e pessoal (docentes, discentes e técnicos) na prestação de serviços a terceiros**. No período analisado, o Instituto FURB oferecia prestação de serviços através de laboratórios

(como Cromatografia, Ensaio de Química, Microbiologia, Laboratório de combustíveis, Engenharia Civil, entre outros), bem como utilizava docentes, técnicos e discentes para tal, das mais diversas áreas do conhecimento (Biólogo, Químico, Assistente Administrativo, Auxiliares de Laboratório, etc.). Algumas informações referentes ao Instituto e as prestações de serviços podem ser encontradas no Relatório de Atividades 2011. No Seminário presencial, discutiu-se sobre o tamanho da FURB. Concluiu-se que é preciso analisar a parcela que executa esse tipo de prestação de serviço. Quanto aos laboratórios que podem ser utilizados para prestação de serviços, é importante assinalar que nem todos os laboratórios podem desenvolver esse tipo de atividade. Alguns somente são utilizados para pesquisa. Assim, a CPA entende que a Instituição apresenta uma evidência parcial e, desta forma, atribuiu a **nota 3** ao indicador.

Quanto aos indicadores **desenvolvimento de pesquisas cujo objetivo seja abordar problemáticas levantadas nas atividades de extensão e; a divulgação das ações de extensão para a comunidade na qual está inserida a FURB**, questionários aplicados aos Docentes Pesquisadores mostraram os seguintes resultados: **25,6%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL** e outros **23,3%** como **ADEQUADA**. Destaca-se que **20,9%** responderam que **Não se Aplica**. Entrevista feita com os coordenadores de grupos de extensão tiveram os seguintes resultados: **41,2%** avaliaram a divulgação das ações para a comunidade como uma **EVIDÊNCIA ACIDENTAL** e outros **29,4%** como **ADEQUADA**. Alguns mecanismos de divulgação foram extintos no período (como a divulgação realizada pela FURB TV e pelo FURB Visita sua Rua e o Seminário de Extensão da ACAFE). Estes fatos influenciaram o posicionamento dos coordenadores de extensão. A CPA e os presentes no seminário de autoavaliação consideraram **nota 3** para os indicadores.

A instituição possui um desempenho forte, nos indicadores **projetos de extensão que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população, para o desenvolvimento sustentável ou para a geração de emprego e renda**, como também, de **projetos de extensão que propiciaram a melhoria e inovação nos conteúdos e metodologias de ensino na comunidade interna e externa**. A Tabela 15 que mostra o público envolvido direta ou indiretamente nos programas/projetos de extensão, a Tabela 16 mostra os resultados da pesquisa realizada com os coordenadores de grupos de extensão a respeito do impacto na melhoria da qualidade de vida da população e a Tabela 17 mostra também os resultados da pesquisa realizada com os coordenadores de grupos de extensão, a respeito da melhoria e inovação nos conteúdos e metodologias de ensino na comunidade interna e externa. A CPA e os presentes no seminário de autoavaliação deram **nota 4** para estes indicadores, por entenderem que os mesmos estão além do referencial mínimo de qualidade.

**Tabela 15 - Público atendido pelos programas e projetos de extensão**

Resumo	2009	2010	2011
<b>Público atendido</b>	<b>1.165.571</b>	<b>2.734.884</b>	<b>496.532</b>
Diretamente	84.858	103.094	48.532
Indiretamente	1.080.713	2.631.379	447.717

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

**Tabela 16 - Impacto na melhoria da qualidade de vida da população na visão dos coordenadores de grupos de extensão.**

O projeto de extensão sob sua coordenação contribui para:	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
Melhoria e inovação nos conteúdos e metodologias de ensino na comunidade interna e externa.	0,0	4,5	4,5	50,0	31,8	9,1

Fonte: Entrevista com coordenadores de grupo de extensão

**Tabela 17 - Inovação nos conteúdos e metodologias de ensino na comunidade interna e externa decorrentes dos programas/projetos de extensão, na visão dos coordenadores de grupos de extensão.**

O projeto de extensão sob sua coordenação contribui para:	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
(a) saúde da população	26,3	0,0	21,1	31,6	21,1	0,0
(b) desenvolvimento sustentável	0,0	0,0	15,8	31,6	42,1	10,5
(c) geração de emprego e renda	5,6	0,0	33,3	27,8	22,2	11,1
(d) qualidade de vida da população	5,6	0,0	0,0	33,3	50,0	11,1

Fonte: Entrevista com coordenadores de grupo de extensão

A seguir tem-se o quadro com os indicadores e, logo depois, são destacados os pontos fortes e fracos e feitas as recomendações quanto à extensão.

Quadro 8 - Planilha Avaliativa – Dimensão 2.3

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>2.3.1. Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social.</b>						
2.3.1.1. Atividades de extensão coerentes com as políticas do PDI.					x	
2.3.1.2. Atividades de extensão coerentes com as políticas do PPI.					x	
2.3.1.3. Mecanismos de estímulo à realização de programas e projetos de extensão.				x		
2.3.1.4. Mecanismos de estímulo à realização de cursos, prestação de serviços, eventos, produção e publicação <b>prioritariamente</b> nas áreas temáticas da Comunicação, Cultura, Educação, Saúde, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Tecnologia e Trabalho.				x		
2.3.1.5. Mecanismos de avaliação das ações de extensão nas diferentes áreas, que permitam verificar se estão alcançando o impacto proporcional ao apoio da FURB.					x	
2.3.1.6. Realização de eventos e prestação de serviços coerentes com as necessidades e demandas da área de abrangência da FURB.					x	
2.3.1.7. Integração das atividades de extensão com as de ensino e da pesquisa.				x		
2.3.1.8. Envolvimento de professores de graduação com as atividades de extensão				x		
2.3.1.9. Envolvimento de alunos de graduação nas atividades de extensão.				x		
2.3.1.10. Envolvimento de professores pesquisadores nas atividades de extensão.					x	
2.3.1.11. Envolvimento de técnicos administrativos nas atividades de extensão				x		
2.3.1.12. Envolvimento da comunidade externa no processo de construção, execução e avaliação das ações de extensão.					x	
2.3.1.13. Mecanismos de prestação de serviços para professores e alunos simularem vivências profissionais e transmitir conhecimentos aos setores da comunidade.					x	
2.3.1.14. Utilização de laboratórios e pessoal (docentes, discentes e técnicos) que possibilite sua utilização em prestação de serviços a terceiros.				x		
2.3.1.15. Desenvolvimento de pesquisas cujo objetivo sejam abordar problemáticas levantadas nas atividades de extensão.				x		
2.3.1.16. Divulgação das ações de extensão para a comunidade na qual está inserida a FURB.				x		

2.3.1.17. Projetos de extensão que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população, para o desenvolvimento sustentável ou para a geração de emprego e renda.					x	
2.3.1.18. Projetos de extensão que propiciaram a melhoria e inovação nos conteúdos e metodologias de ensino na comunidade interna e externa.					x	

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte.

### Quadro 9 – Pontos positivos, fragilidades e recomendações da Dimensão 2.3

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 2.3
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades de extensão coerentes com as políticas do <b>PDI</b>.</li> <li>• Atividades de extensão coerentes com as políticas do <b>PPI</b>.</li> <li>• Mecanismos de avaliação das ações de extensão nas diferentes áreas, que permitam verificar se estão alcançando o impacto proporcional ao apoio da FURB.</li> <li>• Realização de eventos e prestação de serviços coerentes com as necessidades e demandas da área de abrangência da FURB.</li> <li>• Envolvimento de professores pesquisadores nas atividades de extensão.</li> <li>• Envolvimento da comunidade externa no processo de construção, execução e avaliação das ações de extensão.</li> <li>• Mecanismos de prestação de serviços para professores e alunos simularem vivências profissionais e transmitirem conhecimentos aos setores da comunidade.</li> <li>• Projetos de extensão que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população, para o desenvolvimento sustentável ou para a geração de emprego e renda.</li> <li>• Projetos de extensão que propiciaram a melhoria e a inovação nos conteúdos e metodologias de ensino na comunidade interna e externa.</li> </ul>
Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.3
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mecanismos de estímulo à realização de programas e projetos de extensão.</li> <li>• Mecanismos de estímulo à realização de cursos, prestação de serviços, eventos, produção e publicação <b>prioritariamente</b> nas áreas temáticas da Comunicação, Cultura, Educação, Saúde, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Tecnologia e Trabalho.</li> <li>• Integração das atividades de extensão com as de ensino e da pesquisa.</li> <li>• Envolvimento de professores de graduação com as atividades de extensão .</li> <li>• Envolvimento de alunos de graduação nas atividades de extensão.</li> <li>• Envolvimento de técnicos administrativos nas atividades de extensão.</li> <li>• Utilização de laboratórios e pessoal (docentes, discentes e técnicos) que possibilite sua utilização em prestação de serviços a terceiros.</li> <li>• Desenvolvimento de pesquisas cujo objetivo seja abordar problemáticas levantadas nas</li> </ul>

atividades de extensão.

- Divulgação das ações de extensão para a comunidade na qual está inserida a FURB.

#### **Recomendações da CPA para Dimensão 2.3**

- Repensar os mecanismos de estímulo à realização de programas e projetos de extensão envolvendo mais docentes e técnico-administrativos.
- Pagar por serviços extraordinários (para cursos ou prestação de serviços que geram receitas).
- Valorizar editais de extensão que integrem as atividades de extensão com as de ensino e da pesquisa.
- Ampliar a prestação de serviço dos laboratórios específicos.
- Divulgar com mais intensidade, para a comunidade na qual está inserida, as ações de extensão da FURB.

#### **Comentários da CPA:**

Numa análise preliminar destaca-se que existem políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social. Porém fragilidades encontradas, **pontos frágeis**, levam a CPA a fazer as seguintes recomendações: repensar os mecanismos de estímulo à realização de programas e projetos de extensão, envolvendo mais docentes e técnico-administrativos - os resultados mostram que as cargas horárias dos docentes (ALOC), envolvidos com a extensão é pequena e não se tem um número exato de técnico-administrativos envolvidos também com a extensão, pois parece que isso ocorre de forma informal; que os editais de extensão estejam sempre valorizando a integração das atividades de extensão com as de ensino e da pesquisa; a FURB deve divulgar com mais intensidade, para a comunidade na qual está inserida, as suas ações de extensão. Outros pontos importantes também podem ser observados nas descrições de cada indicador.

## 2.4 POLÍTICAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO

A PROPEX – Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, órgão ligado diretamente à Reitoria, administra os cursos de Pós-Graduação na Universidade Regional de Blumenau. Outro órgão ligado à PROPEX, o DPG – Departamento de Pós-Graduação, que cuida especificamente dos cursos de Especialização, ficando os Mestrados e Doutorados sob a administração direta da PROPEX.

No tocante aos cursos de especialização, os projetos, de uma forma geral, são propostos e aprovados nos Departamentos, em conformidade com o modelo adotado pela Divisão de Pós-Graduação – DPG. Nesta ordem, eles são aprovados pela DPG, pelo Conselho de Centro ao qual está vinculado o Departamento de origem do curso e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE. Os Mestrados e o Doutorado, além de seguirem os mesmos trâmites, devem ter a aprovação dos órgãos governamentais, como determina a legislação pertinente. Pelas normas mencionadas, os cursos em nível de especialização também são aprovados pelas instâncias superiores antes de serem ofertados à comunidade. No final do período em questão (2011), a instituição ofereceu 55 cursos de Especialização alguns próprios outros em convênio com outras Instituições e/ou Fundações, atingindo um total de 1650 alunos matriculados.

No tocante aos cursos de pós-graduação (*stricto sensu*), até o final de 2011, período deste relatório de autoavaliação, são os seguintes os cursos oferecidos pela FURB: 1) Mestrado em Administração; 2) Mestrado em Educação; 3) Mestrado em Engenharia Ambiental; 4) Mestrado em Química; 5) Mestrado em Desenvolvimento Regional; 6) Mestrado em Ciências Contábeis; 7) Mestrado em Engenharia Química; 8) Mestrado em Engenharia Elétrica; 9) Mestrado em Ciências Naturais e Matemática; 10) Mestrado em Engenharia Floresta. e 11) Doutorado em Ciências Contábeis e Administração. No período avaliado programas de mestrados mantiveram um a média de 350 alunos matriculados enquanto no doutorado 16 alunos matriculados.

No período analisado a maior parte dos cursos de especialização foi ofertada pelas conveniadas. Desta forma, observa-se que boa parte dos professores que atuaram na pós-graduação (*lato sensu*) não teria obrigatoriamente vínculo com a FURB (contratados apenas para os projetos dos cursos). Com relação à atuação dos professores na pós-graduação *stricto sensu observa-se que na estrutura da universidade os docentes do quadro estão lotados nos Departamentos, vinculados aos cursos de graduação (disciplinas), conforme Art. 6 da LEI COMPLEMENTAR Nº 745, DE 19 DE MARÇO DE 2010 que trata do Plano de Carreira do Magistério Superior. O que se observa é que os professores mais qualificados da graduação, com considerável produção científica são convidados para atuar na pós-graduação Stricto Sensu.*

Com relação aos indicadores desta dimensão, consideram-se as análises abaixo.

#### 2.4.1. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (lato sensu) e suas formas de operacionalização

Na análise dos indicadores que se referem às políticas da IES para a pós-graduação (lato sensu) e suas formas de operacionalização, verificou-se que há pouca evidência na **coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação lato sensu com as metas do PDI**. A Tabela 18 mostra que no período avaliado a instituição manteve cursos de especialização, próprio e conveniados.

**Tabela 18 - Número de cursos de especialização e respectivo número de alunos no período de 2009 -2011**

Pós-Graduação		2009		2010		2011	
		C	A	C	A	C	A
Especialização	Próprio	-	-	1	13	2	29
	Conveniados	69	3.942	66	3.393	53	1.614

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Em consulta ao Planejamento Estratégico 2008-2012, observa-se que estavam previstas metas, mas destaca-se que no PDI (2010-2015) que foi finalizado em 2010 não foram estabelecidas metas de expansão, dificultando a análise desse indicador. No seminário avaliativo foi lembrado que no período de 2010 e 2011 a maioria dos cursos visava receita e era realizado com conveniadas não sendo definido por uma política. A CPA considerou que a instituição, neste indicador, está abaixo do referencial mínimo e deu **nota 2** para o mesmo.

A Resolução 64/2009, descrita no PDI, aprova as normas gerais para o funcionamento dos cursos de pós-graduação, em nível de especialização. Nela está prevista a oferta de cursos de forma própria ou conveniada; duração de no mínimo 360h; os cursos são agregados em áreas do saber, respeitando a organização das Unidades Universitárias; os cursos estão subordinados à DPG/ PROPEX; são estruturados em módulos, etc.

No seminário de autoavaliação questionou-se a organização dos cursos em áreas do saber, módulos, etc. Entendeu-se que as conveniadas não atendiam exatamente a Resolução 64/2009 (que trata de uma regulamentação interna). Desta forma a CPA definiu nota 4 ao indicador **coerência entre as práticas implementadas na pós-graduação lato sensu com as políticas estabelecidas no PDI**. Em entrevista realizada com a chefia da DPG foi afirmado que **existe de vinculação entre a oferta de cursos especialização e a formação com as necessidades regionais**. Observa-se também pela demanda (número de alunos nos cursos de pós-graduação *lato sensu*) que esse vínculo existe. Porém, na Resolução 64/2009 não há exigência de que, no projeto do curso, esteja descrita a necessidade regional da oferta do mesmo. A CPA considerou que a Instituição está além do referencial mínimo e definiu **nota 4**.

Na estrutura da universidade os docentes do quadro estão lotados nos Departamentos, vinculados aos cursos de graduação (disciplinas), conforme Art. 6 da Lei Complementar nº 745, de 19 de março de 2010 que trata do Plano de Carreira do Magistério Superior. Cabe ressaltar que no período analisado a maior parte dos cursos foi ofertada pela conveniadas. Desta forma, observa-se que boa parte dos professores, que atuaram na pós-graduação não teriam obrigatoriamente vínculo com a FURB (contratados apenas para os projetos dos cursos). No seminário foi levantado que 90% dos cursos *lato sensu* eram de fora da instituição, e alguns coordenadores de curso eram da FURB. Apesar da comissão não ter apresentado no seminário qual o percentual de docentes da FURB no *lato sensu*, os presentes por percepção consideraram este valor baixo e foi sugerida nota 2 ao indicador **atuação dos professores da pós-graduação *lato sensu* no ensino de graduação.**

Quanto ao indicador **realização de atividades integradas entre pós-graduação *lato sensu* e graduação**, dados obtidos através de entrevistas realizadas com os Coordenadores de curso de graduação e questionários aplicados aos docentes levaram aos seguintes resultados:

- Coordenadores de curso de graduação: **29,4%** avaliaram como **PRECÁRIA/INSUFICIENTE** a realização de atividades integradas entre a pós-graduação *lato sensu* e a graduação. Ainda, cabe destacar que **23,5%** responderam que **Não se Aplica**, em função de alguns cursos de graduação não terem nenhum curso de especialização que se relacionam.
- Docentes: **29,5%** avaliaram como **PRECÁRIA/INSUFICIENTE** a realização de atividades integradas entre a pós-graduação *lato sensu* e a graduação. A CPA entendeu que a instituição está abaixo do referencial mínimo de qualidade e definiu **nota 1** para o indicador.

#### 2.4.2. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (*stricto sensu*) e suas formas de operacionalização

Em relação às políticas da IES para os cursos de pós-graduação (*stricto sensu*) e suas formas de operacionalização constatou-se que há uma evidência satisfatória. Nos anos de 2009 e 2010, conforme a Tabela 19, a FURB possuía 10 cursos de Mestrado e 1 de Doutorado. Em 2011 a instituição criou o Mestrado em Engenharia Florestal e, a partir do segundo semestre, passou a tramitar o projeto de Doutorado em Desenvolvimento Regional na CAPES (que se implementou somente em 2012). Outras ações ocorreram no período, como os projetos de Minter e Dinter em Direito.

Por outro lado, no Planejamento Estratégico 2008-2012 estavam previstas metas, mas destaca-se que no PDI 2010-2015 não foram estabelecidas metas de expansão, dificultando a análise desse indicador, caracterizando a falta de política institucional

específica para pós-graduação *stricto sensu*. Desta forma a CPA considerou adequado que no indicador **coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação *stricto sensu* com as metas do PDI**, a Instituição receba **nota 3**.

**Tabela 19 - Número de cursos de mestrado e doutorado no período**

Pós-Graduação		2009		2010		2011	
		Cursos	Alunos	Cursos	Alunos	Cursos	Alunos
Mestrado	Próprio	9	334	9	320	10	384
Doutorado	Próprio	1	11	1	17	1	19

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

A instituição atende completamente os requisitos de **autorização e reconhecimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* pelos órgãos competentes (CAPES)**, bem como a exigência de **reconhecimento e credenciamento de no mínimo 4 (quatro) cursos de Mestrado pelos órgãos competentes (CAPES)**, motivo pelo qual se atribui a **nota** máxima de **5**. A FURB tem como prática iniciar um curso após a recomendação da CAPES. O Quadro 10 mostra os conceitos Capes para os vários cursos de mestrados no período 2009-2011.

**Quadro 10 - Curso de mestrado versus nota Capes**

Descrição	Conceito Capes
Mestrado em Administração	4
Mestrado em Ciências Contábeis	4
Mestrado em Desenvolvimento Regional	4
Mestrado em Educação	3
Mestrado em Engenharia Ambiental	3
Mestrado em Engenharia Elétrica	3
Mestrado em Engenharia Florestal	3
Mestrado em Engenharia Química	3
Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática	3
Mestrado em Química	3

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

No período compreendido por esta avaliação (2009/2011), não se verificava o **reconhecimento e credenciamento de no mínimo 2 (dois) cursos de Doutorado pelos órgãos competentes (CAPES)**. Até o ano de 2011, a FURB possuía apenas um Curso de Doutorado reconhecido e credenciado para funcionamento, conforme o Quadro 11. Sabe-se, entretanto, que no período avaliado um projeto estava tramitando para reconhecimento do 2º curso de Doutorado (em Desenvolvimento Regional). Como a CPA considerou que a Instituição está abaixo do referencial mínimo de qualidade, definiu **nota 1** para o indicador.

**Quadro 11 - Doutorado versus conceito Capes.**

Descrição	Conceito Capes
Doutorado Ciências Contábeis e Administração	4

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Em relação ao indicador que versa sobre a **produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos programas (*stricto sensu*)**, a CPA considerou que a instituição apresenta evidência parcial, com desempenho satisfatório. Em entrevistas realizadas com **coordenadores dos programas de Pós-Graduação Stricto-Sensu** foram obtidos os seguintes resultados:

- Coordenadores dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu*: **60%** avaliaram como **ADEQUADA** e outros **20%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL** a compatibilidade entre a produção científica e os objetivos e linhas de pesquisa dos programas.

Além disso, cabe ressaltar que a pontuação dos programas, relacionados à produção científica, somente se dá quando a mesma está relacionada à linha e grupos de pesquisa do mesmo. A maioria dos nossos cursos de Mestrado encontra-se com nota 3 na avaliação da CAPES, o que significa que ainda têm muito a avançar, especialmente no que tange à produção científica. A CPA entende que a **nota** para esse indicador é **3**.

No indicador que trata da **integração dos projetos de iniciação científica com as linhas de pesquisa dos departamentos e/ou dos programas *stricto sensu***, verificou-se que os mesmos atendem plenamente. De acordo com o Relatório fornecido pela DAP fica evidente que todo projeto de Iniciação Científica está vinculado a um Grupo de Pesquisa, a uma linha de Pesquisa e a um Departamento na IES. A CPA entende que a **nota** é **5**.

Quanto ao indicador **existência de órgãos responsáveis pela coordenação das atividades e das políticas de pós-graduação *stricto sensu* adequadas a assegurar a infraestrutura, a logística, oferta de bolsas, suprimento de materiais, entre outros** observa-se que, em relação aos programas *stricto sensu*, a **Resolução 35/2010** rege no Art. 55 que compete à **Divisão de Pós-Graduação** parte dessas responsabilidades:

IX – coordenar o funcionamento do Colegiado de coordenadores da pós-graduação Stricto Sensu;

X – gerenciar as bolsas de pós-graduação Stricto Sensu;

Na prática, sabe-se que a DPG tem pouca relação com os programas *Stricto Sensu*. Esses programas são coordenados e organizados com o apoio (se relacionam diretamente) das Unidades Universitárias (centros).

A CPA entende que existem, órgãos de apoio, porém há contradição entre a prática e o que está regulamentado no Estatuto da Universidade. Os presentes no seminário relataram que a DPG tem feito os registros acadêmicos. À DAP cabe tratar das bolsas, da logística, do apoio aos pesquisadores. Cabe considerar que o *stricto sensu* não está

integrado à própria estrutura da FURB, aos cursos de graduação, pois até em relação às Unidades Universitárias (texto acima) os programas estão um tanto desvinculados/ avulsos.

A CPA entende que a **nota** do indicador deva ser **3**.

Por outro lado, destaca-se como evidência forte da Instituição, o indicador **existência de programas de bolsa de fomento à formação acadêmico-científica (stricto sensu), regulamentados e institucionalizados (atuação permanente e consolidada)** justificando a **nota 5** conferida, conforme se o Quadro 12.

**Quadro 12 - Cota de bolsas para os cursos *stricto sensu***

Descrição	Cotas de Bolsa
Mest. em Administração	4
Mest. em Ciências Contábeis	6
Mest. em Desenvolvimento Regional	6
Mest. em Educação	6
Mest. em Engenharia Ambiental	9
Mest. em Engenharia Elétrica	14
Mest. em Engenharia Florestal	5
Mest. em Engenharia Química	8
Mest. em Ensino de Ciências Naturais e Matemática	-*
Mest. em Química	6
Dout. Ciências Contábeis e Administração	6

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Também em relação à **atuação dos professores da pós-graduação *stricto sensu* no ensino de graduação**, percebe-se que é uma prática forte na IES. Na estrutura da universidade os docentes estão lotados nos Departamentos, vinculados aos cursos de graduação (disciplinas), conforme Art. 6 da Lei Complementar nº 745, de 19 de março de 2010 que trata do plano de carreira do Magistério Superior. Desta forma o que se observa é que os professores mais qualificados da graduação, com considerável produção científica, são convidados para atuar na pós-graduação *stricto sensu*. Assim, entende-se que há atuação dos professores da pós-graduação (*stricto sensu*) no ensino de graduação.

Durante o seminário presencial destacou-se também que há docentes que atuam na pós-graduação *stricto sensu* que não atuam na graduação (no CCE houve concurso docente direto pra o SS). A CPA considerou para este indicador a **nota 5**.

Entretanto, quanto ao indicador **realização de atividades integradas entre pós-graduação *stricto sensu* e graduação**, entrevistas realizadas com os Coordenadores dos programas de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* e com docentes vinculados aos programas apontaram os seguintes resultados:

- Coordenadores dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: **60%** avaliaram como **ADEQUADA** a realização de atividades integradas entre pós-graduação *stricto sensu* e graduação. Os outros **40%** avaliaram como **MUITO ADEQUADA**.

- Docentes vinculados aos programas *Stricto Sensu*: **40%** consideraram **ADEQUADA** a realização de atividades integradas entre pós-graduação *stricto sensu* e graduação. Outros **24%** avaliaram como **MUITO ADEQUADA**. Assim, a CPA entende que a **nota** para esse indicador é **3**.

A seguir tem-se o quadro com os indicadores e, logo depois, as considerações sobre os pontos fracos, pontos fortes e as recomendações.

**Quadro 13 - Planilha Avaliativa – Dimensão 2.4**

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>2.4.1 Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (<i>lato sensu</i>*) e suas formas de operacionalização.</b>						
2.4.1.1. Coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação <i>lato sensu</i> com as metas do PDI.			x			
2.4.1.2. Coerência entre as práticas implementadas na pós-graduação <i>lato sensu</i> com as políticas estabelecidas no PDI.					x	
2.4.1.3. Existência de vinculação entre a oferta de cursos especialização e a formação com as necessidades regionais.					x	
2.4.1.4. Atuação dos professores da pós-graduação <i>lato sensu</i> no ensino de graduação.			x			
2.4.1.5. Realização de atividades integradas entre pós-graduação <i>lato sensu</i> e graduação.		x				
<b>2.4.2. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (<i>stricto sensu</i>) e suas formas de operacionalização</b>						
2.4.2.1. Coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação <i>stricto sensu</i> com as metas do PDI.				x		
2.4.2.2. Autorização e reconhecimento dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> pelos órgãos competentes (CAPES).						x
2.4.2.3. Reconhecimento e credenciamento de no mínimo 4 (quatro) cursos de Mestrado pelos órgãos competentes (CAPES).						x
2.4.2.4. Reconhecimento e credenciamento de no mínimo 2 (dois) cursos de Doutorado pelos órgãos competentes (CAPES).		x				
2.4.2.5. Produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos programas ( <i>stricto sensu</i> ).				x		
2.4.2.6. Integração dos projetos de iniciação científica com as linhas de pesquisa dos departamento e/ou dos programas <i>stricto sensu</i> .						x
2.4.2.7. Existência de órgãos responsáveis pela coordenação das atividades e das políticas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> adequadas a assegurar a infraestrutura, a logística, oferta de bolsas, suprimento de materiais, entre outros.				x		
2.4.2.8. Existência de programas de bolsa de fomento à formação acadêmico-científica ( <i>stricto sensu</i> ), regulamentados e institucionalizados (atuação permanente e consolidada).						x

2.4.2.9. Atuação dos professores da pós-graduação <i>stricto sensu</i> no ensino de graduação.					<b>x</b>	
2.4.2.10. Realização de atividades integradas entre pós-graduação <i>stricto sensu</i> e graduação.				<b>x</b>		

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte.

**Quadro 14 – Pontos positivos, fragilidades e recomendações da Dimensão 2.4**

<b>Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 2.4:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coerência entre as práticas implementadas na pós-graduação <i>lato sensu</i> com as políticas estabelecidas no PDI.</li> <li>• Autorização e reconhecimento dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> pelos órgãos competentes (CAPES).</li> <li>• Existência de vinculação entre a oferta de cursos especialização e a formação com as necessidades regionais</li> <li>• Reconhecimento e credenciamento de no mínimo 4 (quatro) cursos de Mestrado pelos órgãos competentes (CAPES).</li> <li>• Integração dos projetos de iniciação científica com as linhas de pesquisa dos departamentos e/ou dos programas <i>stricto sensu</i>.</li> <li>• Existência de programas de bolsa de fomento à formação acadêmico-científica (<i>stricto sensu</i>), regulamentados e institucionalizados (atuação permanente e consolidada).</li> <li>• Atuação dos professores da pós-graduação <i>stricto sensu</i> no ensino de graduação.</li> </ul>
<b>Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.4:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação <i>lato sensu</i> com as metas do PDI.</li> <li>• Atuação dos professores da pós-graduação <i>lato sensu</i> no ensino de graduação.</li> <li>• Realização de atividades integradas entre pós-graduação <i>lato sensu</i> e graduação.</li> <li>• Coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação <i>stricto sensu</i> com as metas do PDI.</li> <li>• Reconhecimento e credenciamento de no mínimo 2 (dois) cursos de Doutorado pelos órgãos competentes (CAPES).</li> <li>• Produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos programas (<i>stricto sensu</i>).</li> <li>• Existência de órgãos responsáveis pela coordenação das atividades e das políticas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> adequadas a assegurar a infraestrutura, a logística, oferta de bolsas, suprimento de materiais, entre outros.</li> <li>• Realização de atividades integradas entre pós-graduação <i>stricto sensu</i> e graduação.</li> </ul>
<b>Recomendações da CPA sobre a Dimensão 2.4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer uma política para a expansão da pós-graduação <i>lato sensu</i></li> <li>• Melhorar a integração das atividades (aulas magnas, palestras, seminários, fóruns de discussão, etc.) de pós-graduação (<i>lato sensu*</i>) com a graduação.</li> <li>• Estabelecer uma política para a expansão da pós-graduação <i>stricto sensu</i>.</li> <li>• Criar um segundo curso de doutorado.</li> <li>• Qualificar o registro da produção científica da Universidade, desenvolver formação continuada para aperfeiçoamento do currículo <i>lates</i> e capacitar os docentes para publicação de trabalhos nas revistas indexadas.</li> <li>• Criar um vínculo maior entre <i>stricto sensu</i> com os cursos de graduação e em relação às unidades universitárias.</li> </ul>

**Comentários da CPA:**

Existem políticas claras e institucionalizadas para os cursos de pós-graduação, tanto, *lato sensu*, como *stricto sensu*. Porém fragilidades encontradas, **pontos frágeis**, levam a CPA a fazer as seguintes recomendações: melhorar a integração das atividades de pós-graduação (*lato sensu\**) com a graduação, uma vez que, em relação ao *stricto sensu*, já ocorre a realização de atividades integradas; criar um segundo curso de doutorado; criar um vínculo maior entre *stricto sensu* com os cursos de graduação, e em relação às unidades universitárias. Outros pontos importantes também podem ser observados nas descrições de cada indicador.

### CAPÍTULO 3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Universidade Regional de Blumenau é uma instituição pública e sua inserção na comunidade regional tem sido comprovada através de vários projetos, parcerias e atividades relacionadas às suas funções de ensino, pesquisa e extensão o que torna visível a sua responsabilidade social.

Conforme bem descrito nos relatórios de autoavaliação anteriores, a instituição relaciona-se com a comunidade interna e externa. A relação interna se expressa nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como, nos diversos serviços prestados aos acadêmicos e nos benefícios sociais e na melhoria das condições de trabalho dos seus servidores. A relação externa se dá pelas parcerias com diversos setores da sociedade, tanto públicos, quanto privados e também com movimentos sociais e comunitários, visando o bem estar e o desenvolvimento socioeconômico regional.

Com relação aos indicadores desta dimensão tem-se as seguintes análises.

#### 3.1. COERÊNCIA DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL COM AS POLÍTICAS CONSTANTES DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Para identificar a **coerência entre os objetivos dos projetos e programas de responsabilidade social no ensino (existência de componentes curriculares específicos, programas de nivelamento educacional mantidos pela FURB para estudantes egressos do Ensino Médio público) e as políticas constantes nos documentos oficiais**, a CPA buscou dados no Projeto Político Institucional (PPI) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010/2015. Observa-se que no eixo geral há disciplinas que se caracterizam como componentes curriculares que tratam da responsabilidade social (Desafios Sociais Contemporâneos, Dilemas Éticos e Cidadania e outras). Nas engenharias têm-se programas de nivelamentos em Matemática previstos no PPCs dos cursos. Assim, a CPA e os presentes no seminário de autoavaliação, entenderam que a **nota** atribuída deve ser **3**, pois, atende apenas ao referencial mínimo de qualidade.

No que se refere à **coerência entre os objetivos dos projetos e programas sociais na pesquisa (existência de projetos de Pesquisa ou Iniciação Científica) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI e PPI)**, observa-se que o PDI não trata de forma específica a questão social na pesquisa, mas trás uma percepção sobre responsabilidade ambiental e social nas práticas acadêmicas. Segundo o documento,

A responsabilidade ambiental subentende uma concepção mais ampla da atuação profissional e de cidadania. Ela leva o indivíduo a avaliar continuamente as consequências diretas e indiretas de suas ações sobre o meio ambiente, quer seja o uso abusivo de recursos naturais, o uso de produtos tóxicos, a poluição do ar, da

água ou do solo, quer seja a depredação de ecossistemas e de paisagens.

A prática da responsabilidade ambiental implica tomar decisões depois de avaliar seus efeitos num horizonte de tempo e de espaço muito maior do que o usual. Supõe não apenas saberes específicos, mas sim uma nova concepção de vida em sociedade e de desenvolvimento. Por isso mesmo, o termo responsabilidade ambiental é frequentemente associado à noção de responsabilidade social, que decorre da compreensão de que organizações produtivas também são organizações sociopolíticas. Assim sendo, à sua função original de produzir bons serviços e gerar empregos, somam-se novas incumbências que compreendem a prática de justiça social, de equidade, de inclusão social e de educação no contexto em que atuam. Em síntese, a prática da responsabilidade ambiental e social pressupõe uma percepção mais ampla da vida e do desenvolvimento das sociedades humanas, fruto de um processo educativo apropriado. (FURB, PDI, 2010)

Já nos relatórios da PROPEX dos projetos de Iniciação Científica, percebe-se que alguns tratam desse tema, cujo foco se dá mais na área ambiental do que sociais, entretanto, percebe-se que a instituição satisfaz apenas ao referencial mínimo de qualidade o que justifica a **nota 3** pela CPA e pelos participantes do Seminário Avaliativo.

Sobre a **coerência entre os objetivos dos projetos e programas sociais na extensão (existência de projetos de extensão sobre temas que impactam na melhoria da sociedade (inclusão digital, desenvolvimento econômico e social, defesa do Meio Ambiente, memória cultural, etc.) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI e PPI)**, observou-se que O PDI não trata de forma específica a questão social na extensão, mas, como apresentado no item anterior, traz uma percepção sobre responsabilidade ambiental e social nas práticas acadêmicas. Aos coordenadores de projetos de extensão foram aplicados questionários, a partir dos quais podem ser observados, na Tabela 20, os seguintes dados:

**Tabela 20 - Percepção dos coordenadores sobre responsabilidade ambiental e social nas práticas acadêmicas**

O projeto de extensão sob sua coordenação contribui para:	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
(a) saúde da população	26,3	0,0	21,1	31,6	21,1	0,0
(b) desenvolvimento sustentável	0,0	0,0	15,8	31,6	42,1	10,5
(c) geração de emprego e renda	5,6	0,0	33,3	27,8	22,2	11,1
(d) qualidade de vida da população	5,6	0,0	0,0	33,3	50,0	11,1

Fonte: Pesquisa realizada com os coordenadores de projetos de extensão.

Também na opinião dos membros da CAPEX, por sua vez, tem-se que 66,7% avaliaram como **ADEQUADO**, enquanto que 33,3% avaliaram como **MUITO ADEQUADO** possibilitando, assim considerar que neste indicador a instituição encontra-se além do referencial mínimo de qualidade, considerando que a nota deva ser **4**.

### 3.2. RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE: SETOR PÚBLICO, SETOR PRIVADO E MERCADO DE TRABALHO

Com relação aos indicadores **existência de convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento social, coerência entre as relações da FURB (políticas constantes nos documentos oficiais - PDI e PPI) com o setor produtivo e coerência entre as relações da FURB (políticas constantes nos documentos oficiais - PDI e PPI) com o mercado de trabalho** a CPA considerou que a Instituição está além do referencial mínimo e deu **nota 4**, devido às informações abaixo.

**Desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI.**  
(planejamento estratégico)

- Metas:**
- 1- Aumentar eficácia e eficiência dos programas de extensão como forma de fortalecer os laços com a comunidade da região.
  - 2- Consolidar a participação da Universidade nos fóruns de discussão da sociedade civil e de governos.

**Convênios com instituições públicas e privadas:** (Fonte ERP).

Usando como referência o ano de 2011 a FURB realizou 120 convênios com Instituições Públicas e Privadas sendo a grande maioria no setor público.

**Exemplos:**

- Convênio Nº 130/2011 Reitoria: FAPESC/FURB – Realiza projeto de inventário Florístico Florestal de Santa Catarina.

- Convênio Nº 104/2011 UNISINOS/FURB: Oferta de Curso de Doutorado.

- Convênio Nº 051 IF-SC/FURB: Promove a oferta de Cursos Semipresenciais.

No que se refere à **participação de professores e ou técnico-administrativos em órgãos colegiados externos como representantes da FURB**, a avaliação da CPA foi **nota 5**, pois, em 2010, a FURB participava, através de representações, em 70 órgãos externos. Em 2011, ampliou para 90. Exemplos destas participações podem ser evidenciados, no Quadro 15.

**Quadro 15 - Exemplos de representações, em órgãos externos por servidores da FURB**

Órgão/Entidade	Local	Representante
Câmara da Mulher Empresária - Núcleo Setorial - ACIB	Blumenau	Griseldes Fredel Boos
Câmara Especializada - Engenharia Civil - CREA-SC	Florianópolis	Édimo Celso Rudolf
Câmara Setorial de Bibliotecas - ACAFE	Florianópolis	Darlan Jevaer Schmitt
Câmara Setorial de Ensino a Distância - ACAFE	Florianópolis	Ida Luciana Martins Noriler
Câmara Técnica de Planejamento/Comitê do Itajaí	Blumenau	Kátia Ragnini Scherer

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Sobre a **existência de convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento social**, a CPA avaliou também como **nota 5** (muito além do referencial mínimo), tendo em vista as informações abaixo.

Convênios com instituições públicas e privadas: (Fonte ERP). Usando como referência o ano de 2011 a FURB realizou 120 convênios com Instituições Públicas e Privadas, como por exemplo:

Convênio Nº 130/2011 Reitoria: FAPESC/FURB – Realiza projeto de inventário Florístico Florestal de Santa Catarina.

Convênio Nº 104/2011 UNISINOS/FURB: Oferta de Curso de Doutorado.

Convênio Nº 051 IF-SC/FURB: Promove a oferta de Cursos Semipresenciais.

No que se refere a **programas e projetos de ensino, extensão e pesquisa para o desenvolvimento social da comunidade** tem-se que em 2011 a Instituição, com apoio de editais internos, manteve 26 programas continuados de extensão, envolvendo 66 projetos executados em diversas áreas temática (comunicação, cultura, direitos humanos, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho) envolvendo um número aproximado de 500 mil pessoas. Manteve vários projetos culturais, como por exemplo: Camerata de violões (24 apresentações), Coro FURB (14), Orquestra (15), Dança Alemã (17), Grupo de Teatro, FITUB, etc. Dentro dos Programas de mestrado (**10 programas**) são encontrados grupos de pesquisas que contribuem diretamente com o desenvolvimento social da comunidade. Em 2010 a Instituição vinha mantendo vários cursos de educação permanente (Práticas Artísticas e de saúde, fotografia, informática, etc.) atendendo 210 alunos naquele ano. Embora o seminário avaliativo tenha considerado a **nota 5** uma nota alta ela foi ratificada pelos presentes no seminário de autoavaliação, pois, com o modelo de financiamento que se tem consegue-se, através de muito esforço, manter os programas de extensão e demais projetos.

Em relação à **prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de ensino**, o

Quadro 16 abaixo mostra dados referentes às prestações de serviços realizadas pela Instituição.

#### Quadro 16 - Prestação de serviços realizados pela Instituição

Prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de ensino (dados de 2010)	
Núcleo de Práticas Jurídicas	17.636 atendimentos
Ambulatório Universitário (clínica médica e cirúrgica, enfermagem, nutrição, etc)	35.561 atendimentos
Clínica Odontológica	2.871 atendimentos
Clínica Escolar (Psicologia)	1.947 atendimentos
FURB Idiomas	300 alunos aproximadamente

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Os resultados das entrevistas junto aos Coordenadores demonstraram que **50%** respondeu que **NÃO SE APLICA**, em decorrência de não prestarem serviços. Porém aqueles cursos que prestam serviços têm atendido seus objetivos. **16,7%** consideraram **ADEQUADO** e **16,7%** consideraram **EXCELENTE**. A CPA e os presentes no seminário de autoavaliação consideraram que a instituição está além do referencial mínimo de qualidade e definiu **nota 4** para o indicador.

Sobre a **prestação de serviços à comunidade a partir de atividades de pesquisa**, a **nota** foi **2**, pois não foram encontrados documentos que abordem de forma específica a questão da prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de pesquisa. Em entrevista com os coordenadores de curso ficou claro que esta atividade é precária/insuficiente e quando aparece não provém de práticas institucionalizadas: **66,6%** dos coordenadores de curso responderam que **NÃO SE APLICA**, é **PRECÁRIO/INSUFICIENTE** ou é **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**.

Embora exista prestação de serviço a partir de atividades de extensão tais como Práticas Sociais e Ecológicas, Práticas Artísticas, Práticas de Saúde, Inglês, Fotografia, Informática, Natação e Hidromassagem, Coral, Programa de Educação Permanente, entre outros, nem todos os projetos de extensão realizam prestação de serviços. Dados do Relatório de Atividade da Instituição 2011 mostram que nos anos de 2009 e 2010 foi mantida uma média semestral 216 alunos (22 turmas/semestre em média). Em entrevista aos coordenadores de curso **25%** dos mesmos responderam que estava **ADEQUADO** e **16,7%** responderam como **MUITO ADEQUADO**. Já no seminário avaliativo os presentes consideraram as informações apresentadas insuficientes para definir o indicador. Foi sugerido que a CPA deve buscar mais informações na PROPEX/DAEX e incluir a ITCP, pois é um exemplo de prestação de serviços via extensão. A CPA por sua vez entendeu que as informações a respeito do indicador **prestação de serviços à comunidade a partir de atividades de extensão**, mostram que a Instituição está atendendo ao referencial mínimo de qualidade e manteve a **nota 3**.

No que se refere ao **desenvolvimento de atividades dos centros acadêmicos com a comunidade**, a CPA não encontrou documentos que comprovem uma relação direta entre os centros acadêmicos e a comunidade. Em questionário aplicado aos alunos foi perguntado se: “O centro acadêmico de seu curso desenvolve atividades com a comunidade”. Dos 1557 alunos respondentes obteve-se o seguinte resultado: **30,44%** consideraram que não existe nenhuma atividade; **21,65%** consideraram que existe, porém é precário, com evidência acidental; **26,26%** consideraram que existe e é adequado; **21%** consideraram que é uma prática estabelecida.

Diante dos resultados e da falta de documento formalizando as atividades dos centros com a comunidade, a CPA entende que a **nota** para este indicador deve continuar **2**. Como registro é importante salientar que no seminário avaliativo os presentes consideraram

que esse indicador não se aplica, pois não é obrigação do movimento estudantil esse tipo de atividade.

Já o indicador que trata sobre a **oferta de cursos para o atendimento das necessidades sociais e desenvolvimento regional** observa-se que a instituição oferece cursos para atender às necessidades sociais, como por exemplo, pelo Programa de Educação Permanente, que congrega um conjunto de atividades, sobretudo cursos (ex.: fotografia, práticas artísticas, de saúde, sociais e ecológicas, educação doméstica, entre outros). Outro exemplo são os cursos oferecidos pelo FURB Idiomas, que em 2011, chegou a ter, em média, 380 alunos. Finalmente, entende-se que os cursos de graduação surgem a partir de estudos de demandas (licenciatura em alemão, por exemplo), assim como o Programa de Mestrado/doutorado em Desenvolvimento Regional que serve para exemplificar o atendimento das necessidades sociais e desenvolvimento regional. Em entrevista os professores extensionistas da FURB se posicionaram da seguinte forma: **35,3%** avaliaram como **MUITO ADEQUADO**, enquanto que **29,4%** avaliaram como **ADEQUADO**. A CPA e os presentes no seminário avaliativo consideraram **nota 5** para a instituição neste indicador.

No que se refere ao **grau de conhecimento da comunidade das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento socioambiental** a pesquisa realizada pela turma da quarta fase do curso de Comunicação Social (projeto Focus 2011), com um total de 384 pessoas entrevistadas, mostra que este conhecimento é bom, conforme a Tabela 21.

**Tabela 21 - Grau de conhecimento da comunidade das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento socioambiental**

Principais questões abordadas	Concorda totalmente	Concorda em parte	Discorda	Desconhece
Participação no Desenvolvimento Regional	46,9%	35,9%	5,2%	12%
Promove e incentiva ações Sociais	45,2%	28,9%	3,4%	22,4%
Contribui para o meio ambiente	31,3%	35,2%	4,7%	28,9%
Contribui para a qualidade de vida/saúde	49,2%	37,8%	3,6%	9,4%

Fonte: Projeto Focus 2011

Somado a estes dados temos resultados de entrevistas realizados com técnico-administrativos, docentes e alunos cujos resultados foram: Na opinião dos técnico-administrativos, **37,8%** avaliou como **ADEQUADO** e **31,4%** como **MUITO ADEQUADO**. Na opinião dos docentes, **41,6%** avaliou como **MUITO ADEQUADO** e outros **33,3%** como **ADEQUADO**. Já os alunos, **31,5%** avaliaram como **ADEQUADO** e **27,5%** como **MUITO ADEQUADO**. O Seminário avaliativo corroborou a posição da CPA e considerou que a instituição neste indicador esta além do referencial mínimo de qualidade e foi definido **nota 4**.

Sobre o **impacto das atividades da FURB, na área de responsabilidade social, tanto no ambiente interno como no ambiente externo**, questionários aplicados a vários

segmentos da Instituição mostram os seguintes resultados: na opinião dos técnico-administrativos, **49,4%** avaliaram como **MUITO ADEQUADO** e **28,8%** como **ADEQUADO**. Na opinião dos docentes, **53,5%** avaliou como **MUITO ADEQUADO** e outros **23,5%** como **ADEQUADO**. Já os alunos, **39,5%** avaliaram como **MUITO ADEQUADO** e **25,9%** como **ADEQUADO**. Somado a esta informações se tem a pesquisa realizada pela 4ª fase do curso de Comunicação Social (Projeto FOCUS) com a comunidade externa (384 entrevistados) sobre o papel da FURB na promoção do desenvolvimento social e econômico de forma sustentável, o resultado foi: **41,4%** avaliou que a FURB está cumprindo seu papel em parte, enquanto outros **24%** disseram que está cumprindo totalmente. O Quadro 17 abaixo mostra também que a Instituição mantém programas internos de impacto ambiental. Segundo a CPA e os presentes no seminário avaliativo, o que está sendo feito é além do referencial mínimo de qualidade **nota 4** para o indicador.

**Quadro 17 - Atividades da FURB, na área de responsabilidade social e ambiental (Ambiente interno).**

<b>Atividades da FURB, na área de responsabilidade social e ambiental (Ambiente interno).</b>	
Programa de Água e Energia	Implantado em 2005
Gestão de Resíduos Sólidos	Implantado em 2000
Gestão de Resíduos Perigosos	Implantado em 2001
Licenças Ambientais de Operação - LAO	Adquirido em 2007

Fonte: Projeto Focus 2011

No que diz respeito às **políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela Universidade**, a CPA deu **nota 2** tendo em vista que não foram encontrados documentos que tratam de forma específica a questão das políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela Universidade. Em entrevistas realizadas com professores pesquisadores e extensionistas os resultados mostram que 77,8 % desconhecem, acham precário/insuficiente ou evidência acidental a relação entre as políticas públicas e os projetos desenvolvidos na Instituição. A sugestão dos que participaram do seminário avaliativo foi que o indicador deveria mudar para “participação” da FURB na criação de Políticas Públicas.

### 3.3. RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE: INCLUSÃO SOCIAL

Sobre os **mecanismos de acesso e permanência de alunos portadores de necessidades especiais (temporárias e permanentes)** em entrevista, os alunos portadores de necessidades especiais analisaram como **ADEQUADO (50%)**. Além disso, a CPA, em visita *in loco*, percebeu que há iniciativas da Instituição voltadas ao atendimento das demandas e necessidades dos PNE, conforme mostra o Quadro 18.

**Quadro 18 - Atendimento de demandas e necessidades dos PNE**

Estrutura	Acesso
Estacionamentos	Vagas reservadas para deficientes e idosos
Prédios	Elevadores e rampas nos locais onde há deslocamento de deficientes
	Banheiros adaptados para deficientes
	Corrimãos em rampas e escadas
	Braile nos números dos andares no painel do elevador
Calçadas	Indicação através do piso Podotátil.

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

No seminário avaliativo os presentes consideraram que a Instituição está apenas atendendo ao referencial mínimo de qualidade, pois, existem áreas inacessíveis aos PNE, problemas com rampas, corrimãos, etc. Desta forma foi definido **nota 3** para o indicador.

Já sobre os **mecanismos de acesso e permanência dos servidores portadores de necessidades especiais (temporárias e permanentes)** de acordo com os servidores PNE (permanentes e temporárias) que responderam ao questionário, **100%** avaliaram como **MUITO ADEQUADO**. O quadro anterior também serve para demonstrar a atenção dada aos servidores PNE. A nota sugerida pelos participantes do seminário avaliativo foi **4**, ou seja, a Instituição esta atendendo além do referencial mínimo.

No que se refere ao **acesso da comunidade externa à biblioteca**, a **nota** dada pela CPA e ratificada pelos membros que participaram do Seminário Avaliativo foi **5** já que, considerando o ano de 2009 como referência, observa-se que foram efetuadas 228.237 consultas aos materiais bibliográficos no recinto da biblioteca. Houve também 1.582.700 consultas à base de dados bibliográficos da BU-FURB via servidor WEB (dados do relatório de Gestão 2006-2010).

O documento não define se o público é interno ou externo, porém demonstra uma intensa utilização da estrutura da biblioteca dando indicativo, pelo volume efetuado, de que boa parte dos acessos venha da comunidade externa.

De acordo com o Diretor da Biblioteca, “A comunidade externa pode usufruir da Biblioteca Universitária da FURB praticamente em sua totalidade, utilizando nosso acervo para fomentar a plena gestão do conhecimento. As únicas restrições são relacionadas ao uso do Laboratório Geral de Informática e ao empréstimo de obras. Estas duas operações são restritas à comunidade acadêmica”.

### 3.4. RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE: DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

No que diz respeito ao **Desenvolvimento de projetos e ações de gestão e educação ambiental** fez as seguintes constatações: O Relatório dos projetos de Iniciação

Científica (2009-2011) ressalta que alguns projetos estão relacionados com a questão da gestão ambiental. Algumas atividades do Programa de Educação Permanente e projetos da Extensão estão relacionados com Educação Ambiental. Além disso, a FURB possui o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) no qual são desenvolvidos alguns projetos neste tema. No DCN existem diversos projetos de educação ambiental (ex.: projeto itinerante de exposição de fauna nativa, os projetos do PET). Além disto, de acordo com os professores pesquisadores, extensionistas, gestores da EDECON e DAC/SGA (entrevista), **55,5%** consideraram **ADEQUADO** ou **MUITO ADEQUADO**. Porém, no Seminário Avaliativo foi considerado que a instituição atende apenas o referencial mínimo de qualidade, pois, existe uma legislação sobre a questão ambiental na área de ensino que ainda não se está atendendo. Desta foram foi dado **nota 3** para o indicador.

Sobre o **Desenvolvimento de projetos e ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região**, a CPA também constatou que a FURB desenvolve algumas atividades relacionadas à Cultura, tais como os grupos artísticos, coro, orquestra e camerata de violões, FITUB, Teatro Phoenix, grupo de dança. A mesma também realizou exposições e outras ações e articulações com a comunidade. Em entrevista o Diretor da Biblioteca argumentou, “No que tange o papel da Universidade nesta área, tem-se buscado alternativas para fomentar a preservação do patrimônio cultural e da memória local através do ensino, pesquisa e extensão. Procurou-se qualificar a discussão sobre estas temáticas na comunidade, através de pesquisas, iniciativas de tombamentos e restauração, e representação nos conselhos da área, em esfera municipal e estadual. **Todavia, é preciso aumentar esta participação, devendo ter a Universidade papel central nas questões sobre memória e patrimônio cultural.**

De acordo com a pesquisa realizada (Diretor da Biblioteca e chefe da divisão de cultura), **50%** considerou **ADEQUADO** o desenvolvimento dos projetos e ações, e outros **50%** avaliou como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**.

Os que participaram do Seminário Avaliativo e CPA entenderam que esta nota deva ser **2**, pois as ações e projetos institucionais ainda são incipientes e não decorrem de uma política, estando abaixo do referencial mínimo de qualidade.

A seguir tem-se o quadro com os indicadores e, logo depois, as considerações sobre os pontos fracos, pontos fortes e recomendações.

Quadro 19 - Planilha Avaliativa - Dimensão 3

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>3.1. Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais.</b>						
3.1.1 Coerência entre os objetivos dos projetos e programas de responsabilidade social no ensino (existência de componentes curriculares específicos, programas de nivelamento educacional mantidos pela FURB para estudantes egressos do Ensino Médio público) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI e PPI).				x		
3.1.2. Coerência entre os objetivos dos projetos e programas sociais na pesquisa (existência de projetos de Pesquisa ou Iniciação Científica) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI e PPI).				x		
3.1.3. Coerência entre os objetivos dos projetos e programas sociais na extensão (existência de projetos de Extensão sobre temas que impactam na melhoria da sociedade (inclusão digital, desenvolvimento econômico e social, defesa do Meio Ambiente, memória cultural, etc.) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI e PPI).					x	
<b>3.2. Relações da IES* com a sociedade: setor público, setor privado e mercado de trabalho.</b>						
3.2.1. Existência de convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento social.					x	
3.2.2. Coerência entre as relações da FURB (políticas constantes nos documentos oficiais - PDI e PPI) com o setor produtivo.					x	
3.2.3. Coerência entre as relações da FURB (políticas constantes nos documentos oficiais - PDI e PPI) com o mercado de trabalho					x	
3.2.4. Participação de professores e ou técnico-administrativos em órgãos colegiados externos como representantes da FURB.						x
3.2.5. Existência de convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento social.						x
3.2.6. Programas e projetos de ensino, extensão e pesquisa para o desenvolvimento social da comunidade.						x
3.2.7. Prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de ensino.					x	
3.2.8. Prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de pesquisa.			x			
3.2.9. Prestação de serviços à comunidade a partir de atividades de extensão.				x		
3.2.10. Desenvolvimento de atividades dos centros acadêmicos com a comunidade.			x			
3.2.11. Oferta de cursos para o atendimento das necessidades sociais e desenvolvimento regional.						x
3.2.12. Grau de conhecimento da comunidade das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento socioambiental					x	

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
3.2.13. Impacto das atividades da FURB, na área de responsabilidade social, tanto no ambiente interno como no ambiente externo.					x	
3.2.14. Políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela Universidade.			x			
<b>3.3. Relações da IES* com a sociedade: inclusão social.</b>						
3.3.1. Mecanismos de acesso e permanência de alunos portadores de necessidades especiais (temporárias e permanentes).				x		
3.3.2. Mecanismos de acesso e permanência dos servidores portadores de necessidades especiais (temporárias e permanentes).					x	
3.3.3. Acesso da comunidade externa à biblioteca.						x
<b>3.4. Relações da IES* com a sociedade: defesa do Meio Ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.</b>						
3.4.1 Desenvolvimento de projetos e ações de gestão e educação ambiental				x		
3.4.2 Desenvolvimento de projetos e ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região.			x			

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

**Quadro 20 – Pontos positivos, fragilidades e recomendações da Dimensão 3**

<b>Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 3:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Coerência entre os objetivos dos projetos e programas sociais na extensão (existência de projetos de Extensão sobre temas que impactam na melhoria da sociedade (inclusão digital, desenvolvimento econômico e social, defesa do Meio Ambiente, memória cultural, etc.) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI e PPI)).</li><li>• Existência de convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento social.</li><li>• Coerência entre as relações da FURB (políticas constantes nos documentos oficiais - PDI e PPI) com o setor produtivo.</li><li>• Coerência entre as relações da FURB (políticas constantes nos documentos oficiais - PDI e PPI) com o mercado de trabalho.</li><li>• Participação de professores e ou técnico-administrativos em órgãos colegiados externos como representantes da FURB.</li><li>• Existência de convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento social.</li><li>• Programas e projetos de ensino, extensão e pesquisa para o desenvolvimento social da comunidade.</li><li>• Prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de ensino.</li><li>• Oferta de cursos para o atendimento das necessidades sociais e desenvolvimento regional.</li><li>• Grau de conhecimento da comunidade das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento socioambiental</li><li>• Impacto das atividades da FURB, na área de responsabilidade social, tanto no ambiente interno como no ambiente externo.</li><li>• Mecanismos de acesso e permanência de alunos portadores de necessidades especiais (temporárias e permanentes).</li><li>• Mecanismos de acesso e permanência dos servidores portadores de necessidades especiais (temporárias e permanentes).</li><li>• Acesso da comunidade externa à biblioteca.</li></ul>
<b>Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 3:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Coerência entre os objetivos dos projetos e programas de responsabilidade social no ensino (existência de componentes curriculares específicos, programas de nivelamento educacional mantidos pela FURB para estudantes egressos do Ensino Médio público) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI e PPI).</li><li>• Coerência entre os objetivos dos projetos e programas sociais na pesquisa (existência de projetos de Pesquisa ou Iniciação Científica) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI e PPI).</li><li>• Prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de pesquisa.</li><li>• Prestação de serviços à comunidade a partir de atividades de extensão.</li><li>• Desenvolvimento de atividades dos centros acadêmicos com a comunidade.</li><li>• Políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela Universidade.</li><li>• Desenvolvimento de projetos e ações de gestão e educação ambiental</li><li>• Desenvolvimento de projetos e ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região.</li></ul>

**Recomendações da CPA sobre a Dimensão 3**

- Incentivar a criação de programas e projetos de responsabilidade social no ensino (nivelamentos aos calouros).
- Valorizar no PDI a ampliação de projetos de pesquisa com a responsabilidade socioambiental.
- Centrar esforços no sentido de aperfeiçoar a prestação de serviços à comunidade, a partir da atividade de pesquisa e extensão.
- Instigar os estudantes a ampliarem sua relação com a comunidade através dos centros acadêmicos.
- Realizar inventário das políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela FURB.
- Criar um núcleo de inclusão para ampliar as políticas de acessibilidade e permanência.
- Ampliar os projetos e ações de preservação da memória e do patrimônio cultural da região.

**Comentários da CPA:**

No que se refere à coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais, foi constatado que existe coerência, tendo em vista as altas avaliações corroboradas pela comunidade que participou dos seminários avaliativos presenciais, bem como nos questionários por ela respondidos. Porém fragilidades encontradas, **pontos frágeis**, levam a CPA a fazer as recomendações abaixo.

Sobre as Relações da IES com a sociedade - setor público, setor privado e mercado de trabalho - ficou evidente que há boas relações. Porém, faz-se necessário centrar esforços no sentido de aperfeiçoar a prestação de serviços à comunidade, a partir da atividade de pesquisa, já que ficou constatado que não foram encontrados documentos que tratam de forma específica a questão da prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de Pesquisa. Esta temática, em entrevista aos coordenadores de curso ficou claro que esta atividade é precária/insuficiente e quando aparece não denotam de práticas institucionalizadas. Outro ponto fraco na relação da IES com a sociedade ficou evidenciado no desenvolvimento de atividades dos centros acadêmicos com a comunidade, pois, a CPA não encontrou documentos que comprovem uma relação direta entre os centros acadêmicos e a comunidade. Neste sentido, recomenda-se que a Instituição instigue os estudantes a ampliar sua relação com a comunidade através dos centros acadêmicos.

No que se refere às relações da IES com a sociedade: inclusão social, ela existe e foi muito bem avaliada tanto pela CPA, como também, pela comunidade presente no seminário avaliativo.

Finalmente, sobre as relações da IES com a sociedade - defesa do Meio Ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural - a CPA sugere que haja mais projetos e ações de preservação da memória e do patrimônio cultural da região. Outros pontos importantes também podem ser observados nas descrições de cada indicador.

## CAPÍTULO 4 - COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A comunicação da Instituição com a sociedade é feita através de vários meios, tarefa que na FURB é atribuída principalmente à Coordenadoria de Comunicação e Marketing (CCM). A Comissão Própria de Avaliação (CPA) realizou consultas documentais, entrevistas, visitas *in loco*, questionários e seminários avaliativos, a partir dos quais constatou que os processos, em muitos casos, são independentes da CCM não ficando totalmente centralizado na CCM. Entre os principais veículos de comunicação que foram identificados pode-se destacar a FURB TV, a FURB FM e o site da FURB ([www.furb.br](http://www.furb.br)) que possui páginas interativas, blog corporativo, meios de comunicação tradicionais e digitais.

A primeira categoria de análise desta dimensão são os sistemas de comunicação e informação da FURB com a comunidade interna e externa.

Além do rádio, da TV e da internet outros mecanismos de comunicação são utilizados pela Instituição. A CCM trabalha com publicidade na mídia, assessoria de comunicação, folders, clipping, divulgação do vestibular nas escolas, patrocínios e equipes esportivas, Interação, etc. No site da FURB encontramos também diversas ferramentas de comunicação e divulgação, como as Revistas *on line*, o AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem, Blog Corporativo, Intranet – Portal dos Servidores, Portal do Acadêmico, E-mail Marketing. A FURB conta ainda com a CRI – Coordenadoria de Relações Internacionais. Para a divulgação exclusivamente interna da informação ou tomada de decisões, além dos mecanismos e órgãos mencionados, a Instituição também se comunica através da Intranet, do Portal Acadêmico, Clipping diário da imprensa, Jornal Em Dia e Ação Estratégica. Menos frequentes verificou-se os Jornais do DCE, dos diretórios acadêmicos, do SINSEPES, ASEF e APROF. Em relação à comunicação pessoal, a Instituição possui: CAE, DRA, Unidades Universitárias, Colegiados, Centros Acadêmicos, Programa Conexão (DGDP), Comunicados nas folhas de pagamento e relatórios diversos.

Pode-se, portanto, afirmar que a FURB possui um sistema de comunicação com a sociedade bem desenvolvida, com diversos meios digitais, eletrônicos, impressos, rádio FM e TV. As metas e finalidades da Instituição prevista em seu Estatuto bem como os objetivos previstos no seu Planejamento Estratégico, mostram que as informações encontradas nestes meios estão adequadas a estes documentos. Os quadros demonstrativos abaixo, elaborados a partir dos dados coletados, mostram que a Instituição ultimamente tem se utilizado mais dos meios digitais do que os impressos – uma tendência mundial - para trabalhar suas informações.

Com relação aos indicadores desta dimensão, são apresentadas as considerações abaixo.

#### 4.1 AÇÕES DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE COM AS POLÍTICAS CONSTANTES DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Sobre a **existência de uma política institucional de comunicação**, percebeu-se que ela não existe de uma forma institucionalizada (documentada), porém ao ser analisado o Relatório de Atividades Institucional destacam-se estratégias e recursos utilizados como ações institucionais de comunicação (FURB TV, FURB FM e demais meios e canais de comunicação, Jornais, outdoors, revistas, sites, etc., ações de jornalismo). Observa-se também que atualmente (2012) existe um grupo de trabalho com o propósito de elaborar um documento que irá definir a Política Institucional de Comunicação. A CPA entende que esse indicador deve ficar com **nota 3**, pois a instituição está atendendo o referencial mínimo de qualidade e dá sinal de que está aprimorando suas práticas.

Em função da análise acima, em relação ao indicador **coerência entre a política institucional de comunicação com as políticas constantes no PDI**, notou-se que no período avaliado, não existe a Política de Comunicação institucionalizada e o PDI também não retrata o assunto. Assim, a CPA entende que existe essa carência e que a **nota** deva ser **1**.

Sobre o indicador **existência de informações em meios digitais (página da FURB, dos cursos, portais, intranet, internet e outros)**, observou-se que na Universidade existem informações em vários meios digitais, como por exemplo, - TV Universitária (TUB): FURB TV, Rádio/FURB FM, Site FURB: Reformulado no final de 2009, Intranet – Portal dos Servidores, Portal Acadêmico, AVA: Ambiente Virtual de Aprendizagem – assuntos acadêmicos/ pedagógicos, E-mail marketing: Divulgação de todos os eventos da Universidade, através de e-mail a todo o mailing interno e Blog corporativo FURB na Mídia, existente desde 2009 com autonomia (poucas IES possuem). O seminário avaliativo, junto com a CPA entendeu que a **nota** deveria ser **4**, partindo-se do pressuposto de que ainda pode melhorar.

Quanto ao indicador, **coerência entre as informações em meios digitais (site da FURB, dos cursos, portais, intranet, internet e outros) com as metas, objetivos e finalidades da FURB estabelecidas no PDI**, entende-se que as informações em meios digitais da FURB estão em concordância com o Objetivo Estratégico e Metas constantes no PDI, conforme o Quadro 21.

##### Quadro 21 - Objetivo estratégico e metas do PDI

<b>PDI - Objetivo Estratégico:</b> Desenvolver a Instituição nos aspectos social, econômico-financeiros, <b>imagem</b> , qualidade, tecnologia e processos e patrimônio humano.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>PDI Meta:</b> <b>Aumentar a visibilidade da Universidade junto à comunidade</b> , indústrias e setor público Municipal, Estadual e Federal.
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: PDI

O site da FURB incluindo a intranet, portal do servidor e portal acadêmico apresenta todas as informações institucionais, quanto aos cursos, serviços, cultura e esporte e relação com a comunidade e que tem permitido uma visibilidade da universidade junto à comunidade externa; E-mail marketing: Todos os eventos da Universidade, são divulgados através de e-mail a todo o mailing interno. AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem trata de todas as informações que envolvem assuntos acadêmicos/ pedagógicos; A CPA entende que a **nota** deste indicador seja **4**, por considerar ser uma prática institucionalizada.

Quanto ao indicador **existência de informações em meios impressos (guias, jornais, murais, revistas, boletins, manuais, panfletos e outros)**, o Quadro 22 mostra os principais meios impressos utilizados pela FURB:

#### **Quadro 22 - Principais meios impressos utilizados pela FURB**

- Revista Escolha Certa.
- FURB Notícias: encarte no Jornal de Santa Catarina + distribuição aos alunos e servidores;
- Cartazes Murais: Divulgação de eventos, cursos, ações especiais em cartazes nos mais de 50 murais e 200 salas de aula distribuídos dentro dos campi da Universidade.
- Job's desenvolvidos (Cartazes, convites, crachás, faixas, informativo Em Dia, etc.).

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

No seminário de autoavaliação foi lembrado da existência dos *flyers* dos cursos para a comunidade externa e outros materiais de divulgação do vestibular. Apesar do jornal impresso (mídia impressa) não ter sido publicado desde 2008 o seminário entendeu que a **nota** deve ser **4**, pois trata-se de uma prática já institucionalizada.

Já o indicador **coerência entre as informações em meios impressos (guias, jornais, murais, revistas, boletins, manuais, panfletos e outros) com as metas, objetivos e finalidades da FURB estabelecidas no PDI**, em consulta ao PDI observa-se que o mesmo estabelece como **Objetivo Estratégico**: Desenvolver a Instituição nos aspectos social, econômico-financeiros, **imagem**, qualidade, tecnologia e processos e patrimônio humano e tendo como **Meta: Aumentar a visibilidade da Universidade junto à comunidade**, indústrias e setor público Municipal, Estadual e Federal.

Quanto às informações em meios impressos observa-se que os Cartazes/ Murais para divulgação de eventos, cursos, ações especiais em cartazes nos mais de 50 murais e 200 salas de aula distribuídos dentro dos campi da Universidade são coerentes com o PDI. Observou-se também que os Job's desenvolvidos entre 2007 e 2011, (Adesivos, anúncios em jornais, banners, camisetas, faixas, informativo Em-Dia, Jornal universitário), são exemplos de informações em meios impressos que tem permitido a visibilidade da Universidade junto à comunidade. No seminário foi levantado que, a partir de 2009, o Jornal Universitário

deixou de existir, porém passou-se a ter o encarte no Jornal de Santa Catarina: FURB Notícias. O jornal Em dia deixou de ser impresso em 2008 e passou a ser eletrônico. Os presentes lembraram que a evolução tecnológica (site, e-mails, SMS, etc.) permitiu uma diminuição das despesas com material impresso, eliminando o desperdício. A CPA entende que **a nota do indicador seja 4** por ser uma prática institucionalizada.

Quanto ao indicador **existência de informações em mídia eletrônica (rádio e televisão FURB)**, o Quadro 23, abaixo mostra os dados quantitativos referentes a este indicador.

**Quadro 23 - Existência de informações em mídia eletrônica (rádio e televisão FURB)**

<b>Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa (dados de 2010)</b>	
Produção Jornalística (rádio e TV)	1.447
Comerciais exibidos pela TV FURB	16.205 horas
Horas de produção da TV	3.794 horas
Programas produzidos pela FURB TV	1.288 horas

Fonte: CCM

A CPA considerou que existem informações em mídia eletrônica Porém os presentes no seminário de autoavaliação consideraram que houve diminuição das informações institucionais na FURB FM (com a saída das comunicadoras) e na TV houve diminuição da produção interna. Com relação à rádio pode ser citado o Minuto FURB que também diminuiu as suas inserções por dia. Desta forma a CPA considerou que a instituição está atendendo apenas o referencial mínimo de qualidade dando **nota 3** ao indicador.

Quanto ao indicador **coerência entre as informações divulgadas por mídia eletrônica com as metas, objetivos e finalidades da FURB estabelecidas no PDI**, Em análise ao PDI observa-se que o mesmo estabelece como Objetivo Estratégico: Desenvolver a Instituição nos aspectos social, econômico-financeiros, **imagem**, qualidade, tecnologia e processos e patrimônio humano e tendo como Meta: Aumentar a visibilidade da Universidade junto à comunidade, indústrias e setor público Municipal, Estadual e Federal.

Conforme o Quadro 23 existem informações em mídia eletrônica (rádio e televisão FURB). Analisando-se as informações contidas nestes veículos eletrônicos, a CPA, concorda que as informações, nelas contidas, estão permitido que a instituição tenha maior visibilidade junto à comunidade o que atende ao previsto no PDI. Porém, no seminário, os presentes consideraram que a diminuição das informações institucionais na FURB FM , a diminuição da produção interna na TV e na rádio, demonstram que a instituição não esta avançando neste indicador e apenas atendendo o referencial mínimo de qualidade. Desta forma a **nota** recomendada foi **3**.

## 4.2. COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Quanto à **adequação do fluxo de comunicação interna entre os níveis da estrutura organizacional sobre as decisões institucionais**, em consulta ao sistema e-Docs (ERP), constata-se que a instituição tem como prática registrar as decisões tomadas (atas, resoluções, portarias) em um sistema eletrônico de documentos. As decisões institucionais tomadas nos principais conselhos da Universidade (CEPE e CONSUNI) ficam disponíveis para todos os servidores da FURB, bastando acessar o sistema. A Tabela 22 mostra dados dos processos\ pareceres que ocorreram, na administração superior da instituição, no período avaliado, demonstrando uma intensa atividade naquele nível de poder.

**Tabela 22 - Números de processos e pareceres gerados no CEPE; CONSUNI. CONSAD no período 2009 -2011**

Atividades	2009			2010		2011	
	CEPE	CONSUNI	CONSAD	CONSUNI	CEPE	CONSUNI	CEPE
Nº de processos autuados	217	16	28	31	198	20	237
Nº de pareceres emitidos	157	16	32	21	210	25	219
Nº de sessões realizadas	17	13	17	5	15	14	20
Nº de processos/ que não receberam parecer	65	1	5	5	19	0	56
Nº de processos de anos anteriores que receberam parecer no ano seguinte	15	2	9	2	54	05	38
<b>Total</b>	<b>471</b>	<b>48</b>	<b>91</b>	<b>64</b>	<b>496</b>	<b>64</b>	<b>570</b>

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Porém, os presentes no seminário de autoavaliação levantaram alguns problemas referentes a adequação do fluxo de comunicação. Foram levantadas algumas falas: “No CEPE há fluxo definido, porém o processo não retorna para quem abriu”. “O e-Docs (ERP) é utilizado por um contingente pequeno na FURB”. “A questão do fluxo de comunicação administrativa é muito precário”. “Há pouca definição do fluxo de comunicação (processo) nas tramitações internas”. “Nos conselhos, muitas vezes, é preciso recorrer a SED para obter os documentos, pois o sistema é falho”. “Além disso, não é qualquer navegador que permite acesso”. Os presentes no seminário concluirão não tratar-se ainda de uma prática institucionalizada considerando **nota 2** para o indicador.

Quanto ao indicador **Presença da FURB na mídia**, seguem dados da pesquisa a realizada pela turma, da professora Cynthia Morgana Boos de Quadros, da quarta fase do curso de Comunicação Social em outubro de 2011 - **Projeto Focus**. Na visão da

comunidade em torno da universidade foram obtidos os seguintes resultados: **54,2%** dos entrevistados indicaram que a FURB está presente nos meios de comunicação; **73,7%** afirmaram ter visto a FURB na mídia nos últimos três meses, sendo que para 69,6% ocorreu através da TV; 16,1% das informações chegam através dos alunos que estudam na FURB; 46,2% procuram se informar do que esta acontecendo na FURB; 23% dos entrevistados responderam não sei dizer/ não lembro. Os temas mais lembrados foram Federalização e vestibular. No seminário foi lembrado ainda que a CPA, numa futura avaliação deveria considerar o Blog FURB na mídia e as opiniões do colunista Carlos Tonet que está sempre envolvido com as questões da Instituição. A CPA acatou as considerações, porém considerou que os dados existentes demonstram que a universidade esta além do referencial mínimo neste indicador e considerou sua **nota** como sendo **4**.

Quanto ao indicador **divulgação (comunicação externa) de critérios de seleção e admissão de estudantes na FURB**, verificou-se que no site da FURB cada curso traz informações sobre como ingressar.

No link <http://www.furb.br/web/2180/cursos/graduacao/como-ingressar> você conhece detalhadamente as seguintes formas de ingresso na FURB: Vestibular, ENEM, Histórico Escolar, Acesso FURB.

Se já foi aluno FURB e, por algum motivo, se afastou dos estudos: reingresso ou reingresso por transferência interna.

Se já estudou em outra Universidade e quer vir estudar na FURB: transferência externa.

Se é aluno FURB e quer trocar de curso: transferência interna.

Se já é graduado e deseja nova habilitação: diplomado.

E, para quem busca complementação ou atualização de conhecimentos: aluno especial. No seminário avaliativo foram levantadas algumas questões: A graduação tem muitas informações de seleção e admissão, mas ainda há o que melhorar em demais cursos (pós-graduação lato e stricto sensu, EDECON, etc.) A CPA entende que a instituição está além do referencial mínimo de qualidade e aferiu **nota 4** ao indicador.

No tocante ao indicador **existência de meios de comunicação entre centros acadêmicos e alunos** questionários aplicados aos discentes mostram que: **27,3%** consideraram que **não existe/é precário**, **22,8%** consideraram **adequado**, **23,7%** consideraram **muito adequado**, **26,2%** consideraram **ótimo**. Em entrevista com o DCE e Centros acadêmicos (apenas 3 respondentes) e avaliaram da seguinte forma: **33,3% evidência acidental**, **33,3% adequado** e **33,3%** consideraram **ótimo**. Os presentes no seminário de autoavaliação consideraram tratar-se de uma prática não institucionalizada e que a nota mais adequada deva ser **2**.

Em relação ao indicador **coerência entre a missão, os objetivos, finalidades da FURB e a imagem pública da instituição**, com base na Missão e no Objetivo Estratégico existentes no PDI, seguem dados da pesquisa a realizada pela turma da

professora Cynthia Morgana Boos de Quadros, da quarta fase do curso de Comunicação Social em outubro de 2011- **Projeto Focus**. Na visão da comunidade em torno da universidade foram obtidos os seguintes resultados:

**Papel da FURB no Desenvolvimento Regional:**

- **41,4%** consideraram que a FURB tem cumprido com o seu papel na promoção do desenvolvimento social e econômico de forma sustentável.
- **24 %** consideraram que cumpre totalmente.
- Aproximadamente **25%** não souberam responder, porém fizeram uma avaliação positiva.

**Imagem Pública da FURB:**

Instalações Físicas: **25,2%** consideraram a melhor / **39,3%** entre as melhores.

Localização: Entre as instituições o campus I é o melhor localizado.

Ensino Superior: **59,4%** consideraram uma referência

Infraestrutura: **56,3%** consideraram a melhor infraestrutura da região.

Oportunidades: **53,4%** consideraram que a FURB dá oportunidade a seus alunos através de bolsas de ensino, pesquisa e estágios.

Qualificação Profissional: **62,8%** consideraram entre as melhores (**55,5%**)

Desta forma a CPA considerou que a Instituição está além do referencial mínimo de qualidade e decidiu que a nota mais adequada é **4**.

#### 4.3. OUVIDORIA

A **existência de uma Ouvidoria** é confirmada pela Resolução 35/2010 onde consta em seu Art.32 a suas competências. Os presentes no seminário relataram que quando era SAP, antigo setor que tinha esta finalidade os resultados eram melhores. Foi considerado também que a Ouvidoria não tem agido como “voz” da FURB, porque os setores é que estão respondendo às demandas recebidas pelo órgão. A ouvidoria não tem atuado como o canal de comunicação, mas direto com o setor. Em entrevista com os centros, há muita crítica em relação ao sigilo, não fazem a mediação com a comunidade. A CPA considera que a instituição está atendendo apenas o referencial mínimo de qualidade dando **nota 3** para o indicador.

Em relação ao indicador **existência de regulamentação institucional das atividades (funcionamento) da Ouvidoria**, verificado que no período avaliado existe apenas a Resolução 35/2010 descreve as competências da Ouvidoria. Os presentes no seminário avaliativo afirmaram que o regimento interno não contempla no período a ouvidoria. Ela deve ser institucionalizada, especialmente no que diz respeito ao “funcionamento” do setor, conforme já relatado no indicador anterior. A CPA entende que a **nota** para o indicador é **3**.

No tocante ao indicador **disponibilidade de pessoal e infraestrutura adequados para o funcionamento da Ouvidoria**, tem-se que a ouvidoria conta com três profissionais: o Ouvidor (docente), um técnico-administrativo e um bolsista, que recebem as demandas via e-mail, classificam, registram, fazem encaminhamentos.

A Ouvidoria fica localizada no Bloco A do Campus I, mas pode receber demandas via e-mail e/ou por telefone.

No seminário foi levantado que o sistema tecnologicamente não é suficiente (recebimento do e-mail e resposta) e se podem perder informações (registros) com o tempo. A CPA considerou a **nota 3** para o indicador.

Sobre a **existência de registros das demandas e observações da comunidade acadêmica à Ouvidoria**, a CPA solicitou as ocorrências registradas no SAP, Tabela 23, no período de 2011, são elas:

**Tabela 23 - Ocorrências registradas pela ouvidoria**

Ocorrências registradas pela Ouvidoria / SAP em 2011				
Crítica	Dúvidas	Sugestões	Outros	Total
185	383	71	1014	5109

Fonte: SAP - 2011

No seminário avaliativo foi levantado que faltam dados da efetividade dos serviços, ou seja, quantos atendimentos foram realizados, resolvidos, quantas pendências, etc. Quanto foi “respondido” dessas demandas pela Ouvidoria. A CPA conferiu ao indicador a **nota 3**.

A seguir tem-se o quadro com os indicadores e, logo depois, as considerações sobre os pontos fracos, pontos fortes e as recomendações.

Quadro 24 - Planilha Avaliativa - Dimensão 4

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>4.1. Ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais</b>						
4.1.1. Existência de uma Política Institucional de Comunicação.				x		
4.1.2. Coerência entre a Política Institucional de Comunicação com as políticas constantes no PDI.		x				
4.1.3. Existência de informações em meios digitais (página da FURB, dos cursos, portais, intranet, internet e outros).					x	
4.1.4. Coerência entre as informações em meios digitais (site da FURB, dos cursos, portais, intranet, internet e outros) com as metas, objetivos e finalidades da FURB estabelecidas no PDI.					x	
4.1.5. Existência de informações em meios impressos (guias, jornais, murais, revistas, boletins, manuais, panfletos e outros).					x	
4.1.6. Coerência entre as informações em meios impressos (guias, jornais, murais, revistas, boletins, manuais, panfletos e outros) com as metas, objetivos e finalidades da FURB estabelecidas no PDI.					x	
4.1.7. Existência de informações em mídia eletrônica (rádio e televisão FURB).				x		
4.1.8. Coerência entre as informações divulgadas por mídia eletrônica com as metas, objetivos e finalidades da FURB estabelecidas no PDI.				x		
<b>4.2. Comunicação interna e externa.</b>						
4.2.1. Adequação do fluxo de comunicação interna entre os níveis da estrutura organizacional sobre as decisões institucionais.			x			
4.2.2. Presença da FURB na mídia.					x	
4.2.3. Divulgação (comunicação externa) de critérios de seleção e admissão de estudantes na FURB.					x	
4.2.4. Existência de meios de comunicação entre centros acadêmicos e alunos.			x			
4.2.5. Coerência entre a missão, os objetivos, finalidades da FURB e a imagem pública da instituição.					x	
<b>4.3. Ouvidoria.</b>						
4.3.1. Existência de uma Ouvidoria.				x		
4.3.2. Existência de regulamentação institucional das atividades (funcionamento) da Ouvidoria.				x		
4.3.3. Disponibilidade de pessoal e infraestrutura adequados para o funcionamento da Ouvidoria.				x		

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte.

**Quadro 25 – Pontos positivos, fragilidades e recomendações da Dimensão 4****Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 4:**

- Existência de informações em meios digitais (página da FURB, dos cursos, portais, intranet, internet e outros). Representação da FURB em entidades públicas e privadas.
- Coerência entre as informações em meios digitais (site da FURB, dos cursos, portais, intranet, internet e outros) com as metas, objetivos e finalidades da FURB estabelecidas no PDI.
- Existência de informações em meios impressos (guias, jornais, murais, revistas, boletins, manuais, panfletos e outros).
- Coerência entre as informações em meios impressos (guias, jornais, murais, revistas, boletins, manuais, panfletos e outros) com as metas, objetivos e finalidades da FURB estabelecidas no PDI.
- Presença da FURB na mídia.
- Divulgação (comunicação externa) de critérios de seleção e admissão de estudantes na FURB.
- Coerência entre a missão, os objetivos, finalidades da FURB e a imagem pública da instituição.

**Pontos frágeis que requerem melhoria na dimensão 4:**

- Coerência entre a missão, os objetivos, finalidades da FURB e a imagem pública da instituição.
- Coerência entre a Política Institucional de Comunicação com as políticas constantes no PDI.
- Existência de informações em mídia eletrônica (rádio e televisão FURB).
- Coerência entre as informações divulgadas por mídia eletrônica com as metas, objetivos e finalidades da FURB estabelecidas no PDI.
- Adequação do fluxo de comunicação interna entre os níveis da estrutura organizacional sobre as decisões institucionais.
- Existência de meios de comunicação entre centros acadêmicos e alunos.
- Existência de uma Ouvidoria
- Existência de regulamentação institucional das atividades (funcionamento) da Ouvidoria.
- Disponibilidade de pessoal e infraestrutura adequados para o funcionamento da Ouvidoria.

**Recomendações da CPA sobre a Dimensão 4**

- Criar a Política Institucional de Comunicação a partir de um documento oficial norteador de todas as ações que envolvam a comunicação interna e externa.
- Ampliar a produção de conteúdo da IES junto às mídias eletrônicas (FURB TV, FURB FM), além de incrementar e melhorar a visibilidade da IES na sociedade.
- Revisar a estrutura de comunicação interna da IES, melhorando o fluxo das informações.
- Criar mecanismos institucionais para que a comunicação entre centros acadêmicos sejam efetivas.
- Criar o regimento interno para contemplar as atividades da Ouvidoria, melhorar a

infraestrutura tecnológica, visando à garantia das informações recebidas e enviadas e também a geração de relatórios de desempenho. (a infraestrutura tecnológica não atende de forma eficiente, pois com o passar do tempo as informações (registros) podem se perder).

- Criar Protocolo do atendimento, para acompanhamento do reclamante.
- Registrar na ouvidoria a eficácia do serviço, ou seja, das ocorrências que a Ouvidoria recebe quantas são solucionadas de fato.

#### **Comentários da CPA:**

Ao comparar as ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais, verificou-se que as práticas desenvolvidas pela universidade estão de acordo com os documentos oficiais. Porém fragilidades encontradas, **pontos frágeis**, levam a CPA a fazer algumas recomendações. Recomenda-se a criação de uma Política Institucional de Comunicação a partir de um documento oficial norteador de todas as ações que envolvam a comunicação interna e externa. Outro ponto de destaque neste indicador é a diminuição na produção de conteúdo da IES nas mídias eletrônicas (FURB TV, FURB FM). Porém, é meta do PDI aumentar a visibilidade da Universidade junto à comunidade, indústrias e setor público Municipal, Estadual e Federal. Desta forma recomenda-se que se amplie a produção de conteúdo da IES junto às mídias eletrônicas (FURB TV, FURB FM), além de incrementar e melhorar a visibilidade da IES na sociedade. No que se refere à comunicação interna e externa, a comunicação da universidade possui uma boa comunicação com a comunidade externa. Já a comunicação interna da IES, é precária e o fluxo de comunicação (processo) nas tramitações internas não é clara. Sugere-se que seja revista toda a estrutura de comunicação interna da IES, melhorando o fluxo das informações.

Analisando os documentos oficiais, identificou-se a existência da Ouvidoria desde 2010, porém, as atividades não são institucionalizadas. A infraestrutura tecnológica não atende de forma eficiente, pois com o passar do tempo as informações (registros) podem se perder. Segundo o seminário, faltam dados da efetividade dos serviços, ou seja, quantos atendimentos foram realizados, resolvidos, quantas pendências, e o quanto foi “respondido” dessas demandas pela Ouvidoria. Desta forma recomenda-se que seja criado o regimento interno para contemplar as atividades da Ouvidoria, melhorar a infraestrutura tecnológica, visando à garantia das informações recebidas e enviadas e também a geração de relatórios de desempenho. Outros pontos importantes também podem ser observados nas descrições de cada indicador.

## CAPÍTULO 5 - POLÍTICAS DE PESSOAL, CARREIRA DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Conforme já citado no relatório anterior, a gestão da política de pessoal, carreira do corpo docente e técnico-administrativo é de responsabilidade da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (DGDP) que fundamentalmente planeja controla e gerencia as atividades de RH da FURB, promovendo concursos públicos para o provimento de vagas, gerenciando o sistema de folha de pagamento e prestando assistência social aos servidores. Esta divisão está vinculada diretamente a Pró-Reitoria de Administração.

Com relação aos indicadores desta dimensão têm-se as análises abaixo.

### 5.1. COERÊNCIA DAS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, SEU DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO COM AS POLÍTICAS FIRMADAS EM DOCUMENTOS OFICIAIS

Atualmente, através de um termo de ajuste de conduta como Ministério Público, a Lei Complementar nº 746, de 19 de março de 2010, dispõe sobre as regras para a aplicação do estatuto dos servidores públicos municipais aos servidores da FURB e dá providências correlatas. O Plano de Carreira dos servidores técnico-administrativos da FURB está regulamentado pela Lei Complementar nº 744, de 19 de março de 2010. O Plano de Carreira dos servidores docentes da FURB está regulamentado pela Lei Complementar nº 745, de 19 de março de 2010. Anteriormente ao ano de 2010, o plano de carreira dos servidores técnico administrativo e o plano de carreira dos servidores docentes eram definidos por resoluções internas, conforme já citado nos relatórios de autoavaliação anteriores. As práticas são consolidadas e institucionalizadas o que permite a comissão considerar aos indicadores **plano de carreira dos docentes implementado, com práticas consolidadas e institucionalizadas e plano de carreira dos servidores técnico-administrativo implementado, com práticas consolidadas e institucionalizadas a nota 5.** O Plano de Desenvolvimento do Patrimônio humano, previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI\FURB) tem com objetivo promover a valorização e o desenvolvimento do patrimônio humano. As metas relacionadas aos docentes preveem “Aumentar o comprometimento docente com os resultados institucionais” e “Manter e melhorar a capacitação pedagógica dos docentes”. Entre as ações previstas no PDI, podemos cita: Implementar programas de desenvolvimento de pessoal e motivação para o compromisso institucional; Ampliar o programa de capacitação continuada e de valorização

dos servidores. O plano de carreira, conforme cita anteriormente, Lei Complementar nº 745, de 19 de março de 2010, organiza os professores da categoria de Exercício Permanente em 9 (nove) referências conforme previsto no PDI. A progressão de uma referência para a imediatamente superior previsto no Plano de Carreira obedece ao previsto no PDI.

Em 2011 foram realizadas aproximadamente 437 horas de formação institucional (oficinas, palestra, minicursos, encontros, etc.) com o objetivo de dar uma formação continuada e melhorar a capacitação pedagógica e dos docentes e permitir também o crescimento na carreira. - Os professores também podem crescer na carreira a partir da conclusão dos cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado, conforme também previsto no PDI. Cabe lembrar (apontamentos do seminário de autoavaliação) que o PDI foi publicado em 2010 e as Leis Complementares em 2010 também. Que neste período não houve saídas para doutorado. Houve também redução na formação continuada. As ações foram mínimas, embora existentes. A CPÀ entende que existe **coerência entre o plano de carreira dos professores e as políticas de gestão de pessoal constantes no PDI**, porém não se trata de uma prática totalmente consolidada e achou a **nota 4** mais adequada. Quanto à **coerência entre o plano de carreira dos técnico-administrativos e as políticas de gestão de pessoal constantes no PDI** o PDI trata, mais especificamente, das Políticas de capacitação e qualificação do corpo técnico-administrativo, descrevendo as resoluções existentes anteriores ao termo de ajuste de conduta. Como a Lei Complementar Nº 744, de 19 de março de 2010 que trata do plano de carreira dos servidores técnico-administrativos da FURB teve com base as resoluções internas da instituição a CPA entende tratar-se uma prática em vias de consolidação e considerou **nota 4**.

Segundo a Lei Complementar Nº 745, **Art. 4º** *O corpo docente da FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau compreende os Professores do quadro, temporários e visitantes, da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante, sendo:*

*I - Professores do quadro, os docentes admitidos mediante aprovação em concurso público de títulos e provas;*

*II - Professores temporários, os docentes contratados mediante aprovação em processo seletivo público simplificado, para atividades temporárias de ensino, conforme regulamento;*

*III - Professores visitantes, os docentes que desempenham atividades específicas, contratados ou não, conforme regulamento.*

**Art. 8º** *O ingresso no quadro do magistério da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante é precedido por concurso público, de títulos e provas, para o provimento efetivo de cargos em vaga não preenchida, caracterizada e com carga horária mínima definida no Capítulo IX desta Lei.*

A CPA entende que a lei complementar 745 tem critérios bem definidos de seleção e admissão para o quadro e que são seguidos de forma clara nos Editais de

Concurso Público. Porém a comunidade universitária presente ao seminário de autoavaliação argumentou que durante o período em que esta sendo feito a autoavaliação institucional, estava-se no período do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) não se podendo nomear docentes, pois não eram permitidos concursos. Passou-se a ter “efetivamente um número elevado de docentes emergenciais no período”. E nestas contratações os critérios ficavam questionados. Assim o indicador **critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores docentes na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados** a Comissão entende que em parte do período em questão, estes critérios não foram aplicados. A CPA concorda com a visão dos presentes no seminário de autoavaliação e definiu **nota 3** a este indicador. No caso dos **critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores técnico-administrativos na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados** a CPA entende que os critérios de seleção e admissão para o quadro ficam claramente definidos nos Editais de Concurso Público (Lei Complementar nº 744, **Art. 17**). Entretanto, para técnico-administrativos temporários a seleção não se dá por concurso ou processo seletivo específico, que garanta oportunidade de admissão por mérito do candidato à vaga (como ocorre com os professores PSPS). Também não houve concurso em função do TAC. Para o quadro os critérios são bem claros, mas para os temporários isso não ocorre. A **nota 3** está adequada.

Analisando-se a Lei Complementar nº 745, **Art. 17**. *No Magistério da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante, a progressão de uma referência para a imediatamente superior dar-se-á em função de critérios de comprovada titulação acadêmica, progressivamente maior, e dos méritos decorrentes das atividades de administração, ensino, pesquisa, extensão e da produção científica, artística ou cultural desenvolvidas pelos docentes.*

*Parágrafo Único - A contagem de pontos para ingresso nas referências se inicia em zero, à qual se somam os pontos obtidos em função do atendimento aos critérios estabelecidos em regulamento próprio.*

**Art. 18.** *A progressão na carreira está condicionada à:*

*I - acumulação mínima de 12 (doze) pontos, obtidos por atendimento a critérios estabelecidos em regulamento próprio;*

*II - observância de um interstício de 3 (três) anos para alteração de uma referência para a subsequente, excetuando-se os pontos decorrentes da titulação stricto sensu.*

**Art. 19.** *A contagem de pontos, para efeitos da progressão, obedece à escala de critérios e respectivas pontuações estabelecidos em regulamento próprio.*

A CPA entende que os **critérios claramente definidos de progressão na carreira do magistério superior (docente), regulamentados e efetivamente aplicados**. Estão claros e portanto o indicador deve ter **nota 5**.

Com referência ao servidor técnico-administrativo a Lei Complementar Nº 744, a sessão II, nos **Artigos 21 a 24** trata da promoção dos servidores técnico-administrativos da

FURB, e que a mesma se dá em decorrência de merecimento apurado em avaliação de desempenho, por mérito do servidor na busca pela capacitação (horas de cursos, graduação, pós-graduação, etc.) e também por tempo de serviço. A CPA e a comunidade universitária, presente no seminário de autoavaliação, entende que a promoção está regulamentada. Entretanto, destaca-se que a FURB descontinuou seu processo de avaliação de desempenho dos TA (previsto no Plano de Carreira), no período, e que a promoção tem ocorrido apenas por mérito de capacitação e de tempo de serviço. Para o indicador **critérios claramente definidos de progressão na carreira funcional (técnico-administrativa), regulamentados e efetivamente aplicados** se definiu a **nota 4**, pois se trata de um processo consolidado, porém necessitando ser implantado. **Quanto aos programas de assistência e melhoria à qualidade de vida com práticas consolidadas e institucionalizadas**, a FURB possui um quadro de benefícios institucionais, dentre os quais se destacam os afastamentos justificados (casamento, nascimento, óbito, etc.); planos de saúde e área protegida UNIMED (emergência médica); abatimento de encargos educacionais; abono permanência; anuênio; dedicação exclusiva (para docentes); auxílio creche para servidoras e auxílio a filhos com deficiência; vale transporte; licença especial para gestantes e adotantes, bem como licença paternidade; licença por motivo de doença em pessoa da família ou para assuntos particulares; prática desportiva; etc.

Uma boa parte dos presentes no seminário de autoavaliação considerou que a maioria dos benefícios ocorre por força de lei trabalhista. Não temos um “programa” de qualidade de vida implementado. A FURB atende o mínimo. Não existe também um programa de diagnóstico psicossocial para avaliar os servidores e propor um programa de melhoria na qualidade de vida. A CPA concordou com as considerações da comunidade e considerou que a instituição está fazendo o mínimo e que o indicador deva ter **nota 3**.

Em 2009/2010 foram elaborados laudos referente a segurança e saúde dos servidores em todos os ambientes da Instituição (**Laudos Técnico das Condições Ambientais de trabalho**). Documento disponível na DGDP. Analisando estes documentos a CPA levantou vários questionamentos. Entre eles pode-se citar:

- Em atividades que implicam em risco, os servidores Técnico-administrativos recebem insalubridade. Entretanto, os docentes nas mesmas condições de risco não recebem. Quanto aos resultados dos Laudos, as adequações dos espaços e laboratórios ficam a cargo dos setores, não tendo um acompanhamento de uma comissão específica para tal.

Quanto às demandas levantadas em 2010, não existe um controle do que foi realizado. A responsabilidade de execução é do setor envolvido e depende de orçamento.

- Em 2011 não foi feito novo Laudo, havendo descontinuidade.
- Por fim observou-se que não existem documentos institucionais que retrate uma política de segurança e saúde dos servidores. O que existe uma legislação federal na

qual a instituição procura se adequar. No seminário de autoavaliação concluiu-se que o foco ficou apenas na insalubridade. Questões ergonômicas, iluminação, etc. (por ex.) não são tratados.

A CPA entendeu que a Instituição está atendendo o mínimo e definiu **nota 3** para o indicador **condições de trabalho docente de acordo com o estabelecido nos documentos institucionais**. Quanto ao **desenvolvimento profissional do corpo técnico-administrativo coerente com o estabelecido nos documentos institucionais**, a FURB possui programas de capacitação dos servidores TA, descritos no PDI e em outros documentos internos: Resolução 05/1994: abatimento para cursar ensino médio, graduação e pós (servidores e família); Resolução 13/1997: abatimento para segundo curso de graduação; Resolução 30/1997: apoio para cursar Stricto Sensu; Resolução 17/2008: abatimento para cursar Stricto Sensu na FURB; Resolução 26/2008: Programa de capacitação linguística. A Tabela 24 mostra o número de participação de servidores técnico-administrativos na formação institucional.

**Tabela 24 - Participação de servidores TA na formação institucional**

Participação de servidores TA na <b>Formação Institucional</b> :		
Ano/Participação	I sem.	II sem.
2007	210 participantes (42%)	
2008	143 participantes (29%)	159 participantes (30%)
2009	203 participantes (37%)	148 participantes (26%)
2010	132 participantes (23,5%)	
2011	143 participantes (24%)	

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Porém, a comunidade universitária presente no seminário de autoavaliação gerou algumas falas que são aqui registradas.

“No período 2009-2011, é possível afirmar que a coerência não foi tão evidente”.

“O programa de capacitação linguística teve apenas uma turma”.

“Para liberação dos servidores para cursas Stricto Sensu não existe um estímulo/suporte da FURB para tal”.

“Para o CCE houve poucas formações atrativas e não foram ao encontro dos interesses dos servidores do quadro”.

“O ideal é pensar na formação institucional que tente incluir os servidores de forma geral (docentes e TA), porque algumas propostas são muito específicas/ direcionadas para as categorias”.

A CPA, em concordância com a comunidade universitária presente no seminário de autoavaliação considerou que no período avaliado de 2009-2011, o ideal para o indicador seria a **nota 3**.

## 5.2. FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE.

A LDB prevê 1/3 (33%) de mestres e doutores para universidades. A Tabela 25, abaixo mostra dados da FURB (posição em dezembro da cada ano).

**Tabela 25 - Percentual de Mestres e Doutores na FURB**

Ano	Percentual
2008	69,8%
2009	70,5%
2010	69,2%
2011	71,4%

Fonte: COPLAN/BI

Outras informações (Tabela 26), extraídas do Censo INEP 2010 (inclui docentes ao longo do ano, não apenas posição de dezembro) mostram os seguintes comparativos:

**Tabela 26 - Comparativo de Mestre e Doutores (percentual) da FURB em relação a outra IES - 2010**

Parâmetro consultado	Percentual
FURB	67,8%
Universidades no Brasil	74,9%
Universidades do Brasil (exceto federais)	68,6%
Universidades de SC (exceto federais)	59,9%

Fonte: Censo INEP 2010

Apesar de estarmos acima do referencial (LDB), ainda há professores na FURB com apenas graduação no período 2009-2011. A CPA em concordância com comunidade universitária presente no seminário de autoavaliação considera que enquanto houver professores graduados lecionando a instituição estará atendendo o referencial mínimo de qualidade sendo que o indicador **nível de qualificação dos docentes** deve ter **nota 3**.

Quanto às **relações (%) entre os docentes com formação em nível de especialização, mestrado e doutorado e o total dos docentes**, a Tabela 27 mostra que a instituição atende a LDB onde se aceita até 2/3 de especialistas (66%) atuando na instituição. No caso da FURB observa-se que os docentes com titulações de mestres e doutores em relação ao total dos docentes é a grande maioria.

**Tabela 27 - Percentuais de docentes com Especialização, Mestres e Doutores**

Titulação	2009	2010	2011
Especialização	25,48%	25,80%	23,75%
Mestrado	45,8%	45,6%	46,4%
Doutorado	24,71%	23,63%	24,93
Total	789	783	758

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Porém, conforme já citado no indicador anterior, a instituição possui ainda docentes com apenas a graduação. O PDI/FURB precisa estabelecer metas de qualificação docente. Questões levantadas no seminário de autoavaliação deixam claro que as ações institucionais ainda são incipientes em relação ao perfil de doutores, para entender as necessidades institucionais de docentes com doutorado (pesquisa, Stricto Sensu, captação de recursos). Ficou registrado também que o nº de saída para capacitação, oferecidos pela instituição, de Mestres para doutoramento é pequeno. Assim a CPA entende que este conjunto de indicadores que foram listados, atende apenas ao referencial mínimo de qualidade considerando para cada um deles a **nota 3**.

### 5.3. CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA OS DOCENTES.

A regulamentação da capacitação docente é feita pela Resolução nº 14/2007. Entretanto a CPA observou que a saída com apoio institucional para formação docente depende de editais lançados pela instituição que por sua vez depende de dotação orçamentária. Como consequência observou-se que não houve saída para capacitação (mestrado e doutorado) no período analisado (2009 – 2011). A Política existe, mas as práticas não ocorreram. Observa-se também que a participação do docente no programa permanente de capacitação ainda é pequena. Desta forma o indicador **existência de políticas de capacitação para os docentes com práticas consolidadas e institucionalizadas** tem uma **nota 2** já que se trata de uma política que não atende nem o referencial mínimo de qualidade. Quanto à **existência de programas e ações voltados para o acompanhamento e avaliação das atividades docente** o PDI, tem na página 35 os elementos da avaliação docente onde diz que: “A avaliação docente constitui-se de um instrumento diagnóstico, cujo objetivo central é fornecer subsídios e criar possibilidades para a reflexão e a reorganização da prática pedagógica. Nesse sentido, o programa de formação contínua docente é o espaço permanente para essa reflexão. A avaliação docente contempla as instâncias dos colegiados de cursos, acadêmicos e o próprio professor. Informações coletadas no setor de avaliação institucional, pela CPA demonstram que o programa existe, mas não há acompanhamento efetivo. A amostra de respondentes na avaliação docente não tem representado a totalidade (não significativa). No seminário de autoavaliação também foram feitas críticas quanto ao programa, pois o mesmo não considerar as atividades docentes como um todo (pesquisa, extensão, gestão) trabalha apenas as atividades de ensino. A CPA em concordância com os presentes no seminário de autoavaliação deu **nota 2**, por considerar também que se trata de uma política que não atende nem o referencial mínimo de qualidade.

Conforme os dois indicadores anteriores a política de capacitação e o acompanhamento estão expressos na Resolução nº 14/2007, de 20 de abril de 2007, e no

PDI da Instituição. Porém percebe-se que existem dificuldades para colocar em prática estas políticas. Conforme citado anteriormente, existe um processo de avaliação semestral de desempenho docente que é uma prática institucional já estabelecida, porém com resultados precários. A Instituição oferece semestralmente (período de recesso) cursos de formação didático-pedagógica, porém não existem estudos que identifique uma melhora na prática diária do docente em sala. Quanto a política de capacitação, conforme citado anteriormente, existe a Resolução 14/2007, que regulamenta a capacitação docente, porém por razões financeira não tem sido muito eficaz. Desta forma a comissão após discutir o assunto com os presentes no seminário de autoavaliação considerou que a **coerência entre as políticas de capacitação e de acompanhamento das atividades docentes com o estabelecido nos documentos institucionais** fica prejudicada, entendendo-se que a **nota** deva ser **3**.

Conforme já mencionado anteriormente a Resolução nº 14/2007 normatiza o apoio institucional para a formação de docentes do Quadro da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB. Os critérios estão definidos nos Editais publicados, segundo a orientação da resolução 52\2008, que revogou a resolução 14\2007. A CPA concorda com a **existência de critérios para a concessão de incentivos destinados a apoiar docentes para cursar pós-graduação** e considerou **nota 4** para este indicador. Quanto à **existência de critérios para participação docente em cursos de formação continuada com incentivo institucional** a CPA observou que não existem critérios que estimulem a participação docente em cursos de formação continuada. Cabe ao docente decidir se quer ou não participar deste tipo de formação. Em consulta a DGDP, a mesma avaliou-se essa questão como “PRECÁRIA/ INSUFICIENTE”. Segundo o setor: “Não há critérios, pois a política de formação continuada ainda não está institucionalizada”. Por isso, a CPA entende que a **nota** para esse indicador é **1**.

Os Editais que possibilitam aos docentes a realização de intercâmbio trazem os critérios para inscrição. Alguns projetos de pesquisa preveem esse tipo de mobilidade. Cabe destacar que em sua maioria o critério fica relacionado à questão do idioma. De acordo com o Coordenador de Relações internacionais da FURB “Existem regras específicas de cada programa / convênio firmado. Quando necessário, são publicados Editais dando ciência da existência da possibilidade de intercâmbio e o mesmo estabelece formas de seleção”. Porém observa-se alguns Editais são ocasionais e muitas vezes a participação está vinculada à negociação das condições de afastamento. Desta forma o indicador **existência de critérios para participação docente em intercâmbios**, na visão dos presentes no seminário de autoavaliação atende ao referencial mínimo de qualidade e definiu-se a **nota 3**.

Quanto a **coerência da área de capacitação docente com os interesses institucionais** tem-se que a Resolução nº 52/2008 aprova a normatização do apoio institucional para a formação de docentes do Quadro do Magistério Superior da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB. O pedido do docente para se capacitar tramita no departamento e no CEPE, onde a análise da coerência é deferida. A proposta é que o

professor, quando retornar da capacitação, possa se integrar aos grupos e linhas de pesquisa existentes, por isso a coerência se faz tão importante para análise de liberação do professor. Cabe destacar que a coerência é estudada quando o docente tem apoio institucional para se capacitar. Por outro lado discussões no seminário de autoavaliação mostraram que houve exceções no período. Considerou também que o PDI deve estabelecer os interesses institucionais para saídas dos docentes e que a capacitação (formação) institucional docente (pedagógica ou em novas tecnologias de ensino, por exemplo) também deve considerar as necessidades institucionais. A CPA considerou que a instituição atende ao mínimo do referencial de qualidade, atribuindo a **nota 3**.

Os Relatórios de Atividades anuais da Instituição (COPLAN) descrevem as atividades de formação institucional. Constatou-se nestes documentos, que no período avaliado foram oferecidos como formação pedagógica:

Em 2009: Avaliação Institucional, Planos de Ensino, Projeto Político Pedagógico, Metodologias, Currículo, Portfólio, ENADE, TICs, EAD, organização das aulas e projetos didáticos da educação superior, entre outros.

Em 2010: Minicurso - Organização Pedagógica da Aula; Mesa Redonda Currículo na Educação Superior e os Desafios da Formação Geral; Oficina Planejamento Curricular - Estágio Curricular e as demandas sócias da saúde; Oficina - Desafios na Elaboração dos Enunciados da Prova, entre outros.

Em 2011: Curso de LIBRAS (básico); Curso de Planejamento e Organização de atividades à distância; Oficina Projeto Político Pedagógico: reflexões e construções, Minicurso de Organização do Trabalho Docente no Ensino Superior: planos de ensino, entre outros.

Porém no seminário de autoavaliação ficou claro que a política de formação ainda está sendo discutida (2012). O envolvimento dos docentes na formação proposta foi também questionado. As promoções ocorreram, mas a participação foi duvidosa. Assim, a CPA entende que as práticas estão em vias de serem institucionalizadas e a **nota** para esse indicador **promoção de cursos e seminários voltados para a formação pedagógica** deva ser **4**. Quanto ao *auxílio institucional aos docentes no desempenho de suas* atividades didático-pedagógicas, constatou-se que a Instituição não dá nenhum auxílio de ordem financeira aos docentes com relação a preparação das aulas, correções de provas, etc.. Quanto ao Auxílio material na atividade pedagógica, observa-se que: - A Biblioteca adquire a bibliografia utilizada pelos professores (caso não possua); O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) auxilia o docente em suas atividades Pedagógicas; - A instituição disponibiliza para algumas unidades universitárias assessoras pedagógicas para auxiliar o docente em suas atividades didático-pedagógicas. Questionários aplicados aos coordenadores dos cursos mostram que, **45,5%** consideram como **ADEQUADO** o auxílio institucional, e outros **18,2%** consideram **MUITO ADEQUADO**. Discussões no seminário avaliativo mostram que os docentes iniciantes do quadro e PSPS (temporários) tem um

pouco mais de dificuldades no desempenho de suas atividades didático – pedagógicas. Desta forma a CPA entende que a instituição atende apenas em parte este indicador e considera que a **nota é 3**.

Algumas Unidades Universitárias tem a disposição uma assessora *pedagógica para apoiar os professores em suas atividades de docência*. A PROEN também oferece orientação aos coordenadores, quando solicitado. Questionários aplicados aos coordenadores de curso a respeito do **assessoramento aos professores e coordenadores na elaboração e execução das atividades docentes**, mostram que, **33,3%** consideram como **ADEQUADO**, enquanto outros **33,3%** consideram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. No seminário avaliativo também foi levantado que a PROPEX oferece apoio nos Editais internos e externos e para publicação de artigos (idiomas e estatística). Apoio aos pesquisadores e extensionistas. Desta forma a CPA entende que a Instituição atende apenas em parte este indicador e considera que a **nota é 3**.

Quanto à **relação entre a quantidade de professores em regime de tempo integral e o total de professores** os dados mostram que, considerando os TPH40 (docente horista trabalhando 40 horas, em várias atividades) como TI (docente em tempo integral), atinge-se a meta definida pela LDB (1/3 do corpo docente com TI) – posição em Dezembro de 2011. Nos dados do censo 2010/INEP mostram que a FURB tem apenas com 30,3% dos professores em regime de tempo integral. Comparando ainda este dado com outros dados a nível de Brasil e de Santa Catarina temos: Brasil - universidades – 61,5%; Brasil - universidades (exceto federais) – 47,5%; SC – universidades – 42,4%, SC – universidades (exceto federais) – 31,6%. A CPA entende que o indicador da Instituição está abaixo do referencial mínimo de qualidade e considerou ele **nota 2**.

O Artigo 10, da Resolução 70/2004, define que os docentes de TI e DE devem se dedicar, a no mínimo, 16 horas-aulas semanais em sala de aula, em disciplinas da grade curricular dos cursos de graduação, nos programas de mestrado/doutorado. Para cumprir essa carga horária em sala, o professor precisa comprovar as demais atividades oficialmente pela Reitoria (no caso de gestão superior) e diretoria de centro (gestão setorial) para registro no sistema de Alocação de Horas – ALOC. A

---

Tabela 28, mostra a quantidade de docentes TI e DE no período avaliado bem com a número de docentes com mais de 20 h de trabalho no ensino.

**Tabela 28 - Número de docentes do quadro (TI e DE) e o número de docentes com carga horária de ensino acima de 20h/a.**

Titulação	2009		2010		2011	
	Qtde	Com + 20h ensino	Qtde	Com + 20h ensino	Qtde	Com + 20h ensino
Doutores	113	30	111	35	110	31
Mestres	79	37	70	35	63	33
Especialização	4	3	3	2	3	0
Graduação	2	1	2	1	1	0
<b>Total</b>	<b>198</b>	<b>71</b>	<b>186</b>	<b>73</b>	<b>177</b>	<b>64</b>

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Apesar do a artigo 10, da Resolução 70/2004, definir que os docentes de TI e DE devem se dedicar, a no mínimo, 16 horas-aulas semanais em sala de aula, abaixo do previsto pelo MEC, a Tabela 28 mostra que mais de 30% destes docentes tem carga horária de ensino acima do previsto pelo MEC. Desta forma a CPA entende que a FURB, em relação ao o indicador **existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo integral tenham, no mínimo, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de alunos** está abaixo do referencial mínimo de qualidade e considerou para ele **nota 2**.

Quanto a **existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo parcial tenham, no mínimo, 25% de sua carga horária reservada para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos**, a Tabela 29 e Tabela 30 mostram a realidade da instituição (número de docentes TPH e TPH20H e o número com mais de 25% horas com outras atividade).

**Tabela 29 - Número de professores tempo parcial - 20 horas - e o número daqueles com mais de 25% das horas com outras atividades**

TPH 20H Titulação	2009		2010		2011	
	Qtde	25% horas com outras atividades	Qtde	25% horas com outras atividades	Qtde	25% horas com outras atividades
Doutores	3	3	3	2	3	2
Mestres	11	10	9	9	7	7

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

**Tabela 30 - Número de professores horistas com 40h e o número daqueles com mais de 25% das horas com outras atividades**

Titulação	2009		2010		2011	
	Qtde	25% horas com outras atividades	Qtde	25% horas com outras atividades	Qtde	25% horas com outras atividades
Doutores	61	44	58	40	51	34
Mestres	130	66	118	59	119	64
Especialização	47	12	45	13	43	13
Graduação	6	1	5	1	4	2

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Apesar dos quadros acima mostrarem que existem professores com 25% de sua carga dedicada a outras atividades a CPA lembra que não existem critérios definidos. Não implica que a carga horária esteja sendo reservadas para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos. A CPA e os presentes no seminário de autoavaliação entenderam que uma política de alocação de horas com este propósito precisa ser estabelecida pela instituição. A CPA entende que a **nota** para esse indicador deva ser **2**.

Quanto ao **envolvimento dos professores em cursos de pós-graduação, pesquisa e extensão** as tabelas Tabela 31, Tabela 32 e Tabela 33 mostram o número de docentes envolvidos com estas atividades.

**Tabela 31 - Número de docentes envolvidos com a Pós- graduação**

Dados da Pós-Graduação		2010			2011		
		Curso	Aluno	Prof.	Curso	Aluno	Prof.
Especialização	Próprio	1	13		2	29	
	Conveniado	66	3392	517	53	1614	499
Mestrado	Próprio	9	320				
Doutorado	Próprio	1	17				

Fonte: Divisão de Pós-Graduação –DPG/PROPEX

**Tabela 32 - Docentes envolvidos em atividades de extensão (programas contínuos)**

Ano	Docentes
2009	135
2010	121
2011	150

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

**Tabela 33 - Docentes envolvidos em atividades de Pesquisa**

Ano	Docentes
2009	<b>203</b>
2010	<b>168</b>
2011	<b>177</b>

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

A CPA considerou que a instituição está atendendo o referencial mínimo de qualidade, definindo **nota 3** para o indicador.

Questionários aplicados ao corpo docente da instituição com relação a sua **satisfação dos professores em relação ao seu desenvolvimento profissional** mostraram que, dos docentes que responderam à pesquisa, 57,2% avaliaram sua satisfação como **MUITO ADEQUADA**, outros **19,8%** avaliaram como **ADEQUADA** e outros **16,5%** como **“EXCELENTE”**. Assim, a CPA entende que a nota para esse indicador deve ser **4**. Quanto à **satisfação dos professores em relação às condições de trabalho**, questionários também foram aplicados ao segmento. Dos que responderam à pesquisa, **43,2%** avaliaram sua satisfação como **MUITO ADEQUADA**, outros **29,2%** avaliaram como **ADEQUADA** e outros **13,2%** como **EXCELENTE**.

Assim, a CPA entende que a **nota** para esse indicador deve ser **4**.

O Plano de Carreira Docente está disponível no Portal do Servidor (intranet). A partir de 2010, quando o Plano de Carreira passou a ser regulamentado através de Lei Complementar 745 , o mesmo ficou disponível para toda comunidade através do Portal de Leis da Pref. Municipal de Blumenau. Atualmente (2012), também via Portal da Transparência, onde pode ser acessada por toda comunidade. Ainda há possibilidade de acesso aos usuários internos via e-FURB bem como na Intranet. Desta forma a CPA entende que o indicador **plano de carreira docente disponível (publicado) para a comunidade acadêmica** deva ter **nota 5**.

#### 5.4. CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O plano de carreira dos servidores técnico-administrativos da FURB é instituído e regulamentado pela Lei Complementar Municipal nº. 744/2010, de 19 de março de 2010 e a Lei Complementar Municipal nº 743 que define os quadros da carreira (estrutura administrativa). Como a entrada é por concurso, entende-se que há **coerência do perfil (formação e experiência) dos técnico-administrativos com as políticas constantes nos**

**documentos institucionais.** Desta forma a CPA entende que o indicador é muito adequado tendo sua **nota** o valor **4**.

Quanto à **políticas de adequação do perfil (formação e experiência) técnico-administrativo às atividades da FURB**, observa-se que não há documento (política/resolução) que trate da adequação do perfil (formação e experiência) técnico-administrativo às atividades da FURB. Em entrevista a direção da DGDP, avaliou-se essa questão como **PRECÁRIA/ INSUFICIENTE**. Discussões feitas no seminário de autoavaliação mostraram que os cargos específicos (nível superior e de laboratórios) estão adequados. Porém os de nível médio, não há uma adequação do perfil. A lei (que é uma política) traz a descrição dos cargos, mas de nível médio é generalista. A CPA e os presentes no seminário de autoavaliação consideraram que o indicador não atende o referencial mínimo de qualidade e considerou a **nota** mais adequada para o indicador com **2**.

Em algumas funções há compatibilidade entre a formação e experiência profissionais acumuladas e as funções exercidas pelo corpo técnico-administrativo, pela especificidade do cargo (cargos de nível superior e outros como eletricitista, marceneiro, etc.). Entretanto, para os cargos de nível médio Auxiliar e Assistente Administrativo nem sempre há compatibilidade entre a formação e a experiência profissional acumulada. Também, observa-se que não há uma política institucional e a alocação do servidor é tratada de forma informal. Em entrevista, aos representantes da DGDP, os mesmos avaliaram essa questão como **EXCELENTE**. Percebe-se que há uma preocupação em alocar os servidores conforme sua experiência e conhecimento, porém trata-se de uma prática não institucionalizada (regulamentada). Em seminário os presentes concluíram que o mínimo da lei está sendo cumprido, porém a formação do servidor nem sempre vai ao encontro das necessidades da instituição ou atende os interesses individuais do servidor. Desta forma, na visão da CPA e da comunidade presente no seminário de autoavaliação a **compatibilidade entre a formação e experiência profissional acumuladas e as funções exercidas pelo corpo técnico-administrativo**, atende ao referencial mínimo de qualidade e consideram a sua **nota 3**.

A Universidade possui políticas de capacitação com práticas consolidadas e institucionalizadas, dentre as quais podemos ressaltar:

**Resolução 05/94:** Concede abatimento sobre o pagamento de encargos educacionais a serem pagos por professores e funcionários, seus cônjuges e filhos, e monitores da FURB e dá outras providências.

**Resolução 13/97:** Abatimento para 2º curso de graduação (limitada à área afim das atividades que o servidor exerce);

**Resolução 30/97:** Fixa novas condições de afastamento de Servidores Técnico-Administrativos para cursar Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado -, e dá outras providências.

**Resolução 17/2008:** Abatimento para cursar *Stricto Sensu* na FURB;

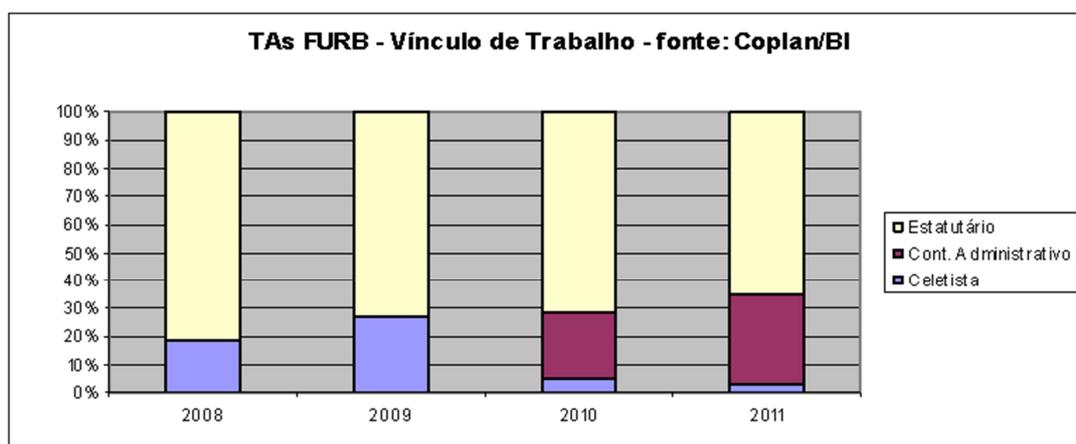
**Resolução 26/2008** Aprova o Regulamento do Projeto de Capacitação Linguística para Servidores da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

A CPA considerou **nota 4** para o indicador, **existência de políticas ou projetos de capacitação, com práticas consolidadas e institucionalizadas.**

Os **critérios para a concessão de incentivos que visam apoiar o servidor técnico-administrativo** estão descritos nas seguintes resoluções: Resolução 05/1994 e 13/1997: que tratam dos abatimentos educacionais (1º e 2º curso) e as Resolução 30/1997 e 17/2008: que tratam do apoio para cursarem pós (*stricto sensu*). A divisão de gestão e desenvolvimento de pessoas e a comissão permanente da carreira dos servidores técnico-administrativos fazem a fiscalização e a comprovação documental desses critérios e apreciam os eventuais recursos de servidores. A CPA entende que os critérios estão institucionalizados e considerou que o indicador deva ter **nota 5.**

Quanto ao indicador **existência de critérios para participação de servidores técnico-administrativos em cursos de formação continuada**, a CPA observou, em análise documental, que estes critérios não estão estabelecidos. Em entrevista aos representantes da DGDP, os mesmos avaliaram questão como **PRECÁRIA/ INSUFICIENTE.** A CPA entende que o indicador não atende ao referencial mínimo de qualidade e considera adequada a **nota 1.**

Os dados cedidos pela Coordenadoria de Planejamento (COPLAN) mostram que número de temporários, como pode ser observado no Gráfico 9, tem aumentado nos últimos anos, em função da não realização de concursos pela FURB (termo de ajuste de conduta como Ministério Público). Os presentes no seminário de autoavaliação concluíram que não existe regulamentação para a instituição ter temporários. Desta forma a CPA entende que a **relação (%) entre servidores técnico-administrativos estatutários e técnico-administrativos não estatutários**, não atende ao referencial mínimo de qualidade e considerou para o indicador a **nota 2.**



**Gráfico 9 – Vínculo de trabalho dos técnicos-administrativos na FURB**

Fonte: Coplan/BI

Quanto ao indicador **programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos** a análise documental mostra que até março de 2010 a **Resolução 27/97** regulamentava a avaliação do desempenho do servidor público técnico-administrativo da FURB, bem como a ficha de avaliação de desempenho funcional do servidor público técnico-administrativo da FURB.

Em março de 2010 foi aprovada a Lei Complementar nº744/2010 (parte do termo de conduta da FURB\Ministério Público) que instituem o plano de carreira dos servidores técnico-administrativos da FURB e a LC 746/2010, a qual dispõe sobre as regras para a aplicação do estatuto dos servidores públicos municipais aos servidores da FURB, além da Resolução nº 18/10 que dispõe sobre o estágio probatório dos servidores da universidade.

Em análise a estes documentos observa-se que está previsto a avaliação do servidor enquanto está no chamado **estágio probatório**. Entretanto, não está previsto programas e ações voltadas para acompanhar e avaliar os Servidores TA no período analisado (2009-2011). Desta forma a CPA entende que o indicador não atende o referencial mínimo de qualidade e considerou ele **nota 2**.

O **nível de qualificação dos servidores técnico-administrativos**, no período avaliado (2008 -2011), pode ser observado na Tabela 34:

**Tabela 34 - Titulação de servidores técnico-administrativos (2007 - 2011)**

Grau de instrução		2007		2008		2009		2010		2011	
<b>Ensino Fundamental</b>	Incompleto	41	7,6%	39	7,4%	37	6,37%	32	5,7%	30	5,15%
	Completo	11	2,0%	16	3,0%	23	3,96%	17	3,0	18	3,09%
<b>Ensino Médio</b>	Incompleto	12	2,2%	10	1,9%	10	1,72%	10	1,7%	10	1,72%
	Completo	64	11,9%	77	14,6%	99	17,04%	106	18,9%	134	22,98%
<b>Ensino Superior</b>	Incompleto	97	18,0%	94	17,9%	88	15,15%	77	13,7%	76	13,04%
	Completo	174	32,3%	169	32,1%	187	32,19%	190	33,8%	171	29,33%
<b>Especialização</b>	Incompleto	11	2,0%	12	2,3%	12	2,07%	11	2,0%	10	1,72%
	Completo	71	13,2%	71	13,5%	85	14,63%	83	14,8%	92	15,78%
<b>Mestrado</b>	Incompleto	4	0,7%	5	1,0%	5	0,86%	4	0,7%	3	0,51%
	Completo	30	5,6%	31	5,9%	33	5,68%	30	5,3%	38	6,52%
<b>Doutorado</b>	Incompleto	1	0,2%	1	0,2%	1	0,17%	1	0,2%	0	0,00%
	Completo	0	0,0%	1	0,2%	1	0,17%	1	0,2%	1	0,17%
<b>TOTAL</b>		<b>516</b>	<b>100%</b>	<b>526</b>	<b>100%</b>	<b>581</b>	<b>100%</b>	<b>562</b>	<b>100%</b>	<b>583</b>	<b>100%</b>

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

A CPA e os presentes no seminário de autoavaliação consideraram nível de qualificação dos técnico-administrativos como bom e definiram **nota 4**, para este indicador.

De acordo com os técnico-administrativos que responderam a pesquisa **satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação ao seu desenvolvimento profissional**, **46,2%** avaliaram sua satisfação como **MUITO ADEQUADA**, outros **20,5%**

avaliaram como **“ADEQUADA”** e outros **12,2%** como **EXCELENTE**. Assim, a CPA entende que a **nota** para esse indicador deve ser **4**.

De acordo também, com os técnico-administrativos que responderam a pesquisa **satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação às condições de trabalho**, **47,4%** avaliaram sua satisfação como **MUITO ADEQUADA**, outros **30,1%** avaliaram como **ADEQUADA** e outros **7,1%** como **EXCELENTE**.

Assim, a CPA entende que a **nota** para esse indicador deve ser **4**.

A seguir tem-se o quadro com os indicadores e, logo depois, as considerações sobre os pontos fracos, pontos fortes e recomendações.

**Quadro 26 - Planilha Avaliativa - Dimensão 5**

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>5.1. Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.</b>						
5.1.1. Plano de carreira dos docentes implementado, com práticas consolidadas e institucionalizadas.						x
5.1.2. Plano de carreira dos servidores técnico-administrativo implementado, com práticas consolidadas e institucionalizadas.						x
5.1.3. Coerência entre o plano de carreira dos professores e as políticas de gestão de pessoal constantes no PDI.					x	
5.1.4. Coerência entre o plano de carreira dos técnico-administrativos e as políticas de gestão de pessoal constantes no PDI.					x	
5.1.5. Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores docentes na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados.				x		
5.1.6. Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores técnico-administrativos na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados.				x		
5.1.7. Critérios claramente definidos de progressão na carreira do magistério superior (docente), regulamentados e efetivamente aplicados.						x
5.1.8. Critérios claramente definidos de progressão na carreira funcional (técnico-administrativa), regulamentados e efetivamente aplicados.					x	
5.1.9. Programas de assistência e melhoria à qualidade de vida com práticas consolidadas e institucionalizadas.				x		
5.1.10. Condições de trabalho docente de acordo com o estabelecido nos documentos institucionais.				x		
5.1.11. Desenvolvimento profissional docente coerente com o estabelecido nos documentos institucionais.				x		

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
5.1.12. Condições de trabalho do corpo técnico-administrativo de acordo com o estabelecido nos documentos institucionais.				x		
5.1.13. Desenvolvimento profissional do corpo técnico-administrativo coerente com o estabelecido nos documentos institucionais.				x		
<b>5.2. Formação do corpo docente.</b>						
5.2.1. Nível de qualificação dos docentes.				x		
5.2.2. Relação (%) entre os docentes com formação em nível de Especialização e o total dos docentes. .				x		
5.2.3. Relação (%) entre os docentes com Mestrado e o total dos docentes.				x		
5.2.4. Relação (%) entre os docentes com Doutorado e o total de docentes.				x		
<b>5.3. Condições institucionais para os docentes.</b>						
5.3.1 Existência de políticas de capacitação para os docentes com práticas consolidadas e institucionalizadas.			x			
5.3.2. Existência de programas e ações voltados para o acompanhamento e avaliação das atividades docente.			x			
5.3.3. Coerência entre as políticas de capacitação e de acompanhamento das atividades docentes com o estabelecido nos documentos institucionais.				x		
5.3.4. Existência de critérios para a concessão de incentivos destinados a apoiar docentes para cursar pós-graduação.					x	
5.3.5. Existência de critérios para participação docente em cursos de formação continuada com incentivo institucional		x				
5.3.6. Existência de critérios para participação docente em intercâmbios.				x		
5.3.7. Coerência da área de capacitação docente com os interesses institucionais.				x		
5.3.8. Promoção de cursos e seminários voltados para a formação pedagógica.					x	
5.3.9. Auxílio institucional aos docentes no desempenho de suas atividades didático-pedagógicas.				x		
5.3.10. Assessoramento aos professores e coordenadores na elaboração e execução das atividades docentes.				x		
5.3.11. Relação entre a quantidade de professores em regime de tempo integral e o total de professores.			x			
5.3.12. Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo integral tenham, no mínimo, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de alunos.			x			

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
5.3.13. Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo parcial tenham, no mínimo, 25% de sua carga horária reservada para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos.			x			
5.3.14. Envolvimento dos professores em cursos de pós-graduação, pesquisa e extensão.						
5.3.15. Satisfação dos professores em relação ao seu desenvolvimento profissional.					x	
5.3.16. Satisfação dos professores em relação às condições de trabalho.					x	
5.3.17. Plano de carreira docente disponível (publicado) para a comunidade acadêmica.						x
<b>5.4. Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo.</b>						
5.4.1. Coerência do perfil (formação e experiência) dos técnico-administrativos com as políticas constantes nos documentos institucionais. .					x	
5.4.2. Políticas de adequação do perfil (formação e experiência) técnico-administrativo às atividades da FURB. .			x			
5.4.3. Compatibilidade entre a formação e experiência profissional acumuladas e as funções exercidas pelo corpo técnico-administrativo.				x		
5.4.4. Existência de políticas ou projetos de capacitação, com práticas consolidadas e institucionalizadas.					x	
5.4.5. Existência de critérios para a concessão de incentivos destinados a apoiar servidores técnico-administrativos para cursar graduação e pós-graduação.						x
5.4.6. Existência de critérios para participação de servidores técnico-administrativos em cursos de formação continuada.		x				
5.4.7. Relação (%) entre servidores técnico-administrativos estatutários e técnico-administrativos não estatutários.			x			
5.4.8. Programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos.			x			
5.4.9. Nível de qualificação dos servidores técnico-administrativos.					x	
5.4.10. Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação ao seu desenvolvimento profissional.					x	
5.4.11. Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação às condições de trabalho.					x	

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

**Quadro 27 – Pontos positivos, fragilidades e recomendações da Dimensão 5**

<b>Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 5:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de carreira dos docentes implementado, com práticas consolidadas e institucionalizadas.</li> <li>• Plano de carreira dos servidores técnico-administrativo implementado, com práticas consolidadas e institucionalizadas.</li> <li>• Coerência entre o plano de carreira dos professores e as políticas de gestão de pessoal constantes no PDI.</li> <li>• Coerência entre o plano de carreira dos técnico-administrativos e as políticas de gestão de pessoal constantes no PDI.</li> <li>• Critérios claramente definidos de progressão na carreira do magistério superior (docente), regulamentados e efetivamente aplicados.</li> <li>• Critérios claramente definidos de progressão na carreira funcional (técnico-administrativa), regulamentados e efetivamente aplicados.</li> <li>• Existência de critérios para a concessão de incentivos destinados a apoiar docentes para cursar pós-graduação.</li> <li>• Promoção de cursos e seminários voltados para a formação pedagógica</li> <li>• Satisfação dos professores em relação ao seu desenvolvimento profissional</li> <li>• Satisfação dos professores em relação às condições de trabalho</li> <li>• Plano de carreira docente disponível (publicado) para a comunidade acadêmica</li> <li>• Coerência do perfil (formação e experiência) dos técnico-administrativos com as políticas constantes nos documentos institucionais.</li> <li>• Existência de políticas ou projetos de capacitação, com práticas consolidadas e institucionalizadas.</li> <li>• Existência de critérios para a concessão de incentivos destinados a apoiar servidores técnico-administrativos para cursar graduação e pós-graduação.</li> <li>• Nível de qualificação dos servidores técnico-administrativos.</li> <li>• Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação ao seu desenvolvimento profissional.</li> <li>• Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação às condições de trabalho.</li> </ul>
<b>Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 5:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores docentes na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados.</li> <li>• Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores técnico-administrativos na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados.</li> <li>• Programas de assistência e melhoria à qualidade de vida com práticas consolidadas e institucionalizadas.</li> <li>• Condições de trabalho docente de acordo com o estabelecido nos documentos institucionais.</li> <li>• Desenvolvimento profissional docente coerente com o estabelecido nos documentos institucionais</li> <li>• Condições de trabalho do corpo técnico-administrativo de acordo com o estabelecido nos documentos institucionais.</li> <li>• Desenvolvimento profissional do corpo técnico-administrativo coerente com o estabelecido nos documentos institucionais</li> </ul>

- Relação (%) entre os docentes com Mestrado e o total dos docentes.
- Nível de qualificação dos docentes
- Relação (%) entre os docentes com formação em nível de Especialização e o total dos docentes
- Relação (%) entre os docentes com Doutorado e o total de docentes.
- Existência de políticas de capacitação para os docentes com práticas consolidadas e institucionalizadas.
- Existência de programas e ações voltados para o acompanhamento e avaliação das atividades docente..
- Existência de critérios para participação docente em cursos de formação continuada com incentivo institucional
- Existência de critérios para participação docente em intercâmbios.
- Coerência da área de capacitação docente com os interesses institucionais
- Auxílio institucional aos docentes no desempenho de suas atividades didático-pedagógicas.
- Assessoramento aos professores e coordenadores na elaboração e execução das atividades docentes.
- Relação entre a quantidade de professores em regime de tempo integral e o total de professores.
- Relação entre a quantidade de professores em regime de tempo integral e o total de professores..
- Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo integral tenham, no mínimo, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de alunos.
- Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo parcial tenham, no mínimo, 25% de sua carga horária reservada para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos.
- Políticas de adequação do perfil (formação e experiência) técnico-administrativo às atividades da FURB.
- Compatibilidade entre a formação e experiência profissional acumuladas e as funções exercidas pelo corpo técnico-administrativo.
- Existência de critérios para participação de servidores técnico-administrativos em cursos de formação continuada.
- Relação (%) entre servidores técnico-administrativos estatutários e técnico-administrativos não estatutários.
- Programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos.

#### **Recomendações da CPA sobre a Dimensão 5**

- Aplicar os critérios de seleção e admissão regulamentados na instituição, evitando contratações emergenciais.
- Qualificar a seleção e admissão técnico-administrativos temporários.
- Desenvolver e implementar um processo seletivo para os técnicos-administrativos temporários, aos moldes do que ocorre com os PSPS.
- Ampliar os benefícios em seus programas, pois ficou constatado que boa parte destes benefícios são por força de lei (trabalhista). Implementar um “programa” de Qualidade

de Vida.

- Elaborar laudos referente a segurança e saúde dos servidores em todos os ambientes da Instituição periodicamente.
- Pensar na formação institucional que tente incluir os servidores de forma geral (docentes e TA), para a perspectiva educacional (IES).
- Elaborar e aplicar uma pesquisa de clima organizacional na qual os servidores possam manifestar suas necessidades de desenvolvimento profissional.
- Lançar novos Editais que possibilite a saída dos docentes com apoio institucional para capacitação (titulação).
- Estabelecer metas de qualificação docente.
- Ampliar o número para saída para capacitação dos atuais Mestres para doutoramento.
- Criar condições para facilitar a capacitação a nível de mestrado e doutorado.
- Estabelecer, no PDI, os interesses institucionais para saídas (capacitação).
- Criar condições para que não existam professores com apenas a graduação.
- Lançar editais de concurso para o quadro, quando possível, respeitando a realidade de cada curso com exigência mínima de doutorado.
- Resgatar a elaboração dos Planos Departamentais, nos quais estão previstas as necessidades de Mestres e Doutores.
- Melhorar as ações voltadas para o acompanhamento e avaliação das atividades docente.
- Criar critérios que estimulem participação docente em cursos de formação continuada.
- Melhorar as regras para participação docente em intercâmbios.
- Apoiar (através de formação) os docentes iniciantes na preparação do plano de ensino.
- Acompanhar os docentes (Assessoria Pedagógica), especialmente aqueles com mais dificuldade na prática em sala de aula. Para tanto, deve-se observar avaliação (realizada pelos alunos) e ouvidoria (reclamações).
- Revisar a Resolução de TI e de TPH, de modo que os docentes tenham previsto em sua carga horária um % de tempo para preparação, atualização de aulas, etc.
- Evitar na instituição um número elevado de docentes emergenciais.
- Consolidar a política de tempo integral (resolver o regime de trabalho dos TPH40).
- Revisar a Resolução de TPH, de modo que os docentes tenham previsto em sua carga horária um % de tempo para preparação, atualização de aulas, etc.
- Criar uma política/resolução que trate da adequação do perfil (formação e experiência) técnico-administrativo às atividades da FURB.
- Criar critérios para servidores técnico-administrativos participarem dos cursos de formação continuada.
- Diminuir a relação (%) entre servidores técnico-administrativos estatutários e técnico-administrativos não estatutários.
- Aperfeiçoar programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos.

**Comentários da CPA:**

O resultado da avaliação da **dimensão 5** mostra que a **coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais** atende o referencial mínimo de qualidade, estando alguns indicadores além deste referencial. Porém fragilidades encontradas, **pontos frágeis** levam a CPA a fazer as seguintes recomendações: A instituição deve evitar um número elevado de docentes emergenciais; Deve criar critérios de seleção e admissão técnico-administrativos temporários. Atualmente a seleção não se dá por concurso ou processo seletivo específico, que garanta oportunidade de admissão por mérito do candidato à vaga (como ocorre com os professores PSPS); Ampliar os benefícios em seus programas, pois ficou constatado que boa parte destes benefícios são por força de lei (trabalhista); Implementar um “programa” de Qualidade de Vida (No seminário avaliativos os presentes concluirão que a FURB atende o mínimo, não existe um programa de diagnóstico psicossocial para avaliar os servidores e propor um programa de melhoria na qualidade de vida); Elabora laudos referente a segurança e saúde dos servidores em todos os ambientes da Instituição periodicamente; Lançar novos Editais que possibilite a saída dos docentes com apoio institucional para capacitação (titulação).

Quanto à **formação do corpo docente** a instituição atende apenas ao referencial mínimo de qualidade. A CPA faz as seguintes recomendações: Criar condições para que não existam professores com apenas a graduação (apesar de estarmos acima do referencial (LDB), ainda há professores na FURB com apenas graduação); A FURB precisa estabelecer metas de qualificação docente (A política institucional deve prever qual o ideal de doutores. Até para entender as necessidades institucionais de docentes com doutorado (pesquisa, STRICTO SENSU, captação de recursos, etc.). O número para saída para capacitação dos atuais Mestres para doutoramento deve ser ampliado).

Quanto às **condições institucionais para os docentes**, quase todos os indicadores se mantiveram abaixo do referencial mínimo. A CPA recomenda: Criar condições para a facilitara capacitação a nível de mestrado e doutorado (A política existe, mas as práticas não ocorrerem); Melhorar as ações voltados para o acompanhamento e avaliação das atividades docente (Considerar atividades docentes como um todo (pesquisa, extensão, gestão) e não somente as atividades de ensino); Criar critério que estimulem participação docente em cursos de formação continuada; Melhorar as regras para participação docente em intercâmbios (Existem Editais ocasionais e a participação está vinculada à negociação das condições de afastamento); O PDI deve estabelecer os interesses institucionais para saídas (capacitação); Consolidar a política de tempo integral (resolver o regime de trabalho dos TPH40).

Quanto às **condições institucionais para o corpo técnico-administrativo**, os indicadores atenderam em média o referencial mínimo de qualidade. Como recomendação para melhorar estas condições a CPA sugere: Criação de uma política/ resolução que trate da adequação do perfil (formação e experiência) técnico-administrativo às atividades da FURB; Criar uma política institucional para os cargos de nível médio Auxiliar e Assistente Administrativo. Nem sempre há compatibilidade entre a formação e a experiência profissional acumulada\_(a alocação do servidor é tratada de forma informal); Criar critérios para servidores técnico-administrativos participarem dos cursos de formação continuada. Diminui a relação (%) entre servidores técnico-administrativos estatutários e técnico-administrativos não estatutários. O ideal é reduzir drasticamente esta relação; Aperfeiçoar programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos. Existem avaliações do servidor enquanto está no chamado **estágio probatório**, entretanto, não existem programas e ações voltados para acompanhar e avaliar os Servidores TA.

## **CAPÍTULO 6 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA FURB, FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS**

A estrutura organizacional da Universidade Regional de Blumenau – FURB apresentada no Organograma da Instituição, está definida no seu Estatuto, em vigor desde 27 de abril de 2001. É subsidiada também pelo Regimento Geral da Instituição, resoluções do Conselho Universitário e Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão bem como pelo Estatuto da Fundação Regional de Blumenau que é a sua mantenedora. Observa-se que, nestes documentos, a gestão da universidade se dá em dois diferentes níveis. Um superior e outro setorial. O executivo superior é constituído pelo Conselho Universitário, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão e Reitoria. As unidades universitárias, centros, departamentos de áreas afins ficam sobre a responsabilidade da administração setorial.

Por ser uma instituição pública comunitária, toda a estrutura organizacional, prevista nos documentos que norteiam a instituição, mostram que a gestão universitária é baseada em colegiados, constituída por unidades e organizadas de acordo com as diferentes áreas do conhecimento e seguindo princípios democráticos de gestão.

A Administração Superior se efetiva através de:

I - Órgãos Deliberativos Superiores:

- Conselho Universitário - CONSUNI;
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

II - Órgão Executivo Superior: Reitoria.

O CONSUNI é o órgão deliberativo, normativo e consultivo em assuntos de política administrativa e de planejamento universitário, funcionando também como última instância de recurso no âmbito da Universidade, sendo constituído pelos seguintes membros, eleitos ou nomeados a cada dois anos:

- Reitor, como Presidente;
- Vice-Reitor;
- Pró-Reitores;
- Diretores de Centros;
- Dois representantes docentes por Centro;
- Um representante estudantil por Centro;
- Dois representantes dos servidores administrativos;
- Diretores dos Órgãos Suplementares;
- Ex-Reitores da Universidade em atividade na Instituição;
- Seis representantes da comunidade regional.

O CEPE é o órgão deliberativo, normativo e consultivo da Universidade em matéria de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo constituído pelos seguintes membros, eleitos e nomeados a cada dois anos:

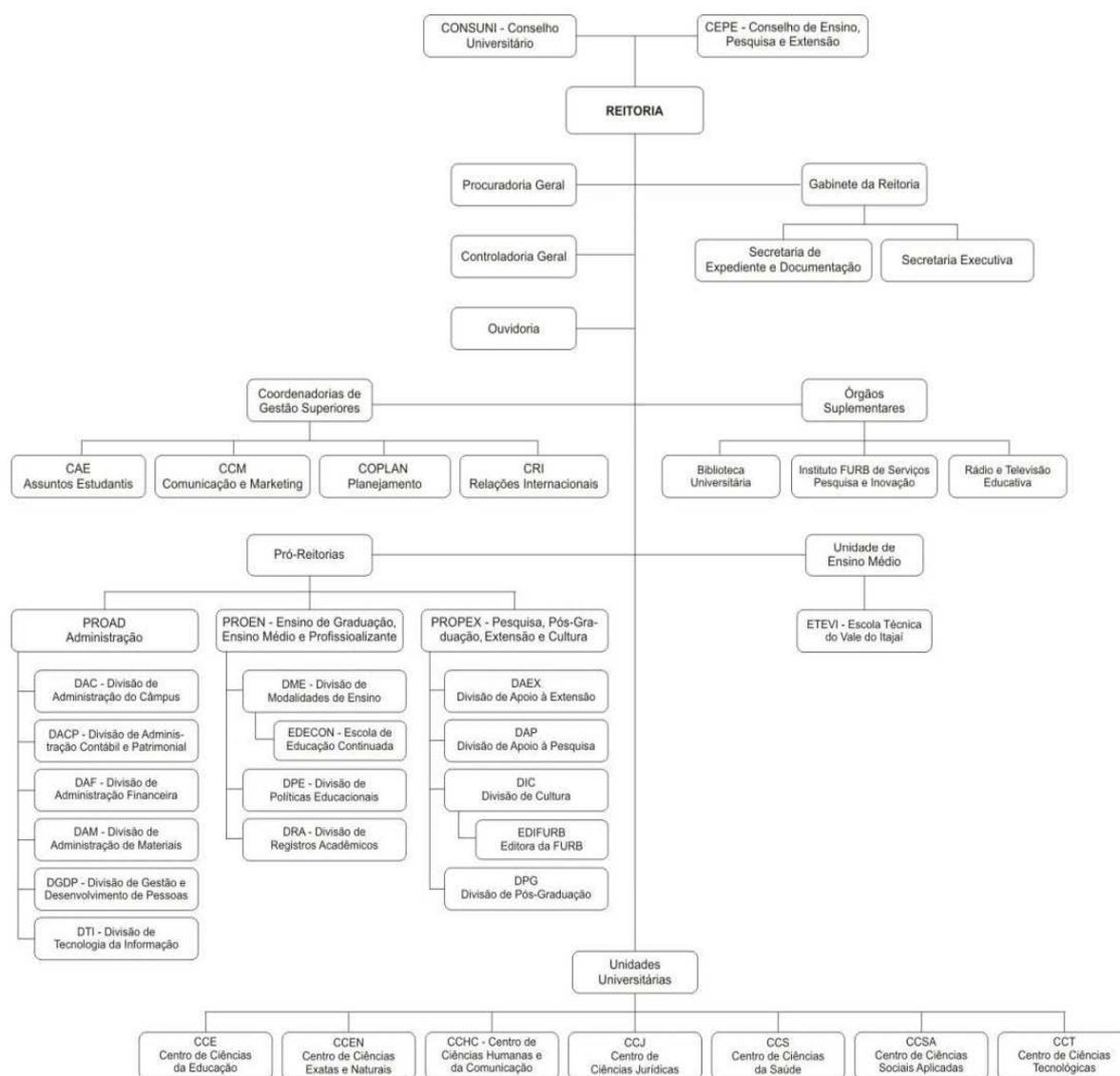
- Reitor como Presidente;
- Vice-Reitor;
- Pró-Reitor de Ensino de Graduação;
- Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação;
- Dois representantes docentes de cada Centro;
- Um representante discente por Centro.

A Reitoria, órgão executivo e coordenador da Administração Superior da Universidade, é exercida pelo Reitor, escolhido pela comunidade acadêmica entre os professores do quadro, com mais de oito anos de atividade docente na Universidade, e nomeado pelo prefeito para um mandato de (04) anos, podendo ser reeleito por igual período. Nas suas faltas e impedimentos, é substituído pelo Vice-Reitor. Compete à Reitoria planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar, em nível de Administração Superior, todas as atividades da Universidade.

A constituição, a organização e o funcionamento da Reitoria e das Unidades a ela subordinadas, pauta-se em resoluções e no Regimento Geral da Reitoria, que expressam toda a estrutura organizacional da Universidade.

A Administração Setorial é exercida pelos Diretores de Centros, Conselhos de Centros e Departamentos. Os Centros coordenam as atividades pedagógicas, científicas, culturais e administrativas dos Departamentos. Atuam de forma colegiada e tem sua direção eleita diretamente pelos seus próprios pares, com mandato de (04) anos, podendo ser reeleito por igual período. O Departamento é a menor fração da estrutura universitária, para todos os efeitos da organização administrativa, didático-científica e da distribuição do pessoal. Também atua de forma colegiada e tem sua direção eleita pelos professores, daquele departamento, para um período de (02) anos, podendo ser reeleito por igual período.

Assim sendo, a Universidade demonstra que há indicativos claros de organização e gestão apresentado políticas/objetivos explícitos em documentos e traduzidos em práticas consolidadas e institucionalizadas.

**Figura 1 - Organograma Geral da FURB 2006-2010**Fonte: [www.furb.br](http://www.furb.br)

Com relação aos indicadores desta dimensão, têm-se as análises abaixo.

### 6.1. COERÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO DA INSTITUIÇÃO COM AS POLÍTICAS FIRMADAS EM DOCUMENTOS OFICIAIS

Em relação ao indicador, **disponibilização da legislação institucional à comunidade universitária**, constatou-se que a Legislação universitária está disponível no Portal da Transparência, onde pode ser acessada por toda comunidade. A Legislação Institucional passou a ser Lei Complementar do Município de Blumenau, em 2010, estando pública a toda comunidade. Ainda há possibilidade de acesso aos usuários internos via e-FURB bem como na Intranet. Cabe destacar que no período analisado o site não disponibilizava o acesso aos usuários externos (alunos e comunidade) para resoluções e portarias. Tal acesso passou a ocorrer a partir do ano (2012). Assim, a CPA entende que a **nota** para esse indicador deve ser **3**, ou seja, no período atendeu apenas ao referencial mínimo de qualidade.

A situação jurídica da FURB foi consolidada pelas Leis Complementares nº 743 a 746, de 19 de março de 2010. As políticas constantes no PDI da universidade mostra que sua estrutura é organizada em dois níveis de decisão. O superior é constituído pelo CONSUNI, órgão deliberativo, normativo e consultivo em assuntos de política administrativa e de planejamento universitário, funcionando também como última instância de recurso no âmbito da Universidade, CEPE, órgão deliberativo, normativo e consultivo da Universidade em matéria de ensino, pesquisa e extensão, ambos presididos pelo Reitor e Vice Reitor. Complementando esta estrutura se tem as Pró-Reitorias e órgãos de apoio. Em nível setorial se tem os centro e departamentos presididos pelos Diretores de Centro de Chefes de Departamentos e o Conselho de Centro que é o órgão deliberativo e consultivo da Unidade Universitária. As decisões em todos os níveis são colegiadas, com representação dos diversos segmentos da comunidade universitária e externa e eleitos por seus pares para um período, definido de forma regimental. O PDI prevê um plano de metas para o período. A **coerência da organização e da gestão institucional com as políticas constantes no PDI** pode se observadas no número de trabalhos desenvolvidos nos conselhos superiores (

Tabela 35 e Tabela 36). No período ocorriam encontros mensais (AGM), pelo grupo gestor, para os acompanhamentos das metas definidos no Planejamento estratégico. As atas dos Conselhos de Centro e do CONSUNI, mostram todo o processo periódico de renovação dos colegiados nos dois níveis de decisão. Desta forma, a CPA entende que a coerência é muito além do referencial mínimo e a **nota** do indicador é **5**.

**Tabela 35 - Atividades Realizadas pelos Conselhos Superiores em 2011**

Atividades CONSUNI CEPE	CONSUNI	CEPE
Nº de processos autuados	20	237
Nº de pareceres emitidos	25	219
Nº de sessões realizadas	14	20
Nº de processos/2010 que não receberam parecer	0	56
Nº de processos de anos anteriores que receberam parecer em 2010	05	38
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>570</b>

Fonte: Gabinete da Reitoria/ Secretaria de Expediente e Documentação

**Tabela 36 - Atos Normativos da Universidade (2009-2011)**

Atos Normativos	2009	2010	2011
Ofícios	25	25	5
Portarias	626	787	952
Resoluções	78	84	73
Memorandos da Reitoria	63	58	118
Memorando da secretaria dos Conselhos	63	53	64
Editais de convocação dos Conselhos Superiores	36	58	66
Editais para concurso do quadro	11	00	24
Editais para concurso PSPS	54	64	65

Fonte: Gabinete da Reitoria/ Secretaria de Expediente e Documentação

Quanto ao indicador **adequação da estrutura organizacional à gestão dos planos, objetivos e metas da FURB**, considerou-se o Objetivo Estratégico/PDI de *desenvolver a Instituição nos aspectos social, econômico-financeiros, imagem, qualidade, tecnologia e processos e patrimônio humano*.

As metas do PDI são as de *atender demandas e intervir proativamente no ambiente externo por meio da ampliação do relacionamento, da representatividade e da inserção comunitária*. A Tabela 37 mostra o número de representantes da FURB nos colegiados de várias instituições públicas e privadas regionais.

**Tabela 37 - Número de representantes da FURB em outras instituições públicas e privadas.**

Representações externas	2010	2011
	70	90

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

*Atingir a autossustentabilidade financeira, através do crescimento da receita, da diversificação de suas fontes e da melhoria dos resultados operacionais*. As receitas de ensino cresceram apenas 2,45% de 2011 em relação a 2010, enquanto as outras receitas cresceram 36,7% no mesmo período.

*Aumentar a visibilidade da Universidade junto à comunidade, indústrias e setor público Municipal, Estadual e Federal.* Informações obtidas nos setores da Instituição e com os presentes no seminário de autoavaliação não permitiram à CPA dar um parecer sobre o cumprimento da meta.

*Implementar ações internas que valorizem as atividades de ensino, pesquisa e extensão, proporcionando aos discentes, crescimento profissional, experiência internacional e integração à vida acadêmica.* A

Tabela 38 mostra os Programas internos de formação e valorização dos docente e pessoal técnico-administrativo.

**Tabela 38 - Programas internos de formação e valorização dos docente e pessoal técnico-administrativo**

<b>Categorias</b>	<b>Servidores</b>	<b>Participantes</b>	<b>Percentual</b>
Técnico-Administrativo (Estatutário)	359	129	35,93
Tempo Integral (Estatutário)	172	111	64,53
Tempo Parcial Horista (Estatutário)	265	126	47,55
Administrativo Temporário (CLT)	22	3	13,64
Tempo Parcial Horista - CLT	77	48	62,34
Tempo Parcial Horista - 20 HORAS (Estatutário)	10	4	40
Cargo em Comissão	13	3	23,08
Administrativo Temporário - LC 746 (Cont. Adm.)	196	8	4,08
Tempo Parcial Horista - LC 746 (Cont. Admin.)	344	43	12,50
Total	<b>1.458</b>	<b>475</b>	<b>32,58</b>

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

*Aumentar o grau de comprometimento com a instituição, por meio da valorização e do desenvolvimento das pessoas.* Pesquisas realizadas com os gestores da administração superior mostrou que **47,4%** avaliaram como **ADEQUADA**, enquanto **36,8%** avaliaram como **EVIDENCIA ACIDENTAL**.

No seminário apontou-se que *a própria estrutura organizacional tem dificultado o atendimento dos objetivos. Dos processos redesenhados, apenas o “contas a receber” avançou, os demais estão em desenvolvimento* (em processo). Assim, a CPA entende que a **nota** para o indicador é **3**.

Na **organização na condução dos processos de tomada de decisões** avaliou-se que as decisões institucionais são tomadas de forma colegiada: CONSUNI, CEPE, Conselhos de Unidades Universitárias, Departamento e de Curso. Conforme observado nas duas últimas autoavaliações, a natureza pública da FURB obriga que ela tenha certa organização da condução dos processos de tomadas de decisão, o que fica visível através das Resoluções, Portarias, regulamentos, e outros documentos que norteiam as atividades no âmbito institucional. Citam-se outros mecanismos como a *implantação e utilização do BI (Business Intelligence)* – para coleta, integração, análise e apresentação de informações estratégicas/de negócios, visando melhorar a tomada de decisão; *utilização dos sistemas desenvolvidos na plataforma Oracle; relatórios decisórios gerados no ERP Thema; Seminário de Planejamento*

da Reitoria, com determinação de metas para cada gestor em relação às rupturas observadas, alinhadas aos indicadores do SINAES. No Seminário foi levantado que os processos não estão descritos, definidos e documentados, e também os indicadores para tomada de decisões e que, ainda há, por exemplo, carência de informações sobre os documentos que compõe os processos. Desta forma a CPA considerou que a Instituição, neste indicador, atende ao referencial mínimo, aferindo a **nota 3**.

Para a **adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões**, avaliou-se que a Instituição avançou significativamente na disponibilização da informação via e-FURB e ERP, onde grande parte dos documentos é protocolada eletronicamente (atas de colegiados, pareceres de processos, portarias, resoluções, instruções normativas, entre outros). Reuniões como AGM (Acompanhamento Gerencial Mensal) e o Colegiado Ampliado da Reitoria favorecem o fluxo de informações entre os níveis da organização para tomada de decisões. Em pesquisa de opinião com a gestão superior, todavia, **42,1%** avaliaram como **ADEQUADO**, enquanto outros **36,8%** avaliaram como **EVIDENCIA ACIDENTAL**. Em pesquisa com a gestão setorial, **57,6%** avaliou como **ADEQUADO**, enquanto outros **21,2%** avaliaram como **EVIDENCIA ACIDENTAL**. Assim, a **nota** atribuída é **3**.

Com relação à **divulgação das decisões colegiadas para a comunidade universitária**, constata-se que o Sistema ERP permite o acesso de servidores às atas e processos dos órgãos colegiados (colegiados de curso, departamento, unidades universitárias). Também pode ser acessado via web (e-FURB). As atas do CONSUNI e do CEPE passaram a ser disponibilizadas a partir de 2011 (inclusive) no site da FURB, no link *Institucional, Gabinete da Reitoria*. As mesmas podem ser acessadas também pelo site [www.furb.br/intranet](http://www.furb.br/intranet) (em Gabinete do Reitor). As decisões com maior importância institucional são divulgadas a partir de Notícias no site e também no *FURB na Mídia*. Destaca-se que os alunos não tinham acesso às decisões colegiadas, mas, a partir de 2012 estas passaram a ser disponibilizadas no Portal da Transparência. No Seminário foi levantado que alguns órgãos colegiados (cursos e Centros), pela dificuldade de tempo e recursos de pessoal, não colocam as atas de suas reuniões no protocolo eletrônico. O uso do sistema também dificulta essa inserção. Porém a CPA e os presentes no seminário de autoavaliação consideraram que a Instituição atende ao referencial mínimo e que a nota do indicador deva ser **3**.

Para a **presença de espaço para representação dos alunos em órgãos da Universidade** tem-se que a Resolução 35/2010 regulamenta a composição dos principais conselhos da Universidade, estando previsto no art. 12, XIII a participação no CONSUNI de 4 representantes discentes indicados pelo DCE; e no art. 15, V a participação de 1 representante discente por Unidade Universitária no CEP. Algumas Comissões também preveem a participação discente: CPA (desde 2005); GT FURB FEDERAL; Artigo 170 Cadastro Socioeconômico; Conselhos de Usuários de Campus; Colegiado de Curso/

departamento e conselho de Unidade Universitária; dentre outras. Assim, a CPA entende que a **nota** para esse indicador é **5**.

Na **adequação dos registros e arquivos para auxiliar na tomada de decisões** tem-se que alguns sistemas foram disponibilizados para registros e arquivos que podem auxiliar na tomada de decisões, como o ERP (materiais, orçamento, etc.) e Oracle (acadêmicos e administrativos). Alguns sistemas apresentam fragilidades, como os registros da Contabilidade (classificação de algumas receitas e despesas de forma inadequada) e registros acadêmicos da pós-graduação (registro incompleto no *lato sensu* e cada secretaria de programas de *Stricto sensu* realiza os registros sem padronização). Parte dos documentos, são protocolados eletronicamente (atas de colegiados, pareceres de processos, portarias, resoluções, instruções normativas, entre outros). Em entrevista com a gestão superior, **42,1%** avaliaram como **ADEQUADO** os registros e arquivos, enquanto que **31,6%** avaliaram como **EVIDENCIA ACIDENTAL**. Em entrevista com a gestão setorial, a questão foi analisada a questão da seguinte forma: **72,7%** avaliaram como **ADEQUADO** os registros e arquivos, enquanto que **12,1%** avaliaram como **EVIDENCIA ACIDENTAL**. No Seminário levantou-se que a própria dificuldade que a CPA tem para buscar as informações para autoavaliação refletem a nota dada e que, somente parte dos documentos são protocolados eletronicamente. A CPA entende que a instituição esta atendendo apenas o referencial mínimo de qualidade e considerou a **nota 3**.

No indicador **coerência e pró-atividade da gestão estratégica com as finalidades e objetivos institucionais**, avaliou-se que, em 2010, a FURB passou por uma reforma administrativa e suas principais regulamentações foram adequação às leis municipais (através das Leis Complementares). No seminário de planejamento da Reitoria (realizado com o colegiado da Reitoria durante 3 dias em janeiro de 2011) foram relatadas rupturas institucionais e se propôs soluções. Tais rupturas foram alinhadas às dimensões e indicadores do SINAES. O Balanço Crítico da CPA (2006-2008) passou a ser utilizado como elemento do planejamento institucional, que vem contribuir na pró-atividade da gestão com as finalidades e objetivos institucionais. Dos 60 pontos frágeis identificados, pela CPA, para as questões administrativas, a FURB iniciou 169 ações. Já para as questões acadêmicas, foram apontados 14 pontos frágeis e 14 ações iniciadas. No Seminário levantou-se que há muito que se desenvolver em termos de “pró-atividade”, todavia, a CPA definiu para o indicador a **nota 4**.

## 6.2. FUNCIONAMENTO, REPRESENTAÇÃO E AUTONOMIA DOS CONSELHOS SUPERIORES

A Instituição está adequada em relação à **existência de critérios para composição dos Conselhos Superiores**. A composição do CONSUNI está definida no art. 12 da Resolução nº 35/2010 e, a composição do CEPE no art. 16. Tendo critérios claros e institucionalizados. A CPA considerou que neste indicador a instituição tem **nota 5**. Na **representatividade dos diversos segmentos nos Conselhos Superiores**, observa-se que a composição dos Conselhos Superiores está regulamentada pela Resolução 35/2010. O CONSUNI (art. 12º) é composto pelo Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Diretores das Unidades Universitárias e de Ensino Médio, ex-Reitores, docentes, técnico-administrativos, servidores inativos, discentes, SINSEPES, Poder Executivo Municipal, ACIB, Fórum dos Trabalhadores de Blumenau, AMMVI. O CEPE (art. 16º) é composto pelo Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores das áreas de ensino, pesquisa e extensão, docentes das Unidades Universitárias e de Ensino Médio e, discentes. O CEP é responsável pelas questões de ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO, tratando mais de questões pedagógicas. Por isso não prevê participação de servidores técnico-administrativos. Assim, a CPA entende que a **nota** do indicador também deva ser **5**.

A CPA entende como adequada o **funcionamento e autonomia dos Conselhos Superiores em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários**, pois os conselhos funcionam e tem autonomia com os dispositivos regimentais e estatutários. O art. 11º da Resolução 35/2010 define: “O Conselho Universitário é o órgão máximo e soberano de deliberação em assuntos de política acadêmica, administrativa e financeira da FURB”. O art. 13º trata das competências do CONSUNI. O art. 15º define: “O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE é o órgão deliberativo, normativo e consultivo da FURB em matéria de ensino, pesquisa e extensão”. E o art. 17º trata das competências do CEPE. Os presentes no seminário de autoavaliação consideraram a **nota 5** para o indicador

Com relação à **regularidade do funcionamento dos Conselhos Superiores** avaliou-se que, de acordo com os registros no ERP, o CONSUNI e o CEPE se reúnem com regularidade ordinária mensal, eventualmente com convocações extraordinárias. A regularidade do funcionamento dos referidos conselhos pode ser verificada através de suas atas e processos protocolados em meio eletrônico. Pelos dados, a CPA define a **nota** para esse indicador como **5**.

### 6.3. FUNCIONAMENTO, REPRESENTAÇÃO E AUTONOMIA DOS COLEGIADOS DE CURSO

Para o indicador **existência de critérios para composição dos colegiados dos cursos**, observa-se que a Resolução nº 129/2001 (Regimento Geral da Universidade) regulamenta a composição dos colegiados de cursos. Resumindo: Art. 17: *Colegiado de Curso será composto de acordo com os parâmetros mínimos e máximos de 7 (sete) e 15 (quinze) professores, respectivamente, na qualidade de representantes dos Departamentos que ministram matérias do currículo pleno do curso pertinente, além da representação estudantil, na forma da legislação vigente.* Art. 18: *número de representantes por Departamento, nos Colegiados de Curso, será definido de acordo com a percentagem de participação do Departamento na respectiva carga horária total do curso, obedecido os seguintes limites: I - até 5%, sem representante; II - de 5% até 10%, 1 representante; III - de 10% até 20%, 2 representantes; IV - de 20% até 40%, 3 representantes; V - mais de 40%, 6 representantes.* No Art. 19. *Os representantes citados no artigo anterior serão eleitos pelos membros integrantes dos departamentos, de acordo com procedimentos eleitorais previamente estabelecidos em reunião departamental, registrados em ata.* E no Art. 20. *Os representantes dos departamentos junto aos Colegiados de Curso deverão ser professores do Quadro no efetivo exercício da docência em matérias e/ou disciplinas do respectivo curso.* Assim, a **nota** definida pelos presentes no seminário de autoavaliação é **5**.

Quanto à **regularidade do funcionamento dos colegiados de curso**, foi avaliada que a Resolução nº 129/2001 (Regimento Geral da Universidade) não orienta sobre uma regularidade ideal dos colegiados de cursos. Cabe ao coordenador do colegiado convocar e presidir as reuniões conforme as demandas (necessidades) aparecem. De acordo com relato das secretarias de centro, ao final dos semestres os colegiados se reúnem com mais frequência em virtude de questionamentos dos acadêmicos em razão de notas nas disciplinas e outras questões, mas que de modo geral ocorrem uma ou duas reuniões por semestre. Assim, a **nota** para o indicador foi definida como **3**.

A **representatividade discente nos colegiados de curso** está regulamentada na Resolução 26/1995, que diz “representação estudantil de até 1/5 nº de docentes”. A Resolução nº 49/2000 regulamenta a participação de no mínimo 8 (oito) e no máximo 22 (vinte e dois) docentes por colegiado. Destaca-se que há formalização dos discentes que são representantes nesses conselhos, mas observa-se que a *participação efetiva* dos mesmos não se dá da mesma forma em todos os colegiados. O seminário de autoavaliação levantou que, em muitos casos, os alunos não podem participar em função dos horários das atividades e os horários de trabalho dos discentes, todavia, a CPA entende que há espaço para representatividade nos colegiados e considera que a instituição está atendendo o referencial mínimo de qualidade definindo **nota 3** para o indicador.

Para avaliar o indicador **representatividade dos docentes dos departamentos nos colegiados de curso**, observaram-se os dados disponíveis relativos à composição dos colegiados para o período analisado (2009-2011) em [www.furb.br/proen](http://www.furb.br/proen). Verifica-se que existe a indicação de docentes dos diversos departamentos nos colegiados do curso. A Resolução nº 129/2001, no art. 18º regulamenta o número de representante dos departamentos, respeitando a carga horária dos mesmos no curso e a carga horária total do curso. No Seminário foi levantado que a efetiva participação não se dá da mesma forma, pois muitos trabalham ou exercem outra atividade que dificulta a participação nos horários das atividades, todavia, a CPA define que a **nota** para o indicador é **3**.

Com relação ao **funcionamento e autonomia dos colegiados dos cursos em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários**, se têm as definições da Resolução nº 129/2001 (Regimento Geral da Universidade) que regulamenta as questões relacionadas ao colegiado de curso, no que tange ao funcionamento e autonomia. A CPA entende que esse funcionamento está de acordo com o regimento interno, mas destaca que o Estatuto da FURB regulamentado pela Resolução 35/2010 não trata de assuntos relacionados aos colegiados de curso. Recomenda-se a inclusão das competências do colegiado de curso no Estatuto (35/2010). Assim, a **nota** para o indicador foi definida como **3**.

Para avaliar o **comprometimento dos diversos segmentos com as decisões colegiadas** foi realizado foi aplicado questionários com os coordenadores dos cursos, docentes e discentes. De acordo com os coordenadores de curso, **50%** avaliaram como **ADEQUADO** o comprometimento dos docentes com as decisões colegiadas, enquanto outros **25%** avaliaram como **MUITO ADEQUADO**. De acordo com os docentes, **43,2%** avaliaram como **MUITO ADEQUADO** o comprometimento dos docentes com as decisões colegiadas enquanto outros **35,8%** avaliaram como **ADEQUADO**. Os docentes avaliaram, ainda, que **38,3%** como **ADEQUADO** o comprometimento dos alunos em relação às decisões colegiadas, enquanto **37%** avaliaram como **MUITO ADEQUADO**. Na opinião dos alunos, **36,7%** avaliaram como **ADEQUADO** o comprometimento dos alunos em relação às decisões colegiadas, enquanto **29%** avaliaram como **MUITO ADEQUADO**. No Colegiado foi levantado que o CEPE e o CONSUNI possuem mais força, mas em termos de resoluções (alocação de horas, plano de ensino, nº de avaliações, etc.) nem sempre são respeitados. A CPA considerou que a Instituição atende ao referencial mínimo de qualidade definindo como adequada a **nota 3**.

A seguir tem-se o quadro com os indicadores e, logo depois, as considerações sobre os pontos fracos, pontos fortes e as recomendações.

Quadro 28 - Planilha Avaliativa – Dimensão 6

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>6.1. Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais</b>						
6.1.1. Disponibilização da legislação institucional à comunidade universitária.				x		
6.1.2. Coerência da organização e da gestão institucional com as políticas constantes no PDI						x
6.1.3. Adequação da estrutura organizacional à gestão dos planos, objetivos e metas da FURB.				x		
6.1.4. Organização na condução dos processos de tomada de decisões.				x		
6.1.5. Adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões.				x		
6.1.6. Divulgação das decisões colegiadas para a comunidade universitária.				x		
6.1.7. Presença de espaço para representação dos alunos em órgãos da Universidade.						x
6.1.8. Adequação dos registros e arquivos para auxiliar na tomada de decisões.				x		
6.1.9. Coerência e pró-atividade da gestão estratégica com as finalidades e objetivos institucionais.				x		
<b>6.2. Funcionamento, representação e autonomia dos Conselhos Superiores.</b>						
6.2.1. Existência de critérios para composição dos Conselhos Superiores..						x
6.2.2. Representatividade dos diversos segmentos nos Conselhos Superiores.						x
6.2.3. Funcionamento e autonomia dos Conselhos Superiores em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários.						x
6.2.4. Regularidade do funcionamento dos Conselhos Superiores.						x
<b>6.3. Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.</b>						
6.3.1. Existência de critérios para composição dos colegiados dos cursos.						x
6.3.2. Regularidade do funcionamento dos colegiados de curso.				x		
6.3.3. Representatividade discente nos colegiados de curso.				x		
6.3.4. Representatividade dos docentes dos departamentos nos colegiados de curso.				x		
6.3.5. Funcionamento e autonomia dos colegiados dos cursos em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários.				x		
6.3.6. Comprometimento dos diversos segmentos com as decisões colegiadas.				x		

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

**Quadro 29 – Pontos positivos, fragilidades e recomendações da Dimensão 6**

<b>Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 6:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coerência da organização e da gestão institucional com as políticas constantes no PDI</li> <li>• Presença de espaço para representação dos alunos em órgãos da Universidade.</li> <li>• Existência de critérios para composição dos Conselhos Superiores.</li> <li>• Representatividade dos diversos segmentos nos Conselhos Superiores</li> <li>• Funcionamento e autonomia dos Conselhos Superiores em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários.</li> <li>• Regularidade do funcionamento dos Conselhos Superiores.</li> <li>• Existência de critérios para composição dos colegiados dos cursos.</li> </ul>
<b>Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 6:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilização da legislação institucional à comunidade universitária</li> <li>• Adequação da estrutura organizacional à gestão dos planos, objetivos e metas da FURB.</li> <li>• Organização na condução dos processos de tomada de decisões</li> <li>• Adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões.</li> <li>• Divulgação das decisões colegiadas para a comunidade universitária.</li> <li>• Adequação dos registros e arquivos para auxiliar na tomada de decisões.</li> <li>• Coerência e pró-atividade da gestão estratégica com as finalidades e objetivos institucionais.</li> <li>• Regularidade do funcionamento dos colegiados de curso</li> <li>• Representatividade discente nos colegiados de curso</li> <li>• Representatividade dos docentes dos departamentos nos colegiados de curso</li> <li>• Funcionamento e autonomia dos colegiados dos cursos em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários.</li> <li>• Comprometimento dos diversos segmentos com as decisões colegiadas.</li> </ul>
<b>Recomendações da CPA sobre a Dimensão 6</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilizar a toda comunidade universitária as Portarias e Resoluções da FURB;</li> <li>• Adequar a estrutura organizacional à gestão dos planos e objetivos e metas da instituição pode avançar a partir do redesenho de seus processos.</li> <li>• Definir, descrever/desenhar e documentar os processos.</li> <li>• Divulgar quais os documentos que compõem os processos.</li> <li>• Capacitar as pessoas envolvidas no fluxo de comunicação para registrar/protocolar eletronicamente e encaminhar as demandas.</li> <li>• Divulgar as decisões colegiadas (dar maior transparência).</li> <li>• Criar um sistema/arquivo/site que centralize as decisões colegiadas para facilitar a consulta.</li> </ul>

- Criar uma rede integralizada de informações para auxiliar a tomada de decisões. De acordo com a gestão superior estão disponíveis, todavia, podem ser melhorados.
- Definir o planejamento tático com metas e ações, cronograma (prazos) no PDI alinhados às finalidades e objetivos institucionais.
- Divulgar o calendário de reuniões dos colegiados.
- Inserir as atas das reuniões dos colegiados no ERP.
- Disponibilizar o calendário de reuniões do colegiado de curso para os centros acadêmicos (discentes) para que os mesmos possam ter uma participação efetiva.
- Disponibilizar o calendário de reuniões do colegiado de curso para os docentes para que os mesmos possam ter uma participação efetiva.
- Acrescentar as competências do colegiado de curso no Estatuto da Universidade (Resolução 35/2010).
- Aplicar sanções quando não se cumprem as decisões colegiadas.

**Comentários da CPA:**

A instituição opera de acordo com as regras estabelecidas nos documentos institucionais formais, tendo sua situação jurídica consolidada e as principais decisões estratégicas e operacionais tomadas em regime colegiado. A legislação institucional, todavia, não estava disponível para os usuários externos no período analisado (2009-2011), sendo esta questão resolvida no ano de 2012. Pode-se dizer a partir da avaliação dos trabalhos desenvolvidos nos conselhos superiores, que existe coerência entre a organização e a gestão institucional com as políticas constantes no PDI, todavia, a adequação da estrutura organizacional à gestão dos planos e objetivos e metas da instituição pode avançar a partir do redesenho de seus processos, ainda não adequadamente definidos e documentados. Apesar do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura ter evoluído, ainda não é considerado adequado por um percentual significativo dos membros da administração superior. As decisões colegiadas estão disponíveis para a comunidade desde 2011. Os espaços de representação dos estudantes são devidamente ocupados pelos discentes. Os arquivos para auxílio à tomada de decisões estão disponíveis, todavia, podem ser melhorados de acordo com a gestão superior. A coerência e pró-atividade da gestão estratégica com as finalidades e objetivos institucionais foi considerada acima do mínimo.

A instituição opera de forma adequada com relação a existência de critérios para a composição dos conselhos superiores e da representatividade dos diversos segmentos nos mesmos. Os conselhos funcionam de acordo com os dispositivos regimentais e estatutários e se reúnem com a regularidade ordinária e muitas vezes, extraordinária de acordo com as definições e necessidades da instituição.

A instituição tem definido os critérios para a composição dos colegiados dos cursos, todavia, o Regimento Geral da Universidade não orienta sobre a regularidade ideal desses colegiados. A representatividade discente está devidamente regulamentada, todavia,

não atende o referencial mínimo de qualidade. A representação docente dos departamentos está regulamentada e os departamentos indicam esses representantes de forma regular. O funcionamento e a autonomia dos colegiados ocorrem de acordo com regimento interno, todavia, as competências do colegiado não são tratadas no Estatuto da Instituição. A pesquisa realizada com os coordenadores, docentes e discentes mostra que o comprometimento está acima do referencial mínimo de qualidade. Outros pontos importantes também podem ser observados nas descrições de cada indicador.

## CAPÍTULO 7 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

A infraestrutura Universidade Regional de Blumenau, conforme relatórios anteriores, está organizada a partir de órgãos (divisões) ligados a Pró-Reitoria de Administração e com funções bem específicas. São elas:

1. Divisão de Administração do Campus (DAC) que compete planejar, controlar, organizar e coordenar as atividades de construção civil, manutenção e conservação do patrimônio, exceto de equipamentos/ instalações de informática, bem como supervisionar e manter os serviços de segurança patrimonial.
2. Divisão de Tecnologia da Informação (DTI), responsável pela administração dos recursos de informática necessários às atividades de ensino. Pesquisa, extensão e administração da Universidade com competência para elaborar políticas e diretrizes de informática, administrar os recursos de informática, prover suporte e treinamento de informática para os usuários da universidade e desenvolver e manter sistemas de informações.
3. Divisão de Administração de Materiais (DAM), responsável pela contratação (por licitação ou compra direta) de bens de serviços, bem como por sua distribuição e controle.
4. Divisão de Administração Contábil e Patrimonial (DACP) responsável por todo o patrimônio da FURB e por toda a parte contábil.
5. Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (DGDP), que fundamentalmente planeja controla e gerencia as atividades de RH da FURB, promovendo concursos públicos para o provimento de vagas, gerenciando o sistema de folha de pagamento e prestando assistência social aos servidores.
6. Divisão de Administração Financeira (DAF)- responsável pelas contas a pagar e receber, pelos cálculos de crédito financeiro e pela análise de viabilidade dos cursos.

Quanto à gestão da infraestrutura da instituição observa-se que existem indicativos claros de organização.

## 7.1. INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS

Quanto à **participação da comunidade nas políticas de espaço físico**, observa-se que a universidade ainda não possui um Plano Diretor do espaço físico.

Em 2011 foram publicadas as portarias 76, 148 e 149/2011 que instituíram os Conselhos de Usuários dos campi I, II e III e designaram seus representantes. Os conselhos são fóruns de discussão permanente e tomada de decisão sobre as questões de espaço físico. Neste conselho estão representados as Unidades Universitárias, entretanto observa-se que falta a representação acadêmica. No período avaliado (2008-2011) os Conselhos do campus I e do III não se reuniram. Distintamente, o Conselho de Usuários do Campus 2, se reúne com alguma regularidade e tem relativamente consolidada uma cultura de participação na definição de políticas de ocupação do espaço físico.

Na opinião do Grupo Gestor do Espaço Físico (entrevista) a participação da comunidade nas políticas de Espaço Físico da FURB é avaliada como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**.

De acordo com a opinião dos servidores **técnico-administrativos** (questionário aplicado ao segmento), **30,6%** avaliaram a própria participação nas políticas de espaço físico como **PRECÁRIO** e outros 29,4% avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**.

Já os **docentes** (questionário aplicado ao segmento), **36,3%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL** enquanto que outros **24,7%** avaliaram como **PRECÁRIO**.

Na opinião dos **alunos** (questionário aplicado ao segmento), **30,5%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL** enquanto que outros **29,7%** avaliaram como **SATISFATÓRIO**.

Desta forma a CPA entende que a Instituição está abaixo do referencial mínimo de qualidade para este indicador e considerou **nota 2** para o mesmo.

A CPA constatou que não existe registro no PDI da instituição do Plano Diretor do Espaço Físico. Conforme já citado anteriormente, em 2011 foi estabelecido, através de Portaria, o Grupo Gestor de Espaço Físico, composto pela COPLAN e DAC/PROAD, os quais buscam organizar uma proposta de Plano Diretor de Espaço Físico da FURB. Ainda assim, trata-se de uma prática não institucionalizado. Desta forma a CPA entende que o indicador **existência de um Plano Diretor (espaço físico) nos documentos oficiais (PDI)**, no período em questão, não atendia ao referencial mínimo de qualidade, sendo dada a **nota 1**.

Quanto à **coerência entre a execução do Plano Diretor (espaço físico) e as políticas constantes nos documentos oficiais** observou-se que não existe um Plano diretor (espaço físico) institucionalizado. Existem iniciativas de setores da instituição (Ex. Conselho de Usuários de Campus II e o Grupo Gestor de Espaço Físico) com algumas regras

estabelecidas, não podendo ser tratado como uma política de espaço físico. Com relação as ações para o espaço físico, prevista no PDI, para o período, não foram totalmente eficazes pois muita delas não foram concluídas. O Bloco S ficou no esqueleto, Bloco J não foi nem iniciado. Hospital e Novo Ambulatório faltam instalações no período avaliado. Como o PDI não traz um Plano Diretor, com diretrizes claras, a CPA e os presentes no seminário de autoavaliação deram **nota 2** para o indicador.

No PDI existem metas que se referem à manutenção e conservação das instalações físicas. Porém, não se trata de um plano de manutenção e conservação. Os presentes no seminário de autoavaliação levantaram uma série de problemas, entre eles pode-se citar: Não tem *wi-fi* em todas as salas, condicionadores de ar barulhentos, salas apenas com ventilador, entre outros. Desta forma a CPA entende que o fato de haver metas no PDI e ações com relação a manutenção e conservação das instalações físicas a instituição atende o referencial mínimo de qualidade considerando a **nota 3** para o indicador **existência de Plano de manutenção e conservação das instalações físicas nos documentos oficiais**. Quanto á **coerência entre a manutenção e a conservação das instalações físicas e as políticas constantes nos documentos oficiais**, a CPA observa que no PDI existem metas prevendo a ampliação, modernização e recuperação das salas de aula e laboratórios, porém não existe previsões orçamentária nem prazo para execução dos trabalhos. Em decorrência disto observa-se que na instituição o processo de manutenção e conservação, não ocorre de forma planejada aparecendo quase sempre a partir das demandas que surgem das unidades universitárias à DAC. Desta forma considera-se que a instituição atende ao referencial mínimo de qualidade e define-se a **nota 3**, para o indicador.

Observa-se no PDI, no que tange a responsabilidade social da instituição, uma preocupação crescente com o acesso e permanência dos portadores de necessidades especiais. Entretanto, não existem nesse documento, diretrizes de adequação do Espaço Físico para atendimento dessa parcela da comunidade acadêmica. A adequação, na prática, se dá para atender a outras legislações (federais, estaduais e municipais). Os presentes no seminário sugeriram **nota 2**, para indicador **existência de diretrizes de adequação do espaço físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes) nos documentos oficiais**, em função das diretrizes não estarem institucionalizadas. Quanto á **coerência entre a adequação do espaço físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes) e as políticas constantes nos documentos oficiais**, visita in loco mostraram que a FURB procura atender as determinações da NBR 9050 e faz constantes melhorias em sua estrutura física, como por exemplo: Estacionamentos têm vagas reservadas para deficientes e idosos, os Prédios tem elevadores e rampas nos locais onde há deslocamento de deficientes, banheiros são adaptados para deficientes, corrimãos em rampas e escadas, Braille nos números dos andares no painel do elevador e calçadas com Indicação através do

piso Podotátil. Informações obtidas também na CAE e DGDP dão conta de que a instituição acompanhava em (2010/2011) aproximadamente 45 Estudantes com deficiência e 10 Servidores da FURB com deficiência. O acompanhamento implicava na identificação da situação do aluno ou servidor e na adequação do mobiliário, ambientes, acessos, LIBRAS, etc, A CPA e os presentes no seminário de autoavaliação concluíram de que faltam melhorias em alguns equipamentos (inclinação de rampas, corrimões) e que a universidade está apenas atendendo uma legislação vigente, ou seja, ela está atendendo o referencial mínimo de qualidade, dando a **nota 3** para este indicador.

O PDI não trata especificamente das questões relacionadas ao acesso à infraestrutura de TI e demais equipamentos audiovisuais. Existe a **Resolução 22/2007**, que normatiza a utilização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação da FURB. Essa resolução regulamenta o acesso, a utilização dos recursos de TIC, detalha a questão da segurança e integridade e as proibições, determina as violações e penalidades previstas, e as responsabilidades. Em relação aos recursos audiovisuais e multimídia as salas de aulas contam com projetor multimídia fixo. Os demais recursos audiovisuais podem ser solicitados à Divisão de Modalidades de Ensino/PROEN.

A CPA considerou que as diretrizes encontradas nos documentos oficiais são incipientes, demonstra e que são questões não institucionalizadas. Desta forma foi considerado **nota 3**, para o indicador **existência de diretrizes ao acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia e internet e intranet nos documentos oficiais**.

Quanto á **coerência entre a utilização de equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia e internet e intranet e as políticas constantes nos documentos oficiais**, a

Tabela 39 mostra as atividades institucionais e a disponibilidade de recursos materiais para suprir as suas necessidades.

**Tabela 39 - Equipamentos e recursos de informática disponível para as atividades da instituição**

Atividade	Descrição	Qtde.					
		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Atividade Fim: Ensino	Laboratórios e salas ambiente	27	27	22	21	21	10
	Computadores para ensino	1.234	1.539	1.605	1.656	1563	1566
	Alunos/computador	9,71	7,49	6,87	6,88	6,47	6,28
	Notebooks particulares conectados via Wireless	-	-	197	533	1006	2130
	% computadores em rede	98,00	100	100	100	100	99,8
Atividade Fim: Pesquisa/ Extensão/ Preparação Ensino	Laboratórios	77	73	79	79		
	Computadores em laboratórios de pesquisa	172	202	197	211	211	219
	Computadores para outras atividades fim	416	369	332	348	303	279
	Docentes/computador	1,40	1,46	1,61	1,49	1,64	1,65
	% computadores em rede	86,65	100	100	100	100	99,8
Atividade Meio: Administrativo	Técnico-administrativos		516	526	581	562	583
	Computadores	783	971	759	977	1118	1263
	Técnico administrativo/computador	0,69	0,53	0,69	0,59	0,50	0,46
	% computadores em rede	97,93	100	100	100	100	100
<b>TOTAL</b>	<b>Computadores</b>	<b>2.549</b>	<b>3.081</b>	<b>2.893</b>	<b>3.192</b>	<b>3195</b>	<b>3317</b>
	<b>Notebooks particulares conectados via Wireless</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>197</b>	<b>533</b>	<b>1006</b>	<b>2130</b>
	<b>Computadores em rede</b>	<b>2.549</b>	<b>3.081</b>	<b>3.090</b>	<b>3.725</b>	<b>4201</b>	<b>5447</b>
	<b>% computadores em rede</b>	<b>96,19</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>99,9</b>

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011 (Divisão de Tecnologia da Informação – DTI/ PROAD).

Visitas in loco, mostram que a grande maioria das salas de aula possuem recursos áudio visuais e de multimídia. A internet e a intranet também fazem parte do dia a dia da instituição. Porém observa-se que em nível de PDI não existe metas nem ações que atendam este indicador. Os presentes no seminário de autoavaliação concordaram que não se trata de uma prática institucionalizada, mas considerou que a infraestrutura existente é boa e definiu **nota 4** para este indicador.

O PDI não trata da expansão e atualização dos *softwares*. Em entrevista, a chefia da DTI avaliou esse indicador como **PRECÁRIO/INSUFICIENTE**. Cabe destacar que a DTI/PROAD, em 2012, apresentou uma proposta de Plano Diretor de Tecnologia da Informação. Porém, não compreende o período avaliado. Desta forma a instituição no indicador **existência de Plano de expansão e atualização dos softwares nos documentos oficiais** foi considerada precária e a CPA considerou a **nota 1** adequada.

Observa-se que são utilizados vários softwares (Oracle, B.I, ERP entre outros) o que tem contribuído com a infraestrutura da universidade. Porém a expansão e a atualização se dão de forma pontual e conforme as necessidades. O que falta é um planejamento. Assim sendo, para o indicador **coerência entre a expansão e atualização dos softwares e as políticas constantes nos documentos oficiais**, foi sugerida a **nota 2**.

No PDI, também não consta um Plano específico de expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores. Porém, no mesmo encontra-se como meta: “Manter e recuperar a infraestrutura laboratorial, com investimentos seletivos, conforme a necessidade”, que satisfaz o indicador. A meta refere-se apenas aos laboratórios,

e por isso os “demais setores” não são contemplados no Plano. Os presentes no seminário de autoavaliação afirmaram que a expansão e/ou atualização dos equipamentos deva estar previstos nos planos departamentais. Algo que nem todos os cursos possuem. Os presentes no seminário de autoavaliação sugeriram **nota 2** para o indicador **existência de Plano de expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores nos documentos oficiais**. Quanto à **coerência entre a expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores e as políticas constantes nos documentos oficiais**, observa-se que o PDI possui meta para recuperar a infraestrutura laboratorial, porém não define recursos nem prazos para que a meta seja atingida. De uma forma geral os equipamentos são comprados através de projetos de pesquisa ou quando comprados pela universidade decorrem de solicitações feitas pelas unidades universitárias aos setores competentes. Como não tem plano, não há como admitir a coerência. Desta forma a CPA entende que a **nota** do indicador seja **2**.

No PDI, cita-se o Programa de Recuperação e melhoria das instalações dos espaços de ensino-aprendizagem (salas de aulas e laboratórios), prevendo modernizar 100% das salas de aulas até o fim de 2010. Não há na instituição um **Plano de manutenção** preventiva e corretiva dos equipamentos. Em entrevista, a chefia da DTI avaliou esse indicador como **PRECÁRIO/INSUFICIENTE**. A chefia da DAC não se manifestou. Desta forma a CPA entende que a nota do indicador **existência de um Plano de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos nos documentos oficiais**, deva ser **1**.

Quanto à **coerência entre as práticas de manutenção realizadas nos equipamentos e as políticas constantes nos documentos oficiais**, conforme citado anteriormente não existe um **Plano de manutenção** preventiva e corretiva dos equipamentos nos documentos oficiais. No dia a dia existe um controle, por parte da DAC, de equipamentos de ar condicionado e de equipamentos de segurança. Para os outros equipamentos a manutenção é feita a medida que é solicitado, pelas unidades universitárias e administrativas. Desta forma a CPA entende que o indicador não atende ao referencial mínimo de qualidade e considera adequada a **nota 2**.

Em entrevista, as chefias de departamentos que possuem laboratórios e instalações especiais, bem como o técnico de segurança da FURB, avaliaram o indicador **existência de normas de segurança para os laboratórios e instalações especiais**, da seguinte forma: **28,6%** como **ADEQUADO** e **28,6%** consideraram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Outros **14,3%** consideraram **MUITO ADEQUADO**. Logo após o último Laudo Ambiental da FURB, que deu origem ao último PPRA (Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais), iniciou-se um trabalho de conscientização dos responsáveis pelos Laboratórios do Campus I, para a confecção de Manuais para cada Laboratório. Ainda não concluído. A CPA considerou que o indicador está atendendo o referencial mínimo de qualidade e deu **nota 3** para o mesmo.

Em relação ao Plano de aquisição, o mesmo não era institucionalizado. Ocorria, na prática, pedidos de aquisição (via sistema) e o material era comprado conforme disponibilidade de orçamento, dando-se preferência à Bibliografia Básica.

Cabe destacar que em 2011, através da Portaria nº 624/2011, foi designada uma Comissão Especial para tratar da Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Universitária. A Política está tramitando no ano 2012.

A CPA entende que a aquisição, expansão e/ou atualização do acervo ocorriam de acordo com critérios, considerando nota **4** para esse indicador. Em relação ao Plano de aquisição, o mesmo não era institucionalizado. Ocorria, na prática, pedidos de aquisição (via sistema) e o material era comprado conforme disponibilidade de orçamento, dando-se preferência à Bibliografia Básica.

Cabe destacar que em 2011, através da Portaria nº 624/2011, foi designada uma Comissão Especial para tratar da Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Universitária. A Política está tramitando no ano 2012.

A CPA entende que a aquisição, expansão e/ou atualização do acervo ocorriam de acordo com critérios, considerando nota 4 para esse indicador **existência de Plano de aquisição, expansão e/ou atualização do acervo da Biblioteca, considerando as propostas pedagógicas dos cursos e as prioridades para as bibliografias básicas e complementares**. Quanto à **coerência entre as práticas de aquisição, expansão e atualização do acervo coerentes com as Políticas constantes na instituição**, conforme citado no indicador anterior os pedidos de aquisição de acervo bibliográfico se dá via sistema e o material é comprado conforme disponibilidade de orçamento, dando-se preferência à Bibliografia Básica das disciplinas. Quanto aos documentos oficiais, em 2011 foi designada uma Comissão Especial para tratar da Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Universitária (Portaria 624/2011). Assim, a CPA entende que a coerência não é total, estando em via de institucionalização. A **nota 4** é a mais adequada a esse indicador.

## 7.2. INSTALAÇÕES GERAIS: ESPAÇO FÍSICO

De acordo com a opinião dos docentes (questionário aplicado ao segmento –

---

Tabela 40), o espaço físico para o ensino foi avaliado da seguinte forma:

**Tabela 40 - Espaço físico para o ensino na opinião dos docentes**

Questionamentos	0	1	2	3	4	5
Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função do número de usuários?	0,4%	6,4%	23,1%	53,8%	11,6%	4,8%
Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função da acústica?	0,4%	8,8%	33,5%	43,8%	10,4%	3,2%
Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função da iluminação?	0,4%	2,0%	13,9%	55,4%	19,9%	8,4%
Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função da ventilação?		7,6%	25,5%	46,6%	15,5%	4,8%
Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função do mobiliário?		5,6%	16,7%	61,4%	11,2%	5,2%
Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função da limpeza?		5,6%	10,0%	55,0%	17,9%	11,6%

Fonte: Pesquisa realizada com os docentes

Os coordenadores de curso também foram entrevistados ( Tabela 41). A opinião dos mesmos é registrada abaixo.

**Tabela 41 - Espaço físico para o ensino na opinião dos Coordenadores de cursos.**

Questionamentos	0	1	2	3	4	5
Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função do número de usuários?		12,5	12,5	43,8	31,3	
Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função da acústica?		6,3	18,8	62,5	12,5	
Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função da iluminação?		0,0	6,3	50,0	37,5	6,3
Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função da ventilação?		6,3	12,5	37,5	43,8	
Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função do mobiliário?		0,0	25,0	31,3	43,8	
Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função da limpeza?		6,7	13,3	33,3	26,7	20,0

Fonte: Pesquisa realizada com s coordenadores de cursos

Dados do Relatório Geral de Avaliação da Infraestrutura (

Tabela 42), mostram que a maioria dos alunos avaliou como sendo boa a adequação do espaço físico às atividades de ensino.

**Tabela 42 - Espaço físico para o ensino na opinião dos Coordenadores de cursos**

Questões	2009/I		2009/II		2010/I		2010/II		2011/I		2011/II	
	Nº Alunos	% BOM										
Os laboratórios são adequados para as aulas do curso	8.450	79,79	8.398	80,53	8.550	79,38	8.496	78,34	5.486	80,01	1.081	77,73
A sala de aula oferece condições adequadas para as aulas (espaço, mobiliário, ventilação, iluminação, etc.)	8.450	77,97	8.398	76,87	8.550	76,11	8.496	74,57	5.486	75,05	1.081	73,95

Fonte: Relatório Geral de Avaliação da Infraestrutura pelos alunos – 2009-2011

Assim, a CPA, entende que a **nota** para indicador **adequação do espaço físico às atividades de ensino em função do número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário, limpeza**, deva ser **3**.

Em entrevista aplicada aos coordenadores de curso, a **adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para coordenadores de curso (gabinete de trabalho)** foi avaliada conforme segue: **50%** considerou **ADEQUADO**, enquanto que **28,6%** consideraram **MUITO ADEQUADO** e **EXCELENTE**. Apesar da visão dos coordenadores ser positiva a CPA e os presentes no seminário de autoavaliação consideraram que a instituição está atendendo apenas a condição mínima de qualidade e considerou a que a **nota** deva ser **3**.

Em entrevista aplicada aos chefes de departamentos, a **adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para chefes de departamento (gabinete de trabalho)** foi avaliada conforme segue: **50%** considerou **ADEQUADO**, enquanto que **16,7%** considerou **MUITO ADEQUADO** e outros **33,4%** consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL** e **PRECÁRIO/ INSUFICIENTE**. Apesar, também, da visão dos chefes de departamento ser positiva, a CPA e os presentes no seminário de autoavaliação consideraram que a Instituição está atendendo apenas à condição mínima de qualidade e considerou a que a **nota** deva ser **3**.

De modo geral, nas Unidades Universitárias (centros) existem espaços onde os docentes podem permanecer enquanto não estão em sala de aula. No Campus I existe um ambiente onde os professores se reúnem para convivência (Bloco A). No Campus II, existe uma sala de professores no Bloco D. Em alguns departamentos existem salas de trabalho para os docentes. No Campus III, próximo à Biblioteca existe uma sala de reuniões onde ficam os escaninhos dos docentes do curso de Odontologia. Além disso, há também salas de professores do curso de farmácia.

No ambiente da pós-graduação *lato sensu* não há espaço específico como sala de professores, pois a maioria destes vem à FURB apenas para lecionar (direto para sala de aula), não permanecendo na instituição em outros horários. Entretanto, há um refeitório

que alguns utilizam quando necessário. Na pós-graduação *Stricto Sensu*, de modo geral, há espaços de uso comum para os docentes dos programas (salas de professores/de reuniões). Assim sendo a CPA e os presentes no seminário de autoavaliação consideraram que além da sala geral, há espaços setoriais para os docentes, entendendo que a **nota** do indicador **adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores)**, deva ser **4**.

Quanto à **adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: existência de espaço disponível para reuniões (para colegiados e departamentos)** em entrevista aplicada aos coordenadores de curso e chefes de departamentos, a adequação foi avaliada conforme segue: **33,3%** considerou **ADEQUADO**, enquanto que **28,6%** considerou **MUITO ADEQUADO**. Outros **23,8%** consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. A Tabela 43 a seguir mostra dados do relatório Institucional 2011, onde são apresentadas as áreas dos centros e departamentos.

**Tabela 43 - Área dos centros e departamentos**

Centro	Campus	Área - Reuniões
CCE – Centro de Ciências da Educação	1	35,67 m <sup>2</sup>
CCEN – Centro de Ciências Exatas e Naturais	1	Na sala da direção
CCHC – Centro de Ciências Humanas e Comunicação	1	Não tem, utilizam sala de aula R-129 no período vespertino
CCJ – Centro de Ciências Jurídicas	1	21,07 m <sup>2</sup>
CCS – Centro de Ciências da Saúde	1	14,75 m <sup>2</sup>
CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas	1	15,64 m <sup>2</sup>
CCT – Centro de Ciências Tecnológicas	2	22,17 m <sup>2</sup>
PPG Educação (mestrado)	1	
PPG Administração (mestrado)	1	40,08 m <sup>2</sup>
PPG Ciências Contábeis (mestrado)		
PPG Ciências Contábeis e Administração (doutorado)	1	19,35 m <sup>2</sup>
PPG Desenvolvimento Regional (mestrado/doutorado)	1	20,48 m <sup>2</sup>
PPG Química (mestrado)	1	
PPG Ensino de Ciências Naturais e Matemática (mestrado)	1	
PPG Engenharia Ambiental (mestrado)	2	59,11 m <sup>2</sup>
PPG Engenharia Elétrica (mestrado)	2	Utilizam a estrutura do Depto.
PPG Engenharia Florestal (mestrado)	2	Utilizam a estrutura do Depto.
PPG Engenharia Química (mestrado)	2	Utilizam a estrutura do Depto.

Fonte: COPLAN – Sistema de Espaço Físico - 2011

A CPA considerou a estrutura adequada, satisfaz a condição mínima de qualidade e considera para este indicador a **nota 3**.

Nas Unidades Universitárias são realizadas as atividades de direção de centro e secretaria, e demais órgãos colegiados (departamento e de curso). Nesses espaços ocorrem

as atividades administrativas e de atendimento. A Tabela 44, abaixo mostra os respectivos espaços e suas áreas.

**Tabela 44 - Áreas administrativas e de atendimento**

Centro	Campus	Sala	Área (m <sup>2</sup> )	Área - Direção	Área - Atendimento
CCE – Centro de Ciências da Educação	1	I-202	165,81	16,06	59,00
CCEN – Centro de Ciências Exatas e Naturais	1	S-228	85,70	19,56	65,75
CCHC – Centro de Ciências Humanas e Comunicação	1	R-109	172,81	19,08	36,45
CCJ – Centro de Ciências Jurídicas	1	B-101	140,62	13,62	64,11
CCS – Centro de Ciências da Saúde	1	J-105	191,50	25,30	59,88
CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas	1	D-101	216,00	19,14	54,89
CCT – Centro de Ciências Tecnológicas	2	I-001	74,75	11,10	72,35

Fonte: COPLAN – Sistema de Espaço Físico – 2011

A Praça de atendimento ao estudante atualmente realiza atendimento presencial dos alunos, com instalações adequadas, embora permaneça a maior parte do tempo com ociosidade (em função de atendimentos virtuais) exceto no período de matrícula de calouros, onde há maior movimentação. O Protocolo de atendimento ainda não é uma prática institucionalizada. Em relação à Tesouraria o atendimento é centralizado na Divisão de Administração Financeira (DAF), cujas instalações contam com 141,49 m<sup>2</sup> (mais 33,75 m<sup>2</sup> para a negociação) e 13 atendentes (11 na DAF e 2 na negociação), que estão adequadas a necessidade institucional. Com relação à **adequação das instalações para pleno desenvolvimento das atividades administrativas: secretaria, direção, Praça de atendimento ao aluno e Protocolo, tesouraria**, a CPA considerou que a Instituição está fazendo além do referencial mínimo de qualidade e considerou adequada a **nota 4**. Quanto à **adequação das instalações às condições de acesso para os portadores de necessidades especiais temporários e permanentes (rampas com inclinação adequada, elevadores com espaço suficiente para cadeiras de rodas, instalações sanitárias apropriadas, vagas especiais de estacionamento, de acordo com as exigências legais)**, a Universidade possui instalações de acesso para os portadores de necessidades especiais temporários e permanentes, procurando atender as determinações da NBR 9050 e faz constantes melhorias em sua estrutura física visando a acessibilidade da comunidade universitária. O Quadro 30, abaixo, extraído do relatório de atividades da instituição de 2011, mostra a acessibilidade na estrutura da universidade.

**Quadro 30 - Acessibilidade**

<b>Estrutura</b>	<b>Acesso</b>
Estacionamentos	Vagas reservadas para deficientes e idosos
Prédios	Elevadores e rampas nos locais onde há deslocamento de deficientes
	Banheiros adaptados para deficientes
	Corrimãos em rampas e escadas
	Braile nos números dos andares no painel do elevador
Calçadas	Indicação através do piso Podotátil.

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Em entrevista com os portadores de necessidades especiais (alunos e servidores) as formas de acessibilidade (Tabela 45) foram avaliadas da seguinte maneira:

**Tabela 45 - Entrevista com os portadores de necessidades especiais (alunos e servidores)**

<b>Adequação das instalações às condições de acesso</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
das instalações das rampas de acesso (inclinação adequada)		16,7	33,3	33,3	16,7	
dos elevadores (espaço suficiente para cadeiras de rodas)		16,7	16,7	50,0	16,7	
das instalações sanitárias apropriadas		33,3	16,7	33,3	16,7	
das vagas especiais de estacionamento (de acordo com as exigências legais)	16,7	16,7	33,3	16,7		16,7

Fonte: Entrevista com os portadores de necessidades especiais.

Alguns aspectos foram levantados pelos presentes no seminário de autoavaliação: Existe a rampa da biblioteca que dá acesso à mesma, porém não está coberta. Em dias de chuva, o cadeirante acaba se molhando; As pias dos banheiros não estão adaptadas para a higiene pessoal dos cadeirantes (lavar as mãos se torna um problema); Em relação aos estacionamentos, verifica-se uma possível falta de respeito sobre a vaga destinada para estas pessoas. Diante das informações obtidas a CPA considerou que neste indicador a Instituição está abaixo do referencial mínimo de qualidade e aferiu a **nota 2**.

Salvo raras exceções, como Arte na Escola (no Bloco S), Feiras da Matemática (Ed. Cristina) e a ITCP (Bloco L) não há espaço físico exclusivo para extensão. Os trabalhos dos extensionistas, de modo geral, devem ser realizados em locais comuns a outras atividades (espaço administrativo, laboratórios e salas de aula).

Em entrevista realizada com os extensionistas da FURB, essa adequação foi analisada da seguinte forma: **35,7%** avaliou como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**, enquanto que outros **28,6%** avaliou como **ADEQUADO** e outros **10,7%** considerou **MUITO ADEQUADO**.

A CPA entende que existe uma carência de espaço físico para os grupos de extensão, sobretudo os multidisciplinares, que congregam muitos docentes e estudantes. A **nota** para o indicador **adequação do espaço físico às atividades de extensão** deve ser **3**.

Quanto á **adequação do espaço físico às atividades de pesquisa**, em entrevista realizada com os pesquisadores da FURB, essa adequação foi analisada da seguinte forma: **41,5%** avaliaram como **ADEQUADO**, enquanto que **19,5%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Outros **17,1%** consideraram **MUITO ADEQUADO** e **17,1%** consideraram **PRECÁRIO/ INSUFICIENTE**. A **nota** para esse indicador foi considerada **3**.

Conforme a tabela 153 do Relatório de Atividades de 2011 (Tabela 46), existe área de convivência em todos os campi da Universidade (exceção Campus VI que só possui área administrativa).

**Tabela 46 - Área de convivência em todos os campi da Universidade**

CAMPI	2010			2011		
	Qtde.	Área Útil	% Área/ Campus	Qtde.	Área Útil	% Área/ Campus
<b>Campus I</b>	<b>1350</b>	<b>60.375,34</b>	<b>100</b>	<b>1.477</b>	<b>54.604,03</b>	<b>100</b>
11. Áreas Convivência	18	866,64	1,44	16	848,49	1,55
<b>Campus II</b>	<b>468</b>	<b>17.024</b>	<b>100</b>	<b>499</b>	<b>15.203,78</b>	<b>100</b>
11. Áreas Convivência	6	191,81	1,13	8	256,63	1,69
<b>Campus III</b>	<b>201</b>	<b>9.079,70</b>	<b>100</b>	<b>257</b>	<b>8.956,61</b>	<b>100</b>
11. Áreas Convivência	3	247,10	2,67	3	247,10	2,76
<b>Campus V</b>	<b>383</b>	<b>7.219,46</b>	<b>100</b>	<b>378</b>	<b>7.134,12</b>	<b>100</b>
11. Áreas Convivência	10	132,52	1,84	10	132,72	1,86
<b>Campus VI</b>	<b>4</b>	<b>602</b>	<b>100</b>	<b>4</b>	<b>602</b>	<b>100</b>
3. Administrativo	4	602	100,0	4	602	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>2.406</b>	<b>94.300,50</b>	<b>-</b>	<b>2.615</b>	<b>84.402,23</b>	<b>-</b>

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Os servidores técnico-administrativos avaliaram a adequação da seguinte forma: **39,4%** consideraram **ADEQUADO**, enquanto que outros **33,8%** avaliou como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Dos docentes **37,5%** consideraram **ADEQUADO**, enquanto que outros **33,5%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Já os alunos, **58,5%** consideraram **ADEQUADO** enquanto que outros **18%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**.

Os presentes no seminário de autoavaliação consideraram que a instituição esta atendendo o referencial mínimo de qualidade e definiu, junto com a CPA **nota 3** para o indicador.

Com relação ao número de alunos e a capacidade de laboratórios, observa-se que para os laboratórios do DCN existe um laudo técnico de 2009 que define a quantidade ideal e a quantidade máxima de alunos para cada laboratório (

---

Quadro 31), emitido pelo Técnico em Segurança do Trabalho da FURB.

**Quadro 31 - Número máximo de alunos por laboratório no DCN**

Ambientes		Alunos por Laboratório	
Sala	Laboratório	Ideal	Máximo
T-205	Fisiologia	16	16
T-202	Biofísica	16	16
T-213	Bioquímica	16	18
T-219	Zoologia	15	20
T-222	Microscopia I	16	20
T-223	Microscopia II	16	20
T-124	Parasitologia	16	16
T-121	Imunologia	16	16
T-113	Anatomia Humana	15	20
A-103	Microbiologia	10	15

Fonte: Laudo técnico de 2009 dos laboratórios do DCN/DGDP

A referida tabela foi elaborada levando em conta critérios de segurança e saúde do trabalho, espaço físico disponível, equipamentos disponíveis e condições dos professores e monitores para conduzirem as aulas da forma mais segura e didaticamente aproveitável. Em entrevista a Divisão de Registros Acadêmicos informou que disponibiliza as vagas nas disciplinas (inclusive as que utilizam laboratórios) conforme o número informado semestralmente pelos departamentos.

Em entrevista feita com os coordenadores de curso e com o técnico de segurança da FURB, essa coerência foi analisada da seguinte forma: **26,7%** consideraram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL** e **26,7%** consideraram **ADEQUADO**. Outros **20%** avaliaram como **MUITO ADEQUADO**. A CPA considerou que a instituição esta atendendo o referencial mínimo de qualidade e deu **nota 3** para o indicador, **coerência entre o número de alunos e a capacidade de laboratórios existentes (de acordo com as normas de segurança)**.

Quanto à **adequação da localização e funcionalidade das instalações sanitárias**, na opinião dos técnico-administrativos, **53,1%** avaliaram como **ADEQUADO**, enquanto **22,5%** avaliaram como “EVIDENCIA ACIDENTAL”. Na opinião dos docentes, **53%** avaliaram como **ADEQUADO**, enquanto **17,5%** avaliaram como **EVIDENCIA ACIDENTAL** e na opinião dos alunos, **48,8%** avaliaram como **ADEQUADO**, enquanto **22,7%** avaliaram como **EVIDENCIA ACIDENTAL**.

A Tabela 47 obtida do Relatório de Atividades Institucional 2011 mostra a quantidade e a disponibilidade dos banheiros nos vários campi.

**Tabela 47 - Número de banheiros por campus**

Campus	2010		2011	
	Quantidade	Área (m2)	Quantidade	Área (m2)
I	165	2.299,85	168	2.293,19
II	46	544,36	42	518,14
III	26	290,04	26	290,04
V	61	466,97	52	441,18

Fonte: Relatório de Atividades Institucional 2011.

A CPA considerou que atende o referencial mínimo e deu **nota 3** ao indicador.

### 7.3. INSTALAÇÕES GERAIS: EQUIPAMENTOS

A **existência de acesso à internet adequado ao desenvolvimento das atividades dos coordenadores de curso, com equipamentos de informática próprios ou da FURB** foi respondido pelos coordenadores de curso, que analisaram da seguinte forma: **57,1%** considerou **ADEQUADO**, enquanto que **14,3%** consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL** e **14,3%** consideraram **MUITO ADEQUADO**.

Assim, a CPA entende que a **nota** para esse indicador deva ser **3**.

A **existência de acesso à internet adequado ao desenvolvimento das atividades dos chefes de departamentos, com equipamentos de informática próprios ou da FURB**, foi respondido pelos chefes de departamento, que analisaram da seguinte forma: **50%** consideraram **ADEQUADO**, enquanto que outros **50%** consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Assim, a CPA entende que a **nota** para esse indicador deva ser **3**.

Quanto à **existência de acesso à internet adequado ao desenvolvimento das atividades dos docentes, com equipamentos de informática próprios ou da FURB e adequação da infraestrutura de informática, com acesso à internet e intranet e em número suficiente ao pleno desenvolvimento das atividades dos alunos (ensino, pesquisa e extensão)**, questionários aplicados aos dois segmentos mostraram que: Na opinião dos docentes, **44,2%** avaliaram como **ADEQUADO**, enquanto **24,3%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Na opinião dos alunos, **34,5%** avaliaram como **ADEQUADO**, enquanto **26,4%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL** e **21,6%** como **PRECÁRIO**. A

Tabela 39, vista anteriormente, mostra indicadores relacionados às atividades de ensino, pesquisa, extensão e atividade meio associados a estes indicadores.

A CPA e os presentes no seminário de autoavaliação consideraram que a instituição está atendendo ao referencial mínimo de qualidade e deram **nota 3** para o indicador.

Quanto aos **recursos audiovisuais e de multimídia em número suficiente para atender as necessidades docentes no desenvolvimento de suas atividades**, questionários aplicados aos docentes mostraram que na opinião deles **46,6%** avaliaram como **ADEQUADO**, **17,5%** como **MUITO ADEQUADO**, enquanto **23,1%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. A

Tabela 48 mostra também alguns recursos audiovisuais e de multimídia disponibilizados pela Instituição.

**Tabela 48 - Quantidade de equipamentos disponíveis por campus da Instituição**

Recurso/Campus	CAMPUS I	CAMPUS II	CAMPUS III	CAMPUS V	TOTAL
Retroprojektor	74	38	06	-	118
Caixa de Som Móvel	06	-	-	-	6
Projektor multimídia móvel	04	-	-	01	5
Projeto multimídia fixo Com Caixa de Som e Amplificador	141	41	17	-	199
Microcomputador móvel	08	02	-	-	10
Microcomputador Fixo	71	01	16	-	89

Fonte: Ambientes de Aprendizagem 2011/1

A CPA e os presentes no seminário de autoavaliação, consideraram com bons os recursos audiovisuais e de multimídia considerando **nota 4** para o indicador.

Com relação à **rede de comunicação (internet e intranet) com porte compatível com as atividades administrativas desenvolvidas**, a Tabela 49, mostra o percentual de computadores em todas as atividades que estão, de alguma forma, ligadas à rede tendo assim acesso à internet e intranet.

**Tabela 49 - Percentual de computadores em todas as atividades**

Atividade	Descrição	Quantidade		
		2009	2010	2011
Atividade Fim: Ensino	% computadores em rede	100	100	99.8
Atividade Fim: Pesquisa/ Extensão/ Preparação Ensino	% computadores em rede	100	100	99.8
Atividade Meio: Administrativo	% computadores em rede	100	100	100
<b>TOTAL</b>	<b>% computadores em rede</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>99.9</b>

Fonte: Relatório de Atividades Institucional 2011.

De acordo com questionários aplicados aos técnico-administrativos, **51,3%** avaliaram como **ADEQUADO** enquanto que **21,9%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**.

Já os questionários aplicados a gestão superior, **37,5%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL** enquanto que **31,3%** avaliaram como **ADEQUADO**.

No caso da gestão setorial, **50%** avaliaram como **ADEQUADO** enquanto que **23,3%** avaliaram como **MUITO ADEQUADO** e **23,3%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. A CPA e os presentes no seminário de autoavaliação, consideraram que as rede de comunicação (internet e intranet) da instituição atende o referencial mínimo de qualidade e considerou **nota 3** para o indicador.

Na opinião dos alunos portadores de necessidades especiais, quanto à **adequação dos equipamentos e mobiliários aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes)**, **33,3%** avaliaram essa adequação como **“PRECÁRIA/**

**INSUFICIENTE.** Outros **16,7%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL.** O mesmo percentual para **ADEQUADO** e também para **MUITO ADEQUADO.** No seminário de autoavaliação os presentes consideraram que somente o elevador é um equipamento adequado. Os demais equipamentos não. O mobiliário é padrão. A **nota** dada ao indicador foi **1.**

Quanto à **adequação dos equipamentos audiovisuais, de informática e dos laboratórios específicos, às atividades de ensino, pesquisa,** questionários aplicados aos dois seguimentos demonstram que: De acordo com os docentes, envolvidos com o ensino, **44,2%** avaliaram como **ADEQUADO,** enquanto que **31,5%** avaliaram como **EVIDENCIA ACIDENTAL.** Na opinião dos pesquisadores, **32,5%** avaliaram essa adequação como **ADEQUADA,** enquanto que **27,5%** consideraram **MUITO ADEQUADA.** Outros **22,5%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL.** Avaliando também os dados contidos na Tabela 39, vista anteriormente, me que mostra indicadores relacionados às atividades de ensino, pesquisa, extensão e atividades meio, os docentes presentes no seminário consideraram que cabe uma **nota 4** para esses indicadores. Quanto á **adequação dos equipamentos às atividades de extensão,** a CPA entende que os programas e projetos de extensão ainda podem ser melhor executados caso estejam bem aparelhados, todavia entende também que essa busca por melhoria de equipamentos deve partir dos extensionistas na busca por fomento externo aos seus programas/projetos. Na opinião dos extensionistas, **34,2%** avaliaram essa adequação como **ADEQUADA,** enquanto que **18,4%** consideraram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL.** Chama a atenção que **31,6%** classificaram como **NÃO SE APLICA.** A CPA entende que a **nota** para esse indicador deva ser **3.**

De acordo com o técnico em segurança da FURB, os laboratórios (a maioria) possuem todos os equipamentos de segurança de que necessitam (para servidores em geral). Por outro lado, os presentes no seminário de autoavaliação salientaram que no dia a dia percebe-se que na FURB há uma carência no que diz respeito à cobrança (por parte dos professores e/ou responsáveis pelos laboratórios) quanto ao uso desses equipamentos pelos alunos. Em alguns laboratórios podem-se observar alunos com calçados abertos, sem óculos de segurança, com os cabelos soltos (compridos), sem os jalecos adequados. A CPA entende que os equipamentos existem e por isso a **nota** deve ser **4,** pois o indicador **existência de equipamentos de segurança na FURB, principalmente disponíveis nos laboratórios e instalações especiais** está sendo atendido.

#### 7.4. INSTALAÇÕES GERAIS: SERVIÇOS

As práticas de manutenção e conservação existem na Instituição, como pode ser observado através da Tabela 50. Em 2010 somaram-se mais de 5500 atendimentos.

**Tabela 50 - Serviços oferecidos e quantidade executada**

Serviço	Quantidade	
	2010	2011
Manutenção e Prevenção	503	343
Marcenaria	409	257
Mecânica e solda	350	343
Pintura	113	132
Projetos	104	97
Serviços Gerais	1212	994
Elétrico	1686	356
Hidráulico	739	684
Telefonia	456	521
<b>TOTAL</b>	<b>5572</b>	<b>4.727</b>

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

A CPA entende que a **nota** do indicador **práticas de manutenção e conservação (próprio e/ou terceirizado) do espaço físico consolidadas e em funcionamento** deva ser **3**, pois sabe-se que são práticas reativas (corretivas) e não proativas. Atendem ao mínimo necessário.

As práticas de manutenção e conservação existem e estão em funcionamento. Sabe-se, no entanto, que são práticas reativas (corretivas) e não proativas, ou seja, quando o equipamento estraga ou falha, cabe ao usuário informar à DAC. Essa, por sua vez, realiza um orçamento, encaminha para aprovação e somente após essa tramitação é que se autoriza o conserto/manutenção. A CPA entende que a **nota** para o indicador **práticas consolidadas e em funcionamento de manutenção e conservação dos equipamentos (próprio e/ou terceirizado)** deva ser **3**, pois atende ao mínimo necessário.

Quanto à **existência na FURB de apoio logístico para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas (reservas e distribuição de equipamentos de informática, audiovisuais e multimídia; organização e reprodução de materiais didáticos; transporte para as atividades de campo)** observa-se que, quanto à **reserva e distribuição de equipamentos de informática**, boa parte das salas de aula possui computador disponível para as atividades de ensino. Alguns docentes utilizam equipamento próprio para conectar no equipamento multimídia. Há pessoal disponível para atendimento aos docentes (DME e DTI); quanto ao **transporte para as atividades de campo**, quando solicitada, a DAC reserva um veículo para saídas a campo; ainda a FURB conta com o **Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)**. Diante das informações, a CPA considerou a **nota** para este indicador como **4**, ou seja, a Instituição neste quesito está além do referencial mínimo.

Com relação ao indicador  **sinalização para facilitar o deslocamento interno**, questionários aplicados mostraram que na opinião dos técnico-administrativos, **35%** avaliaram como **MUITO ADEQUADO**, enquanto que **20,6%** consideraram **ADEQUADO** e **26,9%** consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Na opinião dos docentes, **42,2%** avaliaram

como **MUITO ADEQUADO**, enquanto que **24,3%** consideraram **ADEQUADO**. Já os alunos, **38,8%** avaliaram como **MUITO ADEQUADO**, enquanto que **22,6%** consideraram **ADEQUADO**. Os presentes no seminário de autoavaliação entenderam que para usuários esporadicamente na FURB ou calouros ou visitantes, a sinalização dos acessos são problemáticos. A sinalização também não considera a questão da internacionalização (outros idiomas) para facilitar o deslocamento interno. Desta forma foi definido a **nota 3** para este indicador. Quanto à **sinalização para acessar aos diversos campi**, os presentes no seminário entenderam que não existe sinalização e consideraram este aspecto bem precário. Por isto foi definida a **nota 1** para este indicador.

Oficialmente, conforme exigência do plano diretor do município, a FURB precisaria disponibilizar 855 vagas no Campus I (sem considerar Bloco M e Galpão, que são espaços alugados). Atualmente a IES disponibiliza 586 (faltariam 269 vagas). Entretanto, os Blocos M e Galpão, supre boa parte dessa necessidade. A Tabela 51 mostra como estão distribuídas as vagas em função dos campi.

**Tabela 51 - Número de vagas de estacionamento na FURB**

Campus	Acadêmicos			Professores / Servidores			Carga e Descarga	TOTAL
	Geral	Deficientes	Idosos	Geral	Deficientes	Idosos		
<b>C1</b>	312	9	17	221	5	12	10	586
<b>C1 - Bloco M</b>	128	1	0					129
<b>C1- Bloco Arquitetura</b>	18	1	0					19
<b>C2</b>	278	3	15	78	1	5	-	380
<b>C3</b>	157	8	11	35		-	1 (ônibus)	211
<b>C5</b>	<b>Ambulatório</b>	<b>H. Univ.</b>	<b>Biotério</b>	<b>H. Vet.</b>				
	67	160	24	41				292
<b>TOTAIS</b>	960	182	67	375	6	17	10	<b>1.617</b>

Fonte: COPLAN / DAC

Apesar do estacionamento da Max Hering (parceria da FURB) geralmente não estar lotado, sendo que os alunos poderiam utilizá-lo mais em vez de estacionar no Campus I, a CPA entende que a instituição está atendendo o referencial mínimo de qualidade para este indicador **disponibilidade de estacionamento com segurança** e considerou adequada a **nota 3**.

A Universidade possui contratos com empresas de Vigilância Patrimonial e Vigilância Eletrônica oriundos de licitações, para períodos de 60 meses, mas que são renovados a cada 12 meses.

CONTRATO N° 094/2008 (empresa ORSEVIG – Organização de Segurança e Vigilância Ltda.) – Contrato de Prestação de Serviços de Segurança Patrimonial, com fornecimento de mão de obra e a utilização dos equipamentos, estrutura física e pessoal de

apoio para as áreas internas e externas, de portaria, estacionamento, controle informatizado de chaves e de acesso de pessoas nos diversos campi da FURB e, eventualmente, em eventos promovidos pela FURB.

CONTRATO Nº 064/2009 (empresa ORSEVIG – Organização de Segurança e Vigilância Ltda.) - Contrato de prestação de serviços de monitoramento de vigilância eletrônica, com atendimento, acompanhando o controle de acesso durante 24 horas por dia de forma ininterrupta, para o Núcleo de Práticas Jurídicas da FURB.

CONTRATO Nº 067/2009 (empresa Back Serviços de Vigilância e Segurança Ltda.) - Contrato de prestação de serviços de vigilância eletrônica para diversos setores da FURB.

Além disso, há sistema de iluminação de emergência nos corredores e indicativo de saída.

A CPA entende que a **nota** para esse indicador **existência de um sistema de segurança interno (segurança patrimonial, iluminação e sinalizações de emergência, entre outros)** seja **4**.

Quanto à **conservação e manutenção das instalações sanitárias**, questionários aplicados a vários segmentos da comunidade universitária mostram que: Na opinião dos técnico-administrativos, **50%** avaliaram como **ADEQUADO**, enquanto que **29,4%** consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Na opinião dos docentes, **50,6%** avaliaram como **ADEQUADO**, enquanto que **20,3%** consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Já os alunos, **43,1%** avaliaram como **ADEQUADO**, enquanto que **25,7%** consideraram **“EVIDÊNCIA ACIDENTAL”**. A CPA entende que, de acordo com os resultados dos questionários, a **nota** seja **3**.

No caso dos **materiais essenciais de higiene pessoal**, questionários aplicados à comunidade universitária mostram que, na opinião dos técnico-administrativos, **46,3%** avaliaram como **ADEQUADO**, enquanto que **31,9%** consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Na opinião dos docentes, **49,4%** avaliaram como **ADEQUADO**, enquanto que **23,9%** consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Já os alunos, **40,5%** avaliaram como **ADEQUADO**, enquanto que **27,7%** consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**.

A CPA entende que, de acordo com os resultados dos questionários, a **nota** seja **3**.

## 7.5. BIBLIOTECA: ACERVO, SERVIÇOS E ESPAÇO FÍSICO

Com relação às instalações para o acervo da biblioteca, a CPA entende que estão em condições adequadas e asseguram a conservação dos livros e demais materiais.

Todavia, percebe-se que a biblioteca do Campus II necessita urgentemente ser readequada. Além do pouco espaço para disposição dos livros há o fato de ela estar mal

localizada ficando bem no meio da área de circulação/convivência do campus. A CPA entende que a **nota** para esse indicador **instalações para o acervo da Biblioteca em condições de armazenagem que assegurem a sua conservação** deve ser **4**. Quanto à **adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos individuais**, a Tabela 52 mostra várias questões perguntadas aos usuários com relação instalações na biblioteca;

**Tabela 52 - Instalações para estudos individuais na Biblioteca**

Instalações para estudos individuais na Biblioteca:	0	1	2	3	4	5
adequadas para número de usuários	3,8%	5,8%	21,4%	42,7%	16,8%	9,6%
em relação à iluminação.	3,9%	1,9%	8,7%	51,8%	19,5%	14,2%
em relação à ventilação.	3,9%	1,8%	10,8%	50,2%	20,3%	13,0%
em relação ao mobiliário.	3,5%	2,2%	14,5%	51,8%	17,5%	10,5%
em relação à limpeza?	3,3%	1,1%	3,6%	49,8%	24,2%	18,0%

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

No seminário de autoavaliação foi lembrado que, os resultados positivos do quadro acima referem-se a biblioteca central e que as bibliotecas setoriais dos outros campus não possuem espaço adequado para estudos individuais. A CPA entendeu que a **nota** do indicador deve ser **3**, pois atende ao referencial mínimo de qualidade.

Com relação à **adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos em grupo**, observa-se que na Biblioteca central e nas setoriais dos campi II e III existem espaços nos qual os alunos podem trabalhar em grupos, com ventilação, iluminação e mobiliário adequados. A

Tabela 53 também mostra a opinião dos alunos com relação este indicador.

**Tabela 53 - Dados referentes a questionários aplicados aos alunos sobre a biblioteca**

Instalações para estudos individuais na Biblioteca:	0	1	2	3	4	5
adequadas para número de usuários	3,6%	10,0%	24,0%	41,9%	12,4%	8,0%
em relação à iluminação.	4,0%	1,3%	7,5%	54,7%	19,8%	12,7%
em relação à ventilação.	4,2%	2,6%	11,9%	50,6%	18,8%	11,8%
em relação ao mobiliário.	3,8%	2,6%	15,1%	51,8%	17,2%	9,6%
em relação à limpeza?	3,5%	1,0%	5,1%	54,2%	21,6%	14,6%

Fonte: Questionário aplicado aos alunos

A CPA e os presentes no seminário de autoavaliação levantaram que no Campus II e III há problemas de espaço físico para estudos em grupo. No campus I poderia ser uma nota maior em função do espaço e qualidade. A **nota 3** foi a mais coerente.

Na Biblioteca central existem salas com isolamento acústico, no qual os alunos podem trabalhar em grupos, de forma adequada. Todavia, nos campi II e III não existem

espaços para estudos em grupo acusticamente isolados. Questionários aplicados aos alunos e professores mostram que: Na opinião dos alunos, **44,9%** avaliaram como **ADEQUADO**, enquanto que **14,7%** avaliaram como **MUITO ADEQUADO** e **6,8%** como **EXCELENTE**.

Já os professores, **51%** avaliaram como **ADEQUADO**, enquanto que **19,1%** avaliaram como **MUITO ADEQUADO**. Os alunos do Campus II e III se deslocam para o campus I (Biblioteca) para estudar nas salinhas individuais A **nota 4** foi considerada a mais coerente para o indicador **espaços isolados acusticamente e mobiliário adequado para estudo em grupo e que atendem às necessidades dos alunos e dos professores**.

Quanto ao **sistema informatizado para pesquisa do acervo, permitindo a consulta por, no mínimo, nome do autor, título e assunto**, O sistema da Biblioteca permite: - *Busca rápida*: (√) Assunto, (√) Autor, (√) Título; - *Busca avançada*: (√) Assunto, (√) Autor, (√) Título, (√) Expressão; - Busca numérica: Número da obra {permite também por código de barras-Administrativo}; Busca periódico por Títulos; Novas aquisições: Data inicial + Data final + Tipo (monografia, partitura, Balanço contábil, etc.). A CPA entende que o indicador está muito além do referencial mínimo e considerou **nota 5**.

Quanto ao **sistema informatizado de reserva de obras do acervo, inclusive pela internet**, A reserva de obras pode ser feita desde que não haja exemplares disponíveis da mesma na biblioteca (ou seja, os exemplares disponíveis já estão emprestados). A reserva é realizada nos terminais de consulta, no Serviço de Empréstimo ou pela internet. Uma vez devolvidas, as obras reservadas ficam à disposição do usuário que as reservou por 24h (os mesmos recebem um aviso por e-mail). É possível também reservar obras entre as bibliotecas. Para tanto, a obra requerida deve estar disponível na biblioteca de origem, possibilitando que o livro chegue até o usuário sem que ele se desloque entre os campi da FURB. A CPA entende que o indicador está muito além do referencial mínimo e considerou **nota 5**.

Quanto ao **serviço de empréstimo domiciliar para itens do acervo, ainda que com restrições (justificadas) entre tipos de materiais e categorias de usuários, com controle sistematizado**, A Biblioteca permite o empréstimo para alunos (ETevi, graduação, pós-graduação *Lato e Stricto Sensu*, EAD), docentes, servidores técnico-administrativo, aposentados, PROEP (terceira idade), convênio com a Polícia Militar, ex-alunos. As regras são: Docentes = 15 livros; Servidores TA e aposentados = 7 livros; PROEP, ex-alunos = 2 livros. As restrições de empréstimo consistem em: Obras raras: não há empréstimo; Coleção Especial (CE): podem ser emprestadas por um dia; Coleção de Reserva (CR): podem ser retiradas uma hora antes do encerramento do expediente da Biblioteca, devendo ser devolvidas até as 8h do próximo dia útil. A CPA entende que o indicador está muito além do referencial mínimo e considerou adequada a **nota 5**.

Quanto à **existência de serviço de consulta a bases de dados disponíveis diretamente na FURB ou via acesso remoto a recursos de outras IES** a universidade mantém:

- BTTD FURB – Biblioteca de teses e dissertações da FURB em texto completo.
- A FURB integra o consórcio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) nacional, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que gerencia a base de teses e dissertações eletrônicas produzidas nas Instituições de Ensino Superior brasileiras e promove a sua integração com a base internacional da *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* (NDLTD).
- Portal de periódicos da FURB, que apresenta os periódicos voltados para a divulgação da pesquisa e produção acadêmicas, ligados aos departamentos de graduação e programas de pós-graduação.
- Portal de periódicos da CAPES, que é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Conta com um acervo de cerca de 27 mil títulos com texto completo, 500 bases referenciais com resumo e/ou textos completos, nove bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, estatísticas, obras de referência, normas técnicas, arquivos abertos e redes de *e-prints*, teses e dissertações, conteúdo audiovisual e outras fontes.
- Link para o *SciELO – Scientific Electronic Library Online* (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha) é um modelo para a publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos na Internet. Especialmente desenvolvido para responder às necessidades da comunicação científica nos países em desenvolvimento e particularmente na América Latina e Caribe, o modelo proporciona uma solução eficiente para assegurar a visibilidade e o acesso universal a sua literatura científica.
- Link para *SciFinder Scholar* que é uma ferramenta de busca desenvolvida para ser utilizada pelo usuário final. Apresenta uma interface de fácil utilização, com ferramentas intuitivas, que permitem ao pesquisador executar suas próprias buscas, de forma eficiente e econômica.

Link para *Up To Date* que é uma grande comunidade clínica no mundo, dedicada a sintetizar conhecimento para clínicos e pacientes. Esta comunidade inclui mais de 4 mil médicos clínicos, com funções de autores, editores e revisores, e mais de 400 mil usuários. É baseada em evidências confiáveis e é imparcial. Fornece informações que não são influenciadas por interesses comerciais. A CPA entende que o indicador está muito além do referencial mínimo e considerou **nota 5**.

Quanto ao **horário de funcionamento da biblioteca compatível com os turnos dos cursos, inclusive aos sábados**, observa-se que os horários de funcionamento das bibliotecas, central e setoriais, são compatíveis com os turnos dos cursos, inclusive aos sábados. Temos que: Campus I = 2ª/6ª feira, 07h30 até às 22h; sábado das 08h até às 17h; Campus II = 2ª/6ª feira, 07h30 até às 22h; sábado das 08h até às 12h; Campus III = 2ª/6ª feira, 07h30 até às 20h30; sábado fechada. Segundo o diretor da Biblioteca, existem reclamações em relação ao horário do Campus I e II, referentes a não abrir 07h15 e fechar

mais tarde 22h30 – pouco antes e depois da aula. A CPA entende que o indicador está além do referencial mínimo e considerou **nota 4**.

Quanto ao **acesso a serviços de cópias de documentos internamente (ainda que não necessariamente no espaço físico da Biblioteca)**, observa-se que todas as unidades da Biblioteca Universitária (Biblioteca Central, Setorial Campus II e Setorial Campus III) disponibilizam acesso às fotocópias de documentos no espaço interno, porém de empresa terceirizada. A Central de Impressão, vinculada à DTI, também atende junto à Biblioteca Central, no Campus I. A CPA entende que o indicador está muito além do referencial mínimo e considerou **nota 5**.

Quanto à **existência de serviço de empréstimo entre bibliotecas**, observa-se Internamente que a FURB disponibiliza o serviço de empréstimo entre a Biblioteca Central e as setoriais (o aluno pode reservar o livro em qualquer uma das unidades da Biblioteca e a FURB faz a logística do mesmo). Entre Bibliotecas externas, existe o serviço de empréstimo entre as Bibliotecas das universidades do sistema ACADE e da UFSC, no qual a parte interessada pela obra arca com o custo do transporte (correios). Com a digitalização, tem-se utilizado como prática encaminhar eletronicamente parte da obra (capítulo ou um número de páginas – respeitando a legislação vigente – 10% da obra), sem custo. A CPA entende que o indicador está muito além do referencial mínimo e considerou **nota 5**.

Quanto à **oferta de serviços de comutação bibliográfica no país e no exterior**, a Biblioteca da FURB está integrada ao serviço de comutação e atende as demandas de toda comunidade acadêmica. A CPA entende que o indicador está muito além do referencial mínimo e considerou **nota 5**.

Quanto aos **programas de apoio aos alunos quanto à normalização dos trabalhos monográficos e o grupo de normas da ABNT para normalização de documentos, orientados por um(a) bibliotecário(a)**, a Biblioteca Universitária dispõe do serviço de apoio à normalização de trabalhos acadêmicos de maneira constante, atendendo também a agendamentos prévios. Salienta-se que este serviço é orientado por um dos membros da equipe de bibliotecários. No seminário de autoavaliação foram feitas algumas sugestões, entre elas: Manter um programa sistemático, junto com a PROEN, para treinamento da normalização de trabalhos e acesso aos portais; Inserir uma tabela com número de participantes de treinamentos na Biblioteca. Assim, a CPA entende que o indicador está além do referencial mínimo e considerou **nota 4**.

Quanto ao **número de servidores da biblioteca adequados ao número de usuários** a Biblioteca da FURB conta com servidores de nível superior, médio, estagiários e técnicos, conforme a Tabela 54. Os bibliotecários são os responsáveis técnicos pelos principais serviços da mesma. O número de servidores tem atendido a demandas de horários e número de usuários atuais. Em relação à legislação para quantidade de servidores para atender a comunidade está bastante adequado.

**Tabela 54 - Quadro geral de Pessoal Biblioteca (2010 e 2011)**

Cargos	Quantidade	
	2010	2011
Analista de Sistemas	1	1
Assistente Administrativo	3	3
Assistente Operacional	1	1
Auxiliar em Assuntos de Informática	2	1
Auxiliar de Serviços Administrativos	5	6
Auxiliar Administrativo I	1	1
Auxiliar de Biblioteca	13	13
Auxiliar de Encadernador	1	-
Bibliotecário	15	13
Encadernador	2	2
Técnico	1	1
Vigia	1	1
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>43</b>

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011- DGBP

A CPA entende que o indicador está muito além do referencial mínimo e considerou **nota 5**.

Quanto a **formação dos servidores da biblioteca adequada para atendimento aos usuários (responsáveis pela biblioteca e principais serviços têm curso de biblioteconomia e auxiliares técnicos tem, no mínimo, ensino médio)**, observa-se que a formação dos servidores da Biblioteca Universitária atende aos requisitos básicos, com responsáveis técnicos e auxiliares de Biblioteca com formação mínima de graduação (a exigência do cargo é nível médio, porém todos são graduados nas mais diversas áreas do conhecimento). Há também os profissionais com formação na área de informática (TI).

A CPA entende que o indicador está muito além do referencial mínimo e considerou **nota 5**.

A seguir tem-se o quadro com os indicadores e, logo depois, tem-se as considerações sobre os pontos fracos, os pontos fortes e as recomendações.

**Quadro 32 - Planilha Avaliativa - Dimensão 7**

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>7.1. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais.</b>						
7.1.1. Participação da comunidade nas políticas de espaço físico.			x			
7.1.2. Existência de um Plano Diretor (espaço físico) nos documentos oficiais (PDI).		x				
7.1.3. <b>Coerência entre a execução do Plano Diretor (espaço físico) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).</b>			x			
7.1.4. Existência de Plano de manutenção e conservação das instalações físicas nos documentos oficiais				x		

7.1.5. <b>Coerência entre</b> a manutenção e a conservação das instalações físicas <b>e as políticas constantes</b> nos documentos oficiais.				x		
7.1.6. <b>Existência de diretrizes</b> de adequação do espaço físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes) nos documentos oficiais.			x			
7.1.7. <b>Coerência entre a adequação</b> do espaço físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes) <b>e as políticas constantes</b> nos documentos oficiais.				x		
7.1.8. Existência de diretrizes ao acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia e internet e intranet nos documentos oficiais.				x		
7.1.9. <b>Coerência entre</b> a utilização de equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia e internet e intranet <b>e as políticas constantes</b> nos documentos oficiais.					x	
7.1.10. Existência de Plano de expansão e atualização dos <i>softwares</i> nos documentos oficiais.		x				
7.1.11. <b>Coerência entre</b> a expansão e atualização dos <i>softwares</i> <b>e as políticas constantes</b> nos documentos oficiais.			x			
7.1.12. Existência de Plano de expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores nos documentos oficiais.			x			
7.1.13. <b>Coerência entre</b> a expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores <b>e as políticas constantes</b> nos documentos oficiais.			x			
7.1.14. Existência de um <b>Plano de manutenção</b> preventiva e corretiva dos equipamentos nos documentos oficiais.		x				
7.1.15. Coerência entre as práticas de manutenção realizadas nos equipamentos e as políticas constantes nos documentos oficiais.			x			
7.1.16. Existência de normas de segurança para os laboratórios e instalações especiais.				x		
7.1.17. Existência de Plano de aquisição, expansão e/ou atualização do acervo da Biblioteca, considerando as propostas pedagógicas dos cursos e as prioridades para as bibliografias básicas e complementares.					x	
7.1.18. Coerência entre as práticas de aquisição, expansão e atualização do acervo coerentes com as Políticas constantes na instituição.					x	
<b>7.2. Instalações gerais: espaço físico</b>						
7.2.1. Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função do número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário, limpeza.				x		
7.2.2. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para coordenadores de curso (gabinete de trabalho).				x		

7.2.3. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para chefes de departamento (gabinete de trabalho).				x		
7.2.4. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores).					x	
7.2.5. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para os docentes tempo integral (gabinete de trabalho)				x		
7.2.6. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: existência de espaço disponível para reuniões (para colegiados e departamentos).				x		
7.2.7. Adequação das instalações para pleno desenvolvimento das atividades administrativas: secretaria, direção, Praça de atendimento ao aluno e Protocolo, tesouraria.					x	
7.2.8. Adequação das instalações às condições de acesso para os portadores de necessidades especiais temporários e permanentes (rampas com inclinação adequada, elevadores com espaço suficiente para cadeiras de rodas, instalações sanitárias apropriadas, vagas especiais de estacionamento, de acordo com as exigências legais).			x			
7.2.9. Adequação do espaço físico às atividades de extensão.				x		
7.2.10. Adequação do espaço físico às atividades de pesquisa.				x		
7.2.11. Existência e adequação de espaço de convívio da comunidade acadêmica.				x		
7.2.12. Coerência entre o número de alunos e a capacidade de laboratórios existentes (de acordo com as normas de segurança).				x		
7.2.13. Adequação da localização e funcionalidade das instalações sanitárias.				x		
<b>7.3. Instalações gerais: equipamentos</b>						
7.3.1. Existência de acesso à internet adequado ao desenvolvimento das atividades dos coordenadores de curso, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.				x		
7.3.2. Existência de acesso à internet adequado ao desenvolvimento das atividades dos chefes de departamentos, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.				x		
7.3.3. Existência de acesso à internet adequado ao desenvolvimento das atividades dos docentes, com equipamentos de informática próprio ou da FURB				x		
7.3.4. Adequação da infraestrutura de informática, com acesso à internet e intranet e em número suficiente ao pleno desenvolvimento das atividades dos alunos (ensino, pesquisa e extensão).				x		

7.3.5. Recursos audiovisuais e de multimídia em número suficiente para atender as necessidades docentes no desenvolvimento de suas atividades.					x	
7.3.6. Rede de comunicação (internet e intranet) com porte compatível com as atividades administrativas desenvolvidas.				x		
7.3.7. Adequação dos equipamentos e mobiliários aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes).		x				
7.3.8. Adequação dos equipamentos audiovisuais, de informática e dos laboratórios específicos, às atividades de ensino.					x	
7.3.9. Adequação dos equipamentos de informática e dos laboratórios específicos às atividades de pesquisa.					x	
7.3.10. Adequação dos equipamentos às atividades de extensão.				x		
7.3.11. Existência de equipamentos de segurança na FURB, principalmente disponíveis nos laboratórios e instalações especiais.					x	
<b>7.4. Instalações gerais: serviços</b>						
7.4.1. Práticas de manutenção e conservação (próprio e/ou terceirizado) do espaço físico consolidadas e em funcionamento.				x		
7.4.2. Práticas consolidadas e em funcionamento de manutenção e conservação dos equipamentos (próprio e/ou terceirizado).				x		
7.4.3. Existência na FURB de apoio logístico para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas (reservas e distribuição de equipamentos de informática, audiovisuais e multimídia; organização e reprodução de materiais didáticos; transporte para as atividades de campo).					x	
7.4.4. Sinalização para facilitar o deslocamento interno.				x		
7.4.5. Sinalização para acessar aos diversos campi.		x				
7.4.6. Disponibilidade de estacionamento com segurança.				x		
7.4.7. Existência de um sistema de segurança interno (segurança patrimonial, iluminação e sinalizações de emergência, entre outros).					x	
7.4.8. Conservação e manutenção das instalações sanitárias.				x		
7.4.9. Materiais essenciais de higiene pessoal.				x		
<b>7.5. Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico.</b>						
7.5.1. Instalações para o acervo da Biblioteca em condições de armazenagem que assegurem a sua conservação.					x	
7.5.2. Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos individuais.				x		
7.5.3. Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos em grupo.				x		

7.5.4. Espaços isolados acusticamente e mobiliário adequado para estudo em grupo e que atendem às necessidades dos alunos e dos professores.					x	
7.5.5. Sistema informatizado para pesquisa do acervo, permitindo a consulta por, no mínimo, nome do autor, título e assunto.						x
7.5.6. Sistema informatizado de reserva de obras do acervo, inclusive pela internet.						x
7.5.7. Serviço de empréstimo domiciliar para itens do acervo, ainda que com restrições (justificadas) entre tipos de materiais e categorias de usuários, com controle sistematizado.						x
7.5.8. Existência de serviço de consulta a bases de dados disponíveis diretamente na FURB ou via acesso remoto a recursos de outras IES.						x
7.5.9. Horário de funcionamento da biblioteca compatível com os turnos dos cursos, inclusive aos sábados.					x	
7.5.10. Acesso a serviços de cópias de documentos internamente (ainda que não necessariamente no espaço físico da Biblioteca).						x
7.5.11. Existência de serviço de empréstimo entre bibliotecas						x
7.5.12. Oferta de serviços de comutação bibliográfica no país e no exterior.						x
7.5.13. Programas de apoio aos alunos quanto à normalização dos trabalhos monográficos e o grupo de normas da ABNT para normalização de documentos, orientados por um(a) bibliotecário(a).					x	
7.5.14. Número de servidores da biblioteca adequados ao número de usuários.						x
7.5.15. Formação dos servidores da biblioteca adequados para atendimento aos usuários (responsáveis pela biblioteca e principais serviços têm curso de biblioteconomia e auxiliares técnicos tem, no mínimo, ensino médio).						x

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

**Quadro 33 – Pontos positivos, fragilidades e recomendações da Dimensão 7****Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 7:**

- Coerência entre a utilização de equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia e internet e intranet e as políticas constantes nos documentos oficiais.
- Existência de Plano de aquisição, expansão e/ou atualização do acervo da Biblioteca, considerando as propostas pedagógicas dos cursos e as prioridades para as bibliografias básicas e complementares.
- Coerência entre as práticas de aquisição, expansão e atualização do acervo com as Políticas constantes na instituição.
- Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores).
- Adequação das instalações para pleno desenvolvimento das atividades administrativas: secretaria, direção, Praça de atendimento ao aluno e Protocolo, tesouraria.
- Existência de acesso à internet adequado ao desenvolvimento das atividades dos docentes, com equipamentos de informática próprios, ou da FURB.
- Recursos audiovisuais e de multimídia em número suficiente para atender as necessidades docentes no desenvolvimento de suas atividades
- Adequação dos equipamentos audiovisuais, de informática e dos laboratórios específicos, às atividades de ensino.
- Adequação dos equipamentos de informática e dos laboratórios específicos às atividades de pesquisa.
- Existência de equipamentos de segurança na FURB, principalmente disponíveis nos laboratórios e instalações especiais.
- Existência na FURB de apoio logístico para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas (reservas e distribuição de equipamentos de informática, audiovisuais e multimídia; organização e reprodução de materiais didáticos; transporte para as atividades de campo).
- Existência de um sistema de segurança interno (segurança patrimonial, iluminação e sinalizações de emergência, entre outros).
- Instalações para o acervo da Biblioteca em condições de armazenagem que assegurem a sua conservação.
- Espaços isolados acusticamente e mobiliário adequado para estudo em grupo e que atendem às necessidades dos alunos e dos professores.
- Sistema informatizado para pesquisa do acervo, permitindo a consulta por, no mínimo, nome do autor, título e assunto.
- Sistema informatizado de reserva de obras do acervo, inclusive pela internet.
- Serviço de empréstimo domiciliar para itens do acervo, ainda que com restrições (justificadas) entre tipos de materiais e categorias de usuários, com controle sistematizado.
- Existência de serviço de consulta a bases de dados disponíveis diretamente na FURB ou via acesso remoto a recursos de outras IES.
- Horário de funcionamento da biblioteca compatível com os turnos dos cursos, inclusive aos sábados.
- Acesso a serviços de cópias de documentos internamente (ainda que não necessariamente no espaço físico da Biblioteca).

- Existência de serviço de empréstimo entre bibliotecas
- Oferta de serviços de comutação bibliográfica no país e no exterior.
- Programas de apoio aos alunos quanto à normalização dos trabalhos monográficos e o grupo de normas da ABNT para normalização de documentos, orientados por um(a) bibliotecário(a).
- Programas de apoio aos alunos quanto à normalização dos trabalhos monográficos e o grupo de normas da ABNT para normalização de documentos, orientados por um(a) bibliotecário(a).
- Número de servidores da biblioteca adequados ao número de usuários
- Formação dos servidores da biblioteca adequados para atendimento aos usuários (responsáveis pela biblioteca e principais serviços têm curso de biblioteconomia e auxiliares técnicos tem, no mínimo, ensino médio).

**Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 7:**

- Participação da comunidade nas políticas de espaço físico.
- Existência de um Plano Diretor (espaço físico) nos documentos oficiais (PDI).
- Coerência entre a execução do Plano Diretor (espaço físico) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).
- Existência de Plano de manutenção e conservação das instalações físicas nos documentos oficiais
- Coerência entre a manutenção e a conservação das instalações físicas e as políticas constantes nos documentos oficiais.
- Existência de diretrizes de adequação do espaço físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes) nos documentos oficiais.
- Coerência entre a adequação do espaço físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes) e as políticas constantes nos documentos oficiais.
- Existência de diretrizes ao acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia e internet e intranet nos documentos oficiais.
- Existência de Plano de expansão e atualização dos *softwares* nos documentos oficiais.
- Coerência entre a expansão e atualização dos *softwares* e as políticas constantes nos documentos oficiais.
- Existência de um Plano Diretor (espaço físico) nos documentos oficiais (PDI).
- Existência de um plano de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos nos documentos oficiais
- Coerência entre as práticas de manutenção realizadas nos equipamentos e as políticas constantes nos documentos oficiais.
- Existência de normas de segurança para os laboratórios e instalações
- Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função do número de usuários, acústica, iluminação.

- Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para coordenadores de curso (gabinete de trabalho).
- Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para chefes de departamento (gabinete de trabalho).
- Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: existência de espaço disponível para reuniões (para colegiados e departamentos).
- Adequação das instalações às condições de acesso para os portadores de necessidades especiais temporários e permanentes (rampas com inclinação adequada, elevadores com espaço suficiente para cadeiras de rodas, instalações sanitárias apropriadas, vagas especiais de estacionamento, de acordo com as exigências legais
- Adequação do espaço físico às atividades de extensão
- Adequação do espaço físico às atividades de pesquisa.
- Existência e adequação de espaço de convívio da comunidade acadêmica.
- Coerência entre o número de alunos e a capacidade de laboratórios existentes (de acordo com as normas de segurança).
- Adequação da localização e funcionalidade das instalações sanitárias.
- Existência de acessos à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos coordenadores de curso, com equipamentos de informática próprios ou da FURB.
- Existência de acessos à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos chefes de departamentos, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.
- Adequação da infraestrutura de informática, com acesso à internet e intranet e em número suficiente ao pleno desenvolvimento das atividades dos alunos (ensino, pesquisa e extensão
- Rede de comunicação (internet e intranet) com porte compatível com as atividades administrativas desenvolvidas
- Adequação dos equipamentos e mobiliários aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes).
- Adequação dos equipamentos às atividades de extensão.
- Práticas de manutenção e conservação (próprio e/ou terceirizado) dos espaços físicos consolidados e em funcionamento
- Práticas consolidadas e em funcionamento de manutenção e conservação dos equipamentos (próprio e/ou terceirizado)
- Sinalização para facilitar o deslocamento interno
- Sinalização para acessar aos diversos Campi
- Disponibilidade de estacionamento com segurança.
- Conservação e manutenção das instalações sanitárias.
- Materiais essenciais de higiene pessoal.
- Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação,

mobiliário e limpeza) para estudos individuais.

- Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos em grupo.

#### **Recomendações da CPA sobre a Dimensão 7**

- Envolver a comunidade universitária no processo de elaboração do Plano Diretor de Espaço Físico.
- Envolver os usuários nas decisões relacionadas à Espaço Físico.
- Analisar se as competências dos Conselhos de Usuários dos campi I, II e III estão sendo aplicadas;
- Atender as demandas de Espaço físico existentes que chegam via protocolo eletrônico.
- Estabelecer uma política institucional de espaço físico (Plano Diretor)
- Estabelecer um plano de manutenção e conservação das instalações físicas.
- Estabelecer no orçamento um valor (%) e prazo para execução dos trabalhos de ampliação, modernização e recuperação das salas de aula e laboratórios.
- Institucionalizar as diretrizes (constar em documentos oficiais/ PDI), de adequação do Espaço Físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes);
- Elaborar um Plano Diretor de Tecnologia da Informação.
- Definir no PDI metas de recuperação da infraestrutura laboratorial, definindo recursos e prazos para que as metas sejam atingidas;
- Prever no PDI e no Plano departamental um Plano específico de expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores;
- Prever nos documentos oficiais um plano de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.
- Estabelecer no plano recursos e prazos.
- Disponibilizar legislação existente sobre segurança
- Elaborar uma normatização para segurança de laboratórios e instalações especiais da FURB.
- Incluir no PDI a política de segurança.
- Realizar um estudo (Laudo Ambiental) sobre as questões da acústica, iluminação, ventilação, etc. nas salas de aulas.
- Adequar os espaços físicos às atividades acadêmico-administrativas para instalações de coordenadorias de cursos, chefias de departamentos, para docentes de Regime de Tempo Integral e para reuniões, conforme os indicadores de excelência na avaliação de cursos e avaliação institucional (MEC).
- Melhorar a inclinação das rampas de acesso, colocar Braile nas salas (de ensino, administrativos, banheiros, etc.).
- Melhorar a adequação dos equipamentos e mobiliários aos portadores de necessidades

especiais (na visão dos presentes no seminário somente o elevador é um equipamento adequado).

- Desenvolver políticas que assegurem a ampliação de Espaços Físicos para as atividades de extensão e de pesquisa.
- Propor no Plano Diretor de Espaço Físico a ampliação de espaço de convivência da comunidade acadêmica.
- Criar espaços alternativos para convivência; utilizar as áreas verdes da universidade com baixo impacto ambiental.
- Verificar a funcionalidade das instalações sanitárias no que tange a abertura de portas e aos usuários deficientes (altura da pia, por exemplo).
- Verificar a disponibilidade de acessos à rede e possibilidade de ampliação, especialmente no horário de maior utilização.
- Adequar o mobiliário aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes), conforme a necessidade.
- Promover, junto ao curso de graduação em Design, a elaboração de mobiliário adequado às necessidades dos PNE (T e P).
- Acompanhar as Ordens de Serviço geradas e registrar os serviços concluídos e em que prazos foram executados.
- Melhorar a sinalização dos campi, especialmente para deslocamento interno.
- Elaborar o Manual de Sinalização da Universidade, padronizando modelo, cores, etc, das placas.
- Considerar na sinalização a questão da internacionalização (outros idiomas) bem como de deficiências (Braile por ex.).
- Melhorar a Sinalização para acessar os diversos Campi.
- Divulgar e incentivar o uso do estacionamento da Max Hering (parceria da FURB) que geralmente não está lotado.
- Realizar periodicamente um levantamento sobre a conservação e as necessidades de manutenção das instalações sanitárias existentes.
- Adequar as instalações das bibliotecas setoriais (Campus II e III) ao padrão da Biblioteca Central (Campus I) para estudos individuais e em grupos.

#### **Comentários da CPA:**

O resultado da avaliação da dimensão 7 mostra que a **infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais** encontra-se abaixo do referencial mínimo de qualidade. As fragilidades encontradas, **pontos frágeis** levaram a CPA a fazer as seguintes recomendações: estabelece uma política institucional de espaço físico

(Plano Diretor), (o PDI não traz um Plano Diretor com diretrizes claras); estabelecer um plano de manutenção e conservação das instalações físicas, (no PDI existem metas prevendo a ampliação, modernização e recuperação das salas de aula e laboratórios, porém não existem previsões orçamentárias nem prazo para execução dos trabalhos); institucionalizar as diretrizes (consta em documentos oficiais - PDI), de adequação do Espaço Físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes); Elaborar um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (o atual PDI não trata da expansão e atualização dos *softwares*); *prevê no PDI um Plano específico de expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores (a meta do atual PDI para recuperar a infraestrutura laboratorial não define recursos nem prazos para que a meta seja atingida); prevê, nos documentos oficiais, um plano de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.(o programa de recuperação apresentado no atual PDI é generalista e, não estabelece recursos nem prazos).*

Quanto às **instalações gerais: espaço físico** a CPA constatou que a instituição esta atendendo o referencial mínimo de qualidade sendo que para alguns indicadores está além deste referencial. A planilha avaliativa, o quadro pontos frágeis, bem como os textos explicativos de cada indicador podem ser usados como referência do porque a instituição foi avaliada desta forma. Deste conjunto de indicadores a CPA recomenda que seja feito uma melhor adequação das instalações às condições de acesso para os portadores de necessidades especiais temporários e permanentes Sugestões levantadas no seminário mostram que a Instituição deve melhorar a inclinação das rampas de acesso, colocar Braile nas salas (de ensino, administrativos, banheiros, etc.).

Quanto às **instalações gerais: equipamentos**, a CPA constatou também que a instituição esta atendendo o referencial mínimo de qualidade sendo que para alguns indicadores está além deste referencial. A planilha avaliativa, o quadro pontos frágeis, bem como os textos explicativos de cada indicador podem ser usados também como referência do porque a instituição foi avaliada desta forma. Deste conjunto de indicadores a CPA recomenda que seja melhorada a adequação dos equipamentos e mobiliários aos portadores de necessidades especiais (na visão dos presentes no seminário somente o elevador é um equipamento adequado. O mobiliário é padrão e os demais equipamentos não são adequados).

Quanto às **instalações gerais: serviços** a CPA constatou também que a instituição esta atendendo o referencial mínimo de qualidade sendo que para alguns indicadores está além deste referencial. A planilha avaliativa, o quadro pontos frágeis, bem como os textos explicativos de cada indicador podem ser usados também como referência do porque a instituição foi avaliada desta forma. Deste conjunto de indicadores a CPA recomenda apenas que a Sinalização para acessar os diversos Campi seja melhorada (a CPA lembra que esta recomendação é recorrente e que já tinha sido citada no primeiro relatório de autoavaliação).

Quanto à **biblioteca: acervo, serviços e espaço físico**, a CPA constatou que a instituição esta além do referencial mínimo de qualidade na grande maioria dos indicadores. A planilha avaliativa, o quadro pontos frágeis, bem como os textos explicativos de cada indicador podem ser usados também como referência do porque a instituição foi avaliada desta forma. Outros pontos importantes também podem ser observados na descrição de cada indicador.

## CAPÍTULO 8 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

A dimensão “planejamento e avaliação” compõe-se de dezoito indicadores, divididos em três grandes grupos que compreendem desde o planejamento institucional, passando pela autoavaliação institucional e finalizando no planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.

Em comparação com o procedimento de autoavaliação relativo ao triênio 2006 – 2008 podem-se perceber os avanços significativos no processo atual, principalmente no que tange a conclusão e oficialização do PDI em 2010.

Também é fato que o processo de autoavaliação institucional da FURB já está enraizado na comunidade acadêmica, facilitando ações pontuais de planejamento a partir de resultados obtidos por processos específicos de avaliação nos diferentes níveis institucionais.

Analisando a documentação pertinente a esta dimensão ficou evidente que a FURB faz uso dos resultados de sua autoavaliação institucional, bem como das recomendações desta comissão no desenvolvimento ou reordenação de suas ações acadêmico-administrativas, buscando constantemente o desenvolvimento da instituição.

De acordo com o relatório anterior (2006 – 2008), a FURB tem no Planejamento Estratégico um documento norteador de sua missão, metas e objetivos. A Universidade possui também seu estatuto que orienta de suas finalidades e sua estrutura organizacional além do PPP do Ensino da Graduação que é o definidor das diretrizes pedagógicas da FURB.

O atual Planejamento Estratégico deverá ser revisado a partir de 2013, pois sua vigência findou em 2012, todavia estando dentro do período de análise deste relatório acaba por nortear seus objetivos estratégicos a partir de projetos estratégicos geridos por grupos.

Conforme citado no relatório anterior a FURB é baseada em gestão colegiada e princípios democráticos na indicação de seus gestores, manifestada por eleições para a maioria dos cargos em todos os níveis hierárquicos, como por exemplo: Reitor e Vice-reitor, Diretores e Vice-diretores de Centro, Chefes de Departamentos, Coordenadores de Colegiados de Curso, membros para Conselhos de Centro, representantes dos Centros no CEPE e CONSUNI, Colegiados de curso, Comitês, Comissões e outros órgãos, o que legitima a participação desses gestores como representantes da comunidade universitária nas decisões e no planejamento da Instituição.

O órgão responsável pela construção e acompanhamento do Planejamento e por ter um vínculo direto com o processo de avaliação institucional é a Coordenadoria de Planejamento - COPLAN, órgão de assessoria da reitoria da instituição. A COPLAN é responsável pela análise da evolução da universidade e pela proposição à reitoria, de políticas, diretrizes e metas para o desenvolvimento das ações no campo físico, administrativo e econômico financeiro da instituição.

Apesar de a instituição ter se alinhado ao programa do SINAES, algumas atividades avaliativas, previstas no seu programa interno (Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau – PAIURB), em vigor até então, e aprovado pela Resolução N°. 116/2001, conduzidas pela COMAVI, no entanto, não foram absorvidas pela CPA e continuaram sendo desenvolvidas, atendendo alguns dispositivos da Resolução N°. 146/2000 e da Resolução N°. 47/2004.

Quanto ao projeto de Avaliação Institucional, a FURB tem uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituída e registrada no INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais). Ela contempla membros dos diversos segmentos da comunidade interna. O seu projeto de regulamento, Resolução N°. 14/2005, alterada pela Resolução N°. 20/2005 foi obtido através da participação da comunidade universitária, através de seminários organizados, reuniões dos órgãos e colegiados constituídos.

### 8.1. PLANEJAMENTO GERAL

Em relação ao indicador **coerência entre o Planejamento Estratégico e/ou PDI e as ações desenvolvidas pela FURB** constatou-se coerência entre as ações desenvolvidas e o previsto nos documentos oficiais da instituição. Todavia, o acompanhamento das metas através das Avaliações Gerenciais Mensais não se mostrou eficaz devido a falta de quantificação das metas. Constatou-se que a maior dificuldade está em medir as ações desenvolvidas em função das limitações na construção do PDI. Portanto, após o seminário realizado em conjunto com a comunidade acadêmica, decidiu-se por atribuir **nota 3** a este indicador.

Sobre o item **articulação entre os diferentes níveis de planejamento e o planejamento geral**, verificou-se que alguns departamentos ainda não possuem seu plano departamental, sendo esse o documento essencial de planejamento dos departamentos, outros foram constituídos sem considerar o Planejamento Estratégico da instituição e ainda sem considerar o Plano de Desenvolvimento Institucional da FURB. A universidade, a partir de sua coordenação maior (reitoria), tem se esforçado para que esta articulação seja exitosa promovendo a discussão do planejamento universitário, porém conforme definido no seminário de autoavaliação institucional, concluiu-se que existe falta de articulação entre o planejamento setorial e geral. Desta forma a **nota 2** foi definida para este indicador. Observa-se que essa nota vem decrescendo desde o primeiro processo de autoavaliação institucional.

No que se refere ao indicador **existência de metas no PDI e respectivo cronograma de execução** verifica-se a existência de planejamento por área com objetivos e metas definidos (conforme o Quadro 34 abaixo), porém a ausência de um cronograma de execução destas metas torna esse indicador deficiente. Embora durante o seminário tenha-

se sugerido que o cronograma (prazo) de execução seja 2015 em virtude da validade do PDI (2010 – 2015), entende-se que o ideal seja seguir a recomendação do SINAES e, portanto, a **nota 2** seria a mais adequada.

#### Quadro 34 - Objetivos, metas e ações previstas no PDI

<b>PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO INSTITUCIONAL</b>
<b>Objetivo:</b> Profissionalizar e dar agilidade ao processo de gestão mantendo a participação democrática.
<b>Metas:</b> Qualificar conselheiros. Melhorar o processo decisório.
<b>Ações:</b> Redesenhar o processo decisório previsto nos estatuto e regimento, procurando dar maior agilidade; Redesenhar a estrutura administrativa conforme o processo de gestão necessite.

Fonte: PDI

## 8.2. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Para o indicador **existência de programa de avaliação institucional anterior ao SINAES** a Resolução 116/2001 dispõe sobre a criação e regulamentação do Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau – PAIURB.

Esse Programa estava sob a responsabilidade das seguintes instâncias:

I - Reitoria, como órgão de localização e responsabilidade pela implantação e manutenção do Programa, tendo em vista a sua execução;

II - Pró-reitorias, como órgãos de supervisão das atividades do Programa;

III – da COMAVI, como órgão planejador e executor das ações.

Em 2005, a Universidade criou a CPA, alinhando o programa de avaliação às propostas do SINAES.

Assim, entende que havia um processo anterior de avaliação institucional e a **nota** para esse indicador deva ser **5**.

No indicador **existência de política/ regulamentação institucional para o processo de autoavaliação** a Resolução 14/2005 reformula o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau – PAIURB e cria a CPA, alinhando o programa de avaliação às propostas do SINAES.

Essa resolução define a avaliação institucional, regulamenta os princípios, as diretrizes, os objetivos, as responsabilidades das unidades envolvidas, as competências da CPA e seu funcionamento.

A Resolução 20/2005 altera dispositivos da Resolução nº 14/2005 (em relação à composição da comissão).

Assim, entende-se que há regulamentação institucional para esse processo e a **nota** deva ser **5**.

Dando continuidade à análise da dimensão 8, o indicador **existência de um processo sistemático de autoavaliação institucional** destaca-se que a FURB possui um Programa de Avaliação Institucional redimensionado e aprovado em 2005 (pela Resolução 14/2005), porém, seu processo teve seu início em 1995.

A autoavaliação institucional da FURB é conduzida pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, com base nos princípios e dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina - CEE/SC. O mesmo é realizado conforme a orientação e legislação desses órgãos, ou seja, sistematicamente a cada 3 anos.

A avaliação institucional é um processo contínuo de análise e compreensão de dados sobre a realidade da Instituição que se efetiva pela atribuição de significados, por toda a comunidade universitária e membros da comunidade externa, a um conjunto de dados e informações, coletados de forma sistemática e ampla, sobre os aspectos que determinam a finalidade de existência da Instituição.

A CPA entende que o processo está institucionalizado e a **nota** deve ser **5**.

No que diz respeito ao indicador **existência de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) cuja composição é representativa da comunidade acadêmica (servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e representações externas)**, o Quadro 35 mostra a composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Regional de Blumenau:

#### Quadro 35 - Composição da comissão de avaliação institucional

<b>Representantes da comunidade interna:</b>
- <b>Docentes:</b> 1 docente de cada Unidade Universitária (CCJ; CCE; CCSA; CCT; CCS; CCEN e CCHC)
- <b>Discentes:</b> 2 representantes, indicados pelo DCE.
- <b>Servidores técnico-administrativos:</b> 2 indicados pela Reitoria e 2 indicados pelo SINSEPES;
- <b>Representantes da comunidade externa:</b> 1 indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores e 1 pelo Sindicato Patronal;
- <b>Equipe de assessoria técnico-administrativa:</b> 1 analista de sistemas.

Fonte: Resolução 14/2005/ Reitoria.

A CPA entende que esse indicador é totalmente atendido e a **nota** deva ser **5**.

Com relação ao indicador **conhecimento do processo de autoavaliação pela comunidade interna e externa** foram encaminhadas pesquisas a esses públicos que tiveram os seguintes resultados: De acordo com a opinião dos técnico-administrativos, **50%** avaliaram como **ADEQUADO**, 27,5% consideraram “EVIDÊNCIA ACIDENTAL”. Na opinião dos docentes, **47%** avaliaram como **ADEQUADO**, 31,1% consideraram **EVIDÊNCIA**

**ACIDENTAL.** Na opinião dos alunos, **52,6%** avaliaram como **ADEQUADO**, 17,5% consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Na opinião da gestão superior, **68,8%** avaliaram como **ADEQUADO**, 18,8% consideraram “EXCELENTE”. Na opinião da gestão setorial, **56,7%** avaliaram como **ADEQUADO**, 23,3% consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**.

A partir dos resultados, obtidos pela comunidade interna atribuiu-se a **nota 2** ao indicador.

O indicador **mecanismos de participação regular e sistemática da comunidade acadêmica (servidores docentes e técnico-administrativos e alunos) nas etapas do processo de autoavaliação juntamente com a CPA**, a comissão própria de avaliação tem buscado integrar a participação da comunidade acadêmica, de forma regular e sistemática, através da proposição e aplicação de questionários em que se obtém a coleta e obtenção dos dados que embasam a avaliação, além da análise documental. Também nos seminários a comunidade é convidada a participar direta e significativa do processo. Cabe ressaltar que falta uma cultura institucional de avaliação e autoavaliação, onde a comunidade efetivamente “pare” para esse processo. A participação ainda é pequena em relação ao número de pessoas da comunidade universitária. Porém a CPA entende que a instituição está atendendo além do referencial de qualidade e considera que a **nota 4** seja a mais adequada.

No indicador **informações correspondentes ao processo de autoavaliação acessíveis à comunidade acadêmica** todas as informações relativas aos processos avaliativos estão disponíveis na página institucional, no site da FURB.

<http://www.furb.br/web/1653/institucional/avaliacao-institucional/apresentacao>

Além disso, a Resolução 14/2005, que regulamenta o processo de autoavaliação, pode ser consultada publicamente. A CPA entende que a **nota** deva ser **5**.

Com relação ao indicador **divulgação dos resultados da autoavaliação para a comunidade acadêmica** existe ampla divulgação, considerando que os Relatórios de autoavaliação estão disponíveis no site da FURB. Ainda, são disponibilizados também à comunidade o documento denominado Balanço Crítico em que se analisam as ações que foram tomadas pela gestão universitária em relação às recomendações dadas durante o processo avaliativo. Os mesmos podem ser acessados através do link:

<http://www.furb.br/web/1653/institucional/avaliacao-institucional/apresentacao>

[Balanço crítico do processo de autoavaliação 2006-2008](#)

[Balanço crítico do processo de autoavaliação 2001-2005](#)

[Relatório de autoavaliação institucional 2006-2008](#)

[Relatório de autoavaliação institucional 2001-2005](#)

Ainda, a CPA realiza a apresentação dos resultados ao colegiado da Reitoria, e também nas reuniões das unidades universitárias através de agendamento. Desta forma, para esse indicador a **nota** é **5**.

No que tange ao indicador **coerência entre os resultados (conceitos) da Avaliação Externa e da autoavaliação** o Quadro 36 apresenta esses resultados e, em função do apresentado a **nota** para o referido indicador é **5**.

**Quadro 36 - Conceitos da avaliação externa 2010.**

<b>Dimensões SINAES</b>	<b>CPA</b>	<b>CEE/SC</b>
1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	3,87	3,50
2 – A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa e a extensão.	3,60	4,00
3 – A responsabilidade social	3,96	4,75
4 – A comunicação com a sociedade	3,77	4,00
5 – Políticas de pessoal	3,77	3,33
6 – Organização e gestão da FURB	4,15	4,50
7 – Infraestrutura física	3,79	4,20
8 – Planejamento e Avaliação	4,10	4,33
9 – Políticas de atendimento a estudantes e egressos	4,09	4,00
10 – Sustentabilidade financeira	4,06	3,67
<b>RESULTADO GERAL</b>	<b>3,82</b>	<b>3,92</b>

Fonte: PROEN

O indicador **existência de estudos ou ações regulares que promovam a articulação entre os resultados das avaliações externas (MEC ou CEE/SC) com os da autoavaliação** na FURB existem ações de melhoria junto os Projetos Pedagógicos, com base nas avaliações externas (recomendações do CEE/SC).

Com relação à avaliação institucional, em 2011, a COPLAN realizou um estudo procurando alinhar os conceitos dados pelo MEC e os conceitos dados pela CPA, recomendando ações no Seminário de Planejamento da Reitoria. Trata-se de um estudo específico, porém ainda não institucionalizado. Em vista disso, considera-se que o alinhamento ainda não existe. A partir daí a **nota** atribuída foi **2**.

### 8.3. PLANEJAMENTO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS A PARTIR DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES (INTERNA E EXTERNA)

No que diz respeito ao indicador **utilização dos resultados da autoavaliação institucional e das recomendações da CPA no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas voltadas para o desenvolvimento da FURB** são apresentados os dados no

---

Quadro 37, obtidos a partir de pesquisa da CPA.

**Quadro 37 - Ações tomadas pela instituição em decorrência dos dados levantados pela CPA**

<b>Ações administrativas iniciadas a partir da Autoavaliação (2006/2008)</b>
- <b>Recomendações feitas no Balanço Crítico:</b> = 60 recomendações/ pontos frágeis
- <b>Ações desenvolvidas pela Instituição:</b> = 169 ações iniciadas
<b>Resultados:</b> - 10 ações não foram iniciadas (0%); 44 ações oscilaram entre 10% e 70 % do proposto inicialmente; 115 ações foram concluídas (100%);
<b>Ações Acadêmicas (Graduação e Pós-Graduação) iniciadas a partir da Autoavaliação (2006/2008)</b>
- <b>Recomendações feitas no Balanço Crítico:</b> 14 recomendações/ pontos frágeis
- <b>Ações desenvolvidas pela Instituição:</b> 14 ações iniciadas
<b>Resultados:</b> - 02 ações não foram iniciadas (0%); 05 ações oscilaram entre 30% e 70 % do proposto inicialmente; 07 ações foram concluídas (100%)

Fonte: Balanço crítico 2006-2008 – CPA

Em função dos dados a CPA considerou a **nota 4** para o indicador.

Quando se analisa o indicador **utilização dos resultados da avaliação institucional externa (MEC ou CEE/SC) no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas voltadas para o desenvolvimento institucional**, observa-se, através de ações administrativas iniciadas a partir da avaliação externa (agosto 2010), que a proposta de reestruturação do PDI recomendada nesta avaliação tem sido uma prioridade. Durante o seminário de autoavaliação a comunidade percebeu que o foco no PDI deixa a desejar, pois há um montante de ações que poderiam ter sido realizadas com base nos apontamentos da Comissão Externa. Assim a é **nota 2**.

Já o indicador **utilização dos resultados da avaliação do ensino (docentes, infraestrutura e do curso), realizada pelos alunos, no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos** permitiu vislumbrar, a partir de pesquisa de opinião, que de acordo com os coordenadores de curso e o Pró-Reitor de Ensino, **37,5%** consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL** e **31,5%** avaliaram como **ADEQUADO**.

Cabe destacar que “as avaliações de ensino não apenas não foram usadas como deixaram de ser feitas de forma adequada. O próprio instrumento precisa de revisão. Isto começou a ser feito em 2011 e está em curso” (Pró-Reitor de Ensino). Em vista disso a **nota** é **2**, para o indicador.

O indicador que faz referência à **utilização dos resultados da avaliação e das recomendações da comissão externa (MEC ou CEE/SC) dos cursos de graduação no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos** também gerou resultados a partir de uma pesquisa direcionada aos coordenadores de curso e ao Pró-Reitor de Ensino. Estes consideraram **35,7% MUITO ADEQUADO** e **28,6%** avaliaram como **ADEQUADO**. Outros 21,4% consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**.

“Não há indícios de que tenha sido feito de forma sistemática. Muitos cursos inclusive ficaram em situação irregular e os PPCs precisam constantemente de “remendos”.

A PROEN está trabalhando de forma sistemática nisto este ano”, de acordo com o Pró-reitor de Ensino. O mesmo avaliou a questão como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**.

No período avaliado alguns cursos tiveram problemas em função de sequer utilizarem os relatórios (resultados) da avaliação externa por isso a **nota** considerada foi **2**.

Quanto ao indicador **utilização dos resultados da avaliação e das recomendações da comissão externa (MEC ou CEE/SC) dos cursos de pós-graduação lato sensu no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos**, de acordo com o Pró-reitor de Pós-Graduação, “as atividades de Pós-graduação *Lato Sensu* não são objeto de avaliações externas”. Observando o Relatório de Avaliação Institucional do CEE/SC realizado em 2010 na FURB, as medidas de correção das ações apontadas em relação às Políticas de pós-graduação *lato sensu* foram prontamente atendidas. “Regularizar a situação junto ao CEE/SC, o que foi rapidamente atendida com o envio, ainda na data de hoje, de documentação pertinente”. Assim a **nota** atribuída foi **4**.

Para o indicador **utilização dos resultados da avaliação e das recomendações da comissão externa (CAPES) dos cursos de pós-graduação stricto sensu no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos programas** os resultados foram obtidos a partir de entrevista aplicada aos coordenadores dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a utilização foi avaliada da seguinte forma: **33,3%** consideraram **ADEQUADA**, **33,3%** consideraram **MUITO ADEQUADA** e **33,3%** consideraram **EXCELENTE**.

Durante o seminário foi relatado que geralmente ocorre a ação quando está próximo de nova avaliação, porém, de qualquer forma, a utilização dos resultados da avaliação ocorre permanecendo portanto a **nota 4**.

A seguir tem-se o quadro com os indicadores e, logo depois, as considerações sobre os pontos fracos, pontos fortes e recomendações.

Quadro 38 - Planilha Avaliativa - Dimensão 8

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>8.1. Planejamento Institucional</b>						
8.1.1 Coerência entre o Planejamento Estratégico e/ou PDI e as ações desenvolvidas pela FURB.				x		
8.1.2 Articulação entre os diferentes níveis de planejamento e o planejamento geral.			x			
8.1.3 Existência de metas no PDI e respectivo cronograma de execução.			x			
<b>8.2. Autoavaliação institucional.</b>						
8.2.1 Existência de programa de avaliação institucional anterior ao SINAES.						x
8.2.2 Existência de política/ regulamentação institucional para o processo de autoavaliação.						x
8.2.3 Existência de um processo sistemático de autoavaliação institucional.						x
8.2.4. Existência de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) cuja composição é representativa da comunidade acadêmica (servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e representações externas)						x
8.2.5. Conhecimento do processo de autoavaliação pela comunidade interna e externa			x			
8.2.6. Mecanismos de participação regular e sistemática da comunidade acadêmica (servidores docentes e técnico-administrativos e alunos) nas etapas do processo de autoavaliação juntamente com a CPA.					x	
8.2.7. Informações correspondentes ao processo de autoavaliação acessíveis à comunidade acadêmica.						x
8.2.8. Divulgação dos resultados da autoavaliação para a comunidade acadêmica.						x
8.2.9. Coerência entre os resultados (conceitos) da Avaliação Externa e da autoavaliação.						x
8.2.10. Existência de estudos ou ações regulares que promovam a articulação entre os resultados das avaliações externas (MEC ou CEE/SC) com os da autoavaliação.			x			
<b>8.3. Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações (interna e externa).</b>						
8.3.1. Utilização dos resultados da autoavaliação institucional e das recomendações da CPA no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas voltadas para o desenvolvimento da FURB.					x	
8.3.2. Utilização dos resultados da avaliação institucional externa (MEC ou CEE/SC) no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas voltadas para o desenvolvimento institucional.			x			

8.3.3. Utilização dos resultados da avaliação do ensino (docentes, infraestrutura e do curso), realizada pelos alunos, no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.			<b>x</b>			
8.3.4. Utilização dos resultados da avaliação e das recomendações da comissão externa (MEC ou CEE/SC) dos cursos de graduação no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.			<b>x</b>			
8.3.5. Utilização dos resultados da avaliação e das recomendações da comissão externa (MEC ou CEE/SC) dos cursos de pós-graduação lato sensu no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.					<b>x</b>	
8.3.6. Utilização dos resultados da avaliação e das recomendações da comissão externa (CAPES) dos cursos de pós-graduação stricto sensu no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos programas.					<b>x</b>	

**Quadro 39 – Pontos positivos, fragilidades e Recomendações da Dimensão 8**

<b>Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 8:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Existência de programa de avaliação institucional anterior ao SINAES.</li><li>• Existência de política/ regulamentação institucional para o processo de autoavaliação.</li><li>• Existência de um processo sistemático de autoavaliação institucional.</li><li>• Existência de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) cuja composição é representativa da comunidade acadêmica (servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e representações externas).</li><li>• Mecanismos de participação regular e sistemática da comunidade acadêmica (servidores docentes e técnico-administrativos e alunos) nas etapas do processo de autoavaliação juntamente com a CPA.</li><li>• Informações correspondentes ao processo de autoavaliação acessíveis à comunidade acadêmica.</li><li>• Divulgação dos resultados da autoavaliação para a comunidade acadêmica.</li><li>• Coerência entre os resultados (conceitos) da Avaliação Externa e da autoavaliação.</li><li>• Utilização dos resultados da autoavaliação institucional e das recomendações da CPA no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas voltadas para o desenvolvimento da FURB.</li><li>• Utilização dos resultados da avaliação e das recomendações da comissão externa (MEC ou CEE/SC) dos cursos de pós-graduação lato sensu no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.</li><li>• Utilização dos resultados da avaliação e das recomendações da comissão externa (CAPES) dos cursos de pós-graduação stricto sensu no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos programas.</li></ul>
<b>Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 8:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Coerência entre o Planejamento Estratégico e/ou PDI e as ações desenvolvidas pela FURB.</li><li>• Articulação entre os diferentes níveis de planejamento e o planejamento geral.</li><li>• Existência de metas no PDI e respectivo cronograma de execução.</li><li>• Conhecimento do processo de autoavaliação pela comunidade interna e externa.</li><li>• Existência de estudos ou ações regulares que promovam a articulação entre os resultados das avaliações externas (MEC ou CEE/SC) com os da autoavaliação.</li><li>• Utilização dos resultados da avaliação institucional externa (MEC ou CEE/SC) no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas voltadas para o desenvolvimento institucional.</li><li>• Utilização dos resultados da avaliação do ensino (docentes, infraestrutura e do curso), realizada pelos alunos, no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.</li><li>• Utilização dos resultados da avaliação e das recomendações da comissão externa (MEC ou CEE/SC) dos cursos de graduação no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.</li></ul>

**Recomendações da CPA sobre a Dimensão 8**

- Criar uma comissão permanente de elaboração e revisão do PDI, que tenha como atividade a proposição e acompanhamento das ações desenvolvidas pela FURB.
- Fomentar junto aos departamentos e centros a elaboração e a execução de seu planejamento.
- Monitorar o planejamento setorial.
- Fomentar a confecção e a execução dos planos departamentais pelos gestores responsáveis, a fim de que se possa trabalhar a partir dos resultados obtidos.
- Estabelecer prazos para as metas definidas no PDI e quantificá-las.
- Fomentar a divulgação e participação da comunidade universitária no processo de autoavaliação.
- Articular os resultados dos trabalhos da CPA com a COPLAN para que atuem em consonância visando o aperfeiçoamento da instituição.
- Incorporar os resultados da avaliação externa como base do planejamento institucional.
- Revisar o instrumento de avaliação do ensino.
- Incorporar os resultados da avaliação do ensino no planejamento dos cursos e das ações acadêmico-administrativas.

**Comentários da CPA:**

Os resultados mostram que há coerência entre o que está planejado e o que vem sendo executado, todavia o acompanhamento (monitoramento) não é eficaz, o que faz com que estes indicadores resultem em um desempenho fraco no que tange a sua avaliação por parte da comunidade universitária.

A falta de planejamento em nível departamental associada à falta de planejamento entre os diferentes níveis institucionais torna essa dimensão frágil necessitando ações pontuais que reforcem a articulação entre as estruturas organizacionais da FURB.

Recomenda-se que a FURB se organize no sentido de trabalhar não só no âmbito do monitoramento, mas principalmente fomentar junto aos departamentos e centros a elaboração e a execução de seu planejamento, pois quando há falta de planejamento setorial e o monitoramento indica esse problema, ações pontuais são fundamentais.

No que diz respeito à dimensão que trata da autoavaliação institucional verificam-se avanços junto à comunidade universitária, tanto no quesito participação quanto no entendimento sobre o processo de autoavaliação e sua importância, porém alguns grupos da comunidade universitária ainda não compreendem e não participam do processo. A CPA está trabalhando em consonância com a COPLAN no sentido de homogeneizar seus procedimentos de gestão avaliativa e essa organização facilita os processos de autoavaliação. Portanto nessa dimensão os aspectos positivos são ressaltados e a cada triênio avaliado o procedimento tende a ficar mais institucionalizado.

Recomenda-se cada vez mais fomentar a divulgação e participação da comunidade universitária no processo de autoavaliação, pois somente havendo a participação de todos os setores da FURB o processo poderá ser eficiente, eficaz e validado.

Para este grupo de indicadores é possível vislumbrar que há um problema de “feed back” principalmente em relação à utilização dos resultados e sugestões da avaliação para desenvolvimento de ações acadêmico administrativas dos cursos e voltadas ao desenvolvimento institucional. Já em relação aos Programas de Pós-Graduação esse retorno das informações obtidas pelo processo de autoavaliação é consistente e uma prática instituída.

Recomenda-se, neste caso, que os gestores setoriais/departamentais, cumpram suas funções coordenando a confecção e a execução dos planos departamentais a fim de que se possa trabalhar a partir dos resultados obtidos. Na prática deve haver uma cobrança efetiva dos responsáveis pelo planejamento setorial. Outros pontos importantes também podem ser observados nas descrições de cada indicador.

## CAPÍTULO 9 - POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS

Esta dimensão tem por finalidade avaliar a política da Instituição no que se refere ao atendimento dos estudantes e egressos quanto às formas de acesso, permanência, participação nas atividades acadêmicas, acesso aos dados e informações do registro acadêmico e formas de acompanhamento aos egressos.

Esta avaliação observará as categorias e indicadores definidos coletivamente, confrontados com Relatórios da Divisão de Registros Acadêmicos - DRA, Editais de Matrícula, Central de Intercâmbio, Relatórios da Coordenadoria de Apoio ao Estudante - CAE, Convênios, Resoluções e Regulamentos internos e externos e com os dados dos questionários aplicados internamente e dos diversos seminários avaliativos abertos a toda a comunidade.

### 9.1 COERÊNCIAS DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS

As políticas de atendimento aos discentes abrangem vários programas, projetos e benefícios que podem ser acessados pelos acadêmicos, a maioria deles, pelo cadastro socioeconômico junto à Coordenadoria de Apoio ao Estudante (CAE). O acadêmico pode se candidatar a todos os programas, desde que atenda aos requisitos específicos publicados nos respectivos editais. A seguir são listados alguns destes programas: Fundo Financeiro de Assistência ao Estudante, Artigo 170, Desconto Fidelidade; orientação sociopedagógica (assistentes sociais, pedagogos e psicólogos) da CAE; Programa de Reorientação Profissional; Programa de Capacitação Profissional; Programa de Orientação às Gestantes; Programa de Financiamento Estudantil (FIES); Bolsa de extensão; Bolsa de pesquisa; Estágio interno. De acordo com o PDI, a FURB possibilita aos acadêmicos o acesso a estes programas e serviços, os quais contribuem para a permanência dos mesmos na Universidade. As Tabela 55 e Tabela 56 mostram este panorama. Entretanto, mesmo com este cenário de possibilidades, há programas que a instituição deixou de oferecer em 2010 e 2011, são eles: apoio à gestante, orientação sociopedagógica e profissional. Mais ainda, alguns programas não apresentam regulamentação institucional, portanto há necessidade de melhorar a regulamentação interna em relação às bolsas e demais benefícios. Desta forma, os indicadores **existência de programas de apoio aos discentes presentes nos documentos oficiais** e **coerência entre as práticas de apoio ao discente com as políticas constantes nos documentos oficiais**, receberam respectivamente as **notas 3 e 2**.

Tabela 55 - Programas de apoio financeiro gerenciados pela CAE no período 2009-2011

Ano	Estágios não obrigatórios (n° de alunos)	Inscritos no cadastro socioeconômico (n° de alunos)	Bolsas art. 170	Bolsas FFAE	Gratuidade	de Bolsas extensão	de Bolsas trabalho FURB	de Bolsas convênio Empresas
			30 a 70%	30 a 70%	100 %	16 a 20 CF	16 a 20 CF	16 a 20 CF
2009	1.507	4.602	11890	2.000	8	40	213	64
2010	1.737	3.822	1.088	-	13	40	221	-
2011	1.737	3.169	1.709	-	10	35	107	-

Fonte: Coordenadoria de Assuntos Estudantis – CAE.

Tabela 56 - Apoio ao estudante em números

Atendimentos	2009	2010	2011
Estágios internos com bolsa	79	95	49
Estágios internos sem bolsa	-	-	-
Estágios externos com bolsa	1.507	1.628	1686
Estágios externos sem bolsa	-	-	-
Bolsas institucionais ou de trabalho	213	221	114
Bolsas de extensão acadêmica	40	40	35
Bolsas de extensão (esportes e cultura)	157	95	50
Bolsas de estudo (100%)	8	13	10 + 70
Bolsas de estudo (30%, 40% e 50%)	1.189	1.089	875
<b>Financiamento de mensalidades</b>			
FIES - Contratos ativos	663	698	923
<b>Convênios</b>			
Convênios para estágios em organizações	-	-	-
Financiamento FIES	663	698	923

Fonte: Coordenadoria de Assuntos Estudantis – CAE.

No que se refere à **previsão de metas no PDI para os programas de apoio aos estudantes**, há apenas a descrição dos programas, porém não preveem metas. As metas existentes são referentes ao relacionamento com os alunos, estas são as seguintes: transformar o relacionamento com ex-alunos de benefício para relacionamento; qualificar a atuação da representação discente; reduzir evasão e estimular reingresso. Assim sendo, **nota** para este indicador foi **3**.

Como já colocado anteriormente, para possibilitar a manutenção do acadêmico na universidade a FURB dispõe de várias modalidades de programas para manutenção financeira dos mesmos. O PDI prevê programas de apoio financeiro, cujas ações previstas no documento podem-se citar: Fundo Financeiro de Assistência ao Estudante (fundo próprio); Artigo 170; Desconto Fidelidade; Bolsas de pesquisa e extensão; Bolsas de monitoria; Fundo social e FUMDES.

As bolsas são regulamentadas por lei Federal, Estadual ou municipal. Entretanto, nem todas apresentam regulamentação interna. Algumas bolsas (PARFOR, PIBID e PET) não passam pela CAE. Há dúvidas em relação ao acúmulo de bolsas/benefícios. Há também bolsas de projetos diversos que não são gerenciadas internamente. De qualquer forma, o acesso aos programas se dá por publicação de edital específico e/ou pelo Cadastro Socioeconômico. Assim, ao indicador **existência de uma política institucional para destinação de bolsas acadêmicas** foi considerada a **nota 3**, pois a instituição atende o referencial mínimo de qualidade. A mesma **nota 3** foi atribuída ao indicador **coerência entre a destinação de bolsas acadêmicas com as políticas constantes nos documentos oficiais**. A CPA entende que o número de bolsas não seja o ideal, porém existe relação entre a prática e a política estabelecida no PDI. Apesar desta relação a coerência não é total, pois a comunidade destacou que há bolsas sendo concedidas pela FURB (gratuidades, redução de valores) sem regulamentação.

Como demonstrado nos indicadores anteriores a FURB apresenta uma vasta lista de programas os quais apresentam bolsas disponíveis para os acadêmicos. Todas as informações pertinentes às bolsas de estudo, informando inclusive os requisitos para a inscrição e dados para contato com o setor responsável estão publicadas no site da FURB (através do link: <http://www.furb.br/web/1630/servicos/portal-academico/apoio-ao-estudante/bolsas-de-estudo>). Porém esta disponibilidade deveria ser mais visível, colocar um link de acesso na página da instituição não basta, há reclamações de alunos que relatam não ficar sabendo das bolsas e benefícios. Há necessidade de um trabalho de marketing maior. Levando em consideração da divulgação não ter um alcance pleno à **política institucional para destinação de bolsas acadêmicas disponível para visualização e conhecimento da comunidade universitária**, foi considerada adequada a **nota 4**.

Além dos programas mencionados a universidade se preocupa com a organização estudantil, pois as mesmas permitem aos acadêmicos discussões relacionadas aos Cursos e também a Universidade, é através da organização estudantil que o acadêmico percebe a importância da participação na comunidade universitária é neste palco que brotam reivindicações. De acordo com o PDI, a organização estudantil se dá pelos Diretórios Acadêmicos, organizados em cada curso e pelo Diretório Central dos Estudantes. O DCE representa os alunos nas negociações para reajuste de mensalidades e também está presente em todos os conselhos superiores e setoriais da Instituição, com direito a voto. Além da participação em conselhos, é prática comum na FURB, a participação da representação estudantil em comissões e grupos de trabalho específicos. Cabe destacar que a FURB disponibiliza espaço físico para os diretórios acadêmicos. O seminário avaliativo entendeu que a disponibilidade de espaço nos colegiados, espaço físico, bolsas, etc., já é apoio e incentivo a organização estudantil. Assim sendo a **nota** dada ao indicador **política**

**institucional de apoio e incentivo à organização dos estudantes em Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos** foi **4**.

No que concerne a realização de eventos para divulgação científica cultural, bem como para entretenimento da comunidade acadêmica, apesar dos mesmos ocorrerem, no PDI não está descrito os mecanismos para a promoção desses eventos. O seminário entendeu que tratam-se de eventos promovidos (organizados) pelos (ou em boa parte) acadêmicos. As semanas acadêmicas estão regulamentadas. Portanto, para os indicadores **existência de uma política institucional para realização de eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos) que detalhem os mecanismos existentes para sua promoção e coerência entre a realização de eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos) com as políticas existentes nos documentos oficiais**, o valor da **nota** foi **2**.

Com o objetivo de manter uma comunicação permanente com os alunos egressos da graduação, em 2005, através da RESOLUÇÃO N° 61/2005, foi implantada a Central de Ex-alunos da FURB, oferecendo benefícios e vantagens para reatar ou manter o vínculo com a Universidade. Todos os procedimentos necessários para realizar o cadastramento estão descritos no site [www.furb.br/exalunos](http://www.furb.br/exalunos). Entre os Benefícios e vantagens já implementados pela Instituição pode-se citar: O acesso ao acervo da Biblioteca Universitária, desconto de 15% nas especializações ofertadas pela FURB, autenticação gratuita de ADSL, desconto de 20% nas mensalidades dos cursos do FURB Idiomas, desconto de 10% nos cursos sequenciais da FURB, informativos, o reencontro de amigos e uma galeria de fotos *on-line*. A FURB mantém ainda a comunicação permanente com seus alunos egressos divulgando cursos de formação continuada ou de pós-graduação. O PDI mostra a forma como a FURB se relaciona com seus egressos, porém não existe uma política de acompanhamento dos mesmos (atuação na área de formação ou nível salarial, crescimento profissional, etc.). Além disso, a resolução 61/2005 (Central de ex-alunos) prevê apenas benefícios para os egressos da graduação. Assim, a CPA entende que a **nota** para o indicador **existência de uma política institucional para acompanhamento dos egressos** deva ser **2**.

Apesar de não existir uma política de acompanhamento descrita no PDI, na prática, como descrito anteriormente, a instituição mantém um site [www.furb.br/exalunos](http://www.furb.br/exalunos), chamado de Central do Ex-aluno que tem com finalidade manter o vínculo com os mesmos. Todas as vantagens e benefícios previstos no PDI estão sendo oferecidos, desta forma, ao indicador **coerência entre as práticas de acompanhamento dos egressos com as políticas constantes nos documentos oficiais** foi dada a **nota 3**. O valor alcançado atende o referencial mínimo de qualidade, pois a CPA entende que este vínculo ainda deixa a desejar, nem todos os alunos se cadastram (a FURB tem atualmente mais de 40 mil egressos e somente 472 ativos na Central de Ex-alunos). O contato com o egresso é praticamente nulo e é necessária a criação de outro vínculo entre a FURB e seus egressos.

É importante destacar que para o acadêmico conquistar seu espaço, usufruir de seus benefícios, direitos, conhecer a legislação é o primeiro passo. Neste sentido, ter acesso a mesma tem que ser fácil e ilimitado. Parte da legislação acadêmica da FURB, em 2010, passou a ser Lei Complementar, estando disponível no site de Leis da Prefeitura Municipal de Blumenau para toda comunidade. Anterior à este período, a legislação era acessível através do site da FURB (intranet). As leis complementares municipais com relação à Furb, encontram-se no Portal <http://www.leismunicipais.com.br>, com acesso livre à toda a comunidade blumenauense. Entretanto, não se encontram disponíveis o PDI da FURB, os Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC), as regulamentações de monitoria, bolsas, etc. Os discentes não encontrariam tais informações no período avaliativo. O regimento e o estatuto estavam disponíveis, mas o que rege especificamente a vida acadêmica não.. Assim sendo, o indicador **disponibilidade de informações da legislação acadêmica para toda comunidade universitária** demonstra que a instituição atende apenas ao referencial mínimo de qualidade, recebendo a **nota 3**.

## 9.2. PROGRAMAS DE APOIO AO DISCENTE

A Coordenadoria de Apoio ao Estudante (CAE) é a responsável pelo acompanhamento da permanência do estudante na FURB. Como já citado nos relatórios anteriores, bem como verificado nas informações contidas no presente, há vários programas projetos e benefícios. Normalmente, através do preenchimento e aprovação do cadastro sócio econômico é que o aluno tem acesso aos programas. Este cadastro objetiva identificar os acadêmicos que apresentam maior dificuldade em se manterem na Universidade, visando priorizar sua inserção em programas de apoio financeiro para pagamento das mensalidades.

Além da manutenção do acadêmico relacionada ao aspecto financeiro, alguns alunos podem apresentar dificuldades no âmbito psicossocial e também enfrentar dificuldades para acompanhar o Curso. Avaliando os relatórios de atividades de 2009 a 2011, se constata que orientações por psicólogo ou por orientador pedagógico a discentes não ocorreu Tabela 57. Através de entrevista realizada pela CPA, o Coordenador da Coordenadoria de Apoio ao Estudante (CAE) colocou que, no período em destaque, apenas ocorreram encaminhamentos de acadêmicos a assistente social. A CPA entende que esse programa foi descontinuado e por isso encontra-se precário. O acompanhamento pedagógico ocorreu, de forma bem pontual, sem vínculo a um programa permanente. A **nota 1** é o valor que retrata a situação do indicador **programas permanentes voltados para o acompanhamento psicossocial e pedagógico dos discentes**. Este mesmo valor, **nota 1**, foi alcançado pelo indicador **pessoal especializado disponível para promover a integridade psicológica de discentes (orientação e aconselhamento)**. Não há profissional para este encaminhamento.

**Tabela 57 - Apoio ao estudante em números**

<b>Atendimentos</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Orientação referente aos programas financeiros	161	438	617	372	Sem registro	Sem registro
Orientação pelo psicólogo	150	38	19	-	-	Sem registro
Alunos participantes em capacitação profissional	35	46	-	-	-	0
Alunos participantes em re-orientação profissional	54	38	-	-	-	0

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011.

Outra situação a qual a Universidade tem que enfrentar está relacionada aos alunos com necessidades especiais, como por exemplo, alunos com dificuldades auditivas e da fala. No período avaliativo já havia interprete de LIBRAS. Em relação aos ingressantes faltava um programa de adaptação nessa nova etapa da vida, como se comportar numa IES (sem aquele controle de ensino médio), como vivenciar a universidade, etc. Aqui também não há profissional para este encaminhamento. Desta forma, o indicador **pessoal disponível para assegurar a adaptação de discentes, especialmente ingressantes**, recebeu a **nota 1**.

Outro indicador relacionado a orientação do acadêmico, **existência de programas de orientação e encaminhamento profissional**, também foi avaliado com desempenho fraco, ou seja, **nota 1**. A justificativa é semelhante a dos indicadores anteriores, pois nesta nova situação também não há profissional para este encaminhamento na CAE ou na PROEN. De acordo com a opinião dos coordenadores de curso, quando questionados “Você faz algum tipo de orientação ou encaminhamento profissional aos alunos do curso?” **35,7%** consideraram **ADEQUADO** e **21,4%** **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Enfim, Não há um programa institucionalizado no período avaliado.

Já o **indicador proporção entre alunos inscritos nos programas de apoio aos estudantes e alunos beneficiados**, foi além do referencial mínimo atingindo a **nota 4**. A justificativa é que, levando em consideração os números apresentados no relatório de atividades 2011, é possível constatar que a FURB concede benefício a maioria dos estudantes inscritos no cadastro socioeconômico. Na

Tabela 58, por exemplo, é possível observar que em 2011 houve 3169 alunos inscritos e foram beneficiados 2889, atingindo mais de 90 % dos alunos.

**Tabela 58 - Estudantes e alunos beneficiados nos programas de apoio.**

Atendimentos	2009	2010	2011
<b>Cadastro socioeconômico (soma dos dois semestres)</b>			
Entrevistas realizadas	1.350	1.714	1.019
Inscrições ou renovações eletrônicas	4.602	3.822	3.169
Estágios internos com bolsa	79	95	49
Estágios internos sem bolsa	-	-	-
Estágios externos com bolsa	1.507	1.628	1686
Estágios externos sem bolsa	-	-	-
Bolsas institucionais ou de trabalho	213	221	114
Bolsas de extensão acadêmica	40	40	35
Bolsas de extensão (esportes e cultura)	157	95	50
Bolsas de estudo (100%)	8	13	10 + 70
Bolsas de estudo (30%, 40% e 50%)	1.189	1.089	875
<b>Financiamento de mensalidades</b>			
FIES - Contratos ativos	663	698	923
<b>Convênios</b>			
Convênios para estágios em organizações	-	-	-
Financiamento FIES	663	698	923

Fonte: Coordenadoria de Assuntos Estudantis – CAE.

De acordo como o Coordenador da CAE, semestralmente há uma média de 1500 alunos inscritos para os Programas de Bolsas de Estudo, sendo atendidos em torno de 900 com percentuais variando entre 30% e 100% da mensalidade. O valor do recurso disponibilizado fica em torno de R\$ 2.000.000,00 por semestre. Destaque que a informação é apenas para programas de apoio com bolsas da Secretaria do Estado. Apesar deste aporte de benefícios, há necessidade de se ampliar o contexto dos programas de apoio. Em algumas áreas, por exemplo, computação, não se consegue candidatos para bolsas em função do baixo valor (no mercado, o aluno consegue estágio com melhor remuneração). O estágio interno às vezes não é atrativo. Desta forma, o indicador **proporção entre alunos inscritos e recursos disponíveis nos programas de apoio aos estudantes** recebeu a **nota 3**.

Um aspecto que merece destaque se refere aos **critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes**, este indicador foi avaliado com **nota máxima 5**. Os critérios são disponibilizados no Edital de Cadastro Socioeconômico lançado semestralmente na [furb.br/cadastratosocioeconomico](http://furb.br/cadastratosocioeconomico) em janeiro e julho. Como exemplo, podem ser citados o PARFOR, PET, PIBID. Todos os programas tem editais que trazem critérios bem definidos. No mesmo sentido o indicador **cumprimento dos critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes** também atingiu a **nota 5**. A CAE verifica e segue todos os requisitos dispostos no edital. Além disso, na renovação do cadastro, é verificado se ocorreu alguma mudança, a qual possa levar a exclusão do aluno. Não é só a CAE, mas de modo geral os critérios são cumpridos na seleção dos alunos em todos os programas.

A respeito das **práticas consolidadas e institucionalizadas de destinação de bolsas acadêmicas (mecanismos sistemáticos de desconto integral ou parcial concedido ao aluno pela FURB no pagamento de semestralidade ou mensalidade)**, a Tabela 55 traz os números relacionados no período avaliado. No PDI estão previstas diversas modalidades de bolsas acadêmicas, desde que atenda aos requisitos específicos de cada edital publicado previamente. A CPA e os presentes no seminário de autoavaliação consideraram que a instituição está além do referencial mínimo e foi definida a **nota 4**.

Especificamente a respeito de bolsas destinadas a monitoria, em pesquisa realizada com os coordenadores de curso, **28,6%** considerou **ADEQUADO** o número de bolsas de monitoria com as necessidades do curso. Outros **28,6%** consideraram **PRECÁRIO** ou **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Cabe destacar que **14,3%** consideraram **MUITO ADEQUADO**. Lembrando que a solicitação de monitoria deve estar coerente com o PPC. O Quadro 40 traz o número de bolsas nesta modalidade oferecidas em 2011. Desta forma a CPA considerou que no indicador **existência de bolsas de monitoria coerentes com as necessidades do curso**, a Instituição atende apenas ao referencial mínimo de qualidade e definiu **nota 3** para o mesmo.

#### Quadro 40 - Número de bolsas de monitoria em 2011

Tipo	Nº de alunos
Monitoria	76
<b>Sistema de Dados Estatísticos da ACAFE (2011)</b>	

Fonte: Coordenadoria de Assuntos Estudantis – CAE

Para os programas de pós graduação, a Resolução 56/2008 prevê 3 bolsas em cada um dos programas Stricto Sensu ofertadas pela FURB, para alunos egressos da FURB. Além disso, há também as bolsas de demanda CAPES, como demonstrado na Tabela 59. Assim, o indicador **existência de bolsas de pesquisa (em pós-graduação)**, recebeu a **nota 4**.

**Tabela 59 - Bolsa de demanda Capes**

Descrição	Cotas de Bolsa
Mestrado em Administração	4
Mestrado em Ciências Contábeis	6
Mestrado em Desenvolvimento Regional	6
Mestrado em Educação	6
Mestrado em Engenharia Ambiental	9
Mestrado em Engenharia Elétrica	14
Mestrado em Engenharia Florestal	5
Mestrado em Engenharia Química	8
Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática	-
Mestrado em Química	6
Doutorado Ciências Contábeis e Administração	6

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011.

O mesmo valor, **nota 4**, foi alcançado pelo indicador **existência de bolsas de iniciação científica (PIPE/PIBIC)**. Na formação de alunos de iniciação científica, em 2011 foram quatro programas de bolsa, permanentes institucionalizados, que juntos concederam cerca de 210 bolsas de IC: os programas PIBIC/CNPq com 50 bolsas e o programa PIBIC/FURB com 40 bolsas. Os programas PIPE/Artigo 170 e FUMDES/Artigo 171 concedem bolsas pagas pelo estado de Santa Catarina. Além dos programas permanentes a FURB participa do edital de bolsa de IC publicado pela FAPESC (Prêmio Mérito Universitário Catarinense), que não é de caráter permanente. A Tabela 60 destaca os programas e número de alunos beneficiados nos anos de 2010 e 2011.

**Tabela 60 - Programas e número de alunos beneficiados nos anos de 2010 e 2011**

Pesquisa	2010	2011
Nº de Programas/ Projetos	628	564
Nº de Pesquisadores	250	158
Nº de Programas de Iniciação Científica	5	4
Nº de Alunos envolvidos	311	326

Fonte: Sistema estatístico da ACAFE

Já a respeito do indicador **existência de bolsas de extensão**, considerou-se que a universidade atende ao referencial mínimo de qualidade sendo a **nota 3** a mais adequada. A Tabela 61 traz os números relacionados a este indicador.

**Tabela 61 - Bolsas de extensão dentro dos programas institucionais no período avaliado**

Programa	Atividade	2009	2010	2011
<b>Acadêmicos</b>	Programas vinculados a Edital de Apoio à Extensão	59	64	59
<b>Esportes</b>	Vôlei Feminino	30	28	24
	Vôlei Masculino	12	15	-
	Natação	19	21	18
	Handebol	22	23	20
	Marcha atlética	06	04	08
<b>FURB visita</b>	FURB Visita	-	-	-
<b>Total</b>		<b>148</b>	<b>155</b>	<b>129</b>

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011.

Outra modalidade de bolsa é o Programa de Educação pelo Trabalho (PET). No período em questão, existiam dois Programas de Educação Tutorial: o PET Biologia e o PET Saúde, e os bolsistas desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão. O PET está inserido em vários cursos, por exemplo, O PET saúde tem uma metodologia diferenciada com envolvimento dos diversos cursos da área da saúde. Entretanto, como um programa diferenciado e considerando o número de cursos da FURB, deveria se ter mais PET. Os programas PET deveriam ser mais bem implementados e com projetos mais qualificados, pois para os alunos envolvidos é muito interessante, como profissão. Assim a **nota 2** foi outorgada para o indicador **existência de bolsas de PET**.

Na universidade o indivíduo, seja discente ou docente, deve procurar interagir a fim de trocar experiências e discutir novos rumos. Com relação ao indicador **mecanismos de motivação capazes de promover a interação efetiva entre aluno e docente, e entre aluno e aluno (ex.: gincanas, feiras)**, em entrevista aplicada aos coordenadores de curso, **35,7%** consideraram **EVIDENCIA ACIDENTAL**, e outros **28,6%** consideraram **ADEQUADO**. Ressalta-se que **21,4%** consideraram **PRECÁRIO/INSUFICIENTE**. Sabe-se que existem as semanas acadêmicas e que existem iniciativas dos alunos veteranos, de recepcionarem os calouros. Também pode-se citar como exemplo, o envolvimento do pessoal do PET Biologia, os quais organizavam gincanas para integrar os alunos. Como os mecanismos de motivação efetiva estão abaixo do referencial mínimo de qualidade, a CPA considerou **nota 2** para o indicador.

O amparo ao estudante deve se dar de várias maneiras, uma delas é oferecer **mecanismos e ferramentas voltados para a melhoria da aprendizagem do discente (programas de nivelamento, de suficiência, de tutoria, de orientação acadêmica, entre outros)**. Em entrevista aplicada aos coordenadores de curso, **50%** consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**, e outros **21,4%** consideraram **ADEQUADO**. Muitos coordenadores relatam que sentem a falta de programas de nivelamento, pois há alunos que entram com deficiências relativas ao ensino médio, principalmente em língua portuguesa e matemática. Ainda, muitas vezes as ações de monitoria e atendimento dos professores ocorre em horários fora dos da aula e geralmente não são organizados formalmente. Deve

ser destacado, que a preocupação não é simplesmente com o aluno que ingressa desnivelado, mas com aquele que sai da Universidade desnivelado, com problemas em português, matemática, idiomas, etc. Desenvolver a capacidade de aprendizagem é a essência da Universidade. A CPA entende que esses relatos mostram que o mecanismo não é institucionalizado, portanto a **nota** ao indicador relacionado foi **2**.

De acordo com a opinião dos alunos (questionários), sobre o **funcionamento adequado e compatível do atendimento da população discente**, os mesmos indicaram que o atendimento na Praça, nos Centros e também pelos coordenadores de curso é **ADEQUADA**. A Tabela 62 mostra algumas questões que foram abordadas. Os resultados indicam que a instituição está apenas atendendo o referencial mínimo de qualidade e a CPA definiu a **nota 3** para o indicador.

**Tabela 62 - Resultado do questionário aplicado pela CPA com alunos da FURB**

Questões abordadas aos alunos através de questionário	0	1	2	3	4	5
Funcionamento do atendimento ao discente realizado pela Praça de Atendimento ao estudante da FURB	5,1%	3,2%	9,2%	52,4%	20,8%	9,3%
Funcionamento do atendimento ao discente realizado pela secretaria de Centro	7,5%	3,5%	10,7%	49,4%	19,8%	9,0%
Funcionamento do atendimento ao discente realizado pela coordenação do curso	5,0%	4,9%	10,1%	45,7%	21,1%	13,1%

Fonte: Questionários aplicados aos alunos.

### 9.3. PROGRAMAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO DOS DISCENTES REFERENTES À REALIZAÇÃO DE EVENTOS E MOBILIDADE

As atividades do âmbito artístico-cultural e da pesquisa científica na FURB são bem elaboradas e cíclicas com amplo espaço para participação discente conforme pode ser conferido na MIPE, nas semanas acadêmicas dos cursos, seminário das licenciaturas, etc. Como eventos culturais pode-se citar apresentações do Coro, da Orquestra, dos grupos teatrais, Camerata, entre outros. Assim, a CPA entende que para o indicador **realização sistemática de seminários e outros eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos) com espaço para apresentação da produção discente** a **nota** deve ser **4**.

Além dos espaços disponibilizados e as frequências de realizações dos eventos, é a participação dos acadêmicos que dá força e importância aos eventos. Analisando o relatório de atividades da FURB é possível verificar os diferentes eventos culturais (FITUB e grupos teatrais, camerata de violões, coro da FURB, orquestra, grupo de danças) promovidos na FURB para os acadêmicos e público externo. Todavia, não temos a informação de quantos discentes participaram dos eventos (como envolvidos e como expectadores). Ao todo, a divisão de cultura, em 2011, contava com 62 bolsistas

remunerados, envolvidos nos eventos culturais. Como eventos científicos e técnicos, temos a MIPE (reservada aos alunos pesquisadores, de iniciação científica e extensionistas, não aberto ao público externo), as semanas acadêmicas com apresentações de trabalhos e o Seminário das Licenciaturas. Da MIPE, tem o registro de aproximadamente 400 trabalhos apresentados. O seminário das Licenciaturas contou com o mesmo número de pôsteres, 400, e com comunicação oral. A CPA atribui **nota 3** para o indicador **participação dos alunos nos eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos promovidos e organizados pela FURB (nº de alunos participantes e de eventos realizados)**, uma vez que ainda há possibilidade de uma melhora substancial. Já para o indicador **critérios definidos para a participação discente em eventos científicos e acadêmicos locais, regionais, nacionais e estrangeiros** a situação é considerada precária. Para a MIPE (evento local) existem critérios de inscrição. Porém, para eventos regionais, nacionais e estrangeiros não existem critérios definidos institucionalmente. A CPA entende que a **nota 2** seja a mais adequada.

Além da participação, mostrando sua produção em eventos científicos culturais a **existência de jornais e revistas acadêmicas que possuam espaço para publicação discente** é muito importante. Na FURB pode-se destacar a revista Dinamys que publica os anais da MIPE. Nas demais revistas editadas pela FURB, o discente “concorre” a publicação com outros autores/pesquisadores. As revistas existem, mas não há garantia específica para o discente. Assim sendo, a CPA entende que a instituição não atende ainda o referencial mínimo de qualidade e considerou a **nota 2** a mais adequada.

Outra forma de ampliar o conhecimento que a instituição oferece está relacionada a troca de experiência através de intercâmbio. Desde 1998, a FURB estabeleceu, de forma efetiva e contínua, diversos convênios com Instituições de Ensino Superior da Europa, América do Norte, América Latina, Ásia e África. Buscando promover a qualificação e atualização do conhecimento, a Universidade desenvolve trabalhos em cooperação com instituições estrangeiras por meio de intenso programa de intercâmbio de alunos, professores e servidores técnico-administrativos das mais diversas áreas. A

Tabela 63 mostra alguns programas de mobilidade e intercâmbio nacionais e internacionais, a partir de convênios de cooperação. Porém o seminário avaliativo considerou que o número de programas/convênios e de estudantes ainda não é tão significativo para a proposta de internacionalização da FURB. Apesar disto a CPA entende que a instituição esta além do referencial mínimo para o indicador **programas de mobilidade e intercâmbio nacionais e internacionais, a partir de convênios de cooperação** e considerou a **nota 4** como a mais coerente.

**Tabela 63 - Programas de mobilidade e intercâmbio nacionais e internacionais, a partir de convênios de cooperação**

Atividades	2009	2010	2011
Convênios assinados	15	13	8
Estudantes estrangeiros acolhidos	60	32	55
Professores estrangeiros acolhidos		3	7
Estudantes encaminhados ao exterior	22	63	65
Professores encaminhados ao exterior		4	5
Projetos realizados	2	-	2
Eventos organizados	8	5	8
Participação em eventos	2	3	3
Visitas recebidas	7	15	22
Assessoria a viagens	1	-	1

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011.

Para que mais alunos participem de programas de intercâmbio há a necessidade de **ampla divulgação e igualdade de oportunidade para os membros da comunidade discente para mobilidade e intercâmbio nacionais e internacionais**. A este indicador foi dado a **nota 5**. A CPA entende que há ampla divulgação sobre as possibilidades de intercâmbio, tanto no site da FURB quanto nos murais espalhados pelos campi, sob responsabilidade da Coordenadoria de Relações Internacionais (cujas competências estão definidas na Resolução 35/2010, at. 61). Existem programas de mobilidade e intercâmbio na FURB e as inscrições são realizadas através de Editais que são publicados no início de cada semestre letivo. Para intercâmbios a serem realizadas no primeiro semestre do ano, as inscrições são efetuadas de agosto a setembro. Para o segundo semestre, as inscrições acontecem no período de fevereiro a março. Podem se candidatar ao edital de intercâmbio todos os acadêmicos de graduação que preencham os seguintes requisitos: Estar regularmente matriculado em curso de graduação da FURB; Ter 25% dos créditos acadêmicos do currículo pleno do respectivo curso completos no momento da inscrição no edital; Apresentar média final geral mínima de 7,5 (sete vírgula cinco) em seu histórico escolar universitário.

**A relação entre os convênios de intercâmbio existentes e as ações executadas (nº de estudantes em intercâmbio) no período 2009 – 2011 (**

Tabela 63- anterior) foram bem superiores ao período da avaliação anterior, caracterizando assim um efetivo avanço neste indicador. Assim sendo, a CPA atribui **nota 5** para a instituição neste indicador.

#### 9.4. CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA OS DISCENTES.

O primeiro indicador deste grupo, **critérios claros de seleção e matrícula disponíveis para a comunidade** recebeu a **nota 4**. No site institucional está claro todas as formas de ingresso nos cursos da FURB, através do link <http://www.furb.br/web/2180/cursos/graduacao/como-ingressar>. Os critérios para pós-graduação Stricto Sensu também ficam claros nos editais de seleção publicados por cada programa.

A respeito das disponibilidades de vagas na instituição, a Tabela 64 pode-se observar que a relação candidato/vaga nos cursos de graduação da FURB teve um suave incremento em 2010 e uma queda em 2011.

**Tabela 64 - Relação candidato/vaga**

Ano	Alunos Matriculados	Vagas de ingresso	Candidatos inscritos	Índice candidato/vaga	Alunos formados
2009	10.483	3.405	5.816	1,71	1.720
2010	10.574	3.591	6.367	1,72	1.655
2011	10.009	3.777	6.281	1,66	1.462

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Esse resultado deve-se, principalmente ao aumento de oferta de cursos de graduação na região. Se a mesma informação for observada por curso, existem aqueles que não chegam a 1 candidato por vaga. Por outro lado, outros há muita procura por vaga. Em vista disso e considerando fatores externos (recessão 2009, tragédia 2008) a CPA atribuiu **nota 3** para indicador **relação entre o número de vagas/cursos oferecidos pela FURB e a demanda existente na região (relação candidato/vaga)**. Na Tabela 64 também é possível verificar a **“relação entre matrículas e as vagas oferecidas pelos cursos (dados: número de matrículas, trancamento, reingresso, transferências, número médio de alunos por turma/curso)”**. Constata-se que a relação entre matrículas e vagas oferecidas tem tido uma pequena variação. Quando se analisa as vagas e matrículas por Unidade Universitária (ano de 2010), a única que não teve variação negativa no número de matrículas ao longo do ano foi o CCS - todos os demais centros tiveram variação negativa do primeiro para o segundo semestre do ano (destaque para o CCE e CCSA com 18% e 10,5% respectivamente). Essa

variação do primeiro para o segundo semestre é natural, que se tenha a maior demanda pelo vestibular de verão. Em vista das informações obtidas confere-se **nota 3** para este indicador.

Com relação ao indicador **acesso do discente ao sistema de registro acadêmico para efetivação de matrícula, transferência de turma e de turno, trancamento de matrícula e retorno**, é possível verificar que os alunos veteranos podem acessar o sistema acadêmico e realizar a efetivação de matrícula, transferência de turma, trancamento de matrícula e retorno. Somente a transferência de turno precisa ser realizada presencialmente. Assim, a CPA entende que a **nota** deve ser **4**. Já para o indicador **acesso do discente ao sistema de registro acadêmico para solicitação de informações e requerimento de documentos estudantis**, nem todas as demandas são sanadas virtualmente. De qualquer forma, o discente tem acesso ao sistema acadêmico para algumas informações como notas, impressões, histórico no curso, financeiro, horários de aulas e monitoria, entre outras informações. A limitação está relacionada ao fato de não proporcionar a realização de requerimento de documentos estudantis via sistema. Assim, a CPA entende que a instituição está atendendo o referencial mínimo de qualidade e que **nota** deva ser **3**.

Quanto ao indicador **acesso do discente ao manual do aluno e ao projeto pedagógico do curso**, ocorre o acesso do discente ao guia acadêmico. O manual dos alunos também é impresso e distribuído. O projeto pedagógico do curso não está acessível via internet, porém não existe restrição do mesmo ser disponibilizado ao acadêmico quando solicitado pelo mesmo. Desta forma, a este indicador foi atribuída a **nota 4**. Além de informações relacionadas com o curso, o acadêmico se depara com uma lista de necessidades inerentes a este novo período da vida. No site da FURB, através do link <http://www.furb.br/web/1007/servicos>, toda comunidade pode acessar informações referente à serviços: Biblioteca, FURB empresa, central de ex-alunos, livraria, intercâmbio, classificados, e outros portais. Os estágios foram instituídos na FURB em 2008, havendo informações completas em [www.furb.br/estagios](http://www.furb.br/estagios). Não há estrutura de alojamentos mas há o *classificados FURB*, no qual o alunos pode procurar imóveis para alugar ou dividir com outros estudantes. Assim o indicador **oferta de serviços de informação específica ao aluno: estágios, alojamentos, transporte, informações acadêmicas, biblioteca, senhas para acesso a sites e e-mail, editais e outros**, recebeu a **nota 5**.

A forma de organização dos alunos em seus respectivos Cursos é através da constituição dos Centros Acadêmicos. Além disso, como representante dos discentes na Universidade como um todo existe também o Diretório Central dos Estudantes (DCE). O

Quadro 41 lista os cursos e seus centros acadêmicos.

**Quadro 41 - Centros acadêmicos existentes na FURB**

CAB - Centro Acadêmico de Biologia	CALECOB Centro Acadêmico Livre de Economia de Blumenau
CACC - Centro Acadêmico de Ciências Contábeis	CALEIE Centro Acadêmico Livre de Engenharia Elétrica
CACLIO Centro Acadêmico de História	CALEQ Centro Acadêmico Livre de Engenharia Química
CACS Centro Acadêmico de Ciências Sociais	CALIC Centro Acadêmico de Licenciatura em Computação
CAD Centro Acadêmico de Design	CALMODA Centro Acadêmico Livre de Moda
CAEC Centro Acadêmico de Engenharia Civil	CALQUI Centro Acadêmico Livre de Química
CAEF Centro Acadêmico de Engenharia Florestal	CAMAT Centro Acadêmico de Matemática
CAEFIS Centro Acadêmico de Educação Física	CAMBLU Centro Acadêmico de Medicina de Blumenau
CAEL Centro Acadêmico dos Estudantes de Letras	CAMVet Centro Acadêmico de Medicina Veterinária
CAENF Centro Acadêmico de Enfermagem	CANUT Centro Acadêmico de Nutrição
CAEP Centro Acadêmico de Engenharia de Produção	CAO Centro Acadêmico de Odontologia
CAET Centro Acadêmico de Engenharia de Telecomunicações	CALCOMUNIC Centro Acadêmico Livre de Comunicação Social
CAF Centro Acadêmico de Fisioterapia	CAPSI Centro Acadêmico de Psicologia
CAFAB Centro Acadêmico de Farmácia e Bioquímica	CASEB Centro Acadêmico de Secretariado Executivo Bilingüe
CALCOMP Centro Acadêmico Livre de Computação	CASI Centro Acadêmico de Sistemas de Informação
CAP Centro Acadêmico de Pedagogia	CASSO Centro Acadêmico de Serviço Social
CATPI Centro Acadêmico de Tecnólogo em Processos Industriais	CEARTE Centro Acadêmico de Artes
CENARQ Centro Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo	DAAd Diretório Acadêmico de Administração
DACLOBE Diretório Acadêmico Clóvis Beviláqua (Direito)	DATEL Diretório Acadêmico de Turismo e Lazer

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Em decorrência do número de centros acadêmicos, e também devido a algumas dificuldades enfrentadas pelos mesmos, o que leva a permanecerem inativos por algum período, o indicador **existência de Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos em funcionamento (ativos)**, recebeu a **nota 4**. Por outro lado quando é levado em consideração o **nível de participação dos estudantes nas associações (Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos) existentes**, a situação parece ser precária. Em entrevista realizada com os dirigentes dos CAs, onde apenas 3 responderam, **66,7%** consideraram a participação como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**, e outros 33,3% como adequada. Portanto, a nota atribuída pela CPA ao indicador foi **2**.

O mesmo valor, nota 2, foi alcançado pelo indicador **mecanismos de relacionamento entre os dirigentes e os órgãos de gestão com os Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos**. Entrevistas feitas com os membros da gestão superior mostram que: **31,3%** avaliaram como **ADEQUADO**, e **31,3%** como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Já as entrevistas feitas com os membros da gestão setorial mostram que: **40%** avaliaram como **ADEQUADO** e **33,3%** avaliaram como **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Como já destacado no indicador anterior, dos CAs, apenas 3 responderam à entrevista. Destes, **66,7%** consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**, e outros **33,3%** como **ADEQUADO**. Há cadeiras para os representantes acadêmicos nos conselhos. No entanto, a relação entre direção de unidades e centros acadêmicos depende da postura dos gestores em relação a cada diretório. A CPA entende que não existem mecanismos institucionalizados de relacionamento entre os dirigentes e os CAs e DAs, apenas são passados os e-mails pessoais dos representantes da gestão do CAs e DAs aos Centros de Curso.

#### 9.5. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS E CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Em 2005, através da **RESOLUÇÃO Nº 61/2005**, foi implantada a **Central de Ex-alunos da FURB** com o objetivo de manter uma comunicação permanente com os alunos egressos da graduação, oferecendo benefícios e vantagens para reatar ou manter o vínculo com a Universidade (conforme já citado anteriormente). Assim, o desafio está em alterar a forma de ação da concessão de benefícios para relacionamento. Todos os procedimentos necessários para realizar o cadastramento e receber o cartão de identificação do ex-aluno estão descritos no site [www.furb.br/exalunos](http://www.furb.br/exalunos). Observa-se que há, nos programas *Stricto Sensu* (conforme observado por alguns coordenadores através das entrevistas) que há ações de relacionamento com seus egressos, mas não de forma institucionalizada. Desta forma, a CPA entende que as **ações para promoção de um relacionamento contínuo entre a FURB e seus egressos** ainda não estão institucionalizadas, assim, a nota para este indicador é **2**.

O relacionamento entre a instituição e o egresso depende da comunicação entre os mesmos. Para se cadastrar na Central de Ex-alunos da FURB, é necessário preencher o formulário (no site <http://www.furb.br/web/1577/servicos/central-de-ex-alunos/solicitar-associação>), informando seus dados completos, recolher uma taxa de  $\frac{1}{2}$  **crédito financeiro** vigente na data, junto à Blucredi da Praça de Atendimento ao Estudante - Campus 1 da FURB e comparecer na Biblioteca Universitária - Campus 1, munido de carteira de identidade, para os procedimentos de habilitação (registro fotográfico, cadastramento e/ou alteração de senha) necessários para a emissão do Cartão de Associado - válido por 6 meses. Constatou-se que nessa base de dados há poucos cadastros mantidos como “ativos” (ou seja, que foram habilitados nos últimos 6 meses), em comparação com os

mais de 40 mil egressos da universidade. Assim, a CPA entende que a **nota** para o indicador **mecanismos para a criação de uma base de dados com informações atualizadas dos egressos da FURB** deva ser **2**, ou seja, a instituição está abaixo do referencial mínimo neste indicador.

Um aspecto importante para a instituição é saber se o egresso consegue se adequar as exigências impostas pelo mercado de trabalho. Considerando que a FURB tem um relacionamento ainda bastante precário com seus egressos, essa prática não está institucionalizada. Motivo que leva a CPA também a dar **nota 2** para o indicador **mecanismos para avaliar a adequação da formação do egresso para o mercado de trabalho**. A mesma situação é observada para os **mecanismos de utilização das opiniões dos egressos para aperfeiçoamento do processo de formação**. Em entrevista aplicada ao Pró-Reitor de Ensino, os mecanismos foram considerados **PRECÁRIOS/ INSUFICIENTE**. No caso dos coordenadores de curso (entrevistas) **43,8%** consideraram **ADEQUADO**, enquanto que **37,6%** consideraram os mecanismos **PRECÁRIOS/ INSUFICIENTE** ou **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Cabe destacar que atualmente a FURB utiliza somente a opinião dos formandos (através de pesquisa realizada pelo setor de avaliação da COPLAN) não utilizando-se da opinião dos egressos. Assim, a CPA entende que a Instituição está fazendo menos do que o referencial mínimo de qualidade esperado e considerou que o indicador deva ter **nota** é **2**. Quanto ao indicador **realização de cursos de curta duração ou de especialização, elaborados de acordo com os interesses profissionais dos egressos**, em entrevista aplicada aos Pró-Reitores de Ensino e de Pós-graduação, a realização de cursos foi considerada **ADEQUADA**. Foi destacado pelo mesmo que existem cursos de curta duração, tanto em unidades quanto na EDECON (Escola de Educação Continuada), e de modo geral também atendem às necessidades profissionais dos egressos. Entretanto, devido ao que já foi evidenciado nos indicadores anteriores, a CPA entende que a universidade pode avançar mais e que atualmente atende apenas o referencial mínimo de qualidade, considerando-se **nota 3** para o indicador.

Por fim, quanto à **realização de seminários e outros eventos voltados para constante atualização dos egressos**, não foram obtidos dados quantitativos que mensurasse o indicador. Em entrevista aplicada aos Pró-Reitores de Ensino e de Pós-graduação, um considerou **ADEQUADA** e o outro **PRECÁRIO/ INSUFICIENTE**. Ficou claro para os presentes no seminário avaliativo que esta atividade precisa ainda ser melhorada para poder atender as necessidades acima expressas. A CPA entende que na situação atual a instituição não está atendendo o referencial mínimo de qualidade e considerou **nota 2** para o indicador.

A seguir tem-se o quadro com os indicadores e, logo depois, as considerações sobre os pontos fracos, pontos fortes e as recomendações.

Quadro 42 - Planilha Avaliativa – Dimensão 9

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>9.1. Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.</b>						
9.1.1. Existência de programas de apoio aos discentes presentes nos documentos oficiais.				x		
9.1.2. Coerência entre as práticas de apoio ao discente com as políticas constantes nos documentos oficiais.			x			
9.1.3. Previsão de metas no PDI para os programas de apoio aos estudantes.				x		
9.1.4. Existência de uma política institucional para destinação de bolsas acadêmicas.				x		
9.1.5. Coerência entre a destinação de bolsas acadêmicas com as políticas constantes nos documentos oficiais.				x		
9.1.6. Política institucional para destinação de bolsas acadêmicas disponível para visualização e conhecimento da comunidade universitária.					x	
9.1.7. Política institucional de apoio e incentivo à organização dos estudantes em Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos.					x	
9.1.8. Existência de uma política institucional para realização de eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos) que detalhem os mecanismos existentes para sua promoção.			x			
9.1.9. Coerência entre a realização de eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos) com as políticas existentes nos documentos oficiais.			x			
9.1.10. Existência de uma política institucional para acompanhamento dos egressos.			x			
9.1.11. Coerência entre as práticas de acompanhamento dos egressos com as políticas constantes nos documentos oficiais.				x		
9.1.12. Disponibilidade de informações da legislação acadêmica para toda comunidade universitária.				x		
<b>9.2. Programas de apoio ao discente</b>						
9.2.1. Programas permanentes voltados para o acompanhamento psicossocial e pedagógico dos discentes.		x				
9.2.2. Pessoal especializado disponível para promover a integridade psicológica de discentes (orientação e aconselhamento).		x				
9.2.3. Pessoal disponível para assegurar a adaptação de discentes, especialmente ingressantes.		x				
9.2.4. Existência de programas de orientação e encaminhamento profissional.		x				
9.2.5. Proporção entre alunos inscritos nos programas de apoio aos estudantes e alunos beneficiados.					x	
9.2.6. Proporção entre alunos inscritos e recursos disponíveis nos programas de apoio aos estudantes.				x		

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
9.2.7. Critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes.						X
9.2.8. Cumprimento dos critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes.						X
9.2.9. Práticas consolidadas e institucionalizadas de destinação de bolsas acadêmicas (mecanismos sistemáticos de desconto integral ou parcial concedido ao aluno pela FURB no pagamento de semestralidade ou mensalidade).					X	
9.2.10. Existência de bolsas de monitoria coerentes com as necessidades do curso.				X		
9.2.11. Existência de bolsas de pesquisa (em pós-graduação).					X	
9.2.12. Existência de bolsas de iniciação científica (PIPE/PIBIC).					X	
9.2.13. Existência de bolsas de extensão.				X		
9.2.14. Existência de bolsas de PET.			X			
9.2.15. Mecanismos de motivação capazes de promover a interação efetiva entre aluno e docente, e entre aluno e aluno (ex.: gincanas, feiras).			X			
9.2.16. Mecanismos e ferramentas voltados para a melhoria da aprendizagem do discente (programas de nivelamento, de suficiência, de tutoria, de orientação acadêmica, entre outros).			X			
9.2.17. Funcionamento adequado e compatível do atendimento da população discente.				X		
<b>9.3. Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos e mobilidade.</b>						
9.3.1. Realização sistemática de seminários e outros eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos) com espaço para apresentação da produção discente.					X	
9.3.2. Participação dos alunos nos eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos promovidos e organizados pela FURB (nº de alunos participantes e de eventos realizados).				X		
9.3.3. Critérios definidos para a participação discente em eventos científicos e acadêmicos locais, regionais, nacionais e estrangeiros.			X			
9.3.4. Existência de jornais e revistas acadêmicas que possuam espaço para publicação discente.			X			
9.3.5. Programas de mobilidade e intercâmbio nacionais e internacionais, a partir de convênios de cooperação.					X	
9.3.6. Ampla divulgação e igualdade de oportunidade para os membros da comunidade discente para mobilidade e intercâmbio nacionais e internacionais.						X
9.3.7. Relação entre os convênios de intercâmbio existentes e as ações executadas (nº de estudantes em intercâmbio).						X

<b>9.4. Condições institucionais para os discentes</b>					
9.4.1. Critérios claros de seleção e matrícula disponíveis para a comunidade.					x
9.4.2. Relação entre o número de vagas/cursos oferecidos pela FURB e a demanda existente na região (relação candidato/vaga).			x		
9.4.3. Relação entre matrículas e as vagas oferecidas pelos cursos (dados: número de matrículas, trancamento, reingresso, transferências, número médio de alunos por turma/curso).			x		
9.4.4. Acesso do discente ao sistema de registro acadêmico para efetivação de matrícula, transferência de turma e de turno, trancamento de matrícula e retorno.				x	
9.4.5. Acesso do discente ao sistema de registro acadêmico para solicitação de informações e requerimento de documentos estudantis.			x		
9.4.6. Acesso do discente ao manual do aluno e ao projeto pedagógico do curso.				x	
9.4.7. Oferta de serviços de informação específica ao aluno: estágios, alojamentos, transporte, informações acadêmicas, biblioteca, senhas para acesso a sites e e-mail, editais e outros.					x
9.4.8. Existência de Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos em funcionamento (ativos).				x	
9.4.9. Nível de participação dos estudantes nas associações (Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos) existentes.		x			
9.4.10. Mecanismos de relacionamento entre os dirigentes e os órgãos de gestão com os Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos.		x			
<b>9.5. Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.</b>					
9.5.1. Ações para promoção de um relacionamento contínuo entre a FURB e seus egressos.		x			
9.5.2. Mecanismo para criação de uma base de dados com informações atualizadas dos egressos da FURB.		x			
9.5.3. Mecanismos para avaliar a adequação do egresso para o mercado de trabalho.		x			
9.5.4. Mecanismo de utilização das opiniões para o aperfeiçoamento do processo de formação.		x			
9.5.5. Realização de curso de curta duração ou de especialização, elaborado de acordo com os interesses profissionais dos egressos.			x		
9.5.6. Realização de seminários e ou outros eventos voltados para a constante atualização dos egressos.		x			

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

**Quadro 43 – Pontos positivos, fragilidades e Recomendações da Dimensão 9**

<b>Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 9:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Política institucional para destinação de bolsas acadêmicas disponível para visualização e conhecimento da comunidade universitária.</li><li>• Política institucional de apoio e incentivo à organização dos estudantes em Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos.</li><li>• Proporção entre alunos inscritos nos programas de apoio aos estudantes e alunos beneficiados.</li><li>• Critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes.</li><li>• Cumprimento dos critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes.</li><li>• Práticas consolidadas e institucionalizadas de destinação de bolsas acadêmicas (mecanismos sistemáticos de desconto integral ou parcial concedido ao aluno pela FURB no pagamento de semestralidade ou mensalidade).</li><li>• Existência de bolsas de pesquisa (em pós-graduação).</li><li>• Existência de bolsas de iniciação científica (PIPE/PIBIC).</li><li>• Realização sistemática de seminários e outros eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos) com espaço para apresentação da produção discente.</li><li>• Programas de mobilidade e intercâmbio nacionais e internacionais, a partir de convênios de cooperação.</li><li>• Relação entre os convênios de intercâmbio existentes e as ações executadas (nº de estudantes em intercâmbio).</li><li>• Critérios claros de seleção e matrícula disponíveis para a comunidade.</li><li>• Acesso do discente ao sistema de registro acadêmico para efetivação de matrícula, transferência de turma e de turno, trancamento de matrícula e retorno.</li><li>• Acesso do discente ao sistema de registro acadêmico para efetivação de matrícula, transferência de turma e de turno, trancamento de matrícula e retorno.</li><li>• Oferta de serviços de informação específica ao aluno: estágios, alojamentos, transporte, informações acadêmicas, biblioteca, senhas para acesso a sites e e-mail, editais e outros.</li></ul>
<b>Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 9:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Existência de programas de apoio aos discentes presentes nos documentos oficiais</li><li>• Coerência entre as práticas de apoio ao discente com as políticas constantes nos documentos oficiais.</li><li>• Previsão de metas no PDI para os programas de apoio aos estudantes</li><li>• Existência de uma política institucional para destinação de bolsas acadêmicas</li><li>• Coerência entre a destinação de bolsas acadêmicas com as políticas constantes nos documentos oficiais.</li><li>• Existência de uma política institucional para realização de eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos) que detalhem os mecanismos existentes para sua promoção.</li><li>• Coerência entre a realização de eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos) com as políticas existentes nos documentos oficiais.</li></ul>

- Existência de uma política institucional para acompanhamento dos egressos.
- Coerência entre as práticas de acompanhamento dos egressos com as políticas constantes nos documentos oficiais.
- Disponibilidade de informações da legislação acadêmica para toda comunidade universitária.
- Programas permanentes voltados para o acompanhamento psicossocial e pedagógico dos discentes.
- Pessoal especializado disponível para promover a integridade psicológica de discentes (orientação e aconselhamento).
- Pessoal especializado disponível para promover a integridade psicológica de discentes (orientação e aconselhamento).
- Existência de programas de orientação e encaminhamento profissional.
- Proporção entre alunos inscritos e recursos disponíveis nos programas de apoio aos estudantes.
- Existência de bolsas de monitoria coerentes com as necessidades do curso.
- Existência de bolsas de extensão
- Existência de bolsas de PET
- Mecanismos de motivação capazes de promover a interação efetiva entre aluno e docente, e entre aluno e aluno (ex.: gincanas, feiras, ).
- Mecanismos e ferramentas voltados para a melhoria da aprendizagem do discente (programas de nivelamento, de suficiência, de tutoria, de orientação acadêmica, entre outros).
- Funcionamento adequado e compatível do atendimento da população discente.
- Participação dos alunos nos eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos promovidos e organizados pela FURB (nº de alunos participantes e de eventos realizados).
- Critérios definidos para a participação discente em eventos científicos e acadêmicos locais, regionais, nacionais e estrangeiros
- Existência de jornais e revistas acadêmicas que possuam espaço para publicação discente.
- Relação entre o número de vagas/cursos oferecidos pela FURB e a demanda existente na região (relação candidato/vaga).
- Relação entre matrículas e as vagas oferecidas pelos cursos (dados: número de matrículas, trancamento, reingresso, transferências, número médio de alunos por turma/curso).
- Acesso do discente ao sistema de registro acadêmico para solicitação de informações e requerimento de documentos estudantis.
- Existência de Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos em funcionamento (ativos).
- Nível de participação dos estudantes nas associações (Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos) existentes.
- Mecanismos de relacionamento entre os dirigentes e os órgãos de gestão com os Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos.
- Ações para promoção de um relacionamento contínuo entre a FURB e seus egressos.
- Mecanismo para criação de uma base de dados com informações atualizadas dos

egressos da FURB.

- Mecanismos para avaliar a adequação do egresso para o mercado de trabalho
- Mecanismo de utilização das opiniões para o aperfeiçoamento do processo de formação.
- Realização de curso de curta duração ou de especialização, elaborado de acordo com os interesses profissionais dos egressos.
- Realização de seminários e ou outros eventos voltados para a constante atualização dos egressos.

#### **Recomendações da CPA sobre a Dimensão 9**

- Incluir nos documentos oficiais os programas de apoio aos discentes.
- Estabelecer metas no PDI para os programas de apoio aos estudantes.
- Deixar evidenciado a questão das bolsas e sua destinação.
- Oficializar a realização de eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos).
- Oficializar as políticas de acompanhamento dos egressos.
- Disponibilizar o PDI da FURB, bem como os Projetos Pedagógicos dos Cursos, regulamentações de monitoria, bolsas, etc;
- Disponibilizar o que rege especificamente a vida acadêmica na FURB;
- Contratar pessoal especializado para atender o estudante orientando/o nas dificuldades encontradas na vida acadêmica.
- Recontratar psicólogos para promover a integridade psicológica dos acadêmicos e orientações quanto à carreira a seguir.
- Analisar os recursos disponíveis nos programas de apoio aos estudantes e remanejar da melhor forma possível.
- Propor um programa de adaptação dos discentes.
- Utilizar a disciplina Universidade, Ciência e Pesquisa como parte do processo de adaptação ao aluno (caracterizar a FURB, departamentos, cursos, etc.).
- Aumentar a disponibilidade de bolsas de monitoria para os cursos.
- Disponibilizar mais bolsas para o programa PET bem como para a extensão.
- Promover atividades que proporcionem a interação entre docentes e discentes.
- Institucionalizar programas de nivelamento em disciplinas como matemática, português, física, inglês.
- Ampliar a tutoria de alunos de graduação, de modo a incentivar a Iniciação Científica, mestrado, pesquisa, etc..
- Implementar protocolo de atendimento ao discente, que permita o acompanhamento.
- Capacitar os servidores que trabalham com atendimento (recepcionistas, atendentes da Praça de Atendimento ao Estudante), etc..
- Promover maior incentivo e divulgação de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos.
- Desenvolver mecanismos que possam expressar a efetiva participação da comunidade acadêmica em eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos.
- Apresentar critérios, de forma clara, para que a participação de discentes em eventos científicos de âmbito local e até internacional possa ser proporcionada.

- Oferecer espaço em mídia para que o discente interessado possa divulgar conteúdo relacionado a sua área, seja pesquisa ou extensão.
- Pesquisar se a relação candidato vaga está coerente com a demanda existente na região.
- Criar um setor de pesquisa (para demandas internas e externas) como imagem FURB, demandas de novos cursos, etc.
- Criar condições para que o acadêmico possa realizar o requerimento de documentos estudantis via sistema
- Incentivar a participação dos discentes nos seus respectivos centros acadêmicos.
- Promover a interação dos centros acadêmicos com os órgãos de gestão.
- Promover ações para fortalecer o relacionamento entre a FURB e seus egressos.
- Criar facilidades e oferecer cursos para que o egresso possa procurar a FURB no sentido de aprimorar seus conhecimentos, seja através de cursos de curta duração ou mesmo especialização ou mestrado.
- Criar um sistema que possa ser atualizado constantemente, onde informações sobre a situação no mercado de trabalho do egresso possam ser encontradas.
- Oferecer um canal de comunicação onde o egresso possa relatar os desafios e facilidades encontradas na vida profissional trazendo ao curso situações que promovam a discussão e elaboração da grade curricular.

#### Comentários da CPA:

O resultado da avaliação da dimensão 9 mostra que a **Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais** atende o referencial mínimo de qualidade. Porém fragilidades encontradas, **pontos frágeis**, levam a CPA a fazer as seguintes recomendações: Incluir nos documentos oficiais os programas de apoio aos discentes. Deixar evidenciado a questão das bolsas e sua destinação. Oficializar a realização de eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos). Oficializar as políticas de acompanhamento dos egressos.

Quanto aos **programas de apoio ao discente**, a maioria dos indicadores mostraram fragilidades da IES, ou seja, a universidade não está atendendo o referencial mínimo de qualidade. A CPA faz as seguintes recomendações: Contratar pessoal especializado para atender o estudante orientando-o nas dificuldades encontradas na vida acadêmica. Psicólogos para promover a integridade psicológica e promover orientações quanto à carreira a seguir. Aumentar a disponibilidade de bolsas de monitoria para os cursos, disponibilizar mais bolsas para o programa PET bem como para a extensão. Promover atividades que proporcionem a interação entre docentes e discentes. Quanto aos **programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos e mobilidade** a IES está atendendo o referencial mínimo de qualidade. Para melhorar ainda mais os processo/Programas a CPA recomenda: Promover maior incentivo e divulgação de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos.

Desenvolver mecanismos que possam dar a real dimensão da participação da comunidade acadêmica. Apresentar critérios, de forma clara, para que a participação de discentes em eventos científicos de âmbito local e até internacional possa ser proporcionada. Oferecer espaço em mídia para que o discente interessado possa divulgar conteúdo relacionado a sua área, seja pesquisa ou extensão. As **condições institucionais para os discentes** estão atendendo o referencial mínimo de qualidade. Porém recomenda criar condições para que o acadêmico possa realizar o requerimento de documentos estudantis via sistema. Incentivar a participação dos discentes nos seus respectivos centros acadêmicos. Promover a interação dos centros acadêmicos com os órgãos de gestão. O **acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada**, está abaixo do referencial mínimo de qualidade. A CPA recomenda promover ações para fortalecer o relacionamento entre a FURB e seus egressos. Criar facilidades e oferecer cursos para que o egresso possa procurar a FURB no sentido de aprimorar seus conhecimentos, seja através de cursos de curta duração ou mesmo especialização ou mestrado. Criar um sistema que possa ser atualizado constantemente, onde informações sobre a situação no mercado de trabalho do egresso possam ser encontradas. Além disso, oferecer um canal de comunicação onde o egresso possa relatar os desafios e facilidades encontradas na vida profissional trazendo ao curso situações que promovam a discussão e elaboração da grade curricular. Outros pontos importantes também podem ser observados nas descrições de cada indicador.

## CAPÍTULO 10 - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Conforme já salientado na avaliação do período 2006 a 2008 a FURB possui uma adequada Política e estrutura orçamentária (Forma) de administração financeira e contábil que pode ser considerada sustentável. Dados financeiros – em sua maioria – demonstram a solidez da Universidade, apesar da Instituição ter grandes desafios nesta área.

### 10.1. COERÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA APRESENTADA PELA IES COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS

Com relação ao indicador **coerência entre a proposta orçamentária (anual e plurianual) e as políticas constantes nos documentos oficiais** observa-se no PDI:

*Objetivo: Garantir a sustentabilidade econômica e financeira institucional no longo prazo, como forma de melhor cumprir sua missão e atingir sua visão de futuro.*

*Metas: Melhorar os processos de gestão, visando agilizar a capacidade de resposta e otimizar os recursos existentes. Ampliar leque de cursos disponíveis à sociedade e adequar os cursos existentes às necessidades contemporâneas. Diferenciar a Instituição em relação às concorrentes, tornando a FURB primeira opção entre os interessados em formação superior. Diversificar as fontes de receitas, diminuindo a dependência da mensalidade dos cursos de graduação tradicional. Ampliar participação governamental no financiamento institucional. Reduzir e evasão de alunos e estimular o reingresso de alunos desistentes.*

*Ações: Implantar programa de melhoria de processos e consolidar a gestão de processos por meio do Escritório de Processos; Implantar a escola de formação continuada; Desenvolver cursos de EaD, principalmente na pós-graduação e educação continuada; Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu; Inserir componente internacional nos cursos existentes e desenvolver cursos de duplo-diploma com Instituições parceiras no exterior. Estruturar o NUPEX para oferta de serviços laboratoriais e de projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação com empresas. Estimular pesquisadores a captarem recursos externos via editais e/ou trabalho direto com empresas. Adequar currículos dos cursos existentes às necessidades da sociedade e procurar a otimização de recursos. Implantar projeto de redução de evasão e estímulo ao reingresso. Realizar ações junto ao MEC visando à federalização de vagas para cursos de licenciatura.*

Para garantir a sustentabilidade econômica e financeira institucional no longo prazo (objetivo proposto no PDI), destaca-se que o orçamento é projetado sempre a partir das informações da execução orçamentária dos anos anteriores. Além disso, para as receitas, são considerados elementos como tendência de variação no número de alunos,

número de créditos financeiros faturados, inflação, previsão de repasses governamentais, previsão de captação de recursos, previsão de abertura de novas turmas e/ou cursos, contratação de serviços da FURB pela sociedade, recuperação de dívida ativa, entre outras. Para as despesas são consideradas a variação da folha de pagamento, alíquota do ISSBLU, reajuste de contratação de serviços (água, luz, telefone, limpeza, vigilância, alugueis, planos de saúde), contratação de bolsistas e estagiários, planejamento de obras, sentenças judiciais e outras despesas que são conhecidas na época do orçamento.

Em relação às metas, a FURB vem ampliando o leque de cursos disponíveis à sociedade e adequando alguns cursos existentes. Não há grande diversificação das fontes de receitas, pois ainda há grande dependência da mensalidade dos cursos. Há participação governamental no financiamento institucional e foram realizadas ações para redução da evasão de alunos e estímulos ao reingresso de alunos desistentes.

Assim, a CPA entende que há coerência, mas ainda com muito a ser realizado. Por isso considera-se que a instituição atende o referencial mínimo de qualidade e considera que a **nota** para o indicador deva ser **3**.

Para o indicador **coerência entre as diretrizes orçamentárias e a proposta de desenvolvimento da FURB constante no PDI** a CPA buscou o que consta no PDI e no Planejamento Estratégico. O PDI traz que *na implementação de um planejamento institucional, a FURB traça linhas mestras a partir de seu plano estratégico. Este é o instrumento-guia das ações, resultado de uma ampla discussão acerca dos objetivos e metas a serem alcançados:*

*Ampliar o desenvolvimento socioeconômico da comunidade;*  
*Alcançar a sustentabilidade econômica;*  
*Ampliar seus produtos e serviços e fortalecer ainda mais sua imagem;*  
*Qualificar e inovar produtos para os usuários;*  
*Melhorar a eficiência, operacionalização e agilidade de tecnologias e processos;*  
*Promover a valorização e o desenvolvimento do patrimônio humano.*

A Proposta de Gestão Orçamentária (Planejamento Estratégico 2007-2012) traz como objetivo geral *obter o equilíbrio financeiro orçamentário, através de um acompanhamento permanente das rubricas de despesas e receitas, a fim de promover a autossustentabilidade da instituição.*

A CPA entende que a FURB busca manter o equilíbrio financeiro orçamentário e desenvolver ações de desenvolvimento institucional coerentes com as diretrizes orçamentárias. Porém, destaca-se que o PDI vigente não é orientador das diretrizes orçamentárias (ou seja, as ações propostas nele não direcionam a elaboração orçamentária, que ainda é realizada com base nas execuções dos anos anteriores).

Assim, consideramos que há coerência entre as diretrizes orçamentárias e a proposta de desenvolvimento da FURB constante no PDI, mas ainda há muito a ser feito. A CPA considerou que a instituição está atendendo o mínimo, atribuindo **nota 3** ao indicador.

Para o indicador **coerência entre a execução orçamentária e orçamento**, buscou-se a opinião dos gestores da administração setorial e superior.

De acordo com a opinião das chefias dos departamentos (entrevistas), a coerência foi analisada da seguinte forma: **33,3%** consideraram **ADEQUADA**, **33,3%** **PRECÁRIA/INSUFICIENTE**. Outros **16,7%** consideraram **MUITO ADEQUADA**.

Já a Administração Superior avaliou da seguinte forma: **50%** considerou **ADEQUADA**, **18,8%** considerou **EXCELENTE**.

A Tabela 65 traz uma análise da evolução das despesas orçadas e realizadas em comparação com a receita executada.

**Tabela 65 - Evolução das despesas orçada e realizada e da receita realizada**

Ano	DESPEASAS		Evolução Exec/Orç	RECEITAS
	Orçamento	Executado		Executado
<b>2009</b>	120.564.362,13	129.455.117,73	1,07%	118.564.881,00
<b>2010</b>	135.067.700,00	120.809.305,12	0,89%	120.520.496,00
<b>2011</b>	138.200.000,00	127.524.379,00	0,92%	130.592.362,00

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

A CPA observa que, embora tenha ocorrido variação entre o orçamento previsto e as despesas executadas no período avaliado, a FURB **realizou as despesas de forma coerente com suas receitas**.

No ano de 2009 a receita ficou 2% abaixo da previsão e a despesa alcançou 7% acima do previsto.

Em 2010 receita e despesa ficaram 11% abaixo do orçamento.

Em 2011 tanto receitas como despesa ficaram abaixo do orçado em 8% e 6%.

À exceção do ano de 2009, as diferenças entre valores orçados e realizados apresentam coerência no comportamento (crescimento/diminuição) para receita e despesa.

Assim, a CPA e os presentes no seminário avaliativo entenderam que deveria se ter uma melhor previsão no orçamento, com uma análise da real capacidade de executar a proposta de orçamento. Foi considerado que no período a instituição não atendeu o referencial mínimo de qualidade sendo considerada **nota 2** para o indicador.

Quanto ao indicador **investimento em espaço físico de acordo com as demandas projetadas no PDI** verificou-se que as ações previstas no PDI para o espaço físico, no período da autoavaliação são:

- 1 - *Assegurar recursos para o Programa de Modernização e Recuperação da infraestrutura física e laboratorial.*
- 2 - *Construir os blocos S (Campus I) e J (Campus II).*
- 3 - *Terminar a construção da primeira fase do Hospital Universitário e do novo Ambulatório.*

Resultados:

1 - No período avaliado as salas de aulas foram modernizadas com instalação de projetores multimídia fixos, caixas de som, entre outros. Porém, a recuperação de infraestrutura laboratorial depende muito de captação de recursos externos através de projetos.

2 - Com relação às ações previstas no PDI, para o período, observa-se que a construção da primeira fase do Hospital Universitário foi concluída. Porém, para o novo Ambulatório faltam diversas instalações.

3 - A construção do Bloco S (campus I) foi, em parte, concluída (ainda no esqueleto). O bloco J (Camus II) não foi iniciado.

A CPA e os presentes no seminário de autoavaliação consideraram, conforme já discutido na dimensão 7 – infraestrutura, que a falta da capacidade de investimento não tem permitido que a Instituição atenda ao referencial mínimo de qualidade, sendo prejudicado na avaliação. A nota para o indicador é **2**.

Quanto ao indicador **coerência entre a alocação de recursos para manutenção das instalações físicas com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI)**, buscaram-se as metas estabelecidas no PDI para comparação com os resultados apurados. As metas estabelecidas no PDI são:

*“1 - Suprir as necessidades de salas de aula devido à ampliação de alunos em algumas áreas, migração de cursos para turno noturno e deslocamento dos alunos da área da Computação para o Campus I.*

*2 - Modernizar 100% dos espaços de ensino-aprendizagem (salas de aula).*

*3 - Manter e recuperar a infraestrutura laboratorial, com investimentos seletivos, conforme a necessidade.”*

A situação apurada pode ser assim resumida:

1- Parte dos alunos do curso de Ciências da Computação encontram-se em atividades no Campus III (laboratório e aulas).

2 - As salas de aulas foram, em parte, modernizadas, mas nem todas possuem, por exemplo, *wi-fi*. Os condicionadores de ar, em algumas delas, são antigos e muito barulhentos, competindo com os professores na execução da atividade docente. No Bloco I algumas salas possuem apenas ventiladores.

3 - A infraestrutura laboratorial depende, muitas vezes, de recursos externos (captação de recursos por projetos) para serem mantidas ou recuperadas.

No seminário de autoavaliação a comunidade, apontou que o curso de Ciências da Computação ficou fragmentado entre os campi I e III ao ser transferido do antigo Campus IV(desativado). Além disso, algumas salas do Bloco D ainda estão sem condicionadores de ar. A modernização dos espaços precisa ser mais detalhada no PDI (projetos dos espaços de ensino-aprendizagem). Nesse sentido, a revisão anual do PDI é

importante em função do avanço da tecnologia (revisão do projeto de modernização). A **nota** sugerida no seminário para este indicador é **2**, sendo acatada pela CPA.

Para o indicador **coerência entre a alocação de recursos para atualização de equipamentos e materiais com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI)**, constatou-se que no PDI não consta um Plano específico de expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores. Porém, no mesmo encontra-se como meta: *manter e recuperar a infraestrutura laboratorial, com investimentos seletivos, conforme a necessidade*, que satisfaz o indicador.

A meta do PDI para recuperar a infraestrutura laboratorial não define recursos nem prazos para que a meta seja atingida. De uma forma geral os equipamentos são comprados/ atualizados através de projetos de pesquisa ou quando comprados pela universidade decorrem de solicitações feitas pelas unidades universitárias aos setores competentes. Em relação aos demais materiais, de modo geral a instituição prevê recursos para material de consumo. Outros pontos foram levantados pela comunidade no seminário de autoavaliação: “O PDI deveria prever a alocação de recursos para atualizar os equipamentos/materiais e, a partir disso, aplicá-los na prática.”. “Atualmente não se pode detalhar no orçamento investimentos, porque não constam nas diretrizes orçamentárias (não se abre essa possibilidade)”. A CPA observou que o indicador não representa uma prática institucionalizada. O referencial mínimo de qualidade não está sendo atendido e considerou a **nota 2** a mais adequada.

Para o indicador **coerência entre a alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI)** apurou-se que A FURB possui programas de capacitação para seus servidores (descritos no PDI):

- 1 - Resolução 05/1994: abatimento para cursar ensino médio, graduação e pós (servidores e família);
- 2 - Resolução 13/1997: abatimento para segundo curso de graduação;
- 3 - Resolução 30/1997: apoio para cursar Stricto Sensu (servidores técnicos);
- 4 - Resolução 17/2008: abatimento para cursar Stricto Sensu na FURB (idem);
- 5 - Resolução 26/2008: Programa de capacitação linguística;

A Tabela 66 apresenta a evolução de docentes (afastados ou não) obtendo titulação acadêmica.

**Tabela 66 - Evolução do quadro docente obtendo titulação**

Tipo de afastamento	2009		2010		2011	
	M	D	M	D	M	D
Afastamento total	-	18		19	-	15
Afastamento parcial	2	5	1	-	-	2
Sem afastamento	-	4	-	-	14	21

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

A Tabela 67 apresenta a evolução da participação de servidores Técnico-administrativos na Formação Institucional.

**Tabela 67 - Evolução da participação dos servidores TA na Formação Institucional.**

Participação de servidores TA na Formação Institucional:		
Ano/Participação	I sem.	II sem.
2009	203 participantes (37%)	148 participantes (26%)
2010	132 participantes (23,5%)	
2011	143 participantes (24%)	

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

A CPA entendeu que existe coerência entre os recursos alocados e as políticas constantes no PDI. Porém, no seminário avaliativo apontou-se que o PDI deve considerar metas de qualificação dos técnicos e docentes (por ex. quantos mestres e doutores a FURB quer ter em 2013, 2014 e 2015). Falta definir onde pode ser aplicado o que hoje se dá como “renúncia de receita” (como abatimentos para familiares dos servidores) caso seja investido em outras ações. É preciso melhorar a definição de ‘capacitação’ e ‘benefícios’. Os presentes no seminário de autoavaliação consideraram **nota 3** para o indicador.

Para o indicador **participação da comunidade universitária na elaboração do orçamento**, foi realizada pesquisa de opinião com os segmentos envolvidos e cujos resultados seguem: De acordo com a opinião dos *técnicos-administrativos*, **36,9%** consideraram **PRECÁRIA/INSUFICIENTE**, e outros **26,3%** consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Destaca-se que **26,9%** respondeu que **NÃO SE APLICA**.

Na opinião dos *docentes*, **28,7%** consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL** e outros **24,3%** avaliaram como **PRECÁRIA/INSUFICIENTE**. Destaca-se que **30,7%** responderam que **NÃO SE APLICA**. Na *Administração Superior*, **31,3%** considerou **“ADEQUADA”** e outros **31,3%** consideraram **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**. Destaca-se que **18,8%** responderam que **PRECÁRIA/INSUFICIENTE**. Já na *Administração Setorial*, **43,3%** considerou **EVIDÊNCIA ACIDENTAL**, enquanto que outros **33,3%** considerou **PRECÁRIA/INSUFICIENTE**. Considerando os dados da pesquisa que mostra a pequena participação da comunidade acadêmica no planejamento financeiro, a CPA entendeu que a nota para esse indicador deva ser **2**.

Para o indicador **distribuição de recursos entre as diversas rubricas orçamentárias**, apurou-se que nos orçamentos de 2009, 2010 e 2011 as principais rubricas possuem previsão orçamentária definida.

As despesas correntes possuem previsão para “Pessoal e Encargos Sociais”, “Juros e Encargos da Dívida” e “Outras Despesas Correntes”. Já as despesas de capital estão divididas em “Investimentos”, “Inversões Financeiras” e “Amortização de Dívidas”, conforme pode ser verificado nas seguintes documentos: RESOLUÇÃO Nº 71/2008, DE 19 DE SETEMBRO DE 2008; RESOLUÇÃO Nº 41/2009, DE 14 DE AGOSTO DE 2009;

RESOLUÇÃO Nº 49/2010, DE 20 DE AGOSTO DE 2010. A CPA entende que a **nota** para esse indicador deva ser **5**.

Para o indicador **diversificação das fontes de captação de recursos**, apurou-se se verificou que o parecer anual da Controladoria Geral da FURB aponta diversas fontes de receita da Universidade: Receitas de alunos, Recuperação da Inadimplência, Prestação de serviços, Imposto de Renda fonte, Poder Público, Receitas patrimoniais, Receitas de capital e Outras receitas. Este parecer poder ver visto em:

<http://www.furb.br/web/1664/servicos/outros-portais/transparencia-furb/controladoria>

Entretanto, cabe destacar que embora a diversificação possa ser observada, na FURB ainda persiste uma concentração acima de 70% em “Receitas de Alunos” (Receitas de Ensino). Algumas questões foram levantadas no seminário: “Existe ainda muita dependência da mensalidade dos alunos”. “O PDI deve dizer qual o nosso foco (ensino, serviços, pesquisa, etc.)”. “De quantas fontes queremos captar recursos e de quanto”? “Essas questões devem ficar claro no PDI”. Assim, a CPA entende que o indicador não representa uma prática institucionalizada e que a nota para o mesmo deva ser **2**.

Para o indicador **cumprimento das obrigações trabalhistas**, não foram verificadas evidências do descumprimento de obrigações trabalhistas.

A CPA entende que a FURB cumpre com as suas obrigações trabalhistas e a nota deva ser **5**, o que foi corroborado no seminário.

O mesmo vale para o indicador **pontualidade no pagamento de salários nos últimos seis meses**, pois não foram apurados registros de atrasos no pagamento de salários no período avaliado. A CPA considerou **nota 5**.

Para o indicador **comprometimento da folha de pagamento (salários + encargos) em índices compatíveis (54 a 65%) com a receita corrente**, pode-se apurar pela

Tabela 68, que na média ponderada do triênio, os gastos superaram em 2,7% a meta legal; e no ano de 2011, 6,5% superior aos 65%.

**Tabela 68 - Evolução dos gastos com pessoal em relação à receita**

Ano	2009	2010	2011
<b>Folha Mensal</b>	60.635.843	61.850.009	64.903.992
<b>13º Salário</b>	5.168.916	5.034.795	4.903.821
<b>Férias</b>	1.710.501	1.595.490	1.538.761
<b>ISBLU</b>	10.780.165	9.681.580	10.568.868
<b>INSS</b>	2.542.287	2.293.913	2.762.405
<b>FGTS</b>	979.812	739.471	289.533
<b>TOTAL</b>	81.817.525	81.195.258	84.967.380
<b>Líquido</b>	81.895.043	81.964.834	86.147.423
<b>Receita</b>	118.469.241	130.595.363	120.505.487
%	69.13%	62.76%	71.49%

Fonte: Coplan

No seminário foi apontado que 65% é o que prevê a Lei de Responsabilidade fiscal. Os cursos, em seus orçamentos, devem prever um percentual ideal no comprometimento com a folha de pagamento. A nota para o indicador foi considerada **2**.

Para o indicador **previsão orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão**, observa-se que o PDI menciona apenas a previsão orçamentária assim, não prevendo comparações. Além disso, para o ano de 2009 os dados estão em bases de difícil busca. Na Tabela 69 apresenta a previsão orçamentária para as respectivas áreas.

**Tabela 69 - Previsão orçamentária para as áreas de ensino, pesquisa e extensão**

Gastos com pessoal e outros.	Ensino		Pesquisa		Extensão	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>Pessoal e encargos</b>	36.941.306	36.411.588	6.513.459	8.344.367	2.147.295	3.196.183
<b>Apoio aos estudantes</b>	6.900.000	6.500.000	-	-	-	-
<b>Apoio aos estudantes</b>	1.440.000	1.500.000	-	-	400.000	144.000
<b>Bolsas</b>	-	-	-	508.000	92.778	4.188
<b>Apoio financeiro</b>	-	-	200.000	-	-	-
<b>Projetos especiais</b>	-	-	6.979.103	-	-	-
<b>Programas de extensão</b>	-	-	-	-	2.217.419	1.883.895
<b>Laboratórios</b>	-	-	-	-	1.039.750	1.331.866
<b>Outras despesas</b>	11.644.975	16.042.089	-	-	-	-
<b>Totais</b>	56.925.975	60.453.677	13.692.562	14.702.052	5.896.241	6.560.132

Fonte: Coplan

Os presentes no seminário de autoavaliação consideraram que se trata, conforme mostra a Tabela 69, de uma prática institucionalizada e se definiu **nota 5** para o indicador.

Para o indicador **previsão orçamentária para as áreas institucionais: cultura**, os dados apurados são apresentados na

Tabela 70.

**Tabela 70 - Previsão orçamentária para cultura**

Cultura	Orçado	
	2010	2011
<b>1. Atividades de extensão</b>	93.658	86.777
<b>2. Obrigações patronais</b>	28.097	30.025
<b>3. Bolsas</b>	28.097	4.188
<b>4. Festival de teatro</b>	72.595	18.792
<b>Total</b>	194.352	120.990

Fonte: Coplan

O seminário de autoavaliação entendeu que trata-se uma prática consolidada e que o indicador deveria receber **nota 5**, sendo esta decisão acatada pela Comissão.

Para o indicador **previsão orçamentária para as áreas institucionais: gestão**, foram apurados os dados apresentados na Tabela 71.

**Tabela 71 - Previsão orçamentária para a gestão**

Gestão	Orçado	
	2010	2011
1. Reitoria	4.302.957	2.161.517
2. Coplan	9.139.822	10.276.879
3. Procuradoria	724.686	814.666
4. Biblioteca	2.804.017	3.016.329
5. PROAD	31.624.681	29.469.606
6. PROEN	2.509.286	2.770.352
7. PROPEX	1.460.163	1.768.962
8. CCM	2.595.431	2.738.834
9. CAE	554.782	534.944
10. Instituto FURB	2.642.744	2.792.267
<b>Total</b>	<b>58.358.570</b>	<b>56.344.356</b>

Fonte: Coplan

O seminário de autoavaliação entendeu também que trata-se uma prática consolidada e que o indicador deveria receber **nota 5**, sendo esta decisão acatada pela Comissão.

Para o indicador **execução orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão** pela análise da Tabela 69, percebe-se que as atividades de ensino ficaram pouco acima do orçado para os anos de 2010 e 2011. Nas atividades de pesquisa, a variação ficou em menos 16,3% em 2010 e 30%, em 2011. E para a extensão, uma variação de menos 2,4% em 2010 e menos 8,1% em 2011.

**Tabela 72 - Execução orçamentária para ensino, pesquisa e extensão**

Total	Orçado		Realizado		Variância	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>Ensino</b>	56.925.975	60.453.677	57.563.733	60.751.301	637.759	297.624
%	77,4%	74%	77%	79,3%	1,1%	0,5%
<b>Pesquisa</b>	13.692.562	14.702.052	11.455.172	10.297.482	2.237.390	4.404.570
%	17,9%	18%	15,3%	13,4%	-16,3%	-30%
<b>Extensão</b>	5.896.241	6.560.132	5.754.894	5.594.243	141.347	965.890
%	7,7%	8%	7,7%	7,3%	-2,4%	-14,7%
<b>Totais</b>	76.514.778	81.715.862	74.773.799	76.643.026	1.740.979	5.072.835
%	100%	100%	100%	100%	-2,3%	-6,2%

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Além disso, foi realizada pesquisa de opinião com segmentos da comunidade universitária, sendo os resultados apresentados nas Tabelas Tabela 73, Tabela 74 e Tabela 75.

**Tabela 73 - Avaliação pelos Coordenadores de Curso**

Avaliação da política de alocação de recursos da FURB quanto à	0	1	2	3	4	5
ENSINO	6,7%	13,3%	26,7%	46,7%	6,7%	0,0
PESQUISA	14,3%	0,0	28,6%	50,0%	7,1%	0,0
EXTENSÃO	13,3%	6,7%	33,3%	33,3%	13,3%	0,0

Fonte: Questionários aplicados pela CPA

**Tabela 74 - Avaliação pelos Técnico-Administrativos**

Avaliação da política de alocação de recursos da FURB quanto à	0	1	2	3	4	5
ENSINO	32,5%	11,9%	14,4%	36,9%	3,1%	1,3%
PESQUISA	36,9%	11,9%	19,4%	26,3%	3,8%	1,9%
EXTENSÃO	34,4%	13,8%	18,8%	28,8%	3,1%	1,3%

Fonte: Questionários aplicados pela CPA

**Tabela 75 - Avaliação pelos Docentes**

Avaliação da política de alocação de recursos da FURB quanto à	0	1	2	3	4	5
ENSINO	29,5%	10,4%	22,7%	31,5%	4,8%	1,2%
PESQUISA	29,9%	12,4%	28,7%	25,1%	2,8%	1,2%
EXTENSÃO	34,3%	11,6%	22,7%	26,3%	4,0%	1,2%

Fonte: Questionários aplicados pela CPA

Do seminário surgiram as sugestões de que é necessário se determinar qual o % ideal de execução orçamentária para cada área de atuação institucional. Devem ser consideradas questões de problemas de registros de informações referentes a cada uma das áreas (ensino, pesquisa e extensão). Também apontou-se a necessidade de se rever a forma de perguntar, porque se não participaram do orçamento como vão avaliar as políticas de alocação de recursos? Como pode ser observado, há alocação de recursos se dá com maior peso na área de ensino (em 2011, quase 80% do total dos recursos investidos em ensino, pesquisa e extensão). Por isso a CPA entende que a **nota** deva ser **3**.

Para o indicador **execução orçamentária para as áreas institucionais: cultura**, nas atividades de cultura denominadas de *extensão* estão considerados os gastos com o Coro da FURB, Orquestra da FURB, Grupo de Danças Alemãs, Teatro Phoenix e Camerata de Violão, conforme a

Tabela 76.

**Tabela 76 - Execução orçamentária para cultura**

Cultura	Orçado		Realizado		Variância	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>1. Atividades de extensão</b>	93.658	86.777	102.067	99.023	8.409	12.246
<b>2. Obrigações patronais</b>	28.097	30.025	19.393	18.814	8.705	11.210
<b>3. Bolsas</b>	28.097	4.188	219.436	224.636	146.839	220.448
<b>4. Festival de teatro</b>	72.595	18.792	280.065	292.818	280.065	274.026
<b>Total</b>	194.352	120.990	620.961	635.292	426.609	495.510

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Além disso, foi realizada pesquisa de opinião com segmentos da comunidade acadêmica, cujos resultados são apresentados nas tabelas Tabela 77, Tabela 78 e Tabela 79.

**Tabela 77 - Avaliação pelos Coordenadores de Curso**

Avaliação da política de alocação de recursos da FURB quanto à	0	1	2	3	4	5
CULTURA	20,0	13,3	26,7	33,3%	6,7	0,0

Fonte: Questionários aplicados pela CPA

**Tabela 78 - Avaliação pelos Técnico-Administrativos**

Avaliação da política de alocação de recursos da FURB quanto à	0	1	2	3	4	5
CULTURA	30,0%	17,5%	18,1%	28,8%	3,8%	1,9%

Fonte: Questionários aplicados pela CPA

**Tabela 79 - Avaliação pelos Docentes**

Avaliação da política de alocação de recursos da FURB quanto à	0	1	2	3	4	5
CULTURA	30,0%	17,5%	18,1%	28,8%	3,8%	1,9%

Fonte: Questionários aplicados pela CPA

No seminário apontou-se a diferença gritante entre o orçado e o realizado. O investimento em Cultura é baixo em relação ao total do orçamento. A FURB deveria se esforçar para captar recursos via Lei Rouanet ou outras fontes culturais para apoiar na viabilização do Festival de Teatro. Diante das ações de cultura na instituição, considera-se **nota 3**, ou seja, considera-se que a instituição atende o referencial mínimo de qualidade.

Para o indicador **execução orçamentária para as áreas institucionais: gestão**, a análise da Tabela 80 permite verificar as variâncias entre o orçamento e a execução deste orçamento nos grandes grupos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, e do item em análise – Gestão. Mostra-se uma redução significativa no grupo de “Gestão” entre o orçado e

o realizado, o que denota o esforço da entidade de focar mais para as atividades fins, apesar dos gastos com gestão ainda serem bastante elevados.

**Tabela 80 - Execução orçamentária para gestão**

Total	Orçado		Realizado		Variância	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>Ensino</b>	56.925.975	60.453.677	57.563.733	60.751.301	637.759	297.624
%	77,40%	74%	77%	79,30%	1,10%	0,50%
<b>Pesquisa</b>	13.692.562	14.702.052	11.455.172	10.297.482	2.237.390	4.404.570
%	17,90%	18%	15,30%	13,40%	-16,30%	-30%
<b>Extensão</b>	5.896.241	6.560.132	5.754.894	5.594.243	141.347	965.890
%	7,70%	8%	7,70%	7,30%	-2,40%	-14,70%
<b>Cultura</b>	194.353	120.990	340.896	342.474	146.544	221.484
%	0,1%	0,1%	0,3%	0,3%	75,4%	183,1%
<b>Gestão</b>	58.831.167	57.014.336	45.694.610	49.049.228	13.136.557	7.965.108
%	43,4%	41,1%	37,8%	38,9%	-22,3%	-14%
<b>Total</b>	135.540.297	138.851.188	120.809.305	126.034.728	14.730.992	12.816.460
%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2011

Uma pesquisa de opinião com segmentos da comunidade acadêmica apresentou os resultados exibidos nas Tabelas Tabela 81, Tabela 82 e Tabela 83.

**Tabela 81 - Avaliação pelos Coordenadores de Curso**

Avaliação da política de alocação de recursos da FURB quanto à	0	1	2	3	4	5
GESTÃO	13,3%	13,3%	33,3%	26,7%	13,3%	0,0

Fonte: Questionários aplicados pela CPA

**Tabela 82 - Avaliação pelos Técnico-Administrativos**

Avaliação da política de alocação de recursos da FURB quanto à	0	1	2	3	4	5
GESTÃO	26,3%	11,9%	24,4%	35,0%	2,5%	0,0

Fonte: Questionários aplicados pela CPA

**Tabela 83 - Avaliação pelos Docentes**

Avaliação da política de alocação de recursos da FURB quanto à	0	1	2	3	4	5
GESTÃO	39,4%	4,8%	20,3%	30,7%	3,6%	1,2%

Fonte: Questionários aplicados pela CPA

Os presentes no seminário de autoavaliação questionaram o fato da CPA ter feito perguntas para segmentos que não participaram do orçamento. Segundo eles como vão avaliar as políticas de alocação de recursos se não participam. A comissão aceitou a recomendação e prometeu rever os instrumentos de coleta para uma próxima avaliação. A **nota** para o indicador fica em **2**, por considerar que os gastos com gestão ainda sejam bastante elevados.

A seguir tem-se o quadro com os indicadores e, logo depois, as considerações sobre os pontos fracos, pontos fortes e as recomendações.

**Quadro 44 - Planilha Avaliativa – Dimensão 10**

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
<b>10.1. Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.</b>						
10.1.1. Coerência entre a proposta orçamentária (anual e plurianual) e as políticas constantes nos documentos oficiais.				x		
10.1.2. Coerência entre as diretrizes orçamentárias e a proposta de desenvolvimento da FURB constante no PDI.				x		
10.1.3. Coerência entre a execução orçamentária e orçamento.			x			
10.1.4. Investimento em espaço físico de acordo com as demandas projetadas no PDI.			x			
10.1.5. Coerência entre a alocação de recursos para manutenção das instalações físicas com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).			x			
10.1.6. Coerência entre a alocação de recursos para atualização de equipamentos e materiais com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).			x			
10.1.7. Coerência entre a alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).				x		
10.1.8. Participação da comunidade universitária na elaboração do orçamento.			x			
<b>10.2. Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.</b>						
10.2.1. Distribuição de recursos entre as diversas rubricas orçamentárias.						x
10.2.2. Diversificação das fontes de captação de recursos.			x			
10.2.3. Cumprimento das obrigações trabalhistas.						x
10.2.4. Pontualidade no pagamento de salários nos últimos seis meses.						x
10.2.5. Comprometimento da folha de pagamento (salários + encargos) em índices compatíveis (54 a 65%) com a receita corrente.			x			
<b>10.3. Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão</b>						
10.3.1. Previsão orçamentária para as áreas						x

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
institucionais: ensino, pesquisa, extensão.						
10.3.2. Previsão orçamentária para as áreas institucionais: cultura.						x
10.3.3. Previsão orçamentária para as áreas institucionais: gestão.						x

10.3.4. Execução orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão.				x		
10.3.5. Execução orçamentária para as áreas institucionais: cultura.			x			
10.3.6. Execução orçamentária para as áreas institucionais: gestão.		x				

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

**Quadro 45 – Pontos positivos, fragilidades e recomendações da Dimensão 10**

<b>Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 10:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distribuição de recursos entre as diversas rubricas orçamentárias.</li> <li>• Cumprimento das obrigações trabalhistas.</li> <li>• Pontualidade no pagamento de salários nos últimos seis meses.</li> <li>• Previsão orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão.</li> <li>• Previsão orçamentária para as áreas institucionais: cultura.</li> <li>• Previsão orçamentária para as áreas institucionais: gestão.</li> </ul>
<b>Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 10:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coerência entre a proposta orçamentária (anual e plurianual) e as políticas constantes nos documentos oficiais.</li> <li>• Coerência entre as diretrizes orçamentárias e a proposta de desenvolvimento da FURB constante no PDI.</li> <li>• Coerência entre a execução orçamentária e orçamento.</li> <li>• Investimento em espaço físico de acordo com as demandas projetadas no PDI.</li> <li>• Coerência entre a alocação de recursos para manutenção das instalações físicas com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).</li> <li>• Coerência entre a alocação de recursos para atualização de equipamentos e materiais com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).</li> <li>• Coerência entre a alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).</li> <li>• Participação da comunidade universitária na elaboração do orçamento.</li> <li>• Participação da comunidade universitária na elaboração do orçamento.</li> <li>• Diversificação das fontes de captação de recursos.</li> <li>• Comprometimento da folha de pagamento (salários + encargos) em índices compatíveis (54 a 65%) com a receita corrente.</li> <li>• Execução orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão.</li> <li>• Execução orçamentária para as áreas institucionais: cultura.</li> <li>• Execução orçamentária para as áreas institucionais: gestão.</li> </ul>
<b>Recomendações da CPA sobre a Dimensão 10</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refinar a confecção da previsão orçamentária, analisando a real capacidade de executar a proposta orçamentária.</li> <li>• Apresentar um detalhamento do orçamento dos investimentos planejados.</li> <li>• Definir no PDI o projeto de modernização dos espaços, além de uma revisão anual em função dos avanços tecnológicos.</li> <li>• Prever nos documentos orçamentários e contábeis uma melhor separação entre os gastos com capacitação dos servidores e a concessão de benefícios aos dependentes, estabelecendo metas e limites para cada caso.</li> <li>• Promover, no processo de elaboração orçamentária, a participação da comunidade interna.</li> </ul>

- Seguir o modelo “base zero”, para o processo orçamentário baseando-se nas ações planejadas para o exercício. Atualizar as fontes de captação de recursos;
- Encaminhar projetos de pesquisa aos órgãos de fomento;
- Captar recursos para execução de atividades de cultura (FITUB, Camerata, Etc.)
- Ampliar a prestação de serviços (remunerados) à comunidade.
- Definir o percentual ideal de comprometimento da folha de pagamento para cada curso.
- Planejar os custos de forma a manter/se, no máximo, em 65% das receitas correntes.

**Comentários da CPA:**

A FURB, em linhas gerais, apresenta coerência entre a sustentabilidade financeira apresentada com o que está estabelecido nos documentos oficiais. Porém verificou-se que a Universidade deveria refinar a confecção da previsão orçamentária, analisando a real capacidade de executar a proposta orçamentária. O PDI deveria conter o projeto de modernização dos espaços, além de uma revisão anual em função dos avanços tecnológicos. O orçamento deveria apresentar um detalhamento dos investimentos planejados. Também deveria existir nos documentos orçamentários e contábeis uma melhor separação entre os gastos com capacitação dos servidores e a concessão de benefícios aos dependentes, estabelecendo metas e limites para cada caso. O processo de elaboração orçamentária deveria permitir uma maior participação da comunidade interna. O processo orçamentário deveria seguir o modelo “base zero”, baseando-se nas ações planejadas para o exercício.

Apesar de existir previsão orçamentária para as diversas rubricas, a Universidade se ressentia da falta de definição, no PDI, do seu foco de atuação e de um limite para manutenção de atividades que não sejam autossustentáveis do ponto de vista econômico. Também deveriam ser ajustados os custos de forma a manter-se, no máximo, em 65% das receitas correntes. Também deveria haver uma definição do percentual ideal de comprometimento da folha de pagamento para cada curso. Outros pontos importantes também podem ser observados nas descrições de cada indicador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca do autoaperfeiçoamento a avaliação constante se faz necessária, tanto para conhecer a real situação institucional, como para evidenciar os seus pontos fortes e frágeis. Imbuídos desse espírito, o processo avaliativo 2009-2011 foi norteado pelas concepções, metodologias e objetivos já mencionados na introdução deste relatório, contando com a contribuição e participação de toda a comunidade acadêmica.

Os dados obtidos por intermédio desse processo avaliativo contemplaram tanto dados quantitativos quanto qualitativos, através de entrevistas, questionários, análise documental e seminários.

Ao longo desse processo enfrentaram-se alguns desafios, pois, embora a Comissão seja permanente, nenhum dos membros que a compõe possui dedicação exclusiva para a mesma. Além do mais, neste período, houve grande rotatividade dos mesmos.

Outro fator desafiador foi a criação e inserção de novos indicadores e a modificação de outros já existentes, decorrente da necessária atualização da avaliação, que culminou num grande aumento no volume de trabalho. Somado a tudo isso, outra dificuldade encontrada, e já ressaltada nos relatórios anteriores, diz respeito às informações fragmentadas ou inexistentes. Nesse sentido, a CPA recomenda novamente a centralização de dados atinentes ao processo avaliativo, pois uma maior sistematização das informações facilitará e fortalecerá, em muito, os futuros processos de avaliação da instituição.

Apesar dos percalços vivenciados, em nenhum momento a Comissão interrompeu seus trabalhos, contando sempre com a intensa e efetiva participação de seus membros, em reuniões semanais, sempre engajados com toda a complexidade e responsabilidade do processo avaliativo.

Por ocasião dos seminários avaliativos foi propiciada, mais uma vez, a participação da comunidade acadêmica que contribuiu na reflexão e discussão dos temas relativos a cada dimensão ratificando os dados obtidos. Ressalta-se que, as opiniões foram consideradas pela CPA, todavia, a CPA, enquanto Comissão autônoma atuou em total e absoluta imparcialidade e reservou a prerrogativa de atribuir valores aos indicadores, embasada em evidências comprobatórias, mesmo que em dissonância da percepção oral da comunidade presente nos seminários.

O processo de avaliação vivenciado pela CPA gerou um “documento diagnóstico”, bem como um “documento estratégico” que ora se apresenta, mostrando a realidade interna e externa da Universidade, e seus desafios.

Cabe à IES utilizar esse documento para orientar as decisões políticas, pedagógicas e administrativas que visam o aperfeiçoamento institucional, a superação das deficiências e o pleno atendimento de suas funções sociais, tornando-se assim uma ferramenta para ser incorporada na definição das metas do PDI.

Aproveita-se o ensejo para agradecer a participação de todos que contribuíram neste processo, conscientes de que, muito mais do que uma obrigação institucional, a avaliação oportuniza a Instituição a repensar sua conduta, seus procedimentos e resultados e auxilia na tomada de decisões, tanto dos gestores, como dos docentes, dos servidores técnico-administrativos e dos discentes.

Neste sentido, a Comissão Própria de Avaliação da Universidade Regional de Blumenau, satisfeita com a conclusão deste ciclo avaliativo, submete este relatório ao conhecimento da comunidade universitária e o encaminha ao Conselho Estadual de Educação - CEE/SC.

A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/FURB

**REFERÊNCIAS****DOCUMENTOS INTERNOS**

FURB - UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. Avaliação Institucional. Disponível em <<http://www.furb.br/web/1653/institucional/avaliacao-institucional/apresentacao>> Acesso em 20 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. Bolsas de estudo. Disponível em: <<http://www.furb.br/web/1630/servicos/portal-academico/apoio-ao-estudante/bolsas-de-estudo>> Acesso em 20 de março de 2013

\_\_\_\_\_. Central de Ex-Alunos. Disponível em: <<http://www.furb.br/exalunos>> Acesso em 20 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. Como Ingressar. Disponível em: <<http://www.furb.br/web/2180/cursos/graduacao/como-ingressar>> Acesso em 20 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. Controladoria. Disponível em: <<http://www.furb.br/web/1664/servicos/outros-portais/transparencia-furb/controladoria>> Acesso em 20 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. Convênio Nº 113/2011 - Reitoria: FAPESC/FURB – Realiza projeto de inventário Florístico Florestal de Santa Catarina. Assinado em 13/11/2011. Sistema ERP-FURB, Módulo DOC\$.

\_\_\_\_\_. Convênio Nº 104/2011 – Reitoria: UNISINOS/FURB: Oferta de Curso de Doutorado em direito na modalidade interinstitucional (DINTER). Assinado em 17/11/2011. Sistema ERP-FURB, Módulo DOC\$.

\_\_\_\_\_. Convênio Nº 051/2011 – Reitoria: IF-SC/FURB: Promove a oferta de Cursos Semipresenciais “formação de Revisores de Texto” na modalidade Formação Inicial e Continuada. Assinado em 01/08/2011. Sistema ERP-FURB, Módulo DOC\$.

\_\_\_\_\_. Estágio Curricular. Disponível em: <<http://www.furb.br/estagios>> Acesso em 20 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. Intranet. Disponível em: <<http://www.furb.br/intranet>> Acesso em 20 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. Organograma geral FURB. Disponível em: <[http://www.furb.br/upl/images/institucional/organograma\\_furb\\_simplificado\\_pb.jpg](http://www.furb.br/upl/images/institucional/organograma_furb_simplificado_pb.jpg)> Acesso em 20 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. Planejamento Estratégico 2007-2012. Processo CONSAD nº 037.2007. Sistema ERP-FURB, Módulo DOC\$.

\_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2015. Elaborado em Março de 2000. Aprovado pelo Processo nº 004/2010 – CONSUNI. Sistema ERP-FURB, Módulo DOC\$.

\_\_\_\_\_. Portaria n. 415/2004. *Designa os integrantes da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Regional de Blumenau*, de 14 de julho de 2004.

\_\_\_\_\_. Portaria Nº 624/2011, Dispõe sobre o Estágio Probatório dos servidores públicos no âmbito da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, de 29 de agosto de 2011.

\_\_\_\_\_. Proen. Disponível em: <<http://www.furb.br/proen> > Acesso em 20 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. Projeto Político Pedagógico de ensino de graduação. Blumejau: Edifurb, 2006.

\_\_\_\_\_. Relatório de Autoavaliação da Universidade Regional de Blumenau: 2001-2005. Blumenau. Disponível em: <[http://www.furb.br/Institucional/Avaliação Institucional](http://www.furb.br/Institucional/Avaliação%20Institucional).

\_\_\_\_\_. Relatório de Autoavaliação da Universidade Regional de Blumenau: 2006-2008. Blumenau. Disponível em: <[http://www.furb.br/Institucional/Avaliação Institucional](http://www.furb.br/Institucional/Avaliação%20Institucional).

. \_\_\_\_\_. Relatório do Balanço Crítico do Processo de Autoavaliação da Universidade Regional de Blumenau: 2001-2005. Blumenau. Disponível em: <[http://www.furb.br/Institucional/Avaliação Institucional](http://www.furb.br/Institucional/Avaliação%20Institucional).

. \_\_\_\_\_. Relatório do Balanço Crítico do Processo de Autoavaliação da Universidade Regional de Blumenau: 2008-2011. Blumenau. Disponível em: <[http://www.furb.br/Institucional/Avaliação Institucional](http://www.furb.br/Institucional/Avaliação%20Institucional).

\_\_\_\_\_. Relatório anual FURB 2011. Relatório Institucional de Atividades. Coordenadoria de Planejamento – COPLAN, 2011. Sistema ERP-FURB, Módulo DOC\$.

\_\_\_\_\_. Relatório de Gestão / 2006-2010. Pg. 39. BU-FURB via servidor WEB (dados do relatório de Gestão 2006-2010). Acervo do Centro de Memória Universitária CMU/Arquivo da FURB.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 005/1994. *Concede abatimento sobre o pagamento de encargos educacionais a serem pagos por professores e funcionários, seus cônjuges e filhos, e monitores da FURB e de outras providências*, de 03 de maio de 1994.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 026/1995. *Aprova o Regimento Geral da Universidade Regional de Blumenau*, de 21 de dezembro de 1995.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 013/1997. *Altera dispositivos da Resolução nº 05/94, de três de maio de mil novecentos e noventa e quatro (03-05-94)*, de 29 de maio de 1997.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 030/1997. *Fixa novas condições de afastamento de Servidores Técnico-Administrativos para cursar Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado -, e dá outras providências*, de 17 de julho de 1997.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 030/1997. *Cria a Central de Ex-Alunos, destinada aos egressos da FURB*, de 16 de novembro de 2005.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 049/2000. *Altera a redação dos arts. 17 e 18 e revoga o art. 19 e seu parágrafo único e o art. 20 do Regimento Geral da Universidade Regional de Blumenau, aprovado pela Resolução nº 26/95, de 21 de dezembro de 1995, de 11 de abril de 2000.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 129/2001. *Homologa o Regimento Geral da Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo*, de 20 de dezembro de 2001.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 022/2003. *Altera o Regimento Geral da Reitoria da Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo*, de 25 de abril de 2003.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 024/2004. *Institui e Regulamenta a Política de Extensão da Universidade Regional de Blumenau, na forma do ANEXO*, de 21 de maio de 2004.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 070/2004. *Regulamenta a distribuição de horas-atividade para os docentes da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, na forma do Anexo, de 11 de novembro de 2004.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 014/2005. *Reformula o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau - PAIURB, na forma do Anexo, de 6 de maio de 2005.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 020/2005. *Altera dispositivos da Resolução nº 14/2005, de 6 de maio de 2005, que reformula o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau - PAIURB, de 14 de junho de 2005.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 059/2006. *Altera o Regimento Geral da Reitoria da Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo, de 27 de outubro de 2006.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 014/2007. *Normatiza o apoio institucional para a formação de docentes do Quadro da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, de 20 de abril de 2007.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 022/2007. *Normatiza a utilização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, na forma do Anexo, de 19 de julho de 2007.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 017/2008. *Dispõe sobre a regulamentação de benefício institucional para servidores Técnico-Administrativos cursarem pós-graduação stricto sensu nos Programas da Universidade Regional de Blumenau, de 11 de março de 2008.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 026/2008. *Aprova o Regulamento do Projeto de Capacitação Linguística para Servidores da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, de 15 de abril de 2008.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 052/2008. *Aprova a normatização do apoio institucional para a formação de docentes do Quadro do Magistério Superior da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, de 09 de julho de 2008.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 056/2008. *Dispõe sobre as cotas de bolsas de gratuidade nos Programas de pós-graduação em nível de Mestrado da Universidade Regional de Blumenau. 17 de julho de 2008.*

\_\_\_\_\_, Resolução n.41/2009. *Estima a receita e fixa a despesa da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB para o Exercício Financeiro de 2010, de 14 de agosto de 2009.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 064/2009. *Aprova as normas gerais para o funcionamento dos cursos de pós-graduação, em nível de especialização, na forma do Anexo, de 30 de novembro de 2009.*

\_\_\_\_\_, Resolução 18/2010. *Dispõe sobre o Estágio Probatório dos servidores públicos no âmbito da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, de 23 de abril de 2010.*

\_\_\_\_\_. Resolução n. 035/2010. *Homologa o Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo, de 28 de julho de 2010.*

\_\_\_\_\_, Resolução n.49/2010. *Estima a receita e fixa a despesa da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB para o Exercício Financeiro de 2011, de 20 de agosto de 2010.*

\_\_\_\_\_. Reuniões e documentos produzidos e avaliados pela CAPEX. Relatório anual FURB 2011. Relatório Institucional de Atividades. PG. 65. Coordenadoria de Planejamento – COPLAN, 2011. Sistema ERP-FURB, Módulo DOC\$.

\_\_\_\_\_. Serviços. Disponível em: <<http://www.furb.br/web/1007/servicos>> Acesso em 20 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. Solicitar Associação. Disponível em: <<http://www.furb.br/web/1577/servicos/central-de-ex-alunos/solicitar-associacao>> Acesso em 20 de março de 2013.

## DOCUMENTOS EXTERNOS

BRASIL. CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Acordo de cooperação técnica que entre si celebram a união, representada pelo ministério da educação, por intermédio da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC), objetivando a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)*, DOU. Brasília, 12 mai. 2005.

BRASIL. Decreto n. 5.773. *Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino*, DOU. Brasília, 10 de maio de 2006.

\_\_\_\_\_. MEC – Ministério da Educação. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. *Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências*. DOU. Brasília, 14 abr. 2004.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. DOU. Brasília, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Portaria n. 2.051 de 09 de julho de 2004. *Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004*. DOU. Brasília, 12 jul. 2004.

Censo da Educação Superior 2010. INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. [http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior\\_2010/LDB](http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2010/LDB).

Norma ABNT NBR 9050/2004. Dispõe sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. Lei Complementar Municipal n. 080, de 21 de março de 1995.

\_\_\_\_\_. Lei Municipal n. 1.557, de 14 de dezembro de 1968.

\_\_\_\_\_. Lei Municipal n. 4.768 de 12, de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 743, de 19 de março de 2010. Dispõe sobre a reorganização administrativa da FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 745, de 19 de março de 2010. Institui o estatuto do magistério Público municipal de Blumenau da educação superior do ensino, médio e da educação profissionalizante, estabelecendo regras relativas ao quadro respectivo, ao regime de trabalho e aos planos de carreiras, e da outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 744, de 19 de março de 2010. Institui o plano de carreira para os servidores técnico-administrativos da FURB e dá providências correlatas.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 746, de 19 de março de 2010. Dispõe sobre as regras para a aplicação do estatuto dos servidores públicos municipais aos servidores da FURB-Fundação universidade regional de Blumenau, e dá providências correlatas.

SANTA CATARINA. Decreto Estadual n. 5.494 de 06 de agosto de 2002.

\_\_\_\_\_. Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. Resolução n. 088. *Fixa normas para a avaliação das Instituições de Educação Superior e de seus Cursos e Programas, no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina e adota outras providências*, de 20 de dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. Conselho Estadual de Educação. Parecer CES/CEE Nº 186, de 28/09/2010. Aprova o Relatório de Avaliação Institucional Externa, realizada na Universidade Regional de Blumenau – FURB.